ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 102
Brasília - DF, terça-feira, 31 de maio de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Cultura 10
Ministério da Defesa 16
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 17
Ministério da Justiça e Cidadania 33
Ministério da Saúde 39
Ministério das Cidades 40
Ministério das Relações Exteriores 41
Ministério de Minas e Energia 41
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 51
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 51
Ministério do Esporte 56
Ministério do Meio Ambiente 57
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 58
Ministério do Trabalho 63
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 63
Ministério Público da União 67
Tribunal de Contas da União 68
Poder Judiciário 99
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 101

Atos do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 703, de 18 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 21, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 29 de maio do corrente ano.

Congresso Nacional, em 30 de maio de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.781, DE 30 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2280 (2016), de 7 de abril de 2016, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o regime de sanções aplicáveis ao Sudão do Sul.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 25 da Carta das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, e

Considerando a adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da Resolução 2280 (2016), de 7 de abril de 2016, que renova o regime de sanções aplicáveis ao Sudão do Sul;

D E C R E T A :

Art. 1º A Resolução 2280 (2016), adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 7 de abril de 2016, anexa a este Decreto, será executada e cumprida integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
José Serra

RESOLUÇÃO 2280 (2016)

Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 7667ª reunião, em 7 de abril de 2016.

O Conselho de Segurança,

Recordando suas resoluções e declarações anteriores sobre o Sudão do Sul, em especial as Resoluções 2057 (2012), 2109 (2013), 2132 (2013), 2155 (2014), 2187 (2014), 2206 (2015), 2241 (2015), 2252 (2015), e 2271 (2016),

Determinando que a situação no Sudão do Sul continua a representar uma ameaça à paz e segurança internacional na região,

Atuando ao amparo do Artigo 41 do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. Decide renovar até 1º de junho de 2016 as medidas impostas pelos parágrafos 9 e 12 da Resolução 2206 (2015), e reafirma as medidas dos parágrafos 10, 11, 13, 14 e 15 da Resolução 2206 (2015);

2. Decide prorrogar até 1º de julho de 2016 o mandato do Painel de Peritos, como definido no parágrafo 18 da Resolução 2206 (2015), e expressa sua intenção de reexaminar o mandato e tomar as medidas adequadas em relação a sua extensão adicional até 1º de Junho de 2016;

3. Decide continuar ocupando-se da questão.

Presidência da República

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 297, de 30 de maio de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 34205.

Nº 298, de 30 de maio de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 379.

Nº 299, de 30 de maio de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5507.

Nº 302, de 30 de maio de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional do relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 30 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, no Decreto Legislativo nº 188, de 15 de dezembro de 1995, no Decreto nº 1.901, de 9 de maio de 1996, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, e o que consta do processo nº 21000.008221/2015-91, resolve:

Art. 1º Incorporar ao ordenamento jurídico brasileiro os Requisitos Fitossanitários para Eucalyptus ssp. (Eucalipto) segundo País de Destino e Origem para os Estados Partes, aprovados pela Resolução MERCOSUL/GMC/RES. Nº 43/15, que consta como Anexo da presente Instrução Normativa.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

MERCOSUL/GMC/RES. N° 43/15

SUB-STANDARD 3.7.35. REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA Eucalyptus spp. (Eucalipto) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, a Decisão N° 06/96 do Conselho do Mercado Comum e a Resolução Nº 52/02 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que é necessário proceder à harmonização dos requisitos fitossanitários para Eucalyptus spp. (Eucalipto), tendo em conta a atual situação fitossanitária dos Estados Partes.

O GRUPO MERCADO COMUM

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o "Sub-Standard 3.7.35. Requisitos Fitossanitários para Eucalyptus spp. (Eucalipto) segundo País de Destino e Origem para os Estados Partes", que consta como Anexo e faz parte da presente Resolução.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º - Os Estados Partes indicarão no âmbito do SGT N° 8 os órgãos nacionais competentes para a implementação da presente Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 31/V/2016.

C GMC - Assunção, 25/XI/15

ANEXO

SUB-STANDARD FITOSSANITÁRIO MERCOSUL

SEÇÃO III - MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS

Sub-standard 3.7.35. Requisitos Fitossanitários para Eucalyptus spp. (Eucalipto) segundo País de Destino e Origem para os Estados Partes

I- INTRODUÇÃO

1.- ÂMBITO

Este Sub-standard apresenta os requisitos fitossanitários harmonizados aplicados pelas Organizações Nacionais de Proteções Fitossanitárias (ONPFs) dos Estados Partes, no intercâmbio regional para Eucalyptus spp. (Eucalipto).

2.- REFERÊNCIAS

- Standard 3.7 Requisitos Fitossanitários harmonizados por Categoria de Risco para o Ingresso de Produtos Vegetais, 2ª Rev. Outubro 2002, aprovado pela Resolução GMC Nº 52/02.

- Listado Regional das Principais Pragas Regulamentadas para a Região do COSAVE, 2013.

- Listas Nacionais de Pragas Quarentenárias dos Estados Partes.

- Lista de pragas presentes de Eucalyptus spp. elaborada pelo GT-SF do COSAVE, 2013.

- Avaliação de Risco de Praga para Chilecomadia valdiviana, Corticium salmonicolor, Cryphonectria cubensis, Ctenarytaina eucalyptii, Ctenarytaina spatulata, Cylindrocladium spp. (exceto C. scoparium), Gonipterus gibberus, Gonipterus scutellatus, Oxydia apidania, Oxydia vesulia, Phoracantha semipunctata, Phoracantha recurva, Platypus linearis, Pythium splendens, Thyrinteina arnobia, Thyrinteina leucocerae e Xyleborus spp.

3.- DESCRIÇÃO

Este Sub-standard apresenta os requisitos fitossanitários harmonizados utilizados pelas ONPFs dos Estados Partes no intercâmbio regional para Eucalyptus spp. (Eucalipto) em suas diferentes apresentações e organizados pelo país de destino e origem.

II. 35. A. PAÍS DE DESTINO: ARGENTINA

REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA Eucalyptus spp.

CATEGORIA 4
CLASSE 1: Plantas
Códigos: EUCSS 2 10 01 01 4 (Plantas) EUCSS 2 01 01 01 4 (Estacas com raiz)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso. R4 - Produto sujeito a Análise Oficial de Laboratório ao ingresso. R8 - Ingressará ao Depósito Quarentenário sob controle oficial. R11 - As plantas ou as estacas enraizadas devem estar livres de solo.
Declarações Adicionais:
Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Oxydia apidania*, *Oxydia vesulia*, *Thyrinteina arnobia* e *Thyrinteina leucocerae.* e DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Corticium salmonicolor*, *Cylindrocladium brasilensis*, *Cylindrocladium candelabrum*, *Cylindrocladium crotalariae*, *Cylindrocladium pteridis* e *Pythium splendens.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Corticium salmonicolor*, *Cylindrocladium brasilensis*, *Cylindrocladium candelabrum*, *Cylindrocladium crotalariae*, *Cylindrocladium pteridis* e *Pythium splendens*, de acordo com o resultado da análise oficial de laboratorio Nº ( ). Venezuela: DA1 - O envio se encontra livre de *Thyrinteina arnobia.* e DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cylindrocladium pteridis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cylindrocladium pteridis*, de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Não há Declarações Adicionais para Paraguai e Uruguai.

CATEGORIA 4
CLASSE 1: Plantas
Código: EUCSS 2 10 13 01 4 (Planta *in vitro*)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde). R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Não há Declarações Adicionais para Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

CATEGORIA 4
CLASSE 3: Sementes
Código: EUCSS 2 13 01 03 4
Requisitos fitossanitarios:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Brasil: DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cylindrocladium brasilensis*, *Cylindrocladium candelabrum*, *Cylindrocladium crotalariae* e *Cylindrocladium pteridis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cylindrocladium brasilensis*, *Cylindrocladium candelabrum*, *Cylindrocladium crotalariae* e *Cylindrocladium pteridis*, de acordo com o resultado da análise oficial de laboratorio Nº ( ). Venezuela: DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cylindrocladium pteridis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cylindrocladium pteridis*, de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Não há Declarações Adicionais para Paraguai e Uruguai.

CATEGORIA 3
CLASSE 6: Madeiras, cortiças, casca
Código: EUCSS 1 14 06 06 3 (Madeira não processada)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso. R4 - Produto sujeito a Análise Oficial de Laboratório ao ingresso. R8 - Ingressará ao Depósito Quarentenário sob controle oficial.
Declarações Adicionais:
Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Platypus linearis*, *Xyleborus affinis*, *Xyleborus gracilis*, *Xyleborus hagedorni*, *Xyleborus linearicolis*, *Xyleborus neivai*, *Xyleborus obliquus*, *Xyleborus retusus* e *Xyleborus spinosulus.* Paraguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Xyleborus affinis*, *Xyleborus gracilis*, *Xyleborus hagedorni*, *Xyleborus linearicolis*, *Xyleborus neivai*, *Xyleborus obliquus*, *Xyleborus retusus* e *Xyleborus spinosulus.* Uruguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Xyleborus retusus.* Não há Declarações Adicionais para Venezuela.

CATEGORIA 2
CLASSE 6: Madeiras, cortiças, casca
Código: EUCSS 1 14 07 06 2 (Madeira semi processada)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Platypus linearis*, *Xyleborus affinis*, *Xyleborus gracilis*, *Xyleborus hagedorni*, *Xyleborus linearicolis*, *Xyleborus neivai*, *Xyleborus obliquus*, *Xyleborus retusus* e *Xyleborus spinosulus.* Paraguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Xyleborus affinis*, *Xyleborus gracilis*, *Xyleborus hagedorni*, *Xyleborus linearicolis*, *Xyleborus neivai*, *Xyleborus obliquus*, *Xyleborus retusus* e *Xyleborus spinosulus.* Uruguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Xyleborus retusus.* Não há Declarações Adicionais para Venezuela.

II. 35. B. PAÍS DE DESTINO: BRASIL

REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA Eucalyptus spp.

CATEGORIA 4
CLASSE 1: Plantas
Códigos: EUCSS 2 10 01 01 4 (Plantas) EUCSS 2 01 01 01 4 (Estacas com raiz)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde). R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso. R4 - Produto sujeito a Análise Oficial de Laboratório ao ingresso. R11 - As plantas ou as estacas enraizadas devem estar livres de solo.
Declarações Adicionais:
Não há Declarações Adicionais para Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

CATEGORIA 4
CLASSE 1: Plantas
Código: EUCSS 2 10 13 01 4 (Planta *in vitro*)
Requisitos fitossanitários:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Vice-Presidente da República no Exercício do Cargo de Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

ALEXANDRE RETAMAL BARBOSA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016053100002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde). R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Não há Declarações Adicionais para Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

CATEGORIA 4
CLASSE 3: Sementes
Código: EUCSS 2 13 01 03 4
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde). R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Não há Declarações Adicionais para Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

CATEGORIA 3
CLASSE 6: Madeiras, cortiças, casca
Código: EUCSS 1 14 06 06 3 (Madeira não processada)
Requisitos fitossanitários:
R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso. R4 - Produto sujeito a Análise Oficial de Laboratório ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA1 - O envio se encontra livre de *Chilecomadia valdiviana.* Não há Declarações Adicionais para Paraguai, Uruguai e Venezuela.

CATEGORIA 2
CLASSE 6: Madeiras, cortiças, casca
Código: EUCSS 1 14 07 06 2 (Madeira semi processada)
Requisitos fitossanitários:
R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA1 - O envio se encontra livre de *Chilecomadia valdiviana.* Não há Declarações Adicionais para Paraguai, Uruguai e Venezuela.

II. 35. C. PAÍS DE DESTINO: PARAGUAI

REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA Eucalyptus spp.

CATEGORIA 4
CLASSE 1: Plantas
Códigos: EUCSS 2 10 01 01 4 (Plantas) EUCSS 2 01 01 01 4 (Estacas com raiz)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso. R4 - Produto sujeito a Análise Oficial de Laboratório ao ingresso. R8 - Ingressará ao Depósito Quarentenário sob controle oficial. R11 - As plantas ou as estacas enraizadas devem estar livres de solo.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA1 - O envio se encontra livre de *Ctenarytaina eucalypti, Ctenarytaina spatulata, Gonipterus gibberus* e *Gonipterus scutellatus.* e DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cryphonectria cubensis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cryphonectria cubensis,* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Ctenarytaina eucalypti, Ctenarytaina spatulata, Gonipterus gibberus, Gonipterus scutellatus, Oxydia apidania, Oxydia vesulia, Thyrinteina arnobia* e *Thyrinteina leucocerae.* e DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Corticium salmonicolor, Cryphonectria cubensis, Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum, Cylindrocladium crotalariae, Cylindrocladium pteridis* e *Pythium splendens.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Corticium salmonicolor, Cryphonectria cubensis, Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum, Cylindrocladium crotalariae, Cylindrocladium pteridis* e *Pythium splendens,* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Uruguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Ctenarytaina eucalypti, Ctenarytaina spatulata, Gonipterus gibberus* e *Gonipterus scutellatus.* Venezuela: DA1 - O envio se encontra livre de *Thyrinteina arnobia.* e DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cylindrocladium pteridis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cylindrocladium pteridis,* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ).
CATEGORIA 4
CLASSE 1: Plantas
Código: EUCSS 2 10 13 01 4 (Planta *in vitro*)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde). R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Não há Declarações Adicionais para Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela.

CATEGORIA 4
CLASSE 3: Sementes
Código: EUCSS 2 13 01 03 4
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Brasil: DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum, Cylindrocladium crotalariae* e *Cylindrocladium pteridis.* Ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum, Cylindrocladium crotalariae* e *Cylindrocladium pteridis,* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Venezuela: DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cylindrocladium pteridis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cylindrocladium pteridis,* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Não há Declarações Adicionais para Argentina e Uruguai.

CATEGORIA 3
CLASSE 6: Madeiras, cortiças, casca
Código: EUCSS 1 14 06 06 3 (Madeira não processada)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso. R4 - Produto sujeito a Análise Oficial de Laboratório ao ingresso. R8 - Ingressará ao Depósito Quarentenário sob controle oficial.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA1 - O envio se encontra livre de *Chilecomadia valdiviana* e *Phoracantha recurva.* Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Phoracantha recurva* e *Platypus linearis.* Uruguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Phoracantha recurva.* Não há Declarações Adicionais para Venezuela.

CATEGORIA 2
CLASSE 6: Madeiras, cortiças, casca
Código: EUCSS 1 14 07 06 2 (Madeira semi processada)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA1 - O envio se encontra livre de *Chilecomadia valdiviana* e *Phoracantha recurva.* Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Phoracantha recurva* e *Platypus linearis.* Uruguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Phoracantha recurva.* Não há Declarações Adicionais para Venezuela.

II. 35. D. PAÍS DE DESTINO: URUGUAI

REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA Eucalyptus spp.

CATEGORIA 4
CLASSE 1: Plantas
Códigos: EUCSS 2 10 01 01 4 (Plantas) EUCSS 2 01 01 01 4 (Estacas com raiz)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso. R4 - Produto sujeito a Análise Oficial de Laboratório ao ingresso. R8 - Ingressará ao Depósito Quarentenário sob controle oficial. R11 - As plantas ou as estacas enraizadas devem estar livres de solo.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cryphonectria cubensis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cryphonectria cubensis* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Brasil: DA 1 - O envio se encontra livre de *Oxydia apidania, Oxydia vesulia, Thyrinteina arnobia e Thyrinteina leucocerae.* e DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Corticium salmonicolor, Cryphonectria cubensis, Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum, Cylindrocladium crotalariae, Cylindrocladium pteridis* e *Pythium splendens.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Corticium salmonicolor, Cryphonectria cubensis, Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum, Cylindrocladium crotalariae, Cylindrocladium pteridis* e *Pythium splendens* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Venezuela: DA 1 - O envio se encontra livre de *Thyrinteina arnobia.* e DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cylindrocladium pteridis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cylindrocladium pteridis* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Não há Declarações Adicionais para Paraguai.

CATEGORIA 4
CLASSE 1: Plantas
Códigos: EUCSS 2 10 13 01 4 (Planta *in vitro*)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde). R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Não há Declarações Adicionais para Argentina, Brasil, Paraguai e Venezuela.
CATEGORIA 4
CLASSE 3: Sementes
Código: EUCSS 2 13 01 03 4
Requisitos fitossanitários:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Brasil: DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum, Cylindrocladium crotalariae* e *Cylindrocladium pteridis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum, Cylindrocladium crotalariae* e *Cylindrocladium pteridis,* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Venezuela: DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial antes da colheitae não se tem detectado *Cylindrocladium pteridis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cylindrocladium pteridis,* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Não há Declarações Adicionais para Argentina e Paraguai.

CATEGORIA 3
CLASSE 6: Madeiras, cortiças, casca
Código: EUCSS 1 14 06 06 3 (Madeira não processada)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso. R4 - Produto sujeito a Análise Oficial de Laboratório ao ingresso. R8 - Ingressará ao Depósito Quarentenário sob controle oficial.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA1 - O envio se encontra livre de *Chilecomadia valdiviana.* Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Platypus linearis, Xyleborus affinis, Xyleborus gracilis, Xyleborus hagedorni, Xyleborus linearicolis, Xyleborus neivai, Xyleborus obliquus* e *Xyleborus spinosulus.* Paraguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Xyleborus affinis, Xyleborus gracilis, Xyleborus hagedorni, Xyleborus linearicolis, Xyleborus neivai, Xyleborus obliquus* e *Xyleborus spinosulus.* Não há Declarações Adicionais para Venezuela.

CATEGORIA 2
CLASSE 6: Madeiras, cortiças, casca
Código: EUCSS 1 14 07 06 2 (Madeira semi processada)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA1 - O envio se encontra livre de *Chilecomadia valdiviana.* Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Platypus linearis, Xyleborus affinis, Xyleborus gracilis, Xyleborus hagedorni, Xyleborus linearicolis, Xyleborus neivai, Xyleborus obliquus* e *Xyleborus spinosulus.* Paraguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Xyleborus affinis, Xyleborus gracilis, Xyleborus hagedorni, Xyleborus linearicolis, Xyleborus neivai, Xyleborus obliquus* e *Xyleborus spinosulus.* Não há Declarações Adicionais para Venezuela.

II. 35. E. PAÍS DE DESTINO: VENEZUELA

REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA Eucalyptus spp.

CATEGORIA 4
CLASSE 1: Plantas
Códigos: EUCSS 2 10 01 01 4 (Plantas) EUCSS 2 01 01 01 4 (Estacas com raiz)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso. R4 - Produto sujeito a Análise Oficial de Laboratório ao ingresso. R8 - Ingressará ao Depósito Quarentenário sob controle oficial. R11 - As plantas ou as estacas enraizadas devem estar livres de solo.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA1 - O envio se encontra livre de *Cteranytaina eucalypti, Cteranytaina spatulata, Gonipterus gibberus* e *Gonipterus scutellatus.* e DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cryphonectria cubensis.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cryphonectria cubensis,* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Cteranytaina eucalypti, Cteranytaina spatulata, Gonipterus gibberus, Gonipterus scutellatus, Oxydia apidania, Oxydia vesulia* e *Thyrinteina leucoceraea.* e DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Corticium salmonicolor, Cryphonectria cubensis, Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum, Cylindrocladium crotalariae* e *Pythium splendens.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Corticium salmonicolor, Cryphonectria cubensis, Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum, Cylindrocladium crotalariae* e *Pythium splendens,* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Uruguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Cteranytaina eucalypti, Cteranytaina spatulata, Gonipterus gibberus* e *Gonipterus scutellatus.* Não há Declarações Adicionais para Paraguai.

CATEGORIA 4
CLASSE 1: Plantas
Código: EUCSS 2 10 13 01 4 (Planta *in vitro*)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde). R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Não há Declarações Adicionais para Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

CATEGORIA 4
CLASSE 3: Sementes
Código: EUCSS 2 13 01 03 4
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Brasil: DA5 - O cultivo foi submetido a inspeção oficial durante um ciclo completo de crescimento e não se tem detectado *Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum* e *Cylindrocladium crotalariae.* ou DA15 - O envio se encontra livre de *Cylindrocladium brasilensis, Cylindrocladium candelabrum e Cylindrocladium crotalariae,* de acordo com o resultado da análise oficial de laboratório Nº ( ). Não há Declarações Adicionais para Argentina, Paraguai e Uruguai.

CATEGORIA 3
CLASSE 6: Madeiras, cortiças, casca
Código: EUCSS 1 14 06 06 3 (Madeira não processada)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso. R4 - Produto sujeito a Análise Oficial de Laboratório ao ingresso. R8 - Ingressará ao Depósito Quarentenário sob controle oficial.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA1 - O envio se encontra livre de *Chilecomadia valdiviana, Phoracantha semipunctata* e *Phoracantha recurva.* Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Phoracantha semipunctata, Phoracantha recurva, Platypus linearis, Xyleborus affinis, Xyleborus gracilis, Xyleborus hagedorni, Xyleborus linearicolis, Xyleborus neivai, Xyleborus obliquus, Xyleborus retusus* e *Xyleborus spinosulus.* Paraguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Phoracantha semipunctata, Xyleborus affinis, Xyleborus gracilis, Xyleborus hagedorni, Xyleborus linearicolis, Xyleborus neivai, Xyleborus obliquus, Xyleborus retusus* e *Xyleborus spinosulus.* Uruguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Phoracantha semipunctata, Phoracantha recurva* e *Xyleborus retusus.*

CATEGORIA 2
CLASSE 6: Madeiras, cortiças, casca
Código: EUCSS 1 14 07 06 2 (Madeira semi processada)
Requisitos fitossanitários:
R0 - Requer Permissão Fitossanitária de Importação. R2 - O envio deve vir acompanhado pelo CF (ou pelo CF de Re-Exportação se corresponde), onde se certifiquem as Declarações Adicionais solicitadas. R1 - Requer inspeção fitossanitária ao ingresso.
Declarações Adicionais:
Argentina: DA1 - O envio se encontra livre de *Chilecomadia valdiviana, Phoracantha semipunctata e Phoracantha recurva.* Brasil: DA1 - O envio se encontra livre de *Phoracantha semipunctata, Phoracantha recurva, Platypus linearis, Xyleborus affinis, Xyleborus gracilis, Xyleborus hagedorni, Xyleborus linearicolis, Xyleborus neivai, Xyleborus obliquus, Xyleborus retusus* e *Xyleborus spinosulus.* Paraguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Phoracantha semipunctata, Xyleborus affinis, Xyleborus gracilis, Xyleborus hagedorni, Xyleborus linearicolis, Xyleborus neivai, Xyleborus obliquus, Xyleborus retusus* e *Xyleborus spinosulus.* Uruguai: DA1 - O envio se encontra livre de *Phoracantha semipunctata, Phoracantha recurva* e *Xyleborus retusus.*

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 215, DE 16 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ SUBSTITUTO, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010 e Portaria Ministerial n°1.641, de 06 de outubro de 2015, publicada no DOU de 16 de outubro de 2015. E tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.002289/2016-50, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento da empresa MADEM S/A IND.E COM.DE MADEIRAS E EMBALAGENS, número BR PR096, CNPJ n° 87.547.238/0003-81, localizada na RUA IGNACIO SCHELBAUER, 655, Bairro Bom Jesus, Rio Negro-PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos nas modalidades de:

I.Tratamento Térmico (HT)

II.Secagem em Estuda (KD)

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIRON BURGARDT

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 534, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059289/2011-09 e nº 53780.000142/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de junho de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO FM COMUNITÁRIA CIDADE PROGRESSO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pendências / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 684, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.008588/2013-39 e nº 53830.000508/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE OURO VERDE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ouro Verde/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 728, 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.026978/2013-91 e nº 53710.000760/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES MINAS GERAIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Governador Valadares/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 753, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.047461/2011-73 e nº 53830.002554/1998 , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16/08/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIAITAQUERÊ DE COMUNICAÇÃO DE NOVA EUROPA - ITA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Europa/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 780, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000946/1998 e nº 53900.017573/2014-07, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE ARACI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Araci/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 874, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.020488/2013-81 e nº 53700.000654/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, CULTURAL E AMBIENTAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de SÃO GABRIEL DO OESTE/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 900, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000460/1998 e nº 53000.008640/2012-76, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de março de 2012, a autorização outorgada à RÁDIO CLUBE DA VIDA - VIDA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jussara/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.030, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.017294/2015-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NATIVA FM de Tabuleiro do Norte, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Tabuleiro do Norte/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.033, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.028163/2015-64, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de agosto de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcântaras/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.037, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.012702/2014-62, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA POPULAR DE JAGUARUANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaguaruana/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.136, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065174/2012-26 e nº 53710.000816/1998 , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAXAMBUENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Caxambu / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.141, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.020719/2012-75 e nº 53000.004405/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08/08/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO GAMA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Gama/DF.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.168, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028045/2013-38 e nº 53830.001838/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA SERRANA DE CUNHA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cunha/SP.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

arágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.464, 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.024130/2012-46 e nº 53720.000415/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de maio de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE VITÓRIA DO JARI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Vitória do Jari/AP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.819, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000110/2002 e nº 53900.015016/2015-24, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO AMIGOS DA CIDADE DE JACAREZINHO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jacarezinho/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.823, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000100/2000 e nº 53900.021931/2015-59, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de agosto de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MANARI - PE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Manari/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.951, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.000136/2001 e nº 53900.017288/2015-69, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DA CULTURA E ARTE POPULAR DE CATUNDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Catunda/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 30 de maio de 2016

459ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Associação Conservação da Vida Silvestre - WCS	900.1240/2015	06.272.720/0001-92

635ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional - FUNDENOR	900.0979/2006	28.976.710/0001-70

GERALDO SORTE
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 667, DE 30 DE MAIO DE 2016

Aprova o Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2005;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2008, que aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO as contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº 18, de 3 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo nº 53500.002203/2014-70;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em sua Reunião nº 800, realizada em 19 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações - RGA, na forma do Anexo I a esta Resolução.

Art. 2º O RGA entra em vigor na data da publicação desta Resolução.

§ 1º As obrigações constantes do Regulamento serão plenamente exigíveis com a sua entrada em vigor, ressalvadas:

I - No prazo de 12 (doze) meses, as dispostas no:

a) Título II - art. 8º;

b) Título III - art. 9º; e,

c) Título IV.

Art. 3º Aprovar, na forma do Anexo II a esta Resolução, as revogações nele previstas.

§ 1º O Anexo II entra em vigor no prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Resolução.

§ 2º Em caso de conflito entre as disposições vigentes no Regulamento mencionado no art. 1º e os dispositivos regulamentares elencados ou não no Anexo II, prevalecem os que são mais favoráveis às pessoas com deficiência.

§ 3º A revogação das normas que veiculam obrigações de acessibilidade em vigor condiciona-se ao início da vigência das obrigações correspondentes previstas nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ANEXO I

REGULAMENTO GERAL DE ACESSIBILIDADE EM TELECOMUNICAÇÕES

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DA ABRANGÊNCIA E DO OBJETIVO

Art. 1º Este Regulamento tem como objetivo estabelecer regras para propiciar às pessoas com deficiência a fruição de serviços de telecomunicações e a utilização de equipamentos de telecomunicações em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio da supressão das barreiras à comunicação e à informação.

§ 1º A aplicação das regras constantes do presente Regulamento não afasta a incidência da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, nos termos do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6.949/2009; do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - Lei nº 8078/1990; da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/2015; do Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; do Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras; e das normas que venham a substituí-las, regras complementares dos direitos previstos na legislação e outros regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes.

§ 2º O disposto neste regulamento é aplicável às Prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

§ 3º No caso de concurso simultâneo de normas, deve ter prevalência a regra que mais amplia os direitos das pessoas com deficiência.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito deste Regulamento, além das definições constantes na regulamentação aplicável aos serviços de telecomunicações, são adotadas as seguintes definições:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Atendimento especializado: Ato de atender uma pessoa com deficiência de maneira compreensível, sendo realizado de modo presencial ou remoto, conforme definições do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações RGC, usando tecnologia assistiva, bem como outro meio que garanta a perfeita interação entre o usuário e a prestadora.

III - Audiodescrição: é a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual.

IV - Barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

V - Central de Intermediação de Comunicação - CIC: central responsável pela intermediação de comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e entre estas e demais usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, e do Serviço Móvel Pessoal - SMP;

VI - Desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

VII - Janela de Libras: espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais;

VIII - Legenda Oculta: texto que aparece opcionalmente na tela e que corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que dependam da audição para sua compreensão;

IX - Língua Brasileira de Sinais - Libras: Língua de natureza visual-espacial, com estrutura gramatical própria, que constitui o sistema linguístico de comunidades surdas do Brasil;

X - Menus com audiolocução - inserção de locução, em língua portuguesa, que permita ao usuário ouvir o texto de menus e demais recursos interativos a medida em que são selecionados;

XI - Pessoa com deficiência: é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XII - Tecnologia Assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

XIII - Terminal adaptado para pessoas com deficiência: terminal com recursos de acessibilidade que possibilita a comunicação entre pessoas com deficiência e entre estas e as demais usuárias dos serviços de telecomunicações;

XIV - Unidade Receptora Decodificadora (URD): equipamento ou conjunto de equipamentos e dispositivos necessários para receber e decodificar os sinais provenientes da Prestadora, converter para um padrão compatível com o Dispositivo Terminal do Assinante e transmitir sinais para os equipamentos e sistemas da Prestadora, quando for o caso.

XV - Videochamadas: aplicações de conversação em tempo real, por meio de áudio e vídeo, utilizadas na internet; e,

XVI - Webchat: aplicações de conversação em tempo real, por meio de texto, utilizadas na internet.

Parágrafo único. Para fins deste regulamento, a expressão deficiência auditiva compreende, ainda, a deficiência de fala.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DAS OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA

Art. 3º A acessibilidade é direito fundamental e deve possibilitar às pessoas com deficiência usufruir de serviços e equipamentos de telecomunicações, de forma independente, sob todos os aspectos, mediante a supressão de barreiras à comunicação e informação.

Art. 4º Todas as pessoas com deficiência têm direito a usufruir dos serviços de telecomunicações e utilizar equipamentos de telecomunicações em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Art. 5º As pessoas com deficiência têm direito a atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento adequado, com a disponibilização de informações e recursos de comunicação acessíveis.

Parágrafo único. Equipara-se à pessoa com deficiência, para fins de atendimento prioritário, seu acompanhante ou atendente pessoal.

Art. 6º As pessoas com deficiência têm direito à instalação do acesso individual pelas prestadoras do STFC, modalidade local, nas localidades onde o serviço estiver disponível, sendo de responsabilidade do usuário o fornecimento de aparelhagem adequada à utilização do STFC.

Art. 7º As pessoas com deficiência devem observar os deveres previstos no Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC.

Art. 8º Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, as Prestadoras que não se enquadrem como Prestadora de Pequeno Porte têm a obrigação de:

I - disponibilizar ao assinante com deficiência visual a opção de receber, dentre outros, cópia do contrato de prestação do serviço, do plano de serviço, da oferta, do contrato de permanência e do documento de cobrança em braile, com fontes ampliadas ou outro formato eletrônico acessível, mediante solicitação;

II - disponibilizar em sua página na internet e em todos os canais de atendimento informações sobre os serviços em formato acessível;

III - ofertar planos de serviços para pessoas com deficiência auditiva, garantindo que somente sejam cobrados os serviços condizentes com o tipo de deficiência auditiva;

IV - disponibilizar no canal de atendimento remoto por internet mecanismos de interação via mensagem eletrônica, webchat e videochamada por profissionais qualificados para atender as pessoas com deficiência;

V - possuir atendimento especializado que possibilite a melhor comunicação às pessoas com deficiência auditiva no Setor de Atendimento no Estabelecimento; e,

VI - garantir a acessibilidade de sua página na internet, proporcionando o pleno acesso às informações.

TÍTULO III

DA ACESSIBILIDADE NOS TERMINAIS

CAPÍTULO I

DA ACESSIBILIDADE NOS TERMINAIS DE TELECOMUNICAÇÕES

Art. 9º As prestadoras de serviços de telecomunicações que não se enquadrem como Prestadora de Pequeno Porte devem divulgar as funcionalidades, facilidades ou tecnologias assistivas, voltadas para os diferentes tipos de deficiência, constantes dos terminais de telecomunicações que constem de suas ofertas comerciais.

§ 1º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como facilidades, funcionalidades ou tecnologias assistivas, dentre outros:

I - recursos de acessibilidade voltados para pessoas com deficiência auditiva: opções de mensagens, alertas visuais ou vibratórios, controle de volume ajustável, indicadores visuais ou táteis para o teclado, serviço de mensagens multimídia, monoáudio, videochamada, videoconferência e legendas;

II - recursos de acessibilidade voltados para pessoas com deficiência visual: leitor de tela, marcadores táteis, retorno sonoro ou tátil, audiodescrição, menu com audiolocução, retorno de sintetizador de voz de telas sensíveis ao toque, sinais sonoros, ajuste do tamanho de fontes, controle de ajuste de brilho e contraste, mudança do tamanho da tela principal, visor retroiluminado, conversor de texto para voz, scanner e reconhecimento ótico de caracter e ampliador de tela;

III - recursos de acessibilidade voltados para pessoas com deficiência motora: reconhecimento de voz, autotexto, aplicativos que estabilizam a imagem da câmera, funcionalidade que permita atender o telefone com qualquer tecla, resposta por viva voz, design do celular que torne desnecessária a realização de movimentos de deslizamento ou abertura para sua utilização, celular com fundo plano de forma a possibilitar seu apoio numa mesa - sem necessidade de segurá-lo, formato ergonômico e uso de materiais antiderrapantes; e,

IV - recursos de acessibilidade voltados para pessoas com deficiência cognitiva: predição de texto, reconhecimento de voz, conversor de texto para voz, agenda com alerta de áudio, maiores telas e opções de formatação, manuais de instrução claros e de fácil entendimento, menus com ícones simples que facilitem a navegação, tempo suficiente para que os usuários entrem com as informações desejadas, capacidade de associar fotos a números de telefone, opção de escolher um alerta sonoro, visual ou vibratório a fim de que o usuário saiba que está recebendo uma chamada, tela com alta resolução de forma a facilitar a leitura da tela, capacidade de armazenar detalhes dos contatos de emergência, fornecimento de um retorno de áudio, visual e/ou tátil após pressionar o teclado, comandos de voz pré-gravados para funções mais utilizadas, menus de ajudas preditivos e atalhos de teclado para fazer cada passo de forma rápida e eficiente.

§ 2º A divulgação prevista no caput deve ser realizada no atendimento remoto e no atendimento no estabelecimento, por meio de instrumento que possibilite às pessoas com deficiência conhecerem a variedade de opções de terminais de telecomunicações com recursos de acessibilidade, identificando as facilidades, funcionalidades ou tecnologias assistivas existentes para auxílio na escolha do terminal adequado às necessidades individuais do consumidor.

CAPÍTULO II

DA ACESSIBILIDADE NO TELEFONE DE USO PÚBLICO DO STFC (TUP)

Art. 10. Os telefones de uso público do STFC (TUP) adaptados para pessoas com deficiência devem observar as normas correspondentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como os requisitos definidos em regulamentação específica.

§ 1º Todos os TUP devem estar adaptados às pessoas com deficiência visual.

§ 2º Os meios de pagamento dos TUP devem considerar o princípio do Desenho Universal.

Art. 11. A pessoa com deficiência tem direito a solicitar TUP adaptado, diretamente, ou por meio de quem a represente, de acordo com suas necessidades, com indicação do local de instalação desejado, cujo atendimento deve ser efetivado no prazo e forma definidos em regulamentação específica.

§ 1º Poderão também solicitar a instalação de TUP adaptado o responsável legal de lugares de grande circulação pública tais como aeroportos, rodoviárias, centros comerciais, escolas, dentre outros.

§ 2º A solicitação de instalação de TUP adaptado para pessoas com deficiência deverá ser acompanhada, quando for o caso, da anuência do responsável legal do local indicado para a instalação.

Art. 12. A relação dos TUP adaptados para pessoas com deficiência deve estar disponível nas páginas da internet das concessionárias do STFC, identificado por tipo de deficiência.

Art. 13. A prestadora poderá incorporar funcionalidades nos TUP adaptados para pessoas com deficiência, tais como, videochamadas, envio e recebimento de mensagens, acesso à internet diretamente pelo terminal ou por meio de conexão sem fio, observados os avanços tecnológicos.

TÍTULO IV

DA CENTRAL DE INTERMEDIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO A SER UTILIZADA POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA - CIC

CAPÍTULO I

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 14. As prestadoras do Serviço Móvel Pessoal e do Serviço Telefônico Fixo Comutado devem disponibilizar o acesso à Central de Intermediação de Comunicação (CIC) para as pessoas com deficiência auditiva, em tempo integral.

§ 1º A CIC deve permitir a intermediação por vídeo e por mensagens, acompanhando as evoluções tecnológicas ofertadas no mercado.

§ 2º A CIC não se confunde com o Centro de Atendimento Telefônico, devendo ter código de acesso distinto.

Art. 15. As prestadoras poderão disponibilizar a CIC de maneira compartilhada, contratar soluções disponíveis no mercado, bem como buscar parcerias com Centrais de Interpretação de Libras.

Parágrafo único. A prestadora pode contratar meios de terceiros para operacionalização da CIC, sendo, para todos os efeitos, a única responsável pelo pleno atendimento das disposições regulamentares.

Art. 16. A existência, o código de acesso e a funcionalidade da CIC devem ser divulgados de forma clara e em formato acessível.

§ 1º A divulgação do serviço oferecido pela CIC deve estar disponível em formato acessível na página da prestadora na internet, com fácil acesso e em todos seus locais de atendimento pessoal.

§ 2º O acesso à CIC bem como a intermediação prestada são gratuitos, podendo ser cobrados os serviços de telecomunicações que lhe dão suporte, de acordo com a regulamentação específica.

§ 3º A intermediação por meio da CIC deve ser possível independentemente da localização do usuário de origem e do usuário de destino.

Art. 17. A obrigação de intermediar a comunicação com o uso da CIC exige que o usuário utilize terminal que contenha funcionalidade, facilidade ou tecnologias assistivas para pessoas com deficiência.

CAPÍTULO II

DAS CARACTERÍSTICAS DOS ATENDENTES

Art. 18. O atendente deve possuir a qualificação necessária para desempenhar a função de intermediar a comunicação telefônica entre pessoas com deficiência e demais usuários dos serviços de telecomunicações com o dever de, em especial:

I - ser exato, imparcial e treinado especificamente para atender e intermediar a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e demais usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Pessoal; e,

II - possuir habilidade em digitação e fluência em Língua Brasileira de Sinais - Libras, a ser comprovada mediante apresentação dos certificados respectivos, domínio da Língua Portuguesa, soletração e conhecimento das expressões utilizadas pelas pessoas surdas.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE E DAS CARACTERÍSTICAS DO ATENDIMENTO

Art. 19. Aplica-se ao serviço de telecomunicações que suporta a CIC o Regulamento de Gestão de Qualidade (RGQ) correspondente, naquilo que for compatível.

Art. 20. São deveres da prestadora no atendimento por meio da CIC, dentre outros:

I - realizar a chamada para o terminal de telecomunicações solicitado, de acordo com as instruções do usuário;

II - aguardar o sinal que autoriza o envio da mensagem, seja por texto ou vídeo do usuário de origem, para repassá-la ao usuário de destino e vice-versa;

III - informar ao usuário, desde que este aceite a explicação, o funcionamento da CIC antes da intermediação da comunicação;

IV - transmitir o conteúdo da mensagem de texto, imagem ou vídeo em Libras do usuário com deficiência auditiva, por meio da voz, de forma compreensível, para o usuário de destino;

V - transmitir o conteúdo da mensagem de voz do usuário de origem por meio de texto, imagem ou vídeo em Libras, de forma compreensível, para o usuário com deficiência auditiva;

VI - transmitir o conteúdo da mensagem de texto, imagem ou vídeo em Libras do usuário com deficiência auditiva, de forma compreensível, para outro usuário com deficiência auditiva;

VII - zelar pela inviolabilidade, sigilo, integralidade e literalidade das mensagens, sem emitir opinião pessoal ou corporativa sobre os assuntos que estiverem sendo tratados pelos usuários da CIC; e,

VIII - em caso de inviabilidade da comunicação com o usuário de destino informar ao usuário de origem sobre a inviabilidade de comunicação com o usuário de destino da seguinte forma:

a) por meio de mensagem de texto, imagem ou vídeo em Libras quando este for pessoa com deficiência auditiva; e,

b) por meio de mensagem de voz para as demais pessoas.

Art. 21. É vedado à prestadora:

I - divulgar a conversação intermediada, salvo nas hipóteses de suspensão do sigilo;

II - intervir na conversação ou alterar o seu sentido; e,

III - recusar chamadas sequenciais ou limitar o tempo das chamadas.

Art. 22. Depois de encerrada a intermediação entre os usuários do serviço oferecido pela CIC, não deve haver qualquer registro do conteúdo das mensagens intermediadas.

§ 1º A prestadora deve tornar disponíveis os recursos tecnológicos e facilidades necessários à suspensão de sigilo de telecomunicações, determinada por autoridade judiciária ou legalmente investida desses poderes, e manter controle permanente de todos os casos, acompanhando a efetivação dessas determinações e zelando para que elas sejam cumpridas dentro dos estritos limites autorizados.

§ 2º Deverão ser mantidos os registros dos contatos originados pela CIC e destinados a esta, incluindo, no mínimo, para cada chamada, as seguintes informações:

I - código de acesso contatado;

II - data e horário (hora, minuto e segundo) do início do contato; e,

III - duração do contato (hora, minuto e segundo).

Art. 23. É facultada à prestadora a automatização do atendimento desde que seja assegurada a compreensão da comunicação e observadas as disposições previstas neste Regulamento.

CAPÍTULO IV

DOS EQUIPAMENTOS

Art. 24. Os equipamentos empregados na intermediação da CIC devem garantir fidelidade, sigilo, confidencialidade e integralidade das mensagens e devem se comunicar com qualquer terminal de telecomunicações, inclusive com terminal adaptado para pessoas com deficiência.

TÍTULO V

DAS SANÇÕES

Art. 25. O descumprimento ou a não observância das disposições contidas neste Regulamento sujeita a prestadora a sanções, nos termos da legislação e da regulamentação.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. O disposto no Capítulo II do Titulo III é aplicável somente às concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Art. 27. Para acompanhamento da implantação das disposições do presente Regulamento será constituído Grupo de Implantação do Regulamento, composto pela Anatel e pelas Prestadoras abrangidas por suas disposições, inclusive as de Pequeno Porte, ou as

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

entidades que as representem, sendo facultada a participação de representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 28. O Grupo de Implantação será coordenado pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR), com a participação das Superintendências de Relações com Consumidores (SRC), de Fiscalização (SFI) e de Controle de Obrigações (SCO).

Art. 29. Os membros do Grupo serão nomeados na reunião de instalação, que ocorrerá em até 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste Regulamento.

Art. 30. Os conflitos no âmbito do Grupo serão decididos pelos representantes da Anatel.

Art. 31. São atribuições do Grupo, dentre outras:

I - acompanhar a implementação das disposições deste Regulamento, conduzindo o processo orientado para a observância das melhores práticas, com aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas para que a execução das normas se dê de forma efetiva, eficaz e com qualidade; e,

II - coordenar, orientar e avaliar a metodologia de implantação dos dispositivos e, quando for o caso, determinar a sua implantação de forma padronizada pelas Prestadoras.

Parágrafo único. O trabalho final do Grupo resultará em um manual operacional dos procedimentos por ele definidos, a ser observado nos procedimentos de fiscalização da Anatel.

Art. 32. A Anatel divulgará classificação comparativa entre as prestadoras, de acordo com as ações de acessibilidade por elas promovidas, conforme índice de desempenho a ser definido pela Agência, visando à melhoria do atendimento dos usuários de serviços de telecomunicações com deficiência.

ANEXO II

REVOGAÇÕES

Ficam revogados os seguintes dispositivos:

a) do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426/2005: inciso I do art. 3º, art. 16 e art. 35;

b) do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 614/2013: parágrafo único do art. 47;

c) do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477/2007: inciso XVIII do art. 10, art. 67, caput e parágrafo único, e art. 119;

d) do Regulamento de Obrigações de Universalização, aprovado pela Resolução nº 598, de 23 de outubro de 2012: o art. 13, caput, §§ 1º, 2º, 3º e 4º; art. 14 e inciso II do art. 60;

e) do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581/2012: inciso II do art. 73; e,

f) o Regulamento da Central de Intermediação de Comunicação telefônica a ser utilizada por pessoas com deficiência auditiva ou da fala - CIC, aprovado pela Resolução nº 509, de 14 de agosto de 2008.

ACÓRDÃO Nº 201, DE 30 DE MAIO DE 2016

Processo nº 53500.013549/2014-01
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 801, de 25 de maio de 2016
EMENTA: REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA DO GRUPO CLARO S.A. ART. 86 DA LGT. TRANSFERÊNCIA AOS USUÁRIOS DOS GANHOS ECONÔMICOS QUE NÃO DECORRAM DA EFICIÊNCIA OU INICIATIVA EMPRESARIAL. REVISÃO TARIFÁRIA.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 7/2016/SEI/IF (SEI nº 0360886), com os acréscimos propostos pelo Conselheiro Rodrigo Zerbone Loureiro por meio do Voto nº 9/2016/SEI/RZ (SEI nº 0522101), integrante deste acórdão: a) aprovar a revisão tarifária da CLARO S.A. no percentual de 10,43%, aplicado às tarifas de VC-2 e VC-3 do Plano Básico, conforme tabela constante do referido Voto; b) determinar que a CLARO S.A. incorpore de forma definitiva aos seus Planos Alternativos todas e quaisquer promoções, ofertas e descontos existentes na data da presente decisão, de forma que os Planos Alternativos reflitam fielmente o preço arcado por cada consumidor em suas faturas. Em caso de impossibilidade de incorporação definitiva das promoções, ofertas e descontos aos Planos Alternativos por eventuais não coincidências de abrangências geográficas, ou outra circunstância que torne inviável a referida incorporação, a CLARO S.A. deverá atrelar a validade e a existência de referidas promoções, ofertas e descontos à validade e existência dos correspondentes Planos Alternativos, de forma que perdurem enquanto perdurar o correspondente Plano; c) determinar que a CLARO S.A. reduza, a partir de 1º de junho de 2016, os valores de VC-2 e VC-3 de todos os Planos Alternativos, revistos na forma da alínea acima, bem como todas e quaisquer promoções, ofertas e descontos existentes na data da presente decisão, no percentual de 10,43%, em caráter definitivo e de forma que seus consumidores aufiram efetivamente tal benefício, sem prejuízo dos reajustes previstos no contrato de concessão; e, d) determinar à CLARO S.A. que dê ampla publicidade à revisão tarifária concedida pela Anatel, incluindo a redução de valores de VC-2 e VC-3 dos Planos Alternativos, por meio de jornais de grande circulação e divulgação em sua página na internet.
Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.507, DE 30 DE MAIO DE 2016

Processo nº 53500.009009/2016-87. Anui previamente com o aumento de capital social e com o aumento do limite estatutário do capital autorizado da CLARO S.A., CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, nos termos da Análise nº 18/2016/SEI/AD. A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do extrato do presente Ato no Diário Oficial da União (DOU), prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias. A aprovação não exime a empresa do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontre submetida perante outros órgãos.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 30 DE MAIO DE 2016

Nº 52.908 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ADOLFO KAFER, CPF nº 103.938.540-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 52.909 - Expede autorização à FUNDACAO CULTURAL CELINAUTA, CNPJ nº 77.737.831/0001-75 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 52.586, DE 27 DE MAIO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s), associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE, CNPJ nº 10.436.979/0001-07. Nº 52.587 - ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, CNPJ nº 13.017.462/0001-63.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 1.121, DE 20 DE ABRIL DE 2016

Processo nº 53500.000371/2016 - Expedir autorização à DINAMIX INFO TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 23.314.555/0001-03, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 52.667, DE 27 DE MAIO DE 2016

Processo n° 535540013252016. Outorga autorização de uso de radiofrequências à BAHIA SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA, CNPJ nº 13.937.149/0001-43, associada à Autorização para exploração do Radioenlaces Associados ao Serviço Móvel Privado, até 27 de Setembro de 2026, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO DO SUPERINTENDENTE

Processo nº 53500.007209/2016
Nº 5/2016 O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o pedido de prorrogação de prazo formulado pela PREDLINK REDE DE TELECOMUNICACOES LTDA. - EPP, CNPJ/MF nº 05.980.171/0001-48, autorizada a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em regime privado, por prazo indeterminado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas (PGO), por meio do Ato nº 136/2014, de 10 de janeiro de 2014 e correspondentes Termos de Autorização nºs. 07/2014/ORLE/SOR-ANATEL, 06/2014/ORLE/SOR-ANATEL e 05/2014/ORLE/SOR-ANATEL, cujos extratos foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) de 09 de abril de 2014, DECIDE prorrogar o prazo para entrada em operação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC por 12 (doze) meses a contar da data de publicação deste Despacho Decisório, pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 664/2016/SEI/ORLE/SOR, de19 de abril de 2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 29 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o § 3° do art. 26º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Conhecer e negar provimento aos recursos administrativos interpostos pelas entidades abaixo relacionadas, bem como alterar o valor das multas aplicadas e lhes atribuir os pontos conforme tabela infra.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Valor alterado (R$)	Pontos	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.023797/2011	Rádio Transamérica de São Paulo Ltda	FM	São Paulo	SP	16.792,97	5 (cinco).	Portaria n° 1074, de 29/04/2016	Portaria MC n° 112/2013
53000.020360/2012	Associação Comunitária Rádio Club FM a Voz de Nazaré	RADCOM	Manacapuru	AM	913,86	4 (quatro).	Portaria n° 681, de 29/04//2016	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.027372/2012	Associação de Radiodifusão Comunitária Voz da Ilha	RADCOM	Ilha de Itamaracá	PE	913,86	4 (quatro).	Portaria n° 973, de 29/04//2016	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.019476/2012	Rádio Comunitária Cidade Livre FM	RADCOM	Coelho Neto	MA	456,93	4 (quatro).	Portaria n° 1223, de 29/04//2016	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC nº 562/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conhecer e negar provimento ao recurso administrativo interposto pela entidade abaixo relacionada, bem como alterar a penalidade de multa em advertência e lhes atribuir os pontos conforme tabela infra.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Pontos	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.003988/2011	Associação de Radiodifusão Comunitária União e Paz	RADCOM	Viamão	RS	Advertência	2 (dois).	Portaria n° 1340, de 29/04/2016	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC nº 562/2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.014994/2013	Antena Um Radiodifusão Ltda	FM	Belo Horizonte	MG	Suspensão 1(um) dia	Art. 28, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963.	Portaria n° 725, de 29/04//2016	Portaria MC n° 112/2013
53000.015851/2013	Rádio Cultura de Campo Grande	OM	Campo Grande	MS	Suspensão 1(um) dia	Art. 38, alínea "h" do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria n° 1412, de 29/04//2016	Portaria MC n° 112/2013
53000.023798/2011	Sompur São Paulo Radiodifusão Ltda	FM	São Paulo	SP	Suspensão 1(um) dia	Art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria n° 4227, de 29/04//2016	Portaria MC n° 112/2013

ROBERTO PINTO MARTINS

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.600, DE 27 DE ABRIL DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1° da Portaria n° 657, de 17 de maio de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.028063/2013	Fundação Cantares de Salomão	FME	Cuiabá	MT	Multa	11.137,70	Alínea "e" do art. 38 do CBT, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 e o art. 3º da Portaria Interministerial nº 651/1999	Portaria DEAA n° 1600, de 27/04/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 657/2013

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA

PORTARIA Nº 1.315, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1° da Portaria n° 657, de 17 de maio de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.043349/2013	Rádio Rio Verde Ltda	FM	Baependi	MG	Multa	3.289,91	Alínea "e" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 1315, de 28/04/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 657/2013

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA

PORTARIA Nº 1.969, DE 12 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Revogar portaria de multa aplicada a Entidade abaixo relacionada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.063614/2011	Associação e Movimento Comunitário Rádio Novo Cântico FM	RADCOM	Itapira	SP	Revogar a Portaria nº 754, de 15/07/2013, publicada no DOU de 16/07/2013.	Portaria DEAA n° 1969, de 12/05/2016	Portaria MC n° 112/2013

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA

PORTARIA Nº 1.586, DE 13 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9° da Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de advertência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.035171/2012	Rádio Aratu Ltda	FM	Salvador	BA	Advertência	Art. 28, item 12, alínea "i" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto n° 52.795, de 31/10/1963.	Portaria DEAA n° 1586, de 13/05/2016	Portaria MC n° 112/2013

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.298, DE 5 DE MAIO DE 2016

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53900.043224/2015-13, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Araçatuba, estado de São Paulo, utilizando o canal 9- (nove decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA OLIVEIRA CORREA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO DECISÓRIO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de maio de 2016

Nº 114 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

16-0215 - ZAATARI, O FILME
Processo: 01580.084897/2015-90
Proponente: FILMART PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 64.044.866/0001-58
Valor total aprovado: R$ 1.721.475,74
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 26529-2
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 26530-6
16-0217 - SUA EXCELÊNCIA, O ESPECTADOR
Processo: 01416.000642/2016-65
Proponente: FILME B COMUNICACOES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 01.918.811/0001-39
Valor total aprovado: R$ 1.789.874,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 0392-1 conta corrente: 53819-1
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.380,00
Banco: 001- agência: 0392-1 conta corrente: 53820-5
16-0219 - 100 OBRAS DE MUSEUS
Processo: 01416.000221/2016-34
Proponente: MAPA FILMES DO BRASIL LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 33.139.692/0001-02
Valor total aprovado: R$ 1.497.947,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 9751-9
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 423.049,65
Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 9752-7
16-0220 - BORA PRA AMAZÔNIA
Processo: 01416. 000675/2016-13
Proponente: MIGDAL PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 10.645.895/0001-75
Valor total aprovado: R$ 6.995.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23636-5
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.300.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23638-1
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.345.250,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23637-3
16-0221 - DANIEL NA COVA DOS LEÕES
Processo: 01416.000621/2016-40
Proponente: CINE CINEMATOGRÁFICA LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 00.445.787/0001-03
Valor total aprovado: R$ 6.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.899.000,00
Banco: 001- agência: 2692-1 conta corrente: 64598-2
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 2692-1 conta corrente: 64597-4
16-0222 - FIM DE SEMANA
Processo: 01416.000712/2016-85
Proponente: RACCORD PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS
LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 72.062.029/0001-09
Valor total aprovado: R$ 2.400.820,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23640-3
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23641-1
16-0225 - O PALESTRANTE MOTIVACIONAL
Processo: 01416.000404/2016-50
Proponente: PORTA DOS FUNDOS PRODUTORA E DISTRIBUIDORA
AUDIOVISUAL LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 17.227.558/0001-07
Valor total aprovado: R$ 5.763.506,88
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.675.331,53
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 43685-2
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 43683-6
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 43686-0
Valor aprovado no Art. 41 - MP 2.228-1/01 (Funcines): R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 43684-4

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

16-0205 - BABEL/SP
Processo: 01416.000602/2016-13
Proponente: FILMEGRAPH LTDA - ME
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 23.148.018/0001-30
Valor total aprovado: R$ 1.499.828,00
Valor aprovado no Art. 39 da MP 2.228-01: R$ 1.424.836,60
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 43681-X
16-0218 - MEMÓRIAS DO ESPORTE
Processo: 01416.000670/2016-82
Proponente: MYTHOLOGY PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 19.542.988/0001-49
Valor total aprovado: R$ 1.315.800,00
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.250.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29136-6
16-0223 - AFRICA ANIMAL DE RICHARD RASMUSSEN
Processo: 01416. 000677/2016-02
Proponente: GREEN PLANET STUDIOS PRODUÇÕES DE VIDEO EDITORA E
SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL LTDA
Cidade/UF: Araçariguama/SP
CNPJ: 13.404.221/0001-77
Valor total aprovado: R$ 1.972.348,10
Valor aprovado no Art. 39 da MP 2.228-01: R$ 1.873.730,10
Banco: 001- agência: 0813-3 conta corrente: 40698-8

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 27, DE 30 DE MAIO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve REVOGAR:

I - Permissão n.º 23, Anexo I, Seção I, da Portaria Iphan n.º 54/2014, publicada no DOU em 10/10/2014, em nome da arqueóloga Erika Marion Robrahn-González, referente ao processo n.º 01500.002298/2014-28, Projeto de "Diagnóstico, Prospecção e Monitoramento Arqueológico do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Município do Rio de Janeiro", tendo em vista solicitação do empreendedor.

II - Renovação n.º 03, Anexo II, Seção I, da Portaria Iphan n.º 57/2015, publicada no DOU em 19/10/2015, em nome da arqueóloga Erika Marion Robrahn-González, referente ao processo n.º 01500.002298/2014-28, Projeto de "Diagnóstico, Prospecção e Monitoramento Arqueológico do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Município do Rio de Janeiro", tendo em vista solicitação do empreendedor.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 306, DE 27 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
1511247 - 16º Festival Dançaraxá
Tassiana Araújo
CNPJ/CPF: 068.480.636-30
Processo: 01400080038201501
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 342.030,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 30/09/2016

Resumo do Projeto: Este projeto realizará o 16º Festival Dançaraxá, na cidade de Araxá MG. O Festival, já tradicional e consagrado, mobiliza participantes de cerca de 30 cidades e vários estados brasileiros, oferecendo oficinas gratuitas, mesas redondas, palestras, além de espetáculos de dança profissionais e apresentações competitivas, reunindo, em média, 1600 bailarinos por edição, sendo o maior evento de dança competitivo do Estado de MG. Todas as ações prevêem acessibilidade completa.

1510972 - 18ª Encenação da Paixão de Cristo de Bento Gonçalves
D W R SOM E LUZ PRODUCOES CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 08.469.718/0001-33
Processo: 01400079727201564
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 229.267,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realizar a produção e a apresentação da 18ª encenação da ?Paixão de Cristo? de Bento Gonçalves, na localidade da Linha Ceara no Vale do Vinhedos com uma grande estrutura montada ao ar livre com ampla acessibilidade e envolvimento de toda comunidade . A encenação é uma atividade aguardada com ansiedade pelo moradores que interpretam os ultimos momentos da vida de Jesus com o grupo de teatro amador da localidade, atraindo moradores de diversas cidades e assim promovendo a regiao.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

160756 - 25 Anos da Lenda da Espada de Prata
Antonio Fernando Grangense Rassy
CNPJ/CPF: 100.804.732-53
Processo: 01400007097201615
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 214.106,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 10/12/2016

Resumo do Projeto: Nossa proposta é realizar uma turnê com o espetáculo infantil interativo, A LENDA DA ESPADA DE PRATA, que está em cartaz a 25 anos, onde já completou mais de 1.400 apresentações, sendo feito em escolas, associações de bairro, igrejas, praças, Bosque Rodrigues Alves, Museu Emílio Goeldi e outros, agora pretendemos através da lei de incentivo Rouanet, faze apresentações em 40 municipios do Estado do Pará e em nove capitais do Nordeste do Brasil, todas as apresentações serão com entrada franca. Afim de divulgarmos o nosso DVD (que já está pronto), bem como mostrar nosso trabalho em outros lugares que ainda não alcançamos. Iremos realizar 3 apresentações em cada cidade, dando um total de 147 apresentações.

1510987 - ATINJ ? EM CANTOS DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DE TEATRO PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO ESTADO DO PARANÁ - ATINJ/PR
CNPJ/CPF: 13.856.376/0001-44
Processo: 01400079742201511
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 172.700,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Este projeto propõe uma Circulação teatral que acontecerá em cidades paranaenses, contendo 12 apresentações teatrais e 6 oficinas. O formato da circulação difere-se das demais já existentes, pois terá 1 dia simultâneo de duração, tendo as atividades divididas nos três períodos: manhã, tarde e noite. Com esta estratégia a ATINJPR causará um sobressalto cultural em seis cidades distintas num único dia. Cada cidade contará com 2 apresentações e 1 oficina dedicada à comunidade. Todos estes aspectos abordados na apresentação reforçam a escolha do nome da Circulação: ATINJ EM CANTOS DO PARANÁ. As ações serão desenvolvidas por 5 companhias integrantes da ATINJPR, assim como por mais 1 grupo paranaense que pesquisa e executa teatro com foco no público infanto-juvenil. Com intuito de prezar pela qualidade dos trabalhos apresentados na circulação, uma curadoria especializada irá determinar critérios de avaliação, a fim de definir este grupo que integrará o evento.

1511209 - BIBI FERREIRA EM MUSICAL
Negri e Tinoco Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 10.189.081/0001-73
Processo: 01400079992201542
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 7.045.651,98
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Montagem, temporada e circulação do espetáculo de teatro musical ? Bibi Ferreira em Musical?, uma homenagem em vida a maior atriz brasileira, Bibi Ferreira. Texto de Luanna GB, com direção geral de Tadeu Aguiar, arranjos e direção musical de Miguel Briamonte, cenários de J.C.Serroni, figurinos de Fábio Namatame, coreografia de Kátia Barros , design de luz de Rogério Wiltgen e composições de Thereza Tinoco para o musical. Serão 140 apresentações, sendo 04 meses de temporada em São Paulo, 03 meses no Rio de Janeiro e turnê por 04 cidades brasileiras, Vitória, Belo Horizonte, Brasilia e Porto Alegre. Estréia em julho de 2016, em São Paulo, em teatro de grande porte, com 05 sessões semanais. São 28 artistas no palco entre atores, coro e músicos.

1511195 - BILLDOG 2
FRANCO COMÉRCIO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 12.923.852/0001-30
Processo: 01400079978201549
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 286.030,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 30/12/2016

Resumo do Projeto: Este projeto tem como proposta montar e apresentar o espetáculo inédito "BILLDOG 2" numa temporada de dois meses no Rio de Janeiro e de um mês em São Paulo, a segunda parte da trilogia BILLDOG, que fez grande sucesso em sua primeira parte (que estreou em 2011 no Rio de Janeiro), realizou mais de 250 apresentações pelo Brasil e exterior, passando por mais de 35 teatros.

160398 - HISTÓRIAS PARA NINGUÉM DORMIR
Moacir David
CNPJ/CPF: 072.526.339-34
Processo: 01400006340201670
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 148.140,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto refere-se a realização de 20 apresentações gratuitas, do espetáculo teatral para público infantil intitulado Histórias Para Ninguém Dormir, em escolas públicas de Curitiba-Pr e 20 apresentações gratuitas, sendo 02 apresentações também para alunos de escolas públicas com faixa etária de 05 a 10 anos, em cada uma das cidades de Araucária, Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Rio Branco do Sul, e São José dos Pinhais, todas no estado do Paraná, nos meses de outubro/16 e Novembro/16.

1510004 - Personalíssima, Samba, Jazz e Bossa Nova
13TH PRODUCTIONS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 04.352.999/0001-99
Processo: 01400070557201552
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.298.720,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Esse grandioso musical, que mescla teatro, música e cinema, retrata a vida e obras da cantora Isaurinha Garcia, consagrada Rainha do Rádio. "Personalíssima , Samba, Jazz e Bossa Nova" é um musical idealizado pelo ator e produtor Rick Garcia, neto da cantora, com texto de Julio Fischer e direção de Fred Mayrink. Serão apresentadas novas versões dos sucessos de Isaurinha Garcia com dramaturgia de altíssima qualidade interpretada por artistas renomados e selecionados especialmente para a temporada. O Musical retrata cinco décadas da Música Popular Brasileira, usando uma linguagem cênica moderna e arrojada. Apresentaremos a trajetória da cantora, desde sua descoberta nos programas de calouros até seu glorioso apogeu. Temporada de 20 apresentações na cidade de São Paulo e 22 apresentações na cidade do Rio de Janeiro.

160787 - Só em Cena - Mostra de Solos e Monólogos
Rachel de Oliveira Coelho
CNPJ/CPF: 21.306.920/0001-02
Processo: 01400007132201698
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 95.088,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 30/11/2016

Resumo do Projeto: Realizar a primeira edição do projeto "Só em Cena - Mostra de Solos e Monólogos". A mostra trará espetáculos solo de teatro, locais e nacionais, direcionados a todos os públicos, para Maringá, distrito de Iguatemi e Sarandi, no Paraná.

1511138 - TIMELINE
QUARTA DIMENSÃO ENTRETENIMENTO
CNPJ/CPF: 17.189.067/0001-19
Processo: 01400079893201561
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 247.920,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 30/11/2016

Resumo do Projeto: APRESENTAÇÃO: O projeto propõe 24 apresentações do espetaculo TIMELINE, na cidade do Rio de Janeiro, durante 2 meses de temporada. TIMELINE é uma tragicomédia sobre a presença maciça da internet nas relações humanas, a invasão intensa dos celulares com internet e câmeras na vida cotidiana e as transformações das relações sociais a partir desse atropelamento cibernético que gera novos comportamentos, novas identidades, novas formas de relacionamentos e de formação cultural. ENCENAÇÃO: E se sua vida fosse um feed de notícias do Facebook? Uma página de instagram, uma lista de vídeos do youtube? E se você fosse sugado para dentro da tela de um computador e tivesse que pular de site em site, de timeline em timeline para poder sobreviver e manter a sua identidade, sua vida. Para ter atenção de todos, o que faria? E se o palco fosse uma enorme tela touch screen de um grande computador real? Você daria conta de acompanhar todas as histórias, vídeos, posts, perfis, fotos e notícias? A encenação de "Timeline" parte desse princípio. São cinco tramas principais que se entrelaçam em centenas de diferentes pequenas histórias. Mais de 200 personagens circulam pelo palco, como o feed de notícias dos personagens principais. Cenas de dez segundos, cinco minutos, conflitos resolvidos na rapidez de uma clicada, na velocidade da avalanche de informações de um feed de notícias, ou na complexidade de um grande arquivo de download lento. Dentro do dinamismo e das muitas possibilidades da linguagem da internet, as histórias vivenciadas sempre têm como pano de fundo a tecnologia. Os próprios aparelhos de celular do público serão "personagens" dessa trama, interagindo diretamente no espetáculo, ora por mensagens que serão enviadas aos aparelhos dos espectadores durante o espetáculo, ora por aparelhos que serão "sequestrados" pelo elenco durante o espetáculo. Também teremos "invasões" às redes sociais de um ou mais espectadores. Projeções no palco complementam a produção e dialogam com esse universo, ilustrando e contrastando a vida virtual com a realidade ao vivo. Paralelamente ao espetáculo, vídeos serão produzidos e postados no Youtube a fim de prorrogar o assunto e fazer o intercâmbio do público presente com os internautas e vice-versa, prolongando a discussão para dentro das casas das pessoas ou na praticidade do alcance do celular, usando a própria metalinguagem como exemplo.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

1510963 - Arte para Igarapé
ASSOCIACAO EDUCATIVA E CULTURAL DE IGARAPE
CNPJ/CPF: 22.732.960/0001-89
Processo: 01400079718201573
Cidade: Igarapé - MG;
Valor Aprovado: R$ 438.440,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: A Associação Educativa e Cultural de Igarapé, através do Projeto Arte para Igarapé, quer levar de forma gratuita o aprendizado de diversas oficinas e cursos de artes para as crianças e adolescentes da cidade de Igarapé, que são excluídas dos bens culturais, para o desenvolvimento artístico destes jovens e o fortalecimento da cultura da cidade de Igarapé e da região. Serão atendidos 150 jovens. Serão oficinas de dança e música. Na área da dança: balé infantil, balé contemporâneo e hip-hop. Na música oficinas de violão, violino, teclado, flauta, canto e percussão.

160529 - Concertos Didáticos da OSUEL
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Universidade Estadual de Londrina
CNPJ/CPF: 03.061.086/0001-50
Processo: 01400006768201612
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 356.340,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O presente projeto pretende realizar em 2017, 32 concertos musicais didáticos com o espetáculo cênico O Pedro e o Lobo, de Prokofiev, ao longo de 06 meses em Londrina-PR, e 8 municípios da região, atingindo um público estimado de 6.400 crianças. A parte musical será executada pela OSUEL - Orquestra Sinfônica da Universidade Estadual de Londrina. Os concertos serão regidos pelo maestro Alessandro Sangiorgi e a direção cênica e marionetes ficará a cargo de Mauro Rodrigues, Professor de artes cênicas da UEL. Estes concertos serão promovidos para o público a partir de 6 anos a 10 anos, estudantes da rede pública municipal de ensino fundamental em Londrina e região norte do Paraná.

1511118 - Trio Vila velha - Temporada Campos Gerais
Marcelo Garcia Hilgenberg
CNPJ/CPF: 007.429.999-98
Processo: 01400079873201590
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado: R$ 71.630,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O Trio Vila Velha formado pelos músicos Marcelo Hilgenberg, Marcelo Teixeira e Luciano Guerrini realizará 10 shows em Ponta Grossa/PR, com um repertório predominantemente brasileiro ligado ao Chorinho com arranjos especialmente elaborados, unindo o bandolim, o violão de sete cordas e a guitarra elétrica. Os shows são dirigidos ao público jovem e têm a proposta de difundir e estimular o gosto pela música instrumental brasileira.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

1511111 - ?De Mestre Valentim às novelas da TV GLOBO: três séculos da cultura do Rio na Ordem do Carmo?
Altherswanke Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 04.740.723/0001-88
Processo: 01400079866201598
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 495.847,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto ?De Mestre Valentim às novelas da TV GLOBO: três séculos da cultura do Rio na Ordem do Carmo? inclui a estruturação da exposição por áreas (igreja, hospital e cemitério), a criação do projeto de ambientação da exposição, a seleção das peças do acervo da Ordem a serem expostas, a montagem do evento, a manutenção da exposição ao longo da sua duração, a confecção do catálogo e livro bilíngues e a divulgação na mídia e nas redes sociais (via assessoria de imprensa) e através de flyers (panfletos).

160732 - Os Signos Reveladores de Caciporé Torres
INSTITUTO VICTOR BRECHERET
CNPJ/CPF: 03.729.509/0001-68
Processo: 01400007050201643
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 463.599,31
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: "Os Signos Reveladores de Caciporé Torres" tem por objetivo a realização de uma exposição em homenagem ao artista-escultor Caciporé Torres, considerado pelos críticos e historiadores como um dos mais importantes escultores brasileiros, reconstruindo sua trajetória artística, com recorte de cerca de 30 de suas obras - entre elas 10 premiadas, organizadas em uma narrativa retrospectiva e documental sobre sua vida e repertório. Acontecerá no MuBE - Museu Brasileiro da Escultura, no primeiro semestre de 2016, na Cidade de São Paulo, sendo expostas esculturas, painéis em relevo, maquetes e desenhos.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

160930 - A HISTÓRIA DO RÁDIO - ESCRITA POR QUEM FAZ PARTE DELA
Luiz Fernando Magliocca
CNPJ/CPF: 390.851.558-00
Processo: 01400007507201610
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 250.723,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 10/12/2016

Resumo do Projeto: A obra relata a história do rádio no Brasil, desde seu início até o momento atual. Além de registrar o nascimento e o boom do rádio, com as radionovelas, cantores e cantoras do Rádio, programações históricas e jingles inesquecíveis, o livro é uma narrativa da trajetória de um profissional criativo e ousado, Luiz Fernando Magliocca (um profissional que tem FM no nome), com 50 anos de trabalho dedicados à comunicação do país e que gravou seu nome na história da radiodifusão brasileira. Seu trabalho é focado nas emissoras de Rádio de São Paulo, com depoimentos que mostram a transição da programação musical em onda média (AM), marcando a introdução da Frequência Modulada (FM) e produzindo formatos que deram origem a centenas de outras emissoras espalhadas por todos o país.

161192 - Estilos Arquitetônicos de Belo Horizonte
Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - Belotur
CNPJ/CPF: 21.835.111/0001-98
Processo: 01400021078201693
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 146.894,67
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: A riqueza arquitetônica de Belo Horizonte exigia um trabalho de pesquisa que culmina no levantamento dos exemplares mais representativos de estilos da arquitetura da cidade. Este é o resultado do trabalho que servirá para os estudantes, profissionais e interessados pelo assunto e constituirá também verdadeiro roteiro histórico-cultural dos principais estilos arquitetônicos da cidade. Do estilo rural ao contemporâneo, passando pelo eclético, art decó, neogótico, modernista e pós-modernista, dentre os objetivos do trabalho, destaca-se o de disponibilizar aos estudiosos e ao público em geral, informações sobre os exemplares mais significativos da arquitetura belorizontina. O projeto objetiva a diagramação, impressão e venda dos livros ilustrados: Estilos Arquitetônicos de Belo Horizonte e folders com mapa para visitação e identificação dos estilos e exemplares das edificações, audiodescrição e evento de lançamento do projeto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

160730 - STEFAN ZWEIG, UM GRITO PELA PAZ NO BRASIL
Memória Brasil Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 36.211.126/0001-52
Processo: 01400007046201685
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 91.905,00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Livro contendo fac-símile do manuscrito da famosa conferência de Stefan Zweig, realizada na Escola de Música RJ, em 1936, com transcrição na língua original (alemão) e traduções em português, espanhol, inglês e francês. O projeto pretende reafirmar o tema da paz e do congraçamento, preconizado pelo escritor e humanista austríaco, que fez do Brasil a sua última residência, num momento em que a Segunda Guerra Mundial já se delineava, em toda a Europa. A propósito, em 2016, comemoram-se oitenta anos da primeira visita de Zweig ao Brasil , país com o qual criou vínculos que se estenderiam ao longo dos seis anos seguintes, até sua morte em 1942.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
1511106 - Cerimônia do Prêmio Caymmi de Música 2ª Edição
Via Press Comunicação LTDA.
CNPJ/CPF: 02.933.199/0001-36
Processo: 01400079861201565
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: 750050.00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Execução da Cerimônia de Premiação da 2ª edição do Prêmio Caymmi de Música, em 9 de novembro de 2016, no Teatro Castro Alves, Salvador, com entrada gratuita para 1.500 pessoas e transmissão ao vivo via web para todo Brasil, como incentivo a novos artistas e instrumentistas do cenário musical baiano, que premiará em dinheiro 4 categorias musicais e entregará troféus a outras 22, entre cantores e compositores, servindo também para a preservação da memória do compositor baiano Dorival Caymmi.

161054 - ORQUESTRA CONTEMPORÂNEA DE OLINDA - CIRCULAÇÃO NORDESTE
ORQUESTRA CONTEMPORANEA DE OLINDA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.704.673/0001-62
Processo: 01400007649201687
Cidade: Olinda - PE;
Valor Aprovado: 207200.00
Prazo de Captação: 31/05/2016 à 30/12/2016
Resumo do Projeto: Realizar uma circulação pela região Nordeste da Orquestra Contemporânea de Olinda, com 10 shows em sete estados durante 5 meses. Os shows serão no Recife, Olinda, Caruaru e Arcoverde (PE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e Aracajú (SE).

PORTARIA Nº 307, DE 27 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
1410337 - Projeto de Formação Musical através do Canto Coral
Helmuth Alfonso Kirinus 02512835936
CNPJ/CPF: 19.759.043/0001-83
Cidade: Itapoá - SC;
Valor Complementado: R$ 13.100,00
Valor total atual em R$: R$ 63.636,00

PORTARIA Nº 308, DE 27 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
144783 - Livro ?PIRACICABA QUE AMAMOS TANTO?
Cecílio Elias Netto
CNPJ/CPF: 033.214.288-49
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Reduzido: R$ 7.800,00
Valor total atual em R$: R$ 311.354,00
158674 - Plano Anual Vaga Lume 2016
Associação Vaga Lume
CNPJ/CPF: 04.711.157/0001-86
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 71.627,41
Valor total atual em R$: R$ 2.542.398,86

PORTARIA Nº 309, DE 27 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas reprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e com os artigos 90, 91 e 94 da Instrução Normativa MinC nº 1, de 2013, conforme anexo.

Art. 2º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 97 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 2013, aos proponentes relacionados no anexo abaixo, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 99 da referida Instrução Normativa.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO	VALOR A SER RESTITUÍDO AO FNC
10-1654	Temporada de concertos Auditório Jurere Classic	Associação Musical Jurerê	Promover na comunidade de Jurere uma temporada de eventos de alta qualidade com artistas de nome internacional e locais.	Música	290.500,00	286.550,00	61.700,00	75.651,44
11-6459	Ceará Music Instrumental 2011	JDE Promoções artísticas Ltda.	A proposta trata da realização da 2ª edição do evento Ceará Music Instrumental, um festival de música instrumental que reúne bandas internacionais e brasileiras, com duração de 02 dias do mês de novembro, na cidade de Fortaleza, no Mucuripe Clube.	Música	794.040,20	772.190,20	270.000,00	337.512,02
12-1630	A Arte e a Cultura em Não-Me-Toque Edição 2012	JULIO CESAR GLENZEL ME	Será realizada programação estritamente cultural: Grupos de danças(holandesas, alemãs, ítalo-brasileiro, Unegro e CTG Galpão Amigo - danças tradicionais praticadas no RS),	Música	337.220,00	337.220,00	247.823,00	292.697,54
12-4978	Oktoberfest da SOGIPA - 59ª Edição	SOCIEDADE DE GINASTICA PORTO ALEGRE 1867	Promover, de 05 a 21 de outubro de 2012, a 59ª Edição da Oktoberfest da SOGIPA, que ocorre desde o início do século XX, no Parque São João, em Porto Alegre.	Patrimônio Cultural	211.595,00	191.295,00	39.000,00	45.498,20

PORTARIA Nº 310, DE 27 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no anexo I.

Art. 2º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) com ressalva(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no anexo II.

Art. 3º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas reprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no anexo III.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	CPF/CNPJ	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO
03-0989	Guia Cultural das Vilas e Favelas de Belo Horizonte	Clarice de Assis Libânio	Edição de livro guia, contando todas as manifestações artísticas, culturais, folclóricas e populares ocorrentes nas vilas e favelas de Belo Horizonte.	676.911.886-68	65.042,00	47.412,50	47.412,50
08-1546	Circulação dos Espetáculos do Reticências Núcleo de Artes Cênicas - Nova Temporada	Reticências Núcleo de Artes Cênicas	O projeto objetiva-se na circulação dos espetáculos do Grupo Reticências: Soltando os Bichos, Em Busca do Planeta Azul e O Segredo de Atlântida, A Fantástica Viagem ao Futuro, Procurando a Cidade Invisível e Feliz Cidade, por 15 cidades do interior de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.	20.118.402/0001-00	348.575,75	285.186,00	285.186,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

07-2492	Estudo do Patrimônio de Vitrais produzidos em Porto Alegre no Período (1920 - 1980)	Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre	Resgatar a história dos vitrais religiosos e públicos produzidos em Porto Alegre, entre os anos de 1920 a 1980, dando enfoque às duas importantes oficinas de Porto Alegre nesse período, Casa Veit e Casa Genta, através de estudo e pesquisa, que serão documentados em um CD, com lançamento no Memorial do Rio Grande do Sul.	92.858.000/0001-45	187.726,99	168.505,34	168.505,34
09-7734	BRASILIA 50 ANOS - CAPITAL DO CHORO	Clube Do Choro De Brasília	Serão realizadas 120 apresentações musicais, com a participação de 40 músicos solistas convidados, que contarão com o acompanhamento de músicos de Brasília. Os shows acontecerão no período de 01 de fevereiro a 17 de Dezembro de 2010 no Clube do Choro de Brasília, no Setor de Divulgação Cultual, Bloco G.	00.507.103/0001-42	2.125.960,00	2.125.960,00	750.000,00
03-6823	Melhor História (A)	Associação Viva e Deixe Viver	O projeto "Melhor História" objetiva a criação e edição de 6 títulos infantis da coleção "Para Contar Outra Vez", especialmente desenvolvida pela Associação Viva e Deixe Viver.	02.926.858/0001-07	200.200,00	172.938,66	172.938,66
07-3967	Formação de Ilustradores Indígenas	Kamuri - Núcleo de Cultura, Educação, Etnodesenvolvimento e Ação Ambiental.	Permitir, a um grupo de educadores indígenas com especial talento para arte da ilustração, o desenvolvimento de suas possibilidades de expressão pictórica, pelo contato com métodos e técnicas, processos e composição e noções correlatas à arte do desenho ilustrativo, contribuir para o fortalecimento da autoestima das comunidades indígenas.	08.078.187/0001-58	53.700,00	49.800,00	49.800,00
04-1135	Caboclos das Matas - (Os)	Ophicina de Cultura Marketing e Projetos Ltda.	Realizar turnê por diversas capitais do Norte e Nordeste Brasil do show baseado no cd do cântor Paulo Mourão. Não haverá cobrança de ingressos.	04.709.840/0001-89	320.248,00	267.422,80	71.000,00
06-6776	Núcleo Hespérides e Trio Opus 12 Interpretam Radamés Gnatallii	Associação Hespérides	Tem como objetivo a gravação de um CD Duplo, da música de câmara de Radamés Gnatalli.	05.413.244/0001-10	113.973,00	113.973,00	113.173,00
08-0077	Encontro Minas na Mpb (IV Edição)	José Teixeira de Sousa Sobrinho	O projeto Encontro na MPB propõe a união de artistas e grupos musicais de Minas, através de uma seleção criteriosa, entre os talentos evidentes no estado, dentro de uma programação expositiva de 02 dias.	451.802.296-34	155.100,00	155.100,00	100.000,00
07-10185	A Arte Romântica Vista do Brasil	Ernesto Bonato	Publicação de um livro bilíngue (português-francês) sobre a Arte Românica Francesa que compreenda textos técnicos e críticos, bem como ilustrações sobre o assunto.	117.752.658-11	270.651,65	178.273,33	166.000,00
10-5698	Carlinhos Vergueiro 100 anos de Adoniran Barbosa	Vendaval Produções Artísticas ltda.	Produção e gravação de CD em homenagem à Adoniran Barbosa, com o cantor e compositor Carlinhos Vergueiro.	04.351.989/0001-39	242.320,00	241.360,00	241.360,00
07-3918	Floripa Teatro (15º)- Festival de Teatro de Florianópolis Isnard Azevedo	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	Realizar um festival para a apresentação de diversos grupos teatrais do estado de Santa Catarina e outros estados da federação, com objetivo de estimular e proporcionar o intercâmbio entre os grupos participantes.	80.152.051/0001-78	523.490,00	484.275,00	200.000,00
03-6254	Jovem Instrumentista BDMG	Instituto Cultural Banco De Desenvolvimento De M Gerais	Premiar 05 músicos com idade máxima de 25 anos, com uma bolsa de estudos por 06 meses, com professores qualificados, visando ao aprimoramento e à formação de músicos, na área da música instrumental.	25.462.177/0001-30	26.411,00	24.761,00	24.761,00
07-2263	Ney Moraes Grupo de Dança	Associação Dos Profissionais De Dança De Caxias Do Sul	Criar, produzir e disponibilizar ao público um produto cênico com apresentações distribuídas em cidades do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, direcionadas a diferentes públicos. Além de remontar e circular com obras já existentes no repertório do grupo realizando apresentações em Belém - PA e Rio Grande do Sul - RS.	03.392.414/0001-00	432.269,00	30.160,00	26.000,00
06-7663	Motel Paradiso	Ben-Hur Produções Artísticas Ltda. - Me	O projeto consiste na produção de um espetáculo teatral fora dos grandes centros, quebrando paradigmas, valorizando a mão de obra artística e técnica local e propagando a cultura por meio do entretenimento.	56.469.216/0001-55	257.455,00	254.155,00	110.876,50
10-4986	Restaurar é Preservar	Fundação Weiss Scarpa	O presente projeto objetiva a restauração arquitetônica da Igreja Nossa Senhora da Boa Esperança, situada à Avenida Camilo di Lellis, 928 no Centro de Pinhais - PR, tombada como patrimônio histórico no ano de 2002.	73.808.784/0001-52	250.484,31	228.899,86	225.100,00
07-2260	Arvoredo - Um Jeito Brasileiro de Fazer Educação	Arvoredo - Assessoria em Desenvolvimento Ltda.	Publicação de um livro Comemorativo - 30 anos - Arvoredo - Grupo especializado em educação, criado em maio de 1977, com metodologia e didática próprias.	01.309.387/0001-25	298.884,54	99.017,00	21.404,77
04-7138	Dança Folclórica Gaúcha	Everson Marca	Fazer apresentações com grupos de dança folclóricos gaúchas representantes autênticos da cultura gaúcha. Trazer ao evento 60 grupos de danças folclóricas gaúchas, distribuídos em 5 categorias. Enriquecer as tradições e folclore no interior do Estado, principalmente por ser uma região de colonização italiana.	528.645.700-25	300.150,00	259.400,00	248.505,57
03-1509	Oficinas Música do Corpo	Raquel Coutinho Neuenschwander	Realizar na cidade de Belo Horizonte/MG, oficinas de música para alunos e professoras de escolas públicas explorando, as inúmeras possibilidades sonoras do próprio corpo. Serão realizadas palestras de fonoaudiologia, bem como a distribuição do material didático necessário.	032.480.256-03	99.671,32	96.409,85	95.500,00
07-4880	200 Anos de Justiça Militar no Brasil 1808-2008	Action Editora Ltda.	Edição de livro fotográfico sobre a história do Superior Tribunal Militar, a primeira instituição jurídica brasileira, marcando os 200 anos de sua existência, iniciada com chegada em 1808 da família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro.	31.028.434/0001-23	260.196,00	257.615,60	200.000,00
08-8180	Memórias do Palhaço Amoroso	Fátima Maria Ortiz Lour	Montar espetáculo infantil, com direção de Fátima Ortiz, com estreia no Festival de Curitiba, permanecendo em temporada no auditório Salvador de Ferrante.	161.129.899-72	74.800,00	70.180,00	70.180,00
07-1058	Beto Guedes - Outros Clássicos - DVD e CD Acústicos	Gabriel Silva Rocha de Oliveira	Gravação de DVD e CD acústicos do cantor e compositor mineiro Beto Guedes. O repertório será cuidadosamente selecionado, visando fazer uma retrospectiva da carreira deste membro do Clube da esquina que tanto contribuiu para a Música Popular Brasileira.	047.003.206-56	346.590,00	320.749,00	300.000,00
03-1509	Oficinas Música do Corpo	Raquel Coutinho Neuenschwander	Realizar na cidade de Belo Horizonte/MG, oficinas de música para alunos e professoras de escolas públicas explorando, as inúmeras possibilidades sonoras do próprio corpo. Serão realizadas palestras de fonoaudiologia, bem como a distribuição do material didático necessário.	032.480.256-03	99.671,32	96.409,85	95.500,00
07-4880	200 Anos de Justiça Militar no Brasil 1808-2008	Action Editora Ltda.	Edição de livro fotográfico sobre a história do Superior Tribunal Militar, a primeira instituição jurídica brasileira, marcando os 200 anos de sua existência, iniciada com chegada em 1808 da família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro.	31.028.434/0001-23	260.196,00	257.615,60	200.000,00
08-8180	Memórias do Palhaço Amoroso	Fátima Maria Ortiz Lour	Montar espetáculo infantil, com direção de Fátima Ortiz, com estreia no Festival de Curitiba, permanecendo em temporada no auditório Salvador de Ferrante.	161.129.899-72	74.800,00	70.180,00	70.180,00
03-1077	Epopeia Paulista na Estação da Luz	Atelier Maria Bonomi Ltda.	Objetiva construir um painel artístico, concebido e produzido pela artista plástica Maria Bonomi. O Painel foi moldado em concreto pigmentado e composto por 150 peças pré-fabricadas e trabalhadas pela artista. A obra foi instalada na Estação da Luz, em São Paulo, tem o apoio da CPTM-Companhia Metropolitanos.	05.486.032/0001-62	1.792.980,58	1.701.982,35	380.000,00
07-5623	Aplause	Juliana Bicalho Sanches	Realizar o espetáculo de patinação artística, onde a dança, a expressão de elementos cênicos, a música e a Patinação sobre Rodas se fundem em performances e coreografias criadas para um repertório genuinamente brasileiro.	106.203.248-99	45.930,50	42.630,50	21.800,00
03-1787	Festival Unipar do Talento Universitário - Teatro	Fundação Cândido Garcia	O projeto "Festival Unipar do Talento Universitário - Teatro" visou valorizar a importância da produção artística nos meios universitários, para direcionamento de novas propostas, possibilitando a criação de um mecanismo que descubra potencialidades criativas em diversos seguimentos.	04.166.662/0001-97	67.688,00	80.350,00	63.428,00
06-8384	Paisagens Urbanas - Cidades Gaúchas	Salis & Salis Ltda - ME	Objetiva a publicação de um livro de fotografias, enfocando o patrimônio arquitetônico histórico de cidades do Rio Grande do Sul, restaurado nos últimos anos, e paisagem humana em torno dessas edificações.	03.703.989/0001-98	308.317,17	289.129,53	264.000,00
07-1171	Zé Menezes - Autoral III	Artbraz Produções Ltda - ME	Pesquisar, registrar e digitalizar o acervo material e imaterial, as partituras, discografia, fotos e o modo de compor música do compositor Zé Menezes, com o objetivo de disponibilizar e divulgar a produção musical contemporânea desse multi-instrumentista, reafirmando o seu papael de destaque na História da Música Popular Brasileira.	04.091.042/0001-36	350.509,00	320.809,00	320.809,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

07-5715	Uma companhia e seus segredos - Companhia Maria Della Costa (1948 - 1974)	Oficina Emepe Produções Artísticas Ltda	Edição do Livro, em 1500 exemplares, "Uma Empresa e Seus Segredos", companhia Maria Della Costa (1948 - 1974), de Tania Brandão, que e uma pesquisa sobre a Companhia Teatral no Cedoc/FUNARTE, o acervo de fotos da atriz, filmes, trechos de novela. O período estimado será de 15/04/2007 a 15/04/2008.	32.361.735/0001-37	115.550,60	79.470,60	50.746,00
07-6310	Projeto Cultural - 2008, do Mozarteum Brasileiro	Mozarteum Brasileiro Associação Cultural	Dar continuidade à difusão da cultura musical no Brasil, com a vinda de grandes expoentes da música erudita internacional e abrindo espaço para o músico brasileiro.	45.723.087/0001-63	11.440.408,21	5.334.491,48	3.720.146,00
07-8152	Casa da Madrinha (A)	Capri Produções Ltda	Espetáculo teatral infantil com direção de Herson Capri e Susana Garcia previsto para estrear em abril de 2008 no Rio de Janeiro - Teatro Clara Nunes - e agosto em São Paulo - Teatro Procópio Ferreira. Temporada total de 8 meses e ingressos entre R$ 30,00 e R$ 15,00.	02.280.524/0001-09	279.000,00	269.555,00	150.000,00
08-6621	Revista ARede - Inclusão Cultural, Social e Digital	Momento Editorial Ltda.	Edição de revista para disseminação de melhores praticas, divulgação de soluções e desafios, aprofundamento de tema relevantes ao setor e para o apoio na formação dos gestores e formuladores de projetos de inclusão social, digital e cultural.	07.145.608/0001-53	1.499.766,80	1.834.074,00	785.000,00
06-7840	Acorde para o Meio Ambiente - 20°	Pro Cultura Marketing E Eventos Culturais	O objetivo do projeto é dar continuidade às apresentações mensais dos concertos Acorde para o Meio Ambiente e produzir três concertos eruditos (um concerto por parque), gratuitos e ao ar livre.	03.727.428/0001-29	1.449.440,90	1.424.240,90	782.000,00
08-3832	Folia de Reis em Presidente Olegário/MG (A)	Estilo Nacional Ltda EPP	Realização de pesquisa e registro da Festa de Folia de Reis e do chamado Encontrão das Folias de Reis do município de Presidente Olegário/MG, com vistas ao tombamento como patrimônio imaterial e a sua utilização no desenvolvimento social, cultural e turístico municipal.	06.992.587/0001-49	281.524,47	156.678,39	141.924,56
07-3580	Palco em Cena (O)	Instituto Callis	Oficinas de capacitação técnica para a montagem de espetáculos cênicos, nas áreas de iniciação em direção, interpretação, expressão corporal, produção, cenografia, figurino, iluminação e sonoplastia. Irá efetuar também, apresentações públicas a fim de concretizar os conhecimentos dos participantes.	06.111.971/0001-95	380.060,96	361.504,83	200.000,00
07-1058	Beto Guedes - Outros Clássicos - DVD e CD Acústicos	Gabriel Silva Rocha de Oliveira	Gravação de DVD e CD acústicos do cantor e compositor mineiro Beto Guedes. O repertório será cuidadosamente selecionado, visando fazer uma retrospectiva da carreira deste membro do Clube da esquina que tanto contribuiu para a Música Popular Brasileira.	047.003.206-56	346.590,00	320.749,00	300.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	CPF/CNPJ	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO
08-9973	Prenez Soin de Vous	Bem Produções E Eventos Culturais Ltda. - Me	Realizar exposição da artista plástica francesa Sophie Calle no Museu de Arte Moderna, na cidade do Rio de Janeiro, entre dezembro de 2009 e fevereiro de 2010. O evento terá interpretações textuais, pergaminhos, retratos de artistas e cantoras, filmes curtos e longos e ainda será produzida uma brochura para divulgação. A exposição será aberta ao público e a brochura _rtísticas_ gratuitamente aos visitantes do evento.	05.426.800/0001-92	738.812,05	702.192,75	350.000,00
07-4892	Decor Brasil	Editora Decor Ltda.	Realizar a 14ª edição do livro Decor Brasil apresentando uma série de projetos representativos da área da arquitetura e do design realizados por profissionais brasileiros.	07.263.605/0001-14	490.716,00	345.526,00	345.526,00
07-0696	Velatura	Lobo Consultoria Empresarial S/C Ltda.	Realizar 32 apresentações na cidade do Rio de Janeiro, no Centro Cultural Oi Futuro, e/ou espaços não convencionais, de espetáculo de dança e teatro sob a supervisão artística de Luiz Fernando Lobo, com os bailarinos Toni Rodrigues, Paula Água e a atriz Tuca Moraes, que exploram os infláveis/instalações criados pela artista plástica Susana Queiroga.	02.797.573/0001-13	229.900,00	229.900,00	150.000,00
07-5809	Palmeiras Imperiais do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Associação De Amigos Do Jardim Botânico Do Rio De Janeiro	Projeto com objetivo de fazer a recomposição das rtíst de Palmeiras Imperiais; Cândido Batista e Barbosa Rodrigues e a Reposição de exemplares, no Jardim da Escola Nacional de Botânica Tropical - Solar da Imperatriz.	30.114.011/0001-63	109.000,00	102.280,00	102.280,00
03-6284	Festa da Uva - Dança	Comissão Festa da Uva e Feiras Agroindustriais	Montagem da Festa da Uva, evento que ocorre anualmente, desde 07 de março de 1931, para este evento serão contratados 30 grupos oriundos de várias cidades do Estado do Rio Grande do Sul, realizando ao todo 120 apresentações.	87.828.000/0001-62	426.822,00	385.332,20	75.000,00
05-1384	Comédias da Vida Privada	Amar Produções Artísticas Ltda.	Realizar a montagem da apresentação de um espetáculo teatral de Luiz Fernando Veríssimo. Oferecer a 3ª idade, além de preços promocionais. O ingresso será de R$ 20,00 e promocional R$ 15,00. Distribuição gratuita patrocinador 45 e outros 15.	28.179.166/0001-36	191.867,00	191.867,00	160.000,00
05-10320	Música Sacra e de Devoção	Carlos Hamilton Martins Feltrin	O projeto consiste em 04 apresentações, Música Ibérica dos Séculos XIII e XIV, Devoção na Espanha Renascentista, Música Sacra no Brasil do Século XVIII e Petite Messe Solennelle. Reside na proposição de fazer um apanhado da tradição musical destinada a louvação, que vai do período da Idade Média até o Romantismo.	01.472.044/0001-87	170.090,00	170.090,00	127.500,00
06-4086	Memória da Música Popular Brasileira - Preservação do Acervo Paulo Tapajós	Vison Produções Artísticas Ltda.	Preservação e digitalização da Memória da Música Popular Brasileira do cantor, músico, radialista, produtor de programas e discos, pesquisador musical Paulo Tapajós. O acervo é constituído de cerca de 30.000 documentos sobre a música popular brasileira, distribuídos em vários suportes.	28.629.780/0001-52	499.469,00	416.969,00	291.878,30
07-0527	Mostras Exposições Itinerantes do Centro Cultural Banco do Brasil	Associação de Amigos do CCBB de São Paulo	Realizar exposições de fotografias, gravuras e pinturas de artistas brasileiros em locais não habituais para este fim, visando com isso a formação de novos espectadores, desenvolvendo novos olhares, estreitando os laços entre a produção artística e a população.	04.652.794/0001-29	145.475,00	145.475,00	60.000,00
07-1517	O Futuro está em Jogo! (O)- Uma ação cultural na periferia através do jogo teatral.	Vellloni Produções Artísticas Ltda. - Me	Projeto de Oficinas de teatro para alunos, professores e moradores da comunidade local com o objetivo de inserir o indivíduo na prática através do jogo teatral. A cada termino das oficinas haverá seções de espetáculos teatrais.	03.162.410/0001-27	409.624,00	398.684,00	150.000,00
06-7650	Livro Mano Alencar - O Poeta das Cores	Usina 2 Produções Artísticas E Culturais Ltda. - Me	Tem este projeto o objetivo de mostrar ao público a produção artística de Mano Alencar, com a edição e publicação de um livro, e realização de uma exposição na ocasião de seu lançamento.	07.847.824/0001-40	99.600,00	79.023,24	75.000,00
07-0598	Atividades da Associação Coral Usina Intendente Câmara 2007	Associação Coral Usina Intendente Câmara	Manutenção da Associação Coral Usina Intendente Câmara com infraestrutura e dar continuidade ao trabalho com a realização de 15 apresentações locais, dois workshops, entre outras atividades.	00.269.149/0001-70	363.727,00	363.727,00	175.219,47
07-11930	Causos Cubatenses	Welington Ribeiro Borges	Editar livro de autoria memorialista cubatense, Arlindo Ferreira. Tiragem 2000 exemplares	065.705.568-94	27.155,00	27.005,00	27.005,00
07-2682	Muriçocas do Miramar 2008	Muriçocas Eventos Culturais Ltda - Me	Contribuir para a consolidação do carnaval de rua como uma festa aberta às expressões culturais da cidade de João Pessoa/PB e da região nordeste, estimular a participação dos músicos instrumentistas, aderecistas, cenógrafos, figurinistas e artista ligados à cultura popular contribuindo para a formação e desenvolvimento profissional destes agentes.	00.276.975/0001-47	568.363,40	516.694,00	300.000,00
07-12002	Livro Centro de Estudos Luis Martins - MAM	Museu de Arte Moderna de São Paulo	Disponibilizar ao público um livro que reúna material gráfico e visual sobre a vida e a obra do crítico Luís Martins, comemorando os 60 anos da fundação do MAM-SP.	62.520.218/0001-24	246.048,57	196.361,00	150.000,00
04-2734	Projeto Exposições do Ano de 2004	Fundação Jaime Câmara	Realização de três exposições individuais, palestras e publicação de catálogos, de três artistas goianos - Pitágoras Gonçalves, Selma Parreira e Luis Mauro - a serem inseridas no programa 2004 de arte educação da Fundação João Câmara. O projeto visa expor "linguagens e enfoques distintos para traçar um mapa da produção visual contemporânea através de diferentes formas de olhar, percepção, apreensão, reflexão e discussão."	86.864.204/0001-96	84.000,00	84.000,00	84.000,00
03-5958	Coral Pequenos Cantores de Cássia	Corporação Musical Maestro Godofredo de Barros	Manutenção do Coral Pequenos Cantores de Cássia e da Banda Maestro Godofredo de Barros, objetivando trabalhar com crianças e adolescentes carentes da região de Cássia- MG	19.831.270/0001-72	123.033,02	123.033,02	120.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

04-3667	Projeto de Divulgação de Artistas Populares e Atendimento Social - Museu Casa do Pontal	Associação Dos Amigos Da Arte Popular Brasileira	Pretende promover o desenvolvimento das principais comunidades artístico - populares brasileiras através da divulgação e valorização de suas produções, assim como atender às populações carentes do município do Rio de Janeiro através de um programa educacional de visitações escolares teatralizadas do Museu, desenvolvimento o Portal de Arte popular Brasileiro na Iternet.	03.360.608/0001-15	255.450,00	221.550,00	200.000,00
07-1768	Projeto Menestrel Circula - Dô Regional	Grupo de teatro Menestrel Faze-Dô	Promover a circulação do espetáculo Bulha dos Assombros, teatro de rua com bonecos gigantes, à população das cidades serranas do estado de Santa Catarina. Serão quatro apresentações, por cidade, sendo uma na área central da cidade e três na área rural, aliadas aos eventos escolares e festividades.	01.810.319/0001-45	160.388,52	155.768,52	155.768,52
07-8424	Mesa Com Burle Marx (A)	Dois Um Produções Ltda. - Me	Publicar um livro para mostrar ao público a diversidade artística de Burle Marx e os aspectos curiosos de sua personalidade como sua faceta de amante de música e anfitrião de célebres almoços.	01.826.678/0001-90	273.284,55	237.531,70	200.000,00
03-6250	Leituras Dramáticas	Instituto Cultural Banco De Desenvolvimento De M Gerais	Realização de "Leituras Dramáticas", com um mínimo de encenação, de texto de autores teatrais brasileiros, preferencialmente mineiros e inéditos. O evento prevê 06 (seis) leituras dramáticas (não definidas), 03 (três) por semestre, com atores e diretores convidados, oferecendo assim, mercado de trabalho para os que militam nas artes cênicas, é também uma oportunidade de revelar novos dramaturgos. Duração entre janeiro e outubro/2004, aberto ao público em geral, mas dirigido preferencialmente para atores, diretores e produtores e alunos de artes cênicas.	25.462.177/0001-30	48.241,00	45.241,00	45.241,00
05-5154	Grupo de Música Eletroacústica da EMA/UFG - Composição Eletroacústica e Performance Interativa	Anselmo Guerra de Almeida	Produção, gravação, mixagem, masterização, prensagem e divulgação de um CD com obras de compositores vinculados ao Grupo de Música Eletroacústica. Divulgação do CD em eventos específicos como a Bienal de Música Brasileira Contemporânea do Rio de Janeiro, o Festival de Música Nova de Santos/SP, o Encontro da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Música / ANPPOM.	051.580.678-13	49.520,00	49.520,00	44.568,00
07-7371	Liberdade	Alice Publishing Editora Ltda. - Me	Publicação de um livro fotográfico realizado por Márcio Scavone, sobre o bairro da Liberdade, lar da colônia japonesa na cidade de São Paulo. O livro será um retrato do espírito e da cultura japonesa pelos quarteirões, vielas, corredores, galerias, balcões de bar com cheiros de saquê e cerveja.	05.805.404/0001-76	441.494,00	235.980,00	235.980,00
10-1388	O Auto da Catingueira	Duo - Informação E Cultura Ltda. - Me	Este projeto propõe a realização da montagem da Ópera "O Auto da Catingueira", de Elomar Figueira Mello e sua gravação em DVD. O espetáculo conta com a presença do compositor, dos músicos Xangai, Chico César, Heraldo do Monte, Dominguinhos, dentre outros, e a participação do grupo Giramundo Teatro de Bonecos e orquestra com músicos mineiros.	03.368.455/0001-52	839.086,00	722.017,80	722.017,80
08-8017	Encontros com o Professor 2009	Ostermann & Ostermann Ltda.	Editar o quarto volume do livro, ilustrado com a reprodução fotográfica de todas as entrevistas que serão realizadas, dando prosseguimento à série iniciada.	72.228.877/0001-45	601.445,92	739.032,73	702.768,24
08-8221	Escola do Teatro Bolshoi no Brasil - Apresentações Artísticas	Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil	Realizar apresentações de dança clássica com a Escola de Teatro Bolshoi no Brasil e a Companhia Jovem da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil em diversas capitais brasileiras.	03.657.851/0001-08	1.547.249,76	1.500.189,76	896.000,00
03-3269	Rim (O)	Barata Comunicação S/C Ltda.	Montagem do espetáculo teatral "O Rim" de Patrícia Melo, a autora, utilizando do humor, busca mostrar que quando achamos que a vida será sempre a mesma, sem grandes alterações, fatos inesperados acontecem, dando um novo rumo ao destino de cada um.	04.657.759/0001-00	796.793,39	714.403,40	479.059,00
04-0290	Carnaval Cultural	Associação Tapera das Artes	Montagem e estruturação de bloco carnavalesco, cujo objetivo é englobar elementos da cultura local e regional através do teatro popular e, ao mesmo tempo, por meio das manifestações cênicas, levar os diferentes aspectos de nossa cultura ao conhecimento público.	07.296.486/0001-04	160.000,00	129.500,00	124.000,00
07-3355	Paixão de Cristo - Fé e cultura no Piauí	Escândalo Legalizado Teatro - ESCALET	Montagem e apresentação do Projeto Paixão de Cristo, com artistas e técnicos do Grupo Escalet e Ponto de Cultura "Cultura ao alcance de todos", na cidade de Floriano, estado do Piauí.	06.861.140/0001-30	279.959,82	279.355,80	110.252,05
07-8021	Em Cantos de Minas	José Teixeira de Sousa Sobrinho	O presente projeto visa a difusão artístico cultural, o intercâmbio, a formação de público e a descentralização das manifestações no Estado de Minas Gerais. Sendo um desdobramento e ampliação do projeto Em Cantos de BH (realizado entre os anos 2000 e 2004, através do SESC MG), cuja meta é chegar, em um terceiro momento, no Em Cantos do Brasil.	451.802.296-34	413.900,00	413.900,00	413.900,00
08-8705	Fundo do Lago Escuro (Do)	Teatro Ilustre Produções Artísticas Ltda.	Realizar a montagem e manutenção, por dois meses, do espetáculo teatral "Do Fundo do Lago Escuro", de autoria e direção de Domingos Oliveira, na cidade do Rio de Janeiro.	04.474.294/0001-44	315.452,00	224.675,32	223.400,00
08-9456	Naqueles Morros, Depois da Chuva - Jogo do Diabolô	Edival Lourenço De Oliveira	Criação, elaboração e edição em três volumes, de romance de fundo histórico, sobre o período da mineração do ouro em Goiás, entre os anos de 1739 e 1743.	095.994.791-49	96.349,00	83.149,00	83.000,00
06-3142	Romances e canções	Luiz Antonio Oliveira de Andrade Sousa	Gravação do cd "Romances e Canções", interpretado por Lui Muritiba, à fim de divulgar grandes obras da literatura brasileira.	131.582.525-20	249.948,40	226.899,78	100.000,00
10-4278	Natal Iluminado	Guaimbe Bureau De Cultura Ltda - EPP	O projeto "Natal Iluminado" tem por objetivo realizar apresentações de música instrumental de orquestra sinfônica, executando concertos gratuitos de natal, em espaços privados de circulação pública, em 12 cidades do interior do Estado de São Paulo, e um concerto na capital, no ano de 2010.	09.074.835/0001-60	2.633.590,00	2.577.740,00	1.800.000,00
08-2411	Valorização dos Mestres de Cultura de Icoaraci/PA	Movimento de Vanguarda da Cultura de Icoaraci	Gravação de um vídeo-documentário sobre a valorização dos mestres da cultura de Icoaraci, estado do Pará. Edição e publicação em livro (processo de educação patrimonial e filmagem).	06.212.387/0001-26	84.630,00	83.380,00	45.000,00
06-7863	Coral Fundação São Francisco Xavier - Atividades 2007	Associação Coral Fundação São Francisco Xavier	O projeto propõe a manutenção de uma séria de atividades que visam o aprimoramento técnico dos coristas, com objetivo de divulgar o canto coral e levar a música a vários ambientes e a vários tipos de público..	04.415.407/0001-30	236.570,00	230.270,00	230.000,00
07-6761	Violão de Zivaldo (O)	Antonio Tadeu da Costa	Gravação de CD e circulação de show de lançamento do violonista cearense Zivaldo Maia. Perfazendo um total de quinze shows.	142.959.203-63	169.464,00	162.774,00	146.496,60
07-6850	Revista de História - III	Sociedade De Amigos Da Biblioteca Nacional	Assegurar a continuidade da publicação mensal da Revista de História, ampliando sua tiragem, visando assim atingir maior percentagem do território nacional e um número maior de leitores, além de garantir a auto-sustentação da publicação.	29.415.676/0001-28	2.913.920,00	2.913.920,00	2.300.000,00
07-0667	Festival Internacional de Teatro de Bonecos de Canela (19º)	Fundação Cultural de Canela	Realização do Festival de Bonecos de Canela, apresentando as novas tendências do teatro de bonecos no Brasil e no mundo, pretendendo criar um mix de modernidade, tradição, criatividade e inovação de linguagens.	90.614.645/0001-07	238.538,75	238.538,75	50.000,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	CPF/CNPJ	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO
07-11282	Piano Pela Estrada 2008 - Brasil Sertões (Um)	AML Cultural Ltda.	Realizar concertos do pianista Arthur Moreira Lima em 60 cidades pelos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe. O evento, que será totalmente gratuito, tem a finalidade de popularizar a cultura em municípios menos favorecidos. A estimativa total de público é de 250 mil pessoas.	04.615.646/0001-34	2.312.700,00	1.864.200,00	1.650.000,00
07-5791	Festival Cultural e Gastronômico de Gramado	Associação de Cultura e Turismo de Gramado	Realizar apresentações musicais e grupos de dança das etnias germânica e italiana, na cidade de Gramado-RS, durante 10 dias, como o objetivo de divulgar a cultura regional, através das artes cênicas, literatura através de lançamento de livros, exposições de artes plásticas, entre outros.	05.970.767/0001-67	324.470,00	324.470,00	140.000,00
09-1355	Caixa de Memórias	Ediouro Publicações de Lazer e Cultura Ltda.	Publicação de um livro de arte, com organização e edição de imagem de Ana Maria Bahiana, sobre o Rio de Janeiro antigo nas décadas 1930 a 1980. O livro será uma homenagem ao Rio de Janeiro que em 2010 completa 445 anos.	01.183.614/0001-19	224.345,00	249.082,00	55.000,00
08-4927	Doutores da Alegria - Plano Anual 2009	Doutores da Alegria - Arte, formação e desenvolvimento.	Plano anual 2009 do Grupo Doutores da Alegria que tem como foco a aplicação das artes cênicas na recuperação de crianças enfermas e hospitalizadas.	00.491.904/0001-67	5.438.381,65	4.616.113,30	4.033.884,10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL
GRUPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

PORTARIA GIA-SJ Nº 108/GIA-SJ, DE 16 DE MAIO DE 2016

Aprova sanções administrativas à empresa POTÊNCIA COMERCIAL DISTRIBUIDORA IMPORTAÇÃO LTDA - ME

O CHEFE DO GRUPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.521, de 10 de setembro de 2014, publicado no Boletim Interno Ostensivo nº 173, de 12 de setembro de 2015, e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI) nº 002/GIA-SJ/2016, Processo Administrativo de Gestão (PAG) nº 67720.012758/2014-40, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa POTÊNCIA COMERCIAL DISTRIBUIDORA IMPORTAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.615.197/0001-12, na modalidade multa, com base no inciso II do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, calculada pelo setor competente do Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ), tendo como data-base a do efetivo pagamento:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da despesa, forma estimada no Termo de Referência, como prevê o item 17.3.1 do Edital da licitação, na quantia de R$1.407,00 (um mil, quatrocentos e sete reais), com base no artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Art. 2º Aplicar, cumulativamente, sanção à mesma empresa, na modalidade advertência com comunicação formal sobre o descumprimento cometido, conforme o artigo 87, I, da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º A aplicação das sanções se dá em razão de inadimplemento injustificado por parte da empresa, por ter descumprido obrigações contratuais apuradas no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ALBERTO GAVIOLI JUNIOR Cel Int

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 163/DPC, DE 25 DE MAIO DE 2016

Dispensa embarcação do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso EDUARDO WERNECK ALVES DE ALMEIDA (CIR: 381P2001307000), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
FUGRO AQUARIUS	3813901548	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói e Terminais da Baía de Guanabara (RJ)

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 30 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e o Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na alínea "c" do parágrafo 1º do artigo 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95; com base nos arts. 6º, 205 e 208 da Constituição Federal; nos arts. 2º, 37 a 42 e 80 da Lei nº 9.394/96; nos arts. 126 a 129 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal); nas Resoluções CNE/CEB nº 2/2010, nº 3/2010, nº 6/2012 e nº 1/2016, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 5/2015, homologado por Despacho do Ministro da Educação, publicado no DOU de 11 de maio de 2016, resolvem:

Art. 1º Esta Resolução estabelece Diretrizes Operacionais Nacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e respectivos itinerários formativos, a partir de cursos de qualificação profissional das pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais, para fins de remição de pena pelo estudo, de acordo com o disposto na Lei nº 7.210/84.

Art. 2º As ações educativas em contexto de privação de liberdade para fins de remição de pena pelo estudo devem obedecer à legislação e às normas educacionais vigentes no país, bem como ao estabelecido na Lei nº 7.210/84, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil, no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados e àqueles que cumprem medidas de segurança.

Art. 3º A oferta de programas de Educação de Jovens e Adultos e de qualificação profissional e correspondentes itinerários formativos, até a conclusão da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, para fins de remição de pena em estabelecimentos penais, pode ocorrer nas modalidades de ensino presencial ou de Educação a Distância, ou mesmo da combinação de ambas, devidamente supervisionadas por seus sistemas de ensino.

§ 1º A oferta de programas de Educação de Jovens e Adultos inclui desde os programas de alfabetização até a conclusão de cursos de Ensino Médio e Educação Profissional.

§ 2º A oferta prevista no caput deste artigo é de atribuição do órgão responsável pela educação nos Estados e no Distrito Federal, por meio da respectiva Secretaria de Educação ou órgão equivalente, e deve ser realizada em articulação com os órgãos responsáveis pela administração penitenciária, exceto nas penitenciárias federais, cujos programas educacionais estarão sob a responsabilidade do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Justiça, podendo para tanto celebrar convênios ou acordos de cooperação técnica com Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 4º Para a remição de pena pelo estudo, serão observadas as seguintes Diretrizes Operacionais:

I - o cumprimento da Estratégia 9.8 da Meta 9 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) quanto à oferta de Educação de Jovens e Adultos nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, às pessoas privadas de liberdade, em todos os estabelecimentos penais;

II - o envolvimento da comunidade e familiares dos indivíduos em situação de privação de liberdade e atendimento diferenciado de acordo com as especificidades de cada medida e/ou regime prisional, as necessidades de inclusão e acessibilidade, bem como as peculiaridades de gênero, raça, etnia, credo, idade e condição social da população atendida;

III - a possibilidade de ser realizada mediante vinculação a unidades educacionais e a programas que funcionam fora dos estabelecimentos penais;

IV - o desenvolvimento de políticas públicas de elevação de escolaridade associada à qualificação profissional para o trabalho;

V - a organização curricular que objetive atender às peculiaridades de tempo, espaço e rotatividade da população carcerária levando em consideração a flexibilidade prevista no art. 23 da Lei nº 9.394/96;

VI - a criação de mecanismos que possibilitem serem computadas as horas destinadas à frequência e aos estudos devidamente acompanhados e documentados;

VII - a criação de possibilidades de oferta de programas educacionais flexíveis, orientados para a modalidade de Educação a Distância, para a qual o sistema prisional deve contar com plataforma tecnológica compatível com os cursos ofertados, tanto de Educação de Jovens e Adultos quanto de Educação Profissional.

Art. 5º Visando à institucionalização de mecanismos de informação sobre a educação em espaços de privação de liberdade, com vistas à remição de pena com a necessária transparência e controle social, os órgãos responsáveis pela educação em sistema prisional nos Estados e no Distrito Federal deverão:

I - tornar público, por meio de relatório anual, a situação e as ações realizadas para a oferta de programas de Educação de Jovens e Adultos e de Educação Profissional, para fins de remição de pena, em cada estabelecimento penal sob sua responsabilidade;

II - promover, em articulação com o órgão responsável pelo sistema prisional nos Estados e no Distrito Federal, programas e projetos de fomento à pesquisa, produção de documentos e publicações e a organização de campanhas sobre o valor da educação em espaços de privação de liberdade, as vantagens do estatuto de remição de pena para as pessoas privadas de liberdades que se dediquem à promoção da elevação do nível de sua escolaridade, de inegável relevância para a sociedade beneficiada por essa ação educacional;

III - programar, nos estabelecimentos penais, estratégias de divulgação das ações de educação para os internos, com remição de pena, incluindo-se chamadas públicas periódicas destinadas a matrículas, bem como processos de divulgação dos resultados à sociedade.

Art. 6º A gestão educacional no contexto prisional, para fins de remição de pena, deverá promover parcerias com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades, instituições de Educação Profissional e Tecnológica e organizações da sociedade civil para formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos e de Educação Profissional a cidadãos em situação de privação de liberdade, incluindo os prisioneiros provisórios, condenados e aqueles que cumprem medidas de segurança.

Art. 7º As autoridades responsáveis pela política de execução penal nos Estados e no Distrito Federal deverão, conforme previsto nas Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, propiciar espaços físicos adequados à promoção de atividades educacionais desenvolvidas para fins de remição de pena, integrando-as às rotinas dos respectivos estabelecimentos penais, atendendo às exigências desta Resolução.

Art. 8º A oferta de Educação Profissional nos estabelecimentos penais, para fins de remição de pena, deverá seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, tanto em relação ao ensino presencial quanto à Educação a Distância, inclusive aquelas relacionadas ao estágio profissional supervisionado, em regime de parceria com organizações concedentes de campo de estágio.

Parágrafo único. Compete às Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, bem como aos órgãos próprios do Ministério da Educação, no caso dos presídios federais, o exercício da devida supervisão dessas atividades educacionais, verificando suas condições técnicas e tecnológicas de funcionamento com a necessária qualidade.

Art. 9º Educadores, gestores e técnicos que atuam nos estabelecimentos penais no desenvolvimento de ações educativas com a finalidade específica de promoção da remição de pena deverão ter acesso a programas destinados à sua formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal praticada.

§ 1º Os docentes que atuam nos espaços penais deverão ser profissionais do magistério, devidamente habilitados e com remuneração compatível com as especificidades da função.

§ 2º Pessoas privadas de liberdade ou internadas, desde que possuam perfis adequados e recebam preparação especial, poderão atuar em apoio ao profissional da educação, auxiliando-o no processo educativo para fins de remição de pena, beneficiando-se, neste caso, do estatuto da remição de pena pelo trabalho.

§ 3º No âmbito do programa Brasil Alfabetizado ou similar, as pessoas que atuarem como voluntários nos processos de alfabetização poderão exercer diretamente suas atividades educacionais, de acordo com a organização e orientação dada ao programa, fazendo jus, ainda, no caso daquelas pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro, ao correspondente benefício da remição de pena pelo trabalho, nos termos regulamentares.

Art. 10. O planejamento das ações educativas em espaços prisionais para fins de remição de pena poderá contemplar, além das atividades de educação formal e não formal, o ensino individualizado e a educação para o trabalho, inclusive na modalidade de Educação a Distância, conforme previsto em normas deste Conselho Nacional de Educação.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ ROBERTO ALVES
Presidente da Câmara de Educação Básica
(CEB/CNE)

ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO
Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP/MJ)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

PORTARIA Nº 13, DE 30 DE MAIO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Edital nº 03/2016-CCN de 27 de abril de 2016, publicado no D.O.U. de 28 de abril de 2016, o Processo nº 23111.008538/16-86, e as leis nº 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93; 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, com lotação no Curso de Estatística do Centro de Ciências da Natureza, Campus Ministro Petrônio Portella, na cidade de Teresina-Piauí, correspondente à Classe de Professor Auxiliar, Nível I, na Área de Estatística, em Regime de Tempo Parcial - TP-20 (vinte) horas semanais, habilitando e classificando para contratação o candidato LEONARDO DE SOUSA PAIVA (1.º lugar) e classificando o candidato ISRAEL OLIVEIRA DA COSTA SOUSA (2º lugar).

MARIA CONCEIÇÃO SOARES MENESES LAGE

PORTARIA Nº 24, DE 25 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, da UFPI, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 8.745/93, de 09/12/93, regulamentada pelas Leis nºs. 9.849/99, de 27/10/99 e 10.667/03, de 15/05/03 e Lei nº 12.425/11, de 17/06/11, o Decreto nº 6.944/09, de 21/08/09, e a Resolução nº 039/08-CONSUN/UFPI, de 11/09/08 e a Resolução 009/03, que altera o anexo III da Resolução nº 004/88-CONSUN/UFPI, de 11/11/88, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie e as normas contidas no Edital nº 08/2016-CCS/UFPI, de 28/04/2016, publicado na Seção 3, do DOU, de 02/05/2016 e considerando o Processo nº. 23111.010973/2016-71; resolve:

Art. 1° Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para contratação de Professor Substituto, com lotação no Departamento de Clínica Geral, do Centro de Ciências da Saúde, Campus Min. Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, correspondente à Classe de Professor Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Parcial TP-20 (vinte) horas semanas, na área de Semiologia Médica, habilitando os candidatos ISANIEL PEREIRA DE OLIVEIRA (1º colocado) e ELIZEU PEREIRA DOS SANTOS NETO (2º colocado), classificando ambos para contratação.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA FERRAZ MENDES
Diretora

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 712, DE 27 DE MAIO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais, e considerando:o que consta no artigo 87, inciso I da Lei n° 8.666/93 e Cláusula Segunda, item 2.2.20, do Contrato nº 128/2011 UFS, o qual tem como objeto prestação de serviços contínuos terceirizados de motorista;o que consta do Processo 23113.005653/2016-89; e o interesse da Administração na adequada prestação do serviço contratado; resolve:

Art. 1° - Aplicar a penalidade de advertência à empresa PORTOCALLE SERVIÇOS GERAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 10.878.081/0001-80, por descumprimento do item 2.2.20 da Cláusula Segunda do Contrato nº 128/2011.

Parágrafo Único - Caso a empresa ora advertida continue praticando as falhas detectadas no processo acima referido, poderão lhe ser aplicadas outras penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e na cláusula Sétima do Contrato nº 128/2011.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 832, DE 27 DE MAIO DE 2016

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital n° 01/2015, publicado no DOU de 20/01/2015.

Unidade: ESCOLA POLITÉCNICA
Departamento: ENGENHARIA DE TRANSPORTES E GEODÉSIA
Área de Conhecimento: INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
CLASSE: AUXILIAR
Regime de Trabalho: 20 Horas
Processo: 23066.024010/16-47
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif. Geral
1º André Luis Oliveira de Melo
Área de Conhecimento: TRANSPORTE
Classe: ASSISTENTE A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.024594/16-51
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif. Geral
1º Marcella Sgura Viana
2º Aline Schhindler Gomes da Costa
3º Marcia Sampaio Baggi
Unidade: INSTITUTO DE BIOLOGIA
Departamento: BOTÂNICA
Área de Conhecimento: MACROFUNGOS
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.021136/16-60
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif. Geral
1º Bianca Denise Barbosa da Silva

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 556, DE 25 DE MAIO DE 2016

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas competências delegadas pela Portaria nº 1.182, de 15 de setembro de 2014, resolve:

Art.1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 15/2016 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto
1.1 - Unidade: FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1.1.1 - Seleção 28: Departamento de Educação - Processo nº 23071.002390/2016-90 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	ANDRÉA SILVEIRA DE SOUZA	85,90
2º	FABIO PY MURTA DE ALMEIDA	80,50
3º	DOUGLAS WILLIAN FERREIRA	78,20
4º	MOISÉS ABDON COPPE	62,40

1.2 - Unidade: FACULDADE DE MEDICINA
1.2.1 - Seleção 34: Departamento de Clínica Médica - Processo nº 23071.004027/2016-17 - Nº Vagas: 02 (duas)

Classificação	Nome	Nota
1º	THIAGO GONÇALVES SCHRODER E SOUZA	53,00
2º	FELIPE GOMES DE OLIVEIRA	51,00
3º	MARCELLE CRISTINA DA SILVA BASTOS VASCONCELOS	50,00

1.3 - Unidade: INSTITUTO DE ARTES E DESIGN
1.3.1 - Seleção 37: Departamento de Música - Processo nº 23071.001671/2016-25 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	LUCIANA ALVES SILVA	8,05

1.3.2 - Seleção 38: Departamento de Música - Processo nº 23071.001674/2016-69 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	THALYSON RODRIGUES DE ARAÚJO	7,80
2º	ADRIANO LOPES SOBRINHO	7,20

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 134, DE 1º DE ABRIL DE 2016

O Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor e tendo em vista do que consta nos autos do Processo n.º23075.104202/2015-46 que aponta irregularidade decorrente do Pregão Eletrônico n.º096/2015, resolve:

Aplicar à empresa TPS BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ANALÍTICOS LTDA-ME, CNPJ n.º 12.098.152/0001-58, Aplicar a pena de impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 30 (trinta) dias. Artigo 7º, da LEI n.º10.520/2002. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 179, DE 30 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, incisos II e III, do Decreto n° 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, bem como o disposto no Decreto nº 8.700, de 30 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto n° 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, bem como ajustar o detalhamento dos Anexos I e II da Portaria MF nº 124, de 04 de abril de 2016, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I
ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.670, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 124, DE 04 DE ABRIL DE 2016

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU	UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ MAI	ATÉ JUN	ATÉ JUL	ATÉ AGO	ATÉ SET	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
71000	Encargos Financeiros da União	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	0
74000	Operações Oficiais de Crédito	64.600	64.600	50.254	16.298	0	0	0	0
	Total	99.600	99.600	85.254	51.298	35.000	35.000	35.000	0

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II
ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.670, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 124, DE 04 DE ABRIL DE 2016

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU	UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ MAI	ATÉ JUN	ATÉ JUL	ATÉ AGO	ATÉ SET	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
52000	Ministério da Defesa	174.000	174.000	174.000	174.000	174.000	174.000	174.000	0

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: SUBVENÇÕES

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

1 - Processo nº: 10120.724276/2013-05 - Recorrentes: CARAMURU ALIMENTOS S/A. e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10120.725306/2012-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GOIASMINAS INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA

3 - Processo nº: 10980.724631/2010-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: POSITIVO INFORMATICA S/A

4 - Processo nº: 10380.012049/2009-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A.

5 - Processo nº: 10920.724243/2012-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIAMOND BUSINESS TRADING S/A

6 - Processo nº: 10980.729381/2012-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BEMATECH S.A

TEMA 2: PERC

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

7 - Processo nº: 16327.002207/99-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULOS.S.A.

Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

8 - Processo nº: 10580.008714/98-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TELECOMUNICACOES DA BAHIA S A TELEBAHIA

9 - Processo nº: 10830.006018/96-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A.-

10 - Processo nº: 11831.001883/99-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SERVI CONTINENTAL 2001 LTDA

TEMA 3: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

Relator: LUIS FLAVIO NETO

11 - Processo nº: 16561.720036/2011-59 - Recorrente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

12 - Processo nº: 10283.721285/2008-14 - Recorrente: KEIHIN TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: JUROS

Relator: LUIS FLAVIO NETO

13 - Processo nº: 10932.000633/2009-05 - Recorrente: RAGI REFRIGERANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

14 - Processo nº: 10680.015517/2008-19 - Recorrentes: NUTRILINEA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

15 - Processo nº: 16327.720430/2012-41 - Recorrente: FERRARA PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: EXIGIBILIDADE

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

16 - Processo nº: 10930.003962/2004-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PLAXJET PRODUTOS E COMPONENTES PLASTICOS LTDA

17 - Processo nº: 16643.000087/2009-36 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 6: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Relator: LUIS FLAVIO NETO

18 - Processo nº: 16561.000004/2008-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PPL PARTICIPACOES LTDA.

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

19 - Processo nº: 16561.000192/2007-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PRM ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES DO BRASIL LTDA. - EM LIQUIDACAO

TEMA 7: DEDUTIBILIDADE DE VALORES

Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

20 - Processo nº: 10510.003122/2005-74 - Recorrentes: ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 16095.000620/2010-57 - Recorrente: BRAZILIAN COLOR INDUSTRIA DE TINTAS E VERNIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

22 - Processo nº: 13805.006918/96-37 - Recorrente: UNISYS INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: IRRF C/C IRPJ

Relator: LUIS FLAVIO NETO

23 - Processo nº: 15940.000109/2008-60 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10835.720474/2011-73 - Recorrente: VITAPELLI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10835.721527/2012-54 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

26 - Processo nº: 10783.008403/97-32 - Recorrente: LIDER SANEAMENTO E SERVICOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 11516.002233/99-85 - Recorrentes: FEMINA COM E REPRESENTACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 14751.000010/2005-80 - Recorrente: CONSTRUINA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: DIVERSOS

Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

29 - Processo nº: 10650.000381/2007-19 - Recorrente: FERTILIZANTES FOSFATADOS SA FOSFERTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 11618.000535/2002-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMECA EMPRESA DE MECANIZACAO AGRICOLA LTDA

31 - Processo nº: 10320.003110/2002-34 - Recorrente: INTERCAR COMERCIO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: NATHALIA CORREIA POMPEU

32 - Processo nº: 13808.000118/99-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO

DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10: ÁGIO

Relator: LUIS FLAVIO NETO

33 - Processo nº: 10970.720271/2012-11 - Recorrentes: METALSIDER LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

34 - Processo nº: 10680.724392/2010-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GERDAU ACOMINAS S/A

35 - Processo nº: 11080.723701/2010-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GERDAU ACOS ESPECIAIS S.A.

36 - Processo nº: 11080.723702/2010-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GERDAU COMERCIAL DE ACOS S.A.

37 - Processo nº: 16682.720271/2011-54 - Recorrente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 11080.725320/2010-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VONPAR REFRESCOS S A

39 - Processo nº: 11070.720968/2012-91 - Recorrente: JOHN DEERE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

40 - Processo nº: 12898.000809/2009-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARGOLIS HOLDING S A

TEMA 11: DIVERSOS

Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

41 - Processo nº: 10120.010008/2010-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA

42 - Processo nº: 10166.000152/2003-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA EPP

Relator: LUIS FLAVIO NETO

43 - Processo nº: 13888.724255/2012-17 - Recorrentes: INDUSTRIAS ROMI S A e FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

44 - Processo nº: 16327.001272/2008-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO S/A

DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: MULTA DE OFÍCIO

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

45 - Processo nº: 16643.000032/2010-60 - Recorrente: TAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10670.720090/2013-42 - Recorrentes: ITALMAGNESIO NORDESTE S A e FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

47 - Processo nº: 11543.003883/2004-21 - Recorrentes: IDEALCAFE INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL

TEMA 13: DIVERSOS

Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

48 - Processo nº: 19515.002684/2009-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO CARLOS CHAGAS

49 - Processo nº: 13982.000426/2006-01 - Recorrente: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 11080.011547/2006-16 - Recorrente: IAB ASSESSORIA TRIBUTARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS FLAVIO NETO

51 - Processo nº: 11516.002701/2010-70 - Recorrentes: ESTALEIRO SCHAEFER YACHTS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

52 - Processo nº: 10680.722242/2011-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAMARCO MINERACAO S.A.

53 - Processo nº: 10708.000038/00-61 - Recorrente: MATOS TEIXEIRA CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

54 - Processo nº: 13808.001466/99-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: STEMAG ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA

Relatora: NATHALIA CORREIA POMPEU

55 - Processo nº: 10880.045481/94-68 - Recorrente: BELMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

56 - Processo nº: 13971.001629/2006-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BUNGE ALIMENTOS S/A

DIA 16 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 14: SIMPLES

Relator: LUIS FLAVIO NETO

57 - Processo nº: 13840.000996/2002-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARCEL OLIVEIRA JACQUES - EPP

58 - Processo nº: 10120.004466/2007-56 - Recorrente: PRESERVE AGROFLORESTAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 15249.000126/2009-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUA FORMULA - FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

60 - Processo nº: 10909.001865/2005-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AVP CONSERTOS E REPAROS DE ESTRUTURAS FLUTUANTES LTDA - ME

61 - Processo nº: 10925.002687/2005-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NAUTITEC LTDA - ME

62 - Processo nº: 10970.000426/2008-13 - Recorrente: COLEGIO EDUCACIONAL ABC DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10980.003798/2006-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AMBIENTE SISTEMAS DE CALEFACAO LTDA - ME

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

64 - Processo nº: 10680.015918/2004-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MULTIMAQUINAS - MANUT. E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPTOS. LT

65 - Processo nº: 13851.001243/2004-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARCIANO ESTRUTURAS METALICAS LTDA - EPP

66 - Processo nº: 13963.000236/2004-41 - Recorrente: JOSCAR COMERCIO E PREST. DE SERVICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10909.002133/2004-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUPERMERCADO CAMPOS NOVOS LTDA - EPP

TEMA 15: DIVERSOS

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

68 - Processo nº: 13851.001170/2006-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAMUA COMERCIAL E AGRO-PECUARIA LTDA

69 - Processo nº: 12897.000007/2009-18 - Recorrente: CIBRAPEL SA INDUSTRIA DE PAPEL E EMBALAGENS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 11516.004364/2007-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESTALEIRO KIWI BOATS LTDA

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

71 - Processo nº: 16095.000603/2007-14 - Recorrente: JS ADMINISTRACAO DE RECURSOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 16: EMBARGOS

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

72 - Processo nº: 18471.000499/2006-78 - Embargante: BG COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 16327.001526/2010-44 - Embargante: BANCO SAFRA S A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 16095.000635/2008-09 - Embargante: JS ADMINISTRACAO DE RECURSOS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

TEMA 17: DIVERSOS

Relator: LUIS FLAVIO NETO

75 - Processo nº: 10280.000515/00-65 - Recorrente: DELTA PUBLICIDADE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: NATHALIA CORREIA POMPEU

76 - Processo nº: 10580.021660/99-17 - Recorrente: SERTEL SERVICOS DE INSTALACOES TERMICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10880.031268/96-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CANTAREIRA DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LIMITADA

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

78 - Processo nº: 13839.003496/2006-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ISOLADORES SANTANA S/A

79 - Processo nº: 12963.000033/2007-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TANJUMINAS COMERCIO DE CEREAIS LTDA

80 - Processo nº: 15374.000572/00-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASIL PLUS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente

LUCIANA MOREIRA TELLES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

2ª SEÇÃO
4ª CÂMARA
2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião

Observação: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião. 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento

DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO

1 - Processo nº: 10980.724663/2011-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: INEPAR - ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

2 - Processo nº: 10166.725246/2014-62 - Recorrente: MANOEL CARIDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 10235.721754/2013-20 - Recorrente: JOSE VENINO FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 10783.720895/2013-19 - Recorrente: PAULO JOSE SOARES SERPA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 13819.722356/2012-77 - Recorrente: MARIA ROSA NASCIMENTO SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 15463.721214/2014-57 - Recorrente: LAIRA DA CONCEICAO BRAULIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

7 - Processo nº: 12448.732089/2014-19 - Recorrente: INSTITUTO DE PROFESSORES PUBLICOS E PARTICULARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo nº: 11522.001491/2007-18 - Embargante: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO E ESPORTE - SEE e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

9 - Processo nº: 13846.720084/2015-96 - Recorrente: AUGUSTO SOARES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

10 - Processo nº: 10320.004997/2007-92 - Recorrente: CERAMICA QUEIROZ S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 19515.722403/2012-83 - Recorrente: FRIGORIFICO MABELLA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO

12 - Processo nº: 10510.720898/2013-62 - Recorrente: ANTONIO CLAUDIO SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 13679.720120/2014-18 - Recorrente: SONIA PIMENTA LISBOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo nº: 13679.720121/2014-54 - Recorrente: SONIA PIMENTA LISBOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 13679.720122/2014-07 - Recorrente: SONIA PIMENTA LISBOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 13679.720123/2014-43 - Recorrente: SONIA PIMENTA LISBOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo nº: 13679.720125/2014-32 - Recorrente: SONIA PIMENTA LISBOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

18 - Processo nº: 35301.012065/2006-91 - Recorrente: HARSCO DO BRASIL PARTICIPACOES E SERVICOS SIDERURGICOS LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 35884.000923/2006-41 - Recorrente: PETROBRAS PETROLEO BRASILEIRO SA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 35011.003985/2006-84 - Recorrente: SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO

21 - Processo nº: 18186.000179/2007-14 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 13888.004132/2008-80 - Recorrente: MOMBUCA CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo nº: 10508.000797/2010-78 - Recorrente: VERACEL CELULOSE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 10508.000804/2010-31 - Recorrente: VERACEL CELULOSE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 10508.000805/2010-86 - Recorrente: VERACEL CELULOSE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 19515.720165/2012-71 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 19515.722148/2011-98 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

28 - Processo nº: 10380.722741/2013-02 - Recorrente: INVERSIONES TENERIA EMPREENDIMENTOS DO BRASIL LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 10380.723901/2013-22 - Recorrente: CLECIO COSTA CARRAH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 19515.723069/2013-66 - Recorrentes: FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL- RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

31 - Processo nº: 19515.720642/2013-80 - Recorrente: BIOSEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO

32 - Processo nº: 10168.001809/2007-84 - Recorrente: EMPRESA AUTO VIACAO TABOAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RONALDO DE LIMA MACEDO

33 - Processo nº: 13868.720081/2012-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ZILDA BORGES DE CERQUEIRA - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 10730.720651/2015-13 - Recorrente: ANTONIO MAXIMO MAGALHAES GOMES PIRES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 11060.721809/2015-75 - Recorrente: ANA MARIA TONIOLO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 11543.000492/2010-01 - Recorrente: CARLOS MARCOS CRUZ REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 11543.000721/2010-89 - Recorrente: CARLOS MARCOS CRUZ REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

38 - Processo nº: 11080.732476/2013-18 - Recorrente: LOJAS RENNER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 10580.721524/2014-11 - Recorrente: ISOREL LOCACAO E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 15983.000938/2009-27 - Recorrente: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACAO SANTA CECILIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO

41 - Processo nº: 16227.000285/2008-20 - Recorrente: SOCIEDADE BIBLICA DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 15504.721024/2014-14 - Recorrente: FERROUS RESOURCES DO BRASIL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO

43 - Processo nº: 13794.720457/2013-10 - Recorrente: VICANAND VALERIANO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo nº: 13794.720458/2013-64 - Recorrente: VICANAND VALERIANO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 13794.720712/2013-24 - Recorrente: VICANAND VALERIANO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo nº: 13794.720713/2013-79 - Recorrente: VICANAND VALERIANO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo nº: 13794.720714/2013-13 - Recorrente: VICANAND VALERIANO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RONALDO DE LIMA MACEDO

48 - Processo nº: 10480.728160/2012-67 - Recorrente: LEONARDO ALEXANDRE DE LUNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo nº: 12448.730134/2014-92 - Recorrente: CARMEN DE BRITO GUIMARAES ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo nº: 12448.731947/2014-08 - Recorrente: ROBERTO SOARES VIANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO)

51 - Processo nº: 15463.722092/2014-16 - Recorrente: CARMEN LUCIA DA CUNHA ARARIPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 19985.723161/2015-51 - Recorrente: LUIZ FERNANDO DE ARRUDA GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO

53 - Processo nº: 18470.724577/2014-43 - Recorrente: CIBRAPEL SA INDUSTRIA DE PAPEL E EMBALAGENS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 13961.720228/2012-45 - Recorrente: MARIA SHIRLEI DE SOUSA PIETSCH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo nº: 11040.720080/2015-58 - Recorrente: RONI QUEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo nº: 10835.000575/95-43 - Recorrente: JOSE MARIO FREIRE LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

57 - Processo nº: 10469.901775/2012-01 - Recorrente: RANULFO PEREIRA MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo nº: 10580.725447/2012-15 - Recorrente: SALVADOR GONZALEZ DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

59 - Processo nº: 11065.721067/2013-76 - Recorrente: ATENDE BEM - SERVICOS DE TELEATENDIMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL- RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo nº: 13840.000607/99-62 - Recorrente: AUTO POSTO N R DE ITAPIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

61 - Processo nº: 15868.720213/2013-51 - Recorrente: DULCE DUARTE LEITE BOTTIZINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo nº: 10880.720265/2014-27 - Recorrente: ONEIDA MARIA SCHNITZER FONTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

63 - Processo nº: 13896.721452/2012-85 - Recorrentes: THEREZA COELHO PEREIRA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO

64 - Processo nº: 15463.720229/2014-06 - Recorrente: SEBASTIAO JOSE MARTINS SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo nº: 15463.720230/2014-22 - Recorrente: SEBASTIAO JOSE MARTINS SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo nº: 15463.720550/2014-82 - Recorrente: SEBASTIAO JOSE MARTINS SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

67 - Processo nº: 10140.721824/2013-07 - Recorrente: ALMIRA NUNES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: NATANAEL VIEIRA DOS SANTOS

68 - Processo nº: 10073.721801/2014-16 - Recorrente: NILTON RODRIGUES BARCELLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo nº: 10580.730633/2014-20 - Recorrente: CATARINA VIEIRA MATOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo nº: 10730.722198/2014-07 - Recorrente: LENINE PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo nº: 10855.722649/2012-20 - Recorrente: RAQUEL GOMES MARCONDES ROSSI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 16 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO

72 - Processo nº: 17310.720061/2013-19 - Recorrente: ALBERTO DAUAIRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo nº: 13819.721478/2012-46 - Recorrente: AYRTON ANTONIO RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

74 - Processo nº: 10735.722336/2014-08 - Recorrente: TEREZA DOS SANTOS BARROS DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo nº: 10640.901652/2012-23 - Recorrente: MAURO WERNECK NOGUEIRA DA GAMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo nº: 15463.722270/2014-17 - Recorrente: SONIA LUCIA STANGER - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 16 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: NATANAEL VIEIRA DOS SANTOS

77 - Processo nº: 13874.720169/2013-75 - Recorrente: NANCY ROLIM LEME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

78 - Processo nº: 15463.000166/2010-36 - Recorrente: MARIA HELENA BLOOMFIELD PEREGRINO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

79 - Processo nº: 15471.001144/2010-94 - Recorrente: MARIA JOSE SALGADO AMORIM LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

RONALDO DE LIMA MACEDO
Presidente

IRDA MORAIS
Chefe de Equipe

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

Observação: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião. 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento

DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

1 - Processo nº: 10140.720719/2014-23 - Recorrente: ANGELO LUIZ PEREIRA TROMBETI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 10730.722141/2011-57 - Recorrente: DALVINO ANTONIO CAZOTTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 10730.722142/2011-00 - Recorrente: DALVINO ANTONIO CAZOTTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 10830.726899/2013-06 - Recorrente: ANA MARIA NEGRINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 11080.726554/2014-18 - Recorrente: BELMIRO DESSIMON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 11080.729388/2013-21 - Recorrente: AQUILES BORIS INDURSKY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 12448.720558/2012-87 - Recorrente: ARQUIMEDES BITTENCOURT DE MELO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo nº: 13748.720707/2013-77 - Recorrente: ANTONIO JAYME AURORA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 13819.722526/2013-02 - Recorrente: ARMENIO PEREIRA DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 13830.722479/2013-31 - Recorrente: ANTONIO CARAM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 12326.002045/2010-13 - Recorrente: LUIZ HELENO DE BARROS SALGADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

12 - Processo nº: 19985.721302/2013-30 - Recorrente: MARIA LUCIA REGNIER GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 13851.720042/2012-33 - Recorrente: LUIZ FERNANDO LOFFREDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo nº: 12448.730545/2011-35 - Recorrente: LUIZ GUSTAVO DE FRANCA RANGEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10730.726512/2011-70 - Recorrente: LUIZ RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 13837.720121/2014-94 - Recorrente: MARCO ANTONIO SALLOWICZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo nº: 15504.720524/2014-21 - Recorrente: MARIA AUXILIADORA POSSAS BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 10580.723657/2013-41 - Recorrente: MARIA CONCEICAO BARBOSA COELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 18470.731121/2012-78 - Recorrente: MARIA DE LOURDES DUTRA GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 10183.722523/2014-77 - Recorrente: MARIA DE MELLO MONTEIRO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 12448.723263/2011-81 - Recorrente: MARIA ELISA DE MIRANDA CORREA SUTTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

22 - Processo nº: 13708.004960/2008-99 - Recorrente: ARTHUR JOSE DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

23 - Processo nº: 13884.721153/2014-41 - Recorrente: FABIANO DUTRA CESAR DORIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

24 - Processo nº: 16682.720777/2012-44 - Recorrente: ASSOCIACAO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

25 - Processo nº: 10384.721925/2013-15 - Recorrente: PIAUI ASSEMBLEIA LEGISLATIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 12448.725112/2014-19 - Recorrente: PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 13896.720147/2012-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SONDA DO BRASIL S.A. RECURSO DE OFÍCIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

28 - Processo nº: 11516.721441/2014-69 - Recorrente: CANGURU PLASTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

29 - Processo nº: 11516.005929/2007-16 - Recorrentes: FUNDACAO JOSE ARTHUR BOITEUX e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFICIO

30 - Processo nº: 10865.002244/2007-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO MARTINHO S/A - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

31 - Processo nº: 12448.722588/2011-47 - Recorrente: ANA MARIA MANCEBO TINELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

32 - Processo nº: 10730.723521/2011-17 - Recorrente: JORGE VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 10730.723522/2011-53 - Recorrente: JORGE VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 19985.721224/2013-73 - Recorrente: LUIZ CARLOS BORIOLLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 10820.721327/2012-61 - Recorrente: MAURICIO TONZAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 11610.725292/2012-77 - Recorrente: MOACIR ANTONIO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 11543.001637/2010-82 - Recorrente: ORLANDO PIERRE PROVETE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

38 - Processo nº: 14055.720160/2015-32 - Recorrente: ELISIO VICENTE DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 14055.720162/2015-21 - Recorrente: ELISIO VICENTE DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 13819.722809/2013-46 - Recorrente: FABIO GUIMARAES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 13819.722810/2013-71 - Recorrente: FABIO GUIMARAES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

42 - Processo nº: 10435.722885/2012-97 - Recorrente: HAGAPTO BENICIO DE MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo nº: 13686.720042/2014-54 - Recorrente: ANTONIETA RIBEIRO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo nº: 13898.720008/2014-94 - Recorrente: ERCILIA GREGORIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

45 - Processo nº: 13840.000239/99-71 - Recorrente: FAZENDA SETE LAGOAS AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo nº: 13840.000240/99-50 - Recorrente: FAZENDA SETE LAGOAS AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

47 - Processo nº: 16327.903682/2009-16 - Recorrente: BANCO CITIBANK S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 16327.003018/2003-71 - Recorrente: BANCO CITIBANK S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo nº: 13811.003039/2003-37 - Recorrente: ELASTOBOR BORRACHAS E PLASTICOS LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo nº: 16327.002731/2003-06 - Recorrente: BANCO SUDAMERIS DE INVESTIMENTO S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 19679.008366/2003-33 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

52 - Processo nº: 19515.720388/2014-09 - Recorrente: AON HOLDINGS CORRETORES DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 10166.724097/2014-14 - Recorrente: AFINIDADE CONSULTORIA E BENEFICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 13864.720186/2014-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIDAX TELESERVICOS S.A. RECURSO DE OFÍCIO

55 - Processo nº: 17546.000206/2007-50 - Embargante: HOTEIS ROYAL PALM PLAZA LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

56 - Processo nº: 18471.001976/2005-31 - Recorrente: MAX DOLINGER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo nº: 10980.017410/2008-12 - Embargada: EINAR ALBERTO KOK - Embargante: FAZENDA NACIONAL- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

58 - Processo nº: 15868.720208/2012-68 - Recorrente: RICARDO ULPIANO DOS SANTOS VIOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

59 - Processo nº: 15504.722232/2014-22 - Recorrente: GERALDO HAROLDO DE PAIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo nº: 15504.729642/2014-02 - Recorrente: GERALDO HAROLDO DE PAIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

61 - Processo nº: 15504.720364/2014-10 - Recorrente: GERALDO HAROLDO DE PAIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo nº: 15504.722233/2014-77 - Recorrente: GERALDO HAROLDO DE PAIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

63 - Processo nº: 10845.720381/2012-19 - Recorrente: ISMAR DE BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo nº: 13827.720407/2012-27 - Recorrente: JOSE TITOMU MURAKAWA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo nº: 10166.723529/2011-27 - Recorrente: DULCINEA DA VITORIA SALES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo nº: 12278.720115/2011-12 - Recorrente: JOSE EVILASIO DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

67 - Processo nº: 13819.720965/2012-91 - Recorrente: CARLOS PENTEADO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

68 - Processo nº: 15956.000164/2006-19 Recorrente: LUIZ AUGUSTO RIBEIRO DO VALLE - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

69 - Processo nº: 15504.006691/2008-17 - Recorrente: ESTADO DE MINAS GERAIS-GOVERNO - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo nº: 15504.724696/2014-73 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo nº: 15504.725984/2011-01 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo nº: 15504.725977/2011-09 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo nº: 16561.720202/2012-06 - Recorrente: GAFISA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

74 - Processo nº: 11080.008393/2007-58 - Recorrente: CINTIA IZABEL SELBACH - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo nº: 13890.000706/2009-82 - Recorrente: ARISTOTELES COSTA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo nº: 13890.000707/2009-27 - Recorrente: ARISTOTELES COSTA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

77 - Processo nº: 12448.734996/2011-41 - Recorrente: LUIZ HENRIQUE DA SILVA GRACA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

78 - Processo nº: 11516.722849/2012-96 - Recorrente: MARIA ROGERIA ZAPPELINI RONCATTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

79 - Processo nº: 11516.722853/2012-54 - Recorrente: ZENITE MARIA BARCELOS DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

80 - Processo nº: 10166.721075/2013-11 - Recorrente: MARIA ELIZABETH FREIRE GAMEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

81 - Processo nº: 13784.720023/2014-10 - Recorrente: MARCO ANTONIO RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

82 - Processo nº: 10768.001351/2009-66 - Recorrente: MARCIO DE CARVALHO WANDERLEY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

83 - Processo nº: 10845.000737/2011-13 - Recorrente: MARIA ROSA SIGNORI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

84 - Processo nº: 19985.720490/2013-89 - Recorrente: MARIO OLM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

85 - Processo nº: 10725.720568/2012-71 - Recorrente: MARIEL LIMA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

86 - Processo nº: 10073.720476/2013-93 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

87 - Processo nº: 10073.721063/2013-26 - Recorrentes: SAO GONCALO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E URBANISTICOS LIMITADA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

88 - Processo nº: 10925.001053/2005-92 - Interessado: CEZAR ARMANDO BRANCHER e Embargante: FAZENDA NACIONAL- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

89 - Processo nº: 10183.006347/2005-31 - Interessado: AGRO PECUARIA IBERE S.A e Embargante: FAZENDA NACIONAL- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

90 - Processo nº: 10680.720565/2007-33 - Interessado: MINERACAO MORRO VELHO LTDA - e Embargante: FAZENDA NACIONAL- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

91 - Processo nº: 13609.720184/2007-13 - Recorrente: OLIVIA MARCHESI BICALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 16 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

92 - Processo nº: 10580.721275/2014-64 - Recorrente: INDUSTRIA BAIANA DE COLCHOES E ESPUMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

93 - Processo nº: 15504.720813/2011-87 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

94 - Processo nº: 10945.721899/2013-14 - Recorrente: FUNDACAO DE SAUDE ITAIGUAPY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

95 - Processo nº: 10945.721900/2013-19 - Recorrente: FUNDACAO DE SAUDE ITAIGUAPY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

96 - Processo nº: 19515.721413/2014-63 - Recorrente: ASSOCIACAO SANTA MARCELINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

97 - Processo nº: 10247.000127/2004-21 - Interessado: DILCILENE TENORIO DE SOUSA -Embargante: DRF/SANTARÉM - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

98 - Processo nº: 10480.728121/2011-89 - Recorrente: P R DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. - RECURSO VOLUNTÁRIO

99 - Processo nº: 10920.002722/2005-93 - Interessado: FLAVIO PIAZERA - Embargante: FAZENDA NACIONAL- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

100 - Processo nº: 10580.730652/2014-56 - Recorrente: ANAMELIA COSTA GRAMACHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

101 - Processo nº: 13147.720054/2014-86 - Recorrente: ADELSON DIAS DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

102 - Processo nº: 10830.721456/2013-11 - Recorrente: ANTONIO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

103 - Processo nº: 10830.722148/2013-11 - Recorrente: ANTONIO PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

104 - Processo nº: 13748.720876/2012-26 - Recorrente: IVANIR SCHMITT MOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

105 - Processo nº: 10860.720335/2013-02 - Recorrente: JOSE PIRES BARRETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

106 - Processo nº: 11060.720711/2012-58 - Recorrente: LUIZ CARLOS TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

107 - Processo nº: 13811.721391/2012-49 - Recorrente: JOAO GONCALVES MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

108 - Processo nº: 11060.722073/2012-18 - Recorrente: LUIZ CIDINEI BECKER SCHERER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

109 - Processo nº: 10860.721694/2012-98 - Recorrente: JOSE CARLOS EMBERSICS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

110 - Processo nº: 10166.730408/2012-12 - Recorrente: CLAUSEM PINTO BONIFACIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

111 - Processo nº: 19515.006650/2008-52 - Nome do Contribuinte: SUCOS DEL VALLE DO BRASIL LTDA - - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

112 - Processo nº: 10675.003098/2005-91 - Embargante: LUCAS JOHANNES MARIA AERNOUDTS - Embargada: FAZENDA NACIONAL- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

113 - Processo nº: 13881.000286/2009-43 - Embargante: WALTER FLORENTINO DA SILVA - Embargada: FAZENDA NACIONAL- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 16 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

114 - Processo nº: 10580.000370/2008-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REAL SOC ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA- RECURSO DE OFÍCIO

115 - Processo nº: 16004.000020/2010-61 - Recorrente: TRANSPORTADORA AGRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

116 - Processo nº: 16004.000021/2010-13 - Recorrente: TRANSPORTADORA AGRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

117 - Processo nº: 10215.721075/2013-99 - Interessado: AMAZONIA PROJETOS ECOLOGICOS LTDA - Recorrente: FAZENDA NACIONAL- RECURSO DE OFÍCIO

118 - Processo nº: 10215.721077/2013-88 - Interessado: AMAZONIA PROJETOS ECOLOGICOS LTDA - Recorrente: FAZENDA NACIONAL- RECURSO DE OFÍCIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

119 - Processo nº: 13896.002440/2010-96 - Recorrente: PAULO ROBERTO MURRAY - SOCIEDADE DE ADVOGADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

120 - Processo nº: 15940.000111/2008-39 - Recorrente: VITAPELLI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

121 - Processo nº: 15940.000294/2009-73 - Recorrente: VITAPELLI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

122 - Processo nº: 15940.000730/2010-48 - Recorrente: VITAPELLI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

123 - Processo nº: 10821.000041/2010-76 - Recorrente: LUIZ CARLOS MENEZES DA FONSECA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

124 - Processo nº: 13642.720023/2014-34 - Recorrente: LUIZ RONEY BRAGA DE ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

125 - Processo nº: 10882.724281/2011-26 - Recorrente: LUIZ EDUARDO DO AMARAL COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

126 - Processo nº: 13749.720227/2013-04 - Recorrente: HELENA CALDAS DA LUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

127 - Processo nº: 10730.729415/2013-09 - Recorrente: GABRIELA PETERZOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

128 - Processo nº: 11040.721497/2013-76 - Recorrente: EDGAR FISS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

129 - Processo nº: 10730.730156/2013-51 - Recorrente: EVANO DOS SANTOS FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

130 - Processo nº: 11080.722566/2012-10 - Recorrente: JOSE CLOVIS OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

131 - Processo nº: 10730.721802/2011-27 - Recorrente: JOSE HAROLDO RODRIGUES SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

132 - Processo nº: 10830.722745/2013-37 - Recorrente: JORGE OLIVEIRA DO VALLE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MARIA CLECI COTI MARTINS
Presidente

IRDA MORAIS
Chefe de Equipe da 4ª Câmara

2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

Observações:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA

1 - Processo nº: 12448.724621/2014-16 - Recorrente: EIKE FUHRKEN BATISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

2 - Processo nº: 10245.721218/2012-24 - Recorrente: MUNICIPIO DE PACARAIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

3 - Processo nº: 10166.725006/2013-87 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 10166.727372/2013-71 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

5 - Processo nº: 10120.727291/2013-05 - Recorrente: CELG DISTRIBUICAO S.A. - CELG D e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 18050.001828/2008-11 - Recorrente: MULTIBEL UTIL ELET LTDA SUCES MM COMERCI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

7 - Processo nº: 16095.720112/2014-12 - Recorrente: JOALMI INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

8 - Processo nº: 13855.722638/2013-19 - Recorrente: ALCINO PEDRO CASSIM NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 13161.720087/2014-48 - Recorrente: WILSON PEREIRA TELES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

10 - Processo nº: 12448.733193/2011-70 - Recorrente: CECILIA ALMEIDA E SILVA GOUVEA VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

11 - Processo nº: 12448.731971/2013-58 - Recorrente: SYNTHESIS EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 13896.720110/2014-18 - Recorrente: CARLA MARIA CARVALHO FONTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 10140.721759/2013-10 - Recorrente: DANIEL REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

14 - Processo nº: 19985.720922/2014-32 - Recorrente: DERMOT RODNEY DE FREITAS BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10980.013302/2005-28 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

16 - Processo nº: 15983.000510/2010-18 - Embargante: DRF-SANTOS/SP e Interessado: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACAO SANTA CECILIA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

17 - Processo nº: 19515.002754/2005-45 - Recorrente: CILASI ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

18 - Processo nº: 13005.720081/2013-92 - Recorrente: DARCI PORTO SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

19 - Processo nº: 18470.727373/2014-64 - Recorrente: LUIZ ALBERTO DA SILVA MESQUITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

20 - Processo nº: 13839.722756/2013-25 - Recorrente: JORGE MICHEL LEPELTIER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 13884.720639/2014-62 - Recorrente: MARIO JOSE RUTKOSKY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

22 - Processo nº: 11444.000797/2007-27 - Recorrente: FUNDACAO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo nº: 11444.000672/2007-05 - Recorrente: FUNDACAO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 11444.001482/2008-88 - Recorrente: FUNDACAO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 11444.001484/2008-77 - Recorrente: FUNDACAO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 13830.720261/2012-61 - Recorrente: FUNDACAO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 13830.720262/2012-13 - Recorrente: FUNDACAO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 11444.001485/2008-11 - Recorrente: FUNDACAO ENSINO EURIPIDES SOARES ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 11444.001486/2008-66 - Recorrentes: FUNDACAO ENSINO EURIPIDES SOARES ROCHA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

30 - Processo nº: 11444.001487/2008-19 - Recorrente: FUNDACAO ENSINO EURIPIDES SOARES ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 11444.001488/2008-55 - Recorrente: FUNDACAO ENSINO EURIPIDES SOARES ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

32 - Processo nº: 13819.720452/2013-61 - Recorrente: CARMEN RODRIGUES FATTORI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 13854.720038/2013-26 - Recorrente: ALTIVA CLE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

34 - Processo nº: 10880.722595/2013-76 - Recorrente: ALTAMIRO BELO GALINDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 10166.721564/2014-54 - Recorrente: LUIZ ESTEVAO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

36 - Processo nº: 19515.000605/2007-11 - Recorrente: CASSIO ROTHSCHILD DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 19515.000032/2007-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OSMAR LEWINSKI - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

38 - Processo nº: 10865.001022/2006-74 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JOSE FERNANDO CASTRO SOARES - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

39 - Processo nº: 13766.720126/2012-36 - Recorrente: ALDA MARIA LOPES GALLON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

40 - Processo nº: 13768.720104/2013-37 - Recorrente: JOSE ZITENFELD CARDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 13896.720370/2014-85 - Recorrente: JORGE SOARES COUTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 19985.723165/2014-59 - Recorrente: PAULO CARVALHO E SILVA GARCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

43 - Processo nº: 10707.001523/2008-35 - Recorrente: SERGIO ARTHUR FABIANO LEAO MENESCAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

44 - Processo nº: 11020.003564/2007-67 - Recorrente: EUCLIDES CARRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 16 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

45 - Processo nº: 10580.732576/2012-51 - Recorrente: VERA LUCIA CANGUSSU SILVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

46 - Processo nº: 13827.720073/2013-72 - Recorrente: ROSA DEVIDES FURCIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo nº: 13886.000833/99-17 - Recorrente: NATAL CANDIDO FRANZINI FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 13888.723907/2013-87 - Recorrente: ANTONIO LUIZ CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo nº: 13706.008178/2008-69 - Recorrente: ANTONIO MANOEL SANTIAGO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

50 - Processo nº: 10410.005839/2010-46 - Recorrentes: ANTONIO MARCIO BRITTO RAPOSO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

51 - Processo nº: 11080.726314/2011-71 - Recorrente: DANTON CHAGAS MARQUES MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 13819.720818/2013-01 - Recorrente: APARECIDO TERCARIOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

53 - Processo nº: 15374.725242/2008-02 - Recorrente: ZELIA ELLIS DEL CIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 15374.725243/2008-49 - Recorrente: ZELIA ELLIS DEL CIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 16 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

55 - Processo nº: 18470.722461/2012-16 - Recorrente: SHEILA HENRIQUES RELVAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo nº: 13706.002998/2008-47 - Recorrente: MAURO GORON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo nº: 11080.723732/2013-78 - Recorrente: RENATO VASQUES KULPA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EDUARDO TADEU FARAH
Presidente

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

Observação:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA

1 - Processo nº: 16327.720154/2014-82 - Recorrente: BM&F BOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 16327.721268/2012-88 - Recorrente: BM&F BOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 16327.721481/2012-90 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 16327.720549/2014-85 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 16327.720550/2014-18 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARTIN DA SILVA GESTO

6 - Processo nº: 10166.722597/2010-98 - Recorrente: INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 10166.722677/2009-18 - Recorrente: INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo nº: 10166.722596/2010-43 - Recorrente: INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 10166.722593/2010-18 - Recorrente: INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 10980.722765/2013-94 - Recorrente: INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 36266.007327/2006-32 - Recorrentes: FUNDACAO ARMANDO ALVARES PENTEADO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

12 - Processo nº: 12893.720087/2013-30 - Recorrente: GERSON FRANCO TULLII e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

13 - Processo nº: 14485.001537/2007-81 - Recorrente: BANCO SANTANDER BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARTIN DA SILVA GESTO

14 - Processo nº: 12448.730831/2013-62 - Recorrente: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10314.728293/2014-17 - Recorrente: GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 10935.724226/2014-16 - Recorrente: GLOBOAVES SAO PAULO AGROAVICOLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo nº: 10384.723949/2014-81 - Recorrente: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 36392.000165/2007-47 - Recorrentes: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

19 - Processo nº: 10380.724417/2014-00 - Recorrente: FUNDACAO ANA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 16682.720937/2012-55 - Recorrente: FACULDADES CATOLICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 10580.728069/2013-02 - Recorrente: FOX DO BRASIL SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 18108.002520/2007-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDACAO CASA - SP - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: DILSON JATAHY FONSECA NETO

23 - Processo nº: 19515.001843/2006-55 - Recorrente: MARCO ANTONIO MANSUR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 11040.001165/2005-61 - Recorrente: JOSE CHEFFE RAHAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 16641.000135/2007-44 - Recorrente: LAUVIR DE QUEVEDO BARBOZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 10932.000066/2006-36 - Embargante: PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA DA 2ª SEÇÃO DO CARF e Interessado: ANA PAULA DE MESQUITA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: MARTIN DA SILVA GESTO

27 - Processo nº: 13819.722564/2013-57 - Recorrente: JOAO LEOPOLDO MACIEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA

28 - Processo nº: 16682.721202/2012-49 - Recorrentes: OI S.A. e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

29 - Processo nº: 16561.720010/2012-91 - Recorrentes: TIM CELULAR S.A. e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA

30 - Processo nº: 10425.720713/2013-89 - Recorrente: SAO BRAZ S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 19515.722918/2012-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO PAULISTA DE EDUCACAO E CULTURA - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

32 - Processo nº: 16095.720176/2014-13 - Recorrente: PANDURATA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 10240.720224/2014-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TERMO NORTE ENERGIA S/A - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: DILSON JATAHY FONSECA NETO

34 - Processo nº: 10805.000442/2004-86 - Recorrente: WONG MAN WAH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 10469.720409/2007-87 - Recorrente: ARIMAR FRANCA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 10830.007278/2004-21 - Recorrente: DIVINA BRAIDO ROQUETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 10830.007200/2004-14 - Recorrente: AIRTON DE ALMEIDA REZENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 13629.002792/2008-87 - Recorrente: ISRAEL MONTEIRO RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 19515.004923/2003-10 - Embargante: DERPF/SP e Interessado: JOSE EDUARDO GOMES PEREIRA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: MARTIN DA SILVA GESTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

40 - Processo nº: 10410.722499/2014-45 - Recorrente: BERENICE ARAUJO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
41 - Processo nº: 19515.002544/2007-19 - Recorrentes: RENE GOMES DE SOUSA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO
DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
42 - Processo nº: 10860.720055/2008-29 - Recorrente: ABRAO FARAH DE LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
43 - Processo nº: 10860.720056/2008-73 - Recorrente: ABRAO FARAH DE LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
44 - Processo nº: 10860.720057/2008-18 - Recorrente: ABRAO FARAH DE LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
45 - Processo nº: 10860.720058/2008-62 - Recorrente: ABRAO FARAH DE LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
46 - Processo nº: 10880.035362/97-95 - Recorrente: THEBA REFLORESTADORA E AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
47 - Processo nº: 10835.000828/95-05 - Recorrente: MARCOS CESAR BORATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
48 - Processo nº: 10073.721062/2013-81 - Recorrentes: SAO GONCALO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E URBANISTICOS LIMITADA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO
Relator: MARTIN DA SILVA GESTO
49 - Processo nº: 11516.001818/2010-36 - Embargante: AGAMENON LEMOS DE ALMEIDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
50 - Processo nº: 11516.003902/2010-94 - Embargante: AGAMENON LEMOS DE ALMEIDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
51 - Processo nº: 15504.728371/2014-60 - Recorrente: FERNANDO PEREIRA DO NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
52 - Processo nº: 15868.720059/2011-56 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JOAO FELIX PEREIRA NETO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
53 - Processo nº: 19985.720694/2013-10 - Recorrente: NELSON RAMOS KUSTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
54 - Processo nº: 19985.721308/2013-15 - Recorrente: NELSON RAMOS KUSTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
55 - Processo nº: 10280.000029/2013-79 - Recorrente: PEDRO IVANILDO CORREA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
56 - Processo nº: 12448.726664/2012-74 - Recorrente: MARIZA FERNANDES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
DIA 16 DE JUNHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
57 - Processo nº: 13975.000183/2010-78 - Recorrente: HELGA ANA CORDEIRO KRIECK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
58 - Processo nº: 13706.006384/2008-34 - Recorrente: GILDA PACHECO DE PAIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
59 - Processo nº: 15463.001697/2009-11 - Recorrente: EDUARDO BAPTISTA VIANNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
60 - Processo nº: 13882.720394/2013-11 - Recorrente: CIRILO DE OLIVEIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
61 - Processo nº: 13882.720395/2013-57 - Recorrente: CIRILO DE OLIVEIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
62 - Processo nº: 13882.720396/2013-00 - Recorrente: CIRILO DE OLIVEIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
63 - Processo nº: 17613.720775/2012-31 - Recorrente: DORANY CARDOSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
64 - Processo nº: 18363.720803/2013-53 - Recorrente: DORIS SANTOS BURLAMAQUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
65 - Processo nº: 18239.000688/2011-61 - Recorrente: DULCE PEREIRA DA COSTA TOMPAKOW e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
66 - Processo nº: 12448.721117/2010-31 - Recorrente: EIMART JOSE ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
67 - Processo nº: 13706.005900/2008-11 - Recorrente: HELIO SODRE DA MOTTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
DIA 16 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
68 - Processo nº: 18186.007403/2010-02 - Recorrente: WIRNA CORREA PIRES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
69 - Processo nº: 13811.720783/2011-18 - Recorrente: TOSIO ENOKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
70 - Processo nº: 10166.728785/2011-19 - Recorrente: PLINIO MONTEIRO SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
71 - Processo nº: 11080.727736/2012-44 - Recorrente: PAULO ROBERTO FARIAS DE LORENZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
72 - Processo nº: 10166.726755/2011-60 - Recorrente: MOACYR MONTELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
73 - Processo nº: 10980.725202/2013-58 - Recorrente: GLEUSA DA FONSECA CAMPOLIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
74 - Processo nº: 11080.002262/2008-48 - Recorrente: CANDIDA TORRES MARQUES TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Secretário-Executivo nº 82/16, de 25 de maio de 2016, publicado no DOU de 27 de maio de 2016, Seção 1, página 21, no Laudo UNO2152016, na coluna "Especificações do Laudo", no código MD5, onde se lê: "B414FD21F9A98764C0E07BF6BF1 B08DO", leia-se: "B414FD21F9A98764C0E07BF6BF1BD8DD".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.644, DE 30 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.370, de 28 de junho de 2013, que disciplina a aplicação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) e a Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a aplicação do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 13 a 16 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 7º a 11 da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, e no Decreto nº 8.122, de 16 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.370, de 28 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 1º O disposto no caput aplica-se somente às importações e às aquisições no mercado interno realizadas até 31 de dezembro de 2020.

....." (NR)

Art. 2º Os Atos Declaratórios Executivos (ADE) editados nos termos do art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 1.370, de 2013, ficam automaticamente prorrogados até 31 de dezembro de 2020, ressalvado o eventual descumprimento de requisitos estabelecidos para a fruição do regime de que trata aquela Instrução Normativa.

Art. 3º O art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os benefícios de que tratam os arts. 2º a 6º podem ser usufruídos nas operações realizadas entre a data de habilitação da pessoa jurídica ao Retid e 22 de março de 2032.

....." (NR)

Art. 4º Os ADE editados nos termos do art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, ficam automaticamente prorrogados até 22 de março de 2032, ressalvado o eventual descumprimento de requisitos estabelecidos para a fruição do regime de que trata aquela Instrução Normativa.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.645, DE 30 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior nas hipóteses que menciona.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 60 da Lei nº 12.249, 11 de junho de 2010, e na Medida Provisória nº 713, de 1º de março de 2016, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre valores pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para o exterior:

I - destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens;

II - para fins educacionais, científicos ou culturais; e

III - para a cobertura de despesas médico-hospitalares com tratamento de saúde, no exterior, do remetente ou de seus dependentes.

Art. 2º Até 31 de dezembro de 2019, fica reduzida a 6% (seis por cento) a alíquota do IRRF incidente sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais, até o limite global de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao mês.

§ 1º A redução de alíquota somente se aplica às despesas com viagens internacionais de pessoas físicas residentes no Brasil.

§ 2º São gastos pessoais no exterior, para efeito da redução de que trata o caput, as despesas para manutenção do viajante, tais como despesas com hotéis, transporte, hospedagem, cruzeiros marítimos, aluguel de automóveis e seguro a viajantes.

§ 3º A redução de alíquota de que trata o caput se aplica às remessas efetuadas por pessoa jurídica, domiciliada no País, que arque com despesas pessoais de seus empregados e dirigentes residentes no País, registrados em carteira de trabalho.

§ 4º A redução de alíquota de que trata o caput não se aplica no caso de beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida ou beneficiada por regime fiscal privilegiado, conforme constam nos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, salvo se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - a identificação do efetivo beneficiário da entidade no exterior, destinatário dos valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, a que se refere o caput;

II - a comprovação da capacidade operacional da pessoa física ou entidade no exterior de realizar a operação; e

III - a comprovação documental do pagamento do preço respectivo e do recebimento dos bens e direitos ou da utilização de serviço.

§ 5º O limite global previsto no caput não se aplica em relação às operadoras e agências de viagem.

§ 6º As operadoras e agências de viagem, na hipótese de cumprimento das condições do § 4º, sujeitam-se ao limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais) ao mês por viajante.

§ 7º A hipótese de que trata o § 6º aplica-se somente aos gastos pessoais do viajante definidos no § 2º.

§ 8º Para fins de fruição da redução, não serão admitidas quaisquer outras despesas, além das mencionadas no § 2º do art. 2º, remetidas por operadoras e agências de viagens para pessoas físicas ou jurídicas residentes no exterior, tais como o pagamento de corretagens ou comissões.

Art. 3º As operadoras e as agências de viagem deverão elaborar e manter, em dispositivo de armazenamento por meio magnético, óptico ou eletrônico, demonstrativo das remessas sujeitas à redução de que trata o art. 2º, inclusive para reservas ou bloqueios de serviços turísticos sem viajante previamente definido.

§ 1º O viajante de que trata o caput deverá ser pessoa física residente no Brasil.

§ 2º A operadora de viagens deverá manter o controle de que trata o caput para cada agência de viagens, nos casos em que efetuar a remessa consolidada de valores decorrentes de vendas realizadas por agências de viagens.

§ 3º Na hipótese de viajante definido, o demonstrativo de que trata o caput deverá conter o valor de cada remessa atrelado ao correspondente número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do viajante.

§ 4º Na hipótese de o viajante ser menor e não possuir número de CPF, deverá ser informado, no demonstrativo a que se refere o caput, o número do CPF do responsável.

§ 5º O demonstrativo a que se refere o caput deverá ser comprovado com as notas fiscais da prestação de serviço de viagem vendida em nome da pessoa física viajante e o número do seu CPF.

§ 6º No momento da definição do viajante, o demonstrativo de que trata o caput deverá indicar a correlação entre a reserva e o bloqueio de serviços turísticos e o CPF do viajante.

§ 7º Na hipótese de não ocorrência da venda, deverá ser efetuado o recolhimento da diferença de IRRF incidente sobre a parcela referente aos valores remetidos e não restituídos à operadora ou agência de viagem, salvo na hipótese de caso fortuito ou de força maior.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 8º A responsabilidade pelo imposto sobre a renda que deixar de ser retido é da pessoa jurídica remetente, inclusive no caso previsto no § 2º.

§ 9º O demonstrativo de que trata o caput deverá ser mantido pelas operadoras e agências de viagem para fins de auditoria fiscal, não sendo exigida a sua apresentação à instituição financeira contratada para a realização da remessa.

§ 10. Para fins de cumprimento das condições para utilização da alíquota reduzida de que trata este artigo, as operadoras e agências de viagem deverão ser cadastradas no Ministério do Turismo e suas operações deverão ser realizadas por intermédio de instituição financeira domiciliada no País.

Art. 4º Não estão sujeitas à retenção na fonte do imposto sobre a renda:

I - as remessas destinadas ao exterior para fins educacionais, científicos ou culturais, inclusive para pagamento de taxas escolares, de taxas de inscrição em congressos, conclaves, seminários ou assemelhados e de taxas de exames de proficiência; e

II - as remessas efetuadas por pessoas físicas residentes no País para cobertura de despesas médico-hospitalares com tratamento de saúde, no exterior, do remetente ou de seus dependentes.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso I do caput, entende-se por remessa destinada ao exterior para fins educacionais, científicos ou culturais aquela relativa ao pagamento pela prestação de serviços de natureza educacional, científica ou cultural.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa RFB nº 1.611, de 25 de janeiro de 2016.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.646, DE 30 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), e a Instrução Normativa RFB nº 1.605, de 22 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) - Inativa 2016.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, resolve:

Art. 1º Os arts. 3º e 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

IV - as pessoas jurídicas e demais entidades de que trata o caput do art. 2º, desde que estejam inativas ou não tenham débitos a declarar, a partir do 2º (segundo) mês em que permanecerem nessa condição, observado o disposto no inciso III do § 2º deste artigo.

.....

§ 2º .....

I - as ME e as EPP enquadradas no Simples Nacional que estejam sujeitas ao pagamento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) nos termos dos incisos IV e VII do caput do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, as quais deverão informar na DCTF os valores relativos:

a) à referida CPRB; e

b) aos impostos e contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, de que tratam os incisos I, V, VI, XI e XII do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006;

.....

III - .....

a) em relação ao mês de ocorrência do evento, nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão parcial ou total;

.....

c) em relação ao mês de janeiro de cada ano-calendário; e

d) em relação ao mês subsequente ao da publicação da Portaria Ministerial que comunicar a oscilação da taxa de câmbio, na hipótese de alteração da opção pelo regime de competência para o regime de caixa prevista no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.079, de 3 de novembro de 2010.

.....

§ 5º As pessoas jurídicas e demais entidades de que trata o caput do art. 2º que estejam inativas ou não tenham débitos a declarar voltarão à condição de obrigadas à entrega da DCTF a partir do mês em que tiverem débitos a declarar.

§ 6º As ME e as EPP de que trata o inciso I do § 2º deverão apresentar a DCTF somente em relação aos meses em que houver valores de CPRB a informar.

§ 7º Na DCTF decorrente da situação de que trata a alínea "c" do inciso III do § 2º deste artigo, as pessoas jurídicas e demais entidades de que trata o caput do art. 2º poderão comunicar, se for o caso, a opção pelo regime de caixa ou de competência segundo o qual as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas para efeito de determinação da base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)." (NR)

"Art. 6º .....

.....

§ 7º Os valores relativos ao IRRF incidente sobre rendimentos pagos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, bem como por suas autarquias e fundações, recolhidos pelos referidos entes e entidades nos códigos de receita 0561, 1889, 2063, 3533, 3540, 3562 e 5936, não devem ser informados na DCTF.

....." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 2015, passa a vigorar acrescida do "Capítulo VIII-A - Das Disposições Transitórias" e do art. 10-A, com a seguinte redação e estrutura:

"CAPÍTULOVIII-A

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 10-A. Excepcionalmente para o ano-calendário de 2016:

I - na situação prevista na alínea "c" do inciso III do § 2º do art. 3º, as pessoas jurídicas e demais entidades de que trata o caput do art. 2º que estejam inativas deverão apresentar a DCTF relativa ao mês de janeiro de 2016, ainda que tenham apresentado a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) - Inativa 2016 de que trata o caput do art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.605, de 22 de dezembro de 2015;

II - nas hipóteses previstas no inciso I do caput deste artigo e na alínea "a" do inciso III do § 2º do art. 3º, para as pessoas jurídicas e demais entidades de que trata o caput do art. 2º que estejam inativas e que tenham apresentado a DSPJ - Inativa 2016 de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.605, de 2015, é dispensada a obrigatoriedade de utilização do certificado digital mencionado no § 2º do art. 4º para a apresentação da DCTF; e

III - a DCTF de que trata o inciso I deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de julho de 2016."

Art. 3º A Instrução Normativa RFB nº 1.605, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar acrescida do art. 8º-A, com a seguinte redação:

"Art. 8º-A As pessoas jurídicas inativas que forem extintas, cindidas parcialmente, cindidas totalmente, fusionadas ou incorporadas durante o ano-calendário de 2016 deverão informar a ocorrência desses eventos à RFB por meio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), conforme dispõe a alínea "a" do inciso III do § 2º do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015."

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Ficam revogados o inciso IV do § 2º do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, e o parágrafo único do art. 1º e o § 2º do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.605, de 22 de dezembro de 2015.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.647, DE 30 DE MAIO DE 2016

Prorroga o prazo de apresentação da e-Financeira relativa a fatos ocorridos em dezembro de 2015 e no primeiro semestre de 2016.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 5º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, no Decreto nº 4.489, de 28 de novembro de 2002, no art. 2º Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, no art. 30 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, na Instrução Normativa RFB nº 802, de 27 de dezembro de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 1.571, de 2 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter excepcional, o prazo de apresentação da e-Financeira de que trata o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.571, de 2 de julho de 2015, relativa aos fatos ocorridos:

I - entre 1º e 31 de dezembro de 2015, até o dia 12 de agosto de 2016; e

II - no primeiro semestre de 2016, até o último dia útil de novembro de 2016.

Art. 2º Opcionalmente, mediante prévio agendamento, a e-Financeira de que trata o inciso I do art. 1º poderá ser entregue em meio físico no Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), exclusivamente na unidade Socorro, localizada na Rua Olívia Guedes Penteado, 941 - Bairro Capela do Socorro, na cidade de São Paulo/SP.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 57, DE 13 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

EMENTA: SISCOSERV. TRANSPORTE INTERNACIONAÇL DE CARGA. OBRIGAÇÕES DO CLIENTE DE AGENTE DE CARGA.

a.Cabe ao importador/exportador o registro no Siscoserv quando contrata diretamente o proprietário, armador, gestor ou afretador estrangeiros do navio ou a companhia aérea estrangeira (em suma, o operador do veículo, que efetivamente realiza o transporte).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA, NESTA PARTE, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 257, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

b.Porém, o importador/exportador (ou qualquer outro tomador de serviço de transporte de carga) não deverá efetuar o registro se contrata o operador estrangeiro do veículo por meio das filiais, sucursais ou agências deste domiciliadas no Brasil.

c.Se a contratação do serviço envolver a participação de agente de carga, o importador/exportador deverá verificar qual é exatamente o objeto do contrato com o agente de carga contratado e compará-lo com as situações examinadas na referida SC Cosit nº 257/14, a fim de determinar quais as obrigações do importador/exportador relativas ao Siscoserv. Notar que o "agenciamento de carga" é uma função dentro da transação envolvendo o transporte de carga, a qual independe da autodenominação da pessoa jurídica que a realiza e de outras atividades que exerça.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA, NESTA PARTE, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 257, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

d.Nas situações em que o agente de carga é obrigado a realizar registros no Siscoserv, a sua responsabilidade pela não prestação ou pela prestação de forma inexata ou incompleta não se transfere a seu cliente. Tal segregação, contudo, poderá ser afastada se se verificar interesse comum no cometimento da infração, o que configuraria, em tese, a solidariedade quanto à respectiva multa, nos termos do inciso I do art. 124 do CTN.

DISPOSITIVOS LEGAIS: CTN, arts. 113, §§1º e 3º, 124, I, 128, 134, §ún, 136, 137 e 138; Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), Artigo I, 2, "c", c/c Artigo XXVIII, "d", internalizado pelo Decreto nº 1355/1994; Manual do Módulo de Aquisição do Siscoserv, 8ª ed., aprovada pela Port. Conj. RFB/SCS nº 1895/2013; IN RFB 1277/2012, art. 1º, §6º, II c/c §7º, e art. 4º; IN RFB nº 1396/2013, arts. 9º e 22; SC Cosit nº 257/2014;

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 74, DE 24 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

EMENTA: CONDOMÍNIO DE PRODUTORES RURAIS. TRIBUTAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

Os resultados obtidos pela exploração de atividade rural, sob a forma de condomínio, estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda, de acordo com as regras de tributação fixadas para a pessoa física ou pessoa jurídica, conforme a forma de constituição adotada pelo contribuinte.

O condomínio de produtores rurais que esteja obrigado à inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por força de determinação do ente convenente do Cadastro Sincronizado, deve ser titular de apenas uma identificação numérica no CNPJ para o estabelecimento matriz.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, art. 14, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, art. 13; e Decreto nº 3.993, de 30 de outubro de 2001, art. 2º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.007, DE 25 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS. ACRÉSCIMOS. RECEITA. RECONHECIMENTO. Os juros acrescidos a depósitos judiciais e extrajudiciais efetuados ao amparo da Lei no 9.703, de 1998, passam a constituir receitas sujeitas à incidência da CSLL: a) após o levantamento do depósito, por determinação administrativa ou judicial; ou b) ao termo da lide, se, e na medida em que, a decisão resultar favorável ao depositante. Solução de Consulta vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 157, de 24/6/2014.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 3o, §1o, inciso I da Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998; Art. 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1.979; Art. 43 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e Art. 57 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS. ACRÉSCIMOS. RECEITA. RECONHECIMENTO. Os juros acrescidos a depósitos judiciais e extrajudiciais efetuados ao amparo da Lei no 9.703, de 1998, passam a constituir receitas sujeitas à incidência do IRPJ: a) após o levantamento do depósito, por determinação administrativa ou judicial; ou b) ao termo da lide, se, e na medida em que, a decisão resultar favorável ao depositante. Solução de Consulta vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 157, de 24/6/2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.703, de 1998, art. 3o, § 1o, inciso I; Decreto-Lei nº 1.737, de 1.979, art. 7º; e Lei nº 5.172, de 25 de 1966, art. 43 (CTN).

ASSUNTO: Normas Gerais de Direito Tributário

EMENTA: PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL É ineficaz a consulta formulada em tese, com referência a fato genérico, sem identificação do dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida.

DISPOSITIVOS LEGAIS: IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso II.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 30 DE MAIO DE 2016

Declara Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica(CNPJ) que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ-MA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicado no DOU de 14/05/2012, e considerando o que consta no processo 10325.721447/2015-00, declara:

Art. 1º - INAPTA, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica(CNPJ), a inscrição número 13.500.811/0001-01, da empresa CENTRO DE MEDICINA CLINICA LTDA-ME, situada à Rua Ceará, 696, Centro, Imperatriz-MA, CEP 65.901-610, por não ter sido localizada no endereço informado no CNPJ, incidindo na situação fática prevista nos arts. 42, inciso II da Instrução Normativa 1.634, de 06 de Maio de 2016.

Art. 2º - INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial da União, conforme art. 47, Caput, da Instrução Normativa 1.634, de 06 de Maio de 2016.

ANDRÉ LUÍS DE ALBUQUERQUE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 30 DE MAIO DE 2016

Declara Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica(CNPJ) que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ-MA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicado no DOU de 14/05/2012, e considerando o que consta no processo 10325.721448/2015-46, declara:

Art. 1º - INAPTA, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica(CNPJ), a inscrição número 10.321.358/0001-70, da empresa CLIMEDICA - CLINICA MEDICA DE IMPERATRIZ MARANHAO LTDA-ME, situada à Rua Ceará, 696, Centro, Imperatriz-MA, CEP 65.901-610, por não ter sido localizada no endereço informado no CNPJ, incidindo na situação fática prevista nos arts. 42, inciso II da Instrução Normativa 1.634, de 06 de Maio de 2016.

Art. 2º - INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial da União, conforme art. 47, Caput, da Instrução Normativa 1.634, de 06 de Maio de 2016.

ANDRÉ LUÍS DE ALBUQUERQUE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 24 DE MAIO DE 2016

Exclui pessoa física do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SALVADOR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Salvador - 5ª R.F, na Rua Alceu Amoroso Lima, nº 862, 9º andar, Caminho das Árvores, CEP 41820-770, Salvador - Bahia.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. anterior, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO VICENTE VELLOSO SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas.

878.668.898-72	133.345.575-53	019.902.175-91	111.009.315-20
184.442.965-20			

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 25 DE MAIO DE 2016

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O Chefe do SEORT da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 5º da Portaria DRF/SDR nº 12, de 10.02.2014, publicada no D.OU. de 12.02.2014, consubstanciadas no Artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012; com fundamento nos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15.06.2007, bem como o disposto nos artigos 11 e 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25.07.2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 778, de 19.10.2007; nº 955, de 09.07.2009; nº 1.237, de 11.01.2012; nº 1.267,de 27.04.2012; nº 1.367, de 20.06.2013, e tendo em vista o que consta no processo nº 10580.721510/2016-60, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica PARQUE EÓLICO CAPOEIRAS III S.A., a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 1.367, de 20 de junho de 2013, conforme anexo deste ADE.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO SOUZA ARGOLLO

ANEXO ÚNICO

Pessoa Jurídica Titular	Parque Eólico Capoeiras III S.A.
CNPJ	21.543.971/0001-58
CEI (Cadastro Específico do INSS)	51.234.97191/75
Projeto	Projeto da Central Geradora Eólica - EOL Capoeiras III.
Nº da Portaria de Aprovação	Portaria Nº 236, de 22 de julho de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União em 24 de julho de 2015.
Setor Favorecido	Geração de Energia Elétrica
Prazo Estimado para Execução da Obra	18 meses

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 25 DE MAIO DE 2016

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O Chefe do SEORT da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 5º da Portaria DRF/SDR nº 12, de 10.02.2014, publicada no D.OU. de 12.02.2014, consubstanciadas no Artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012; com fundamento nos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15.06.2007, bem como o disposto nos artigos 11 e 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25.07.2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 778, de 19.10.2007; nº 955, de 09.07.2009; nº 1.237, de 11.01.2012; nº 1.267,de 27.04.2012; nº 1.367, de 20.06.2013, e tendo em vista o que consta no processo nº 10580.721508/2016-91, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica PARQUE EÓLICO CURRAL DE PEDRAS II S.A., a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 1.367, de 20 de junho de 2013, conforme anexo deste ADE.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO SOUZA ARGOLLO

ANEXO ÚNICO

Pessoa Jurídica Titular	Parque Eólico Curral de Pedras II SA
CNPJ	21.544.255/0001-95
CEI (Cadastro Específico do INSS)	51.234.97181/78
Projeto	Projeto da Central Geradora Eólica - EOL Curral de Pedras II.
Nº da Portaria de Aprovação	Portaria Nº 319, de 03 de Novembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2015.
Setor Favorecido	Geração de Energia Elétrica
Prazo Estimado para Execução da Obra	18 meses

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 25 DE MAIO DE 2015

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O Chefe do SEORT da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 5º da Portaria DRF/SDR nº 12, de 10.02.2014, publicada no D.OU. de 12.02.2014, consubstanciadas no Artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012; com fundamento nos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15.06.2007, bem como o disposto nos artigos 11 e 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25.07.2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 778, de 19.10.2007; nº 955, de 09.07.2009; nº 1.237, de 11.01.2012; nº 1.267,de 27.04.2012; nº 1.367, de 20.06.2013, e tendo em vista o que consta no processo nº 10580.721505/2016-57, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica PARQUE EÓLICO ASSURUÁ III S.A., a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 1.367, de 20 de junho de 2013, conforme anexo deste ADE.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO SOUZA ARGOLLO
Chefe

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO ÚNICO

Pessoa Jurídica Titular	Parque Eólico Assuruá III S.A.
CNPJ	21.544.084/0001-02
CEI (Cadastro Específico do INSS)	51.234.97214/71
Projeto	Projeto da Central Geradora Eólica -EOL ASSURUÁ III.
Nº da Portaria de Aprovação	Portaria Nº 235, de 22 de JULHO de 2015, do Ministério de Minas e Enérgia, publicada no Diário Oficial da União em 24 de setembro de 2014.
Setor Favorecido	Geração de Energia Elétrica
Prazo Estimado para Execução da Obra	18 meses

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 25 DE MAIO DE 2016

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O Chefe do SEORT da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 5º da Portaria DRF/SDR nº 12, de 10.02.2014, publicada no D.OU. de 12.02.2014, consubstanciadas no Artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012; com fundamento nos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15.06.2007, bem como o disposto nos artigos 11 e 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25.07.2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 778, de 19.10.2007; nº 955, de 09.07.2009; nº 1.237, de 11.01.2012; nº 1.267,de 27.04.2012; nº 1.367, de 20.06.2013, e tendo em vista o que consta no processo nº 10580.721509/2016-35, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica PARQUE EÓLICO ASSURUÁ IV S.A., a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 1.367, de 20 de junho de 2013, conforme anexo deste ADE.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO SOUZA ARGOLLO
Chefe

ANEXO ÚNICO

Pessoa Jurídica Titular	Parque Eólico Assuruá IV S.A.
CNPJ	21.544.129/0001-30
CEI (Cadastro Específico do INSS)	51.234.97203/72
Projeto	Projeto da Central Geradora Eólica - EOL Assuruá IV.
Nº da Portaria de Aprovação	Portaria Nº 322, de 03 de Novembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2015.
Setor Favorecido	Geração de Energia Elétrica
Prazo Estimado para Execução da Obra	18 meses

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 25 DE MAIO DE 2016

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O Chefe do SEORT da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 5º da Portaria DRF/SDR nº 12, de 10.02.2014, publicada no D.OU. de 12.02.2014, consubstanciadas no Artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012; com fundamento nos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15.06.2007, bem como o disposto nos artigos 11 e 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25.07.2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 778, de 19.10.2007; nº 955, de 09.07.2009; nº 1.237, de 11.01.2012; nº 1.267,de 27.04.2012; nº 1.367, de 20.06.2013, e tendo em vista o que consta no processo nº 10580.721511/2016-12, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica PARQUE EÓLICO DIAMANTE II S.A., a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 1.367, de 20 de junho de 2013, conforme anexo deste ADE.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO SOUZA ARGOLLO

ANEXO ÚNICO

Pessoa Jurídica Titular	PARQUE EÓLICO DIAMANTE II SA
CNPJ	21.544.216/0001-98
CEI (Cadastro Específico do INSS)	51.234.97127/72
Projeto	Projeto da Central Geradora Eólica - EOL DIAMANTE II
Nº da Portaria de Aprovação	Portaria Nº 302, de 23 de setembro de 2015, do Ministério de Minas e Enérgia, publicada no Diário Oficial da União em 24 de setembro de 2015.
Setor Favorecido	Geração de Energia Elétrica.
Prazo Estimado para Execução da Obra	18 meses

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 25 DE MAIO DE 2016

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O Chefe do SEORT da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 5º da Portaria DRF/SDR nº 12, de 10.02.2014, publicada no D.O.U. de 12.02.2014, consubstanciadas no Artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012; com fundamento nos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15.06.2007, bem como o disposto nos artigos 11 e 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25.07.2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 778, de 19.10.2007; nº 955, de 09.07.2009; nº 1.237, de 11.01.2012; nº 1.267,de 27.04.2012; nº 1.367, de 20.06.2013, e tendo em vista o que consta no processo nº 10580.721537/2016-52, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica PARQUE EÓLICO CURRAL DE PEDRAS I S.A., a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 1.367, de 20 de junho de 2013, conforme anexo deste ADE.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO SOUZA ARGOLLO

ANEXO ÚNICO

Pessoa Jurídica Titular	Parque Eólico Curral de Pedras I SA
CNPJ	21.541.973/0001-08
CEI (Cadastro Específico do INSS)	51.234.97187/72
Projeto	Projeto da Central Geradora Eólica - EOL Curral de Pedras I.
Nº da Portaria de Aprovação	Portaria Nº 318, de 03 de novembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2015.
Setor Favorecido	Geração de Energia Elétrica
Prazo Estimado para Execução da Obra	18 meses

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 25 DE MAIO DE 2016

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O Chefe do SEORT da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 5º da Portaria DRF/SDR nº 12, de 10.02.2014, publicada no D.O.U. de 12.02.2014, consubstanciadas no Artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012; com fundamento nos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15.06.2007, bem como o disposto nos artigos 11 e 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25.07.2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 778, de 19.10.2007; nº 955, de 09.07.2009; nº 1.237, de 11.01.2012; nº 1.267,de 27.04.2012; nº 1.367, de 20.06.2013, e tendo em vista o que consta no processo nº 10580.721542/2016-65, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica PARQUE EÓLICO LARANJEIRAS I S.A., a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 1.367, de 20 de junho de 2013, conforme anexo deste ADE.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO SOUZA ARGOLLO

ANEXO ÚNICO

Pessoa Jurídica Titular	Parque Eólico Laranjeiras I SA
CNPJ	21.544.025/0001-26
CEI (Cadastro Específico do INSS)	51.234.97172/74
Projeto	Projeto da Central Geradora Eólica - EOL Laranjeiras I.
Nº da Portaria de Aprovação	Portaria Nº 323, de 03 de novembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2015.
Setor Favorecido	Geração de Energia Elétrica
Prazo Estimado para Execução da Obra	18 meses

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O chefe do Seort da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 241, inciso III do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, consubstanciada pelo art. 5° da Portaria n° 60, de 21 de maio de 2012, com fundamento nos arts. 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, bem como o disposto nos arts. 11 e 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 778, de 19 de outubro de 2007, e nº 955, de 09 de julho de 2009, e tendo em vista o que consta no processo nº 10580.726834/2011-80, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S/A, CNPJ: 40.561.649/0001-04, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º - Vincular o presente ADE aos projetos constantes no Anexo da Portaria nº 105, de 10 de junho de 2011, da Secretaria de Portos, publicada no DOU em 13 de junho de 2011, de acordo com o disposto no art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO SOUZA ARGOLLO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5.010, DE 23 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de aplicação do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos. Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de aplicação do percentual de presunção de 12% (doze por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo da contribuição, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da Solução de Consulta n.º 36 Cosit Fls. 2 2 RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos. Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º, e art. 20; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5.011, DE 27 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: IRPJ. FATO GERADOR. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DEPÓSITOS. No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei no 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador do IRPJ: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução. Todavia, em se tratando de outro regramento legal (seja ele aplicável na esfera tributária, civil ou trabalhista), onde não haja determinação expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante, ocorre a hipótese de incidência do IRPJ para as variações monetárias ativas decorrentes de atualização do depósito antes da solução da lide, apropriadas temporalmente de acordo com o regime de competência. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 157, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 3o, §1o, inciso I da Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998; Art. 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1.979 e Art. 43 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: CSLL. FATO GERADOR. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DEPÓSITOS. No caso de depósitos efetuados ao amparo do regramento estabelecido pela Lei no 9.703, de 1998, considerando-se a existência de previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução favorável da lide ao depositante, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador da CSLL: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial, antes daquela solução. Todavia, em se tratando de outro regramento legal (seja ele aplicável na esfera tributária, civil ou trabalhista), onde não haja determinação expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante, ocorre a hipótese de incidência da CSLL para as variações monetárias ativas decorrentes de atualização do depósito antes da solução da lide, apropriadas temporalmente de acordo com o regime de competência. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 157, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 3o, §1o, inciso I da Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998; Art. 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1.979; Art. 43 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e Art. 57 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: FATO GERADOR. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DEPÓSITOS. No caso de instituições financeiras, sujeitas ao regime cumulativo, a receita de variações monetárias ativas, contrapartida decorrente de variação monetária dos depósitos de natureza tributária ou não tributária, efetuados judicial ou administrativamente, não se encontra abrangida pela hipótese de incidência da Cofins, por não se constituir em receita típica da atividade empresarial, não havendo que se falar em tributação pela referida contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 112, DE 11 DE MAIO DE 2015

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 4.595, de 1964; Lei nº 9.718, de 1998; Lei nº 11.941, de 2009; Decreto nº 1.355, de 1994.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: FATO GERADOR. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DEPÓSITOS. No caso de instituições financeiras, sujeitas ao regime cumulativo, a receita de variações monetárias ativas, contrapartida decorrente de variação monetária dos depósitos de natureza tributária ou não tributária, efetuados judicial ou administrativamente, não se encontra abrangida pela hipótese de incidência da Contribuição para o PIS/Pasep, por não se constituir em receita típica da atividade empresarial, não havendo que se falar em tributação pela referida contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 112, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº4.595, de 1964; Lei nº 9.718, de 1998; Lei nº 11.941, de 2009; Decreto nº 1.355, de 1994.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5.012, DE 27 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. BASE DE CÁLCULO. CESSÃO DE DIREITOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS. POSSIBILIDADE. REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT Nº 5022, DE 26 DE AGOSTO DE 2014. As pessoas jurídicas que exerçam atividade de cessão de direitos e não estejam obrigadas à apuração do Imposto Renda pela sistemática do Lucro Real, podem optar pela apuração pelo Lucro Presumido. Nos casos em que seja permitida a apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Presumido, os valores auferidos com a compra ou venda de direitos adquiridos de terceiros, inclusive precatórios, configuram receita bruta de pessoa jurídica optante pelo lucro presumido cujo objeto social seja transacionar esses créditos. A base de cálculo do IRPJ deve ser apurada com a utilização do percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 49, DE 4 DE MAIO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 9.430, de 1996, arts. 1º e 25, inciso I; Lei nº 9.718, de 1998, art. 14; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; IN RFB nº 1.515, de 2014, art. 22; PN Cosit nº 5, de 2014.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. BASE DE CÁLCULO. CESSÃO DE DIREITOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS. POSSIBILIDADE. REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT Nº 5022, DE 26 DE AGOSTO DE 2014. As pessoas jurídicas que exerçam atividade de cessão de direitos e não estejam obrigadas à apuração do Imposto Renda pela sistemática do Lucro Real, podem optar pela apuração pelo Lucro Presumido. Nos casos em que seja permitida a apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Presumido, os valores auferidos com a compra ou venda de direitos adquiridos de terceiros, inclusive precatórios, configuram receita bruta de pessoa jurídica optante pelo lucro presumido cujo objeto social seja transacionar esses créditos. A base de cálculo do CSLL deve ser apurada com a utilização do percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 49, DE 4 DE MAIO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 9.430, de 1996, art. 29; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; IN RFB nº 1.515, de 2014, art. 22; PN Cosit nº 5, de 2014.

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: REGIME CUMULATIVO. BASE DE CÁLCULO. CESSÃO DE DIREITOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS. REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT Nº 5022, DE 26 DE AGOSTO DE 2014. Os valores auferidos com a cessão de direitos adquiridos de terceiros, inclusive precatórios, configuram receita tributável da Cofins de pessoa jurídica optante pelo lucro presumido cujo objeto social é transacionar esses créditos. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 49, DE 4 DE MAIO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º, caput; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: REGIME CUMULATIVO. BASE DE CÁLCULO. CESSÃO DE DIREITOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS. REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT Nº 5022, DE 26 DE AGOSTO DE 2014. Os valores auferidos com a cessão de direitos adquiridos de terceiros, inclusive precatórios, configuram receita tributável da Contribuição para o PIS/Pasep de pessoa jurídica optante pelo lucro presumido cujo objeto social é transacionar esses créditos. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 49, DE 4 DE MAIO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º, caput; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 374, DE 27 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o atendimento aos órgãos do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito da 7ª RF.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 300 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o Atendimento Institucional Diferenciado aos Entes Federativos Subnacionais, disposto na Nota RFB/SUARA nº 4, de 24 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Estabelecer, no âmbito da 7ª Região Fiscal, o atendimento institucional diferenciado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, o qual obedecerá ao disposto nesta Portaria.

Art. 2º Os serviços de interesse do Governo do Estado do Rio de Janeiro, representado pelo Número de Inscrição Principal no CNPJ, e demais órgãos vinculados, conforme IN RFB nº 1.257, de 8 de março de 2012, poderão ser solicitados nas unidades de atendimento presencial da Delegacia da Receita Federal do Brasil Rio de Janeiro I, independentemente da jurisdição do CNPJ do órgão vinculado ao Estado titular do serviço.

Art. 3º Os documentos referentes ao requerimento serão digitalizados e encaminhados, por meio de dossiê memorial do e-Processo, à Unidade Administrativa da RFB com jurisdição sobre o CNPJ do órgão vinculado para execução do serviço solicitado, de acordo com a orientação para atendimento institucional diferenciado aos Entes Federativos Subnacionais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS VINICIUS VIDAL PONTES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 10 DE MAIO DE 2016

Declara baixada a inscrição da empresa SANDIANS CEREAIS LTDA - ME perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo 1º do artigo 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016; os incisos III dos artigos 224 e 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Baixada a inscrição nº 01.601.828/0001-68 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa SANDIANS CEREAIS LTDA - ME, por se encontrar com o registro cancelado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro conforme constatado no processo 10730.722706/2015-20.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DA ROCHA VELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 27 DE MAIO DE 2016

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, fundamentado ainda nos art. 29, § 5º, e 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, no art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10872.720.078/2016-12, resolve:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica COMERCIAL DE ALIMENTOS RIO GRANDE LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.624.630/0001-90.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 01 de Janeiro de 2012, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á efetiva.

RUY MARIO MEDEIROS CASCARDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 27 DE MAIO DE 2016

Exclui sujeitos passivos do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, ABAIXO IDENTIFICADO, EM EXERCÍCIO NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO II - DRF/RJ II, no uso de suas atribuições, contidas na Portaria MF nº203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº10.684, de 30 de maio de 2003, na forma do art. 7º da citada lei, os sujeitos passivos relacionados abaixo, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados em que o sujeito passivo não efetuou recolhimento das parcelas do Paes ou que estes tenham sido realizados em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento da motivação da exclusão pode ser obtido na página da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Rio de Janeiro II, na Avenida Ayrton Senna, nº 2001.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Relação dos Contribuintes excluídos do Parcelamento Especial(PAES)	
NI	NOME
04.245.318/0001-93	CARJO OFICINA MECANICA LTDA - ME
27.683.317/0001-26	PADARIA E CONFEITARIA DEISE LTDA - ME
28.180.610/0001-33	ZULUZ ILUMINACAO LTDA - ME
29.336.922/0001-56	COSTURASHOP PECAS LTDA - ME
29.651.916/0001-93	NOVA COMAD COMERCIO DE MADEIRAS E REPRESENTACOES LTDA
32.284.804/0001-56	HELEN FOTO MAGAZINE LTDA - ME
33.226.374/0001-89	A UNIVERSAL CALCADOS LTDA - ME
33.233.966/0001-28	PADARIA E CONFEITARIA NOVA LUX LTDA - ME
35.946.706/0001-25	MILLING USINAGENS DE PRECISAO LTDA - ME
39.114.525/0001-93	PADARIA E CONFEITARIA CARACARAI LTDA - ME
906.230.457-53	ANTONIO AUGUSTO VAZ NETO

ALFREDO LUIZ VALE DO NASCIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e considerando o estabelecido na Portaria MF no 187 de 26 de abril de 1993, declara:

Art. 1º- INIDÔNEAS, para todos os fins tributários, todas Notas Fiscais emitidas pela RCPROAMBIENTE COMÉRCIO DE SUCATAS RECICLÁVEIS LTDA, CNPJ nº 08.408.291/0001-63, no ano-calendário de 2012 haja vista serem ideologicamente falsas, e, portanto, imprestáveis e ineficazes para a dedução da base de cálculo de imposto de renda, crédito presumido, ou qualquer outro tipo de benefício fiscal por quaisquer usuários, em razão ao contido na SÚMULA ADMINISTRATIVA DE DOCUMENTAÇÃO TRIBUTA-TRIAMENTE INEFICAZ, objeto do Processo Administrativo 10872.720051/2016-11.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALFREDO LUIZ VALE DO NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 30 DE MAIO DE 2016

Tornar sem efeito a concessão de Registro Especial especificada abaixo, concedida mediante a publicação do ADE 23, publicado no DOU de 12/05/2016, Seção 1, página 68, tendo em vista que o pedido foi feito em duplicidade.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2009, com a redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, e pela Instrução Normativa RFB nº 1.153, de 11 de maio de 2011, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13839.722375/2015-16:

Art. 1º DECLARA A INSCRIÇÃO no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, nos termos do art. 1º, § 1º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, do estabelecimento da pessoa jurídica SOUNDLAKE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ 10.202.194/0001-61, com domicílio na RUA RANGEL PESTANA, 884, CENTRO, CEP 13.201-000, JUNDIAÍ, SP, para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade específica de:

Usuário: empresa jornalística ou editora que explore a indústria do livro, jornal ou periódico (UP). N° UP-08124/00140.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 27 DE MAIO DE 2016

Contribuinte : EUROGLAZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ : 02.855.040/0001-40
Processo: 13888.722071/2016-46

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Piracicaba, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, de acordo com o artigo 40, II e artigo 42, II, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTA a inscrição do CNPJ nº 02.855.040/0001-40, do contribuinte acima identificado pelo motivo abaixo exposto:

I - pessoa jurídica não localizada no endereço constante do CNPJ.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 30 DE MAIO DE 2016

Declara nula a inscrição no CNPJ por decisão administrativa.

O DELEGAD0 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, com base no artigo 35, II, §§ 1º e 2º da IN 1.634 de 06.05.2016 e considerando o que consta do processo nº 10540720314/2016-44, declara:

Art. 1º - NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 17.561.601/0001-76, em nome de MANOEL DE BRITO REIS, com efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 23 DE MAIO DE 2016

Cancelamento do Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de DISTRIBUIDOR.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA-PR, no uso da atribuição delegada pelo artigo 5º, Inciso I, da Portaria DRF/LON nº 54, de 20 de agosto de 2012, publicada no DOU nº 243, de 18/12/2012, com base no Inciso IX, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012), tendo em vista o disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal, combinados com os artigos 18, 328 e 329, do Decreto nº 7.212, de 15/06/2010, que regulamenta a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, nos termos da Instrução Normativa RFB nº. 976, de 07 de dezembro de 2009 e face ao que consta do Processo Administrativo nº. 10930.723430/2012-06, declara:

Art. 1º CANCELADA O REGISTRO ESPECIAL sob o nº. GP-09102/00194, por motivo de mudança de endereço de domicílio fiscal do estabelecimento abaixo indicado, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade desenvolvida de Distribuidor "DP":

DISPAPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA- ME
CNPJ Nº. 10.929.306/0001-80.

Rua Ney José de Oliveira Machado, 145- Parque Industrial Buenas Vista.

CEP. 86.032-010 - LONDRINA - PR

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 30 DE MAIO DE 2016

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Maringá -Pr, no endereço: Av. XV de Novembro, 527, em Maringá-Pr, CEP. 87013-909.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO SEGÓVIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

04.107.475/0001-32	BAMBINUS CALCADOS INFANTIS LTDA - ME

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA EQUIPE ADUANEIRA 3

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 30 DE MAIO DE 2016

Inclui no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

A CHEFE DA EQUIPE ADUANEIRA 3 DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e pelos poderes delegados pela Portaria IRF/CTA nº 158, de 28 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro Alison Fernando Ribeiro, CPF: 077.683.449-52, processo nº 15165.721080/2016-09.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHELI MITIKO MATSUNAGA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 30 DE MAIO DE 2016

Cancela Registro Especial de Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no inciso I, artigo 8º, da Instrução Normativa nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e a substituição do Anexo I dessa Instrução realizada por meio do artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.583, de 31 de agosto de 2015, bem como o despacho exarado no processo 11060.003250/2010-93, declara:

Art.1º Está cancelado o Registro Especial de Bebidas pertencente ao estabelecimento relacionado no Anexo I.

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/STM relacionado no Anexo I, que concedeu o respectivo Registro Especial de Bebidas.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARAQUÉM FERREIRA BRUM

ANEXO I

Relação de Registro Especial de Bebidas Cancelado

RE 10103/	Tipo Registro	CNPJ	Empresa	ADE Revogado	
				Nº	Data
042	Engarrafador	07.473.920/0001-76	Rio Velho Vitivinicultura Ltda	45	12/09/2011

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 30 DE MAIO DE 2016

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário, abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Maria/RS, no uso da competência atribuída pelo art. 243, II, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 10 a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica relacionada no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Maria/RS, no endereço: Rua Riachuelo, nº 80 - Bairro Centro, Santa Maria/RS.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HERVÊ SAÚL PANISSON TASCHETTO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas físicas e jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

CNPJ				CPF	
88.418.116/0001-96	90.764.119/0001-23	91.598.177/0001-97	92.939.826/0001-39	249.628.560-49	287.573.190-49

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA
SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 98, DE 30 DE MAIO DE 2016

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, resolve:

Art. 1º - Aplicar a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02(dois) anos, à empresa ROTA DO SOL CONSULTORIA E GESTÃO LTDA., CNPJ 11.057.118/0001-72, com base no que dispõe o Art. 87 da Lei 8.666/93: Art. 7 da Lei 10.520/02 e o Contrato 01/2012 da DRF/URA/RS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER JOSE GOMES DE MEDEIROS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA N° 318, DE 30 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MF nº 244, de 16 de julho de 2012, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XIV do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011; Resolve:

Art. 1º Divulgar complemento ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, referente a abril de 2016, publicado em Diário Oficial da União por meio da Portaria nº 315, de 27 de maio de 2016, com os Anexos 5 (Resultado Nominal), 6 (Resultado Primário), 12 (Saúde) e 14 (Demonstrativo Simplificado), bem como texto complementar referente ao atendimento do Acórdão 3.324/2015 - Plenário, com informação sobre Limitação de Empenho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS

I - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RREO - Anexo 5 (LRF, art. 53, inciso III) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 DEZ/2015 (a)	Em 31 MAR/2016 (b)	Em 30 ABR/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.073.955.352	4.165.667.835	4.201.910.303
DEDUÇÕES (II)	2.227.286.737	2.343.304.205	2.169.222.171
Ativo Disponível	879.390.031	879.390.031	904.985.157

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Haveres Financeiros	1.393.117.660	1.509.174.008	1.308.013.658
(-) Restos a Pagar Processados	-45.220.955	-45.259.835	-43.776.644
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.846.668.615	1.822.363.630	2.032.688.132
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	48.687.612	48.687.612	48.687.612
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)[1]	-358.252.600	-245.594.613	-219.928.980
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	2.253.608.826	2.116.645.855	2.301.304.724

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No mês (c - b)	Até o Mês (c - a)
RESULTADO NOMINAL	184.658.869	47.695.898

FONTE: Banco Central do Brasil e SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] Inclui o impacto da desvalorização cambial sobre a dívida externa e sobre a dívida mobiliária interna indexada ao dólar.
Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010 os dados relativos à Dívida Consolidada Líquida passaram a ser apurados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Assim, os dados apresentados nas linhas (I), (II), e (III) do presente demonstrativo têm por fonte o Siafi, enquanto que aqueles apresentados nas linhas (IV) e (V) tem por fonte o Banco Central.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO[1]
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RREO - Anexo 6 (LRF, art. 53, inciso III) R$ milhares

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS		
	No mês	Jan a Abr 2016	Jan a Abr 2015
RECEITA TOTAL	119.420.731,59	448.413.694	431.661.082
Receita Administrada pela RFB (I)	75.906.302,56	281.864.242	276.933.347
Imposto de Importação	2.315.184,97	10.804.820	13.444.261
IPI	3.496.690,37	14.147.697	16.139.149
Imposto de Renda	36.032.108,40	121.778.882	116.522.983
IOF	2.885.292,35	11.275.045	10.956.078
COFINS	16.804.984,10	68.060.785	67.665.352
PIS/PASEP	4.391.554,68	18.401.479	17.941.006
CSLL	7.826.809,95	29.739.221	27.269.034
CPMF	907,74	1.820	274
CIDE Combustíveis	455.372,65	1.880.259	-14.236
Outras	1.697.397,35	5.774.233	7.009.446
Incentivos Fiscais	0	-10.469	0
Arrecadação Líquida para o RGPS (II)	30.431.434,29	114.083.382	110.395.856
Receitas Não Administradas pela RFB (III)	13.082.994,73	52.476.539	44.331.880
Concessões e Permissões	1.229.954,78	12.865.361	1.047.148
Dividendos e Participações	206.263,64	599.048	2.233.567
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	906.153,50	3.605.753	3.651.284
CotaParte de Compensações Financeiras	1.492.065,36	7.138.940	10.641.312
Demais Receitas Não Administradas pela RFB	9.248.557,44	28.267.436	26.758.569
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS (IV)	15.807.901,55	68.694.830	71.499.752
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (V) = (I +II+III - IV)	103.612.830,03	379.718.865	360.161.330
FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB[2] (VI)	0	0	0

DESPESAS	DESPESAS PAGAS		
	No Mês	Jan a Abr 2016	Jan a Abr 2015
DESPESA TOTAL	93.861.685,63	388.169.527	345.598.533
DESPESAS OBRIGATÓRIAS (VII)	71.759.426,21	302.129.275	264.569.006
Benefícios Previdenciários (VIII)	38.944.495,84	151.576.289	131.557.666
Pessoal e Encargos Sociais	19.156.866,37	79.124.616	73.750.318
Outras Despesas Obrigatórias	13.658.064,00	71.428.370	59.261.021
Abono e Seguro Desemprego	3.442.229,58	22.313.258	14.630.911
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.085.027,47	16.041.830	14.052.749
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	3.320.690,00	9.024.590	9.232.504
FUNDEB (Complem. União)	800.895,70	4.893.924	7.102.944
Subsídios, Subvenções e Proagro	145.258,44	12.720.070	5.300.955
Demais	1.863.962,81	6.434.698	8.940.960
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS - TODOS OS PODERES (IX)	22.102.259,42	86.040.252	81.029.527
PAC	3.573.314,31	14.161.589	13.299.117
Emissões de TDA	20.727,88	23.430	22.847
Demais Poder Executivo	17.498.607,68	68.095.939	64.247.788
LEJU/MPU	1.009.609,55	3.759.294	3.459.775
FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB[3] (X)	-	0	0

RESULTADO PRIMÁRIO	No Mês	Jan a Mar 2016	Jan a Mar 2015
RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO (XI) = (V-(VII+IX)+VI-X)	9.751.144	-8.450.662	14.562.797
Tesouro Nacional e Bacen (XII) = (I-IV-VII+VI-X)	18.264.206	29.042.244	35.724.608
Previdência Social - RGPS[4] = (II-VIII)	-8.513.062	-37.492.906	-21.161.811

FONTE: STN/CESEF
[1] Considera-se, para efeito de apuração do Resultado Primário, o conceito de União como equivalente ao de Governo Central,
[2] Receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.
[3] Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.
[4] Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.
[5] Receitas próprias (inclui transferências do Tesouro Nacional) deduzidas das despesas administrativas.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
		Até o Mês (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS CORRENTES (I)	1.462.052.249	467.796.681	32,00%
DEDUÇÕES (II)	652.367.915	190.777.121	29,24%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = I - II	809.684.334	277.019.560	34,21%

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
			Até o Mês (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Mês (e)**	**% (e/c) x 100**	
DESPESAS CORRENTES	111.611.307	111.811.666	63.859.648	57,11	31.823.805	28,46	-
Pessoal e Encargos Sociais	18.201.727	18.201.727	16.646.894	91,46	5.399.472	29,66	-
Juros e Encargos da Dívida	1.956	1.956	0	0,00	0	0,00	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Outras Despesas Correntes	93.407.624	93.607.983	47.212.754	50,44	26.424.333	28,23	-
DESPESAS DE CAPITAL	6.861.533	6.871.076	614.920	8,95	249.625	3,63	-
Investimentos	6.655.240	6.664.783	614.920	9,23	249.625	3,75	-
Inversões Financeiras	206.293	206.293	0	0,00	0	0,00	-
Amortização da Dívida	0	0	0		0		-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	118.472.840	118.682.742	64.474.569	54,33	32.073.430	27,02	-

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
			Até o Mês (f)	**% (f/IVd)x100**	**Até o Mês (g)**	**% (g/IVe)x100**	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	7.928.763	7.928.763	7.885.446	12,23	2.474.027	7,71	0
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	386.975	386.975	353.649	0,55	130.146	0,41	0
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Recursos de Operações de Crédito	0	0	0	0,00	0	0,00	0
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	1.173.019	1.330.576	394.857	0,61	292.311	0,91	0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]				0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0	0	0	0,00	0	0,00	0
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]				0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	9.488.757	9.646.314	8.633.952	13,39	2.896.484	9,03	-
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**108.984.083**	**109.036.427**	**55.840.617**	**86,61**	**29.176.945**	**90,97**	**0**

APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE[4]	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O MÊS/2016 (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O MÊS/2016 (i)**	**PERCENTUAL MÍNIMO A SER APLICADO EM ASPS % (j)**	**VALOR MÍNIMO EM RELAÇÃO À RCL A SER APLICADO EM ASPS (k) = IIIb x j**	**VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ((h ou i) - k)[5]**
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	55.840.617	29.176.945	13,20%	36.566.582	-7.389.637

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	**INSCRITOS**	**CANCELADOS/ PRESCRITOS**	**PAGOS**	**A PAGAR**	**PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE**
Empenhos de 2015	7.124.533	18.865	3.257.696	3.847.973	7.124.533
Empenhos de 2014	2.168.885	9.818	350.080	1.808.987	2.168.885
Empenhos de 2013	1.058.668	22.041	88.263	948.364	1.058.668
Empenhos de 2012	1.116.150	25.961	31.734	1.058.455	1.116.150
Empenhos de 2011	831.894	19.724	45.124	767.046	831.894
Empenhos de Exercícios Anteriores a 2011	712.177	3.669	12.873	695.635	712.177
Total	**13.012.308**	**100.078**	**3.785.770**	**9.126.460**	**13.012.308**

FONTE: SIAFI, elaboração STN/CCONT/GEINF

Continua (1/2)

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**		
	Saldo Inicial	**Despesas custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**

Não houve aplicação, neste exercício, em decorrência de cancelamentos de restos a pagar ocorridos em exercícios anteriores.

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 25	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**		
	Saldo Inicial	**Despesas custeadas no exercício de referência (k)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**

Não houve, no âmbito da União, descumprimento do percentual mínimo em exercícios anteriores.

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
			Até o Mês (l)	**% (l/total l) x 100**	**Até o Mês (m)**	**% (m/total m) x 100**	
Atenção Básica	22.018.382	21.668.482	10.383.882	16,11	6.559.746	20,45	0
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	47.917.043	48.301.755	24.508.032	38,01	14.405.546	44,91	0
Suporte Profilático e Terapêutico	14.949.383	15.091.058	7.842.717	12,16	3.370.990	10,51	0
Vigilância Sanitária	380.340	380.340	99.558	0,15	87.247	0,27	0
Vigilância Epidemiológica	6.401.688	6.401.688	2.490.846	3,86	904.749	2,82	0
Alimentação e Nutrição	75.200	75.200	3.447	0,01	0	0,00	0
Outras Subfunções	26.730.805	26.764.219	19.146.086	29,70	6.745.151	21,03	0
TOTAL	**118.472.840**	**118.682.742**	**64.474.569**	**100,00**	**32.073.430**	**100,00**	**0**

FONTE: SIAFI, elaboração STN/CCONT/GEINF

(2/2)

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "e" ou com a coluna "d" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "e" ou com a coluna "d" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
[4] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC141/2012
[5] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ milhares

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Mês
RECEITAS	
Previsão Inicial	2.953.546.387
Previsão Atualizada	2.960.142.547
Receitas Realizadas	962.792.740
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	6.596.160

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Mês
DESPESAS	
Dotação Inicial	2.953.546.387
Dotação Atualizada	2.960.142.547
Despesas Empenhadas	1.861.640.207
Despesas Executadas	883.117.105
Despesas Pagas	849.184.474
Superávit Orçamentário	79.675.635

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO[1]	Até o Mês
Despesas Empenhadas	1.301.179.780
Despesas Liquidadas	574.688.194

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Até o Mês
Receita Corrente Líquida	700.438.648

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Mês
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias (I)	117.055.500
Despesas Previdenciárias (II)	152.881.680
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-35.826.180
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	
Receitas Previdenciárias (IV)	9.947.738
Despesas Previdenciárias (V)	33.144.343
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	-23.196.605

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Mês (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		47.695.898	
Resultado Primário	24.000.000	-8.450.662	-35,21

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Mês	Pagamento Até o Mês	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	45.198.383	337.285	37.738.814	7.122.283
Poder Executivo	45.025.273	336.511	37.665.905	7.022.857
Poder Legislativo	13.763	0	5.014	8.750
Poder Judiciário	153.101	771	63.144	89.185
Ministério Público	6.247	3	4.752	1.492
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	140.691.681	9.645.596	37.225.804	93.820.280
Poder Executivo	136.473.579	9.562.905	35.874.891	91.035.783
Poder Legislativo	691.608	11.087	179.232	501.289
Poder Judiciário	2.935.287	62.826	1.006.300	1.866.161
Ministério Público	591.207	8.779	165.381	417.047
TOTAL	185.890.064	9.982.882	74.964.618	100.942.564

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até o Mês	Limites Constitucionais Anuais	
		Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Mês
Mínimo Anual de 18% da Receita de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	18.465.926	18%	18,09
Complementação da União ao FUNDEB	3.203.583	12.544.725	25,54

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Mínimo em relação à RCL %	Despesas Liquidadas Até o Mês	Percentual aplicado até o mês
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	13,20%	29.176.945	10,53%

FONTE: STN/CCONT/GEINF e STN/CESEF

[1] Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

III - INFORMAÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO Nº 3.324/2015 - PLENÁRIO
JUSTIFICATIVA DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO
Informações encaminhadas pela Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

No mês de fevereiro, o Poder Executivo efetivou, com base no § 5º do art. 55 da LDO-2016, redução dos seus limites de empenho e movimentação financeira, no montante de R$ 23.408,9 milhões. Em seguida, encaminhou, ao Congresso Nacional, Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, de que trata o §4º do art. 55 da LDO-2016, contendo as explicações para a realização desse contingenciamento. O referido relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional em 29 de fevereiro, por meio da Mensagem Presidencial nº 56 dessa mesma data e o contingenciamento em questão foi operacionalizado pelo Decreto nº 8.676, de 19 de fevereiro 2016.

Transcorrido o 1o bimestre, conforme determina o art. 9º da LRF e art. 55 da LDO-2016, foram reavaliadas as projeções de receitas e despesas primárias com dados realizados até fevereiro de 2016, em sua maioria, e parâmetros macroeconômicos atualizados. Com base nessas atualizações apurou-se a necessidade de contingenciamento adicional, incidente sobre todos os Poderes, MPU e DPU, de R$ 21.244,9 milhões, totalizando, no ano, um esforço de R$ 44.615,3 milhões. O Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre, foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial no 94, de 22 de março de 2016. Os resultados dessa Avaliação no âmbito do Poder Executivo foram efetivados por meio do Decreto no 8.700, de 30 de março de 2016.

Findo o 2o bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF e ao art. 55 da LDO-2016, publicou-se Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2016, em 20 de maio de 2016, que contém as novas estimativas das receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de abril de 2016, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente.

A partir dessa reavaliação foi indicado um contingenciamento para todos os Poderes, MPU e DPU, no montante de R$ 137,9 bilhões, necessário ao cumprimento da meta de resultado primário até então vigente, de R$ 24,0 bilhões, para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.

O prazo para a efetivação dessa redução dos limites de empenho e movimentação financeira, por ato próprio de cada um dos Poderes, MPU e DPU é dia 30 de maio de 2016, conforme inciso II, § 12, art. 55 da LDO-2016. No entanto, nenhum desses atos foi ainda publicado, dada a inviabilidade da efetivação desse contingenciamento para vários dos órgãos do OFSS e a expectativa de aprovação de nova meta fiscal antes de findo o prazo para a operacionalização das indicações de redução dos limites de empenho e movimentação financeira feitas por meio do Relatório do 2º Bimestre.

Em 25 de maio de 2016, foi aprovado o PLN nº 01, de 2016, convertido na Lei nº 13.291, de 25 de maio de 2016, que contém alteração da meta do OFSS, de um superávit de R$ 24.000,0 milhões para um déficit de R$ 170.496,0 milhões, alteração que permitirá a reversão da indicação de corte de R$ 137.887,2 milhões constante do Relatório de Avaliação do 2º Bimestre e a reversão do contingenciamento do 1º Bimestre. O Decreto que implementará os novos limites de empenho e movimentação financeira para os órgãos do Poder Executivo será publicado em breve, conforme o prazo legal estabelecido pelo §12 do Art. 55 da LDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 236, DE 30 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.001340/2000-15, sob o comando nº 408775980, juntada nº 415527342, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Voith - CNPB nº 2000.0047-92, administrado pela Voith Prev - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Justiça e Cidadania

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 25 DE MAIO DE 2016

Aprova a Emenda Regimental nº 01/2016, que altera dispositivos do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

O PLENÁRIO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA, no uso das atribuições conferidas pela Lei n° 12.529 de 2011 e nos termos do art. 9º, XV do referido diploma legal, resolve:

Art. 1º Aprovar Emenda Regimental nº 01/2016 que altera dispositivos do Regimento Interno conforme anexo à presente Resolução.

Art. 2º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 15, DE 25 DE MAIO DE 2016

"Art. 179

.....

.....

§6º Caso o acordo previsto no caput deste artigo não seja alcançado, todos os documentos serão devolvidos ao proponente, não permanecendo qualquer cópia no Cade.

§7º As informações e documentos apresentados pelo proponente durante a negociação do TCC subsequentemente frustrada não poderão ser utilizados para quaisquer fins pelas autoridades que a eles tiveram acesso.

§8º O disposto no §7º deste artigo não impedirá a abertura e o processamento de procedimento investigativo e/ou a realização de diligências no âmbito da Superintendência-Geral para apurar fatos relacionados à proposta de TCC quando a nova investigação e/ou a iniciativa dessas diligências decorrer de indícios ou provas autônomas que sejam levados ao conhecimento da autoridade por qualquer outro meio."

"Art. 187

.....

.....

I - redução percentual entre 30% e 50% da multa esperada para o primeiro Representado que requerer TCC no âmbito da investigação de uma conduta;

II - redução percentual entre 25% e 40% da multa esperada para o segundo Representado que requerer TCC no âmbito da investigação de uma conduta; e

III - redução percentual de até 25% da multa esperada para os demais Representados que requererem TCC no âmbito da investigação de uma conduta."

"Art.199.....

§ 2º Após fornecidas as informações referidas no §1º, a Superintendência-Geral emitirá a declaração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

§3º Na declaração, será indicado prazo para que o proponente apresente proposta de acordo de leniência à Superintendência-Geral, cujas extensões serão concedidas segundo os prazos intermediários definidos caso a caso pela Superintendência-Geral do Cade.

....."

"Art. 199-A. Caso o proponente não seja o primeiro a comparecer perante a Superintendência-Geral ou, por outra razão, não haja mais disponibilidade para a propositura do acordo de leniência para a infração noticiada, o Superintendente-Geral, o Chefe de Gabinete ou outro servidor expressamente designado para essa finalidade, informará tal indisponibilidade ao proponente, podendo certificá-lo de que consta na fila de espera para eventual proposição de um acordo de leniência sobre a mesma infração noticiada.

§1º Na hipótese do caput deste artigo, a certidão emitida pela Superintendência-Geral conterá a qualificação completa do proponente, a identificação dos outros autores conhecidos da infração a ser noticiada, os produtos ou serviços afetados, a área geográfica afetada e, quando possível, a duração estimada da infração noticiada, além da data e horário do comparecimento perante a Superintendência-Geral, sem qualquer informação sobre a identidade dos demais proponentes e sobre a ordem cronológica de espera do proponente com relação a eventuais outros proponentes anteriores ou subsequentes.

§2º Será emitida nova declaração de que trata o artigo 199 deste Regimento Interno para o proponente seguinte na fila de espera prevista no caput deste artigo, o qual será convidado a iniciar a negociação da proposta de acordo de leniência, nas seguintes hipóteses:

I - caso a proposta de acordo de leniência em negociação seja rejeitada pela Superintendência-Geral;

II - caso o proponente detentor da declaração referida no caput do artigo 199 deste Regimento Interno desista da proposta em negociação; ou

III - caso haja descumprimento dos prazos previstos no §3º do artigo 199 e do artigo 204 deste Regimento Interno.

§3º Caso a proposta de acordo de leniência em negociação de que trata o artigo 199 deste Regimento Interno seja assinada pela Superintendência-Geral, serão dadas as garantias do artigo 205 às informações fornecidas pelos proponentes na fila de espera que obtiveram a certidão de que trata o caput deste artigo.

§4º Na hipótese do §3º deste artigo, os proponentes na fila de espera para negociação do acordo de leniência, detentores das certidões, serão encaminhados, caso seja de seu interesse, para a negociação de compromisso de cessação de que trata o art. 85 da Lei nº 12.529, de 2011, conforme ordem cronológica de chegada, nos termos do artigo 179 e seguintes deste Regimento Interno."

"Art. 204. A negociação a respeito da proposta do acordo de leniência deverá ser concluída quando finalizados os prazos intermediários concedidos pela Superintendência-Geral, nos termos do §3º do artigo 199 deste Regimento Interno."

"Art. 209. A pessoa jurídica ou pessoa física que não obtiver, no curso de investigação ou processo administrativo, habilitação para a celebração do acordo de leniência com relação a uma determinada prática (Acordo de Leniência Original), poderá celebrar com a Superintendência-Geral, até a remessa do processo para julgamento, acordo de leniência relacionado a uma outra infração (Novo Acordo de Leniência), da qual a Superintendência-Geral não tenha qualquer conhecimento prévio.

§1º Na hipótese do caput deste artigo, o signatário do Novo Acordo de Leniência, uma vez declarado o cumprimento deste Novo Acordo de Leniência pelo Cade, fará jus à redução de um terço da pena aplicável no processo referente ao Acordo de Leniência Original, sem prejuízo da obtenção dos benefícios de que trata o art. 208 deste Regimento Interno em relação à nova infração denunciada no Novo Acordo de Leniência.

§2º Caso o julgamento do Acordo de Leniência Original pelo Tribunal do Cade seja anterior ao julgamento Novo Acordo de Leniência, a decisão no processo administrativo original poderá conter disposições no sentido de que, caso não seja verificado o cumprimento do Novo Acordo de Leniência no novo processo administrativo, o desconto concedido antecipadamente deverá ser recolhido como contribuição pecuniária complementar ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

§3º Na hipótese de o signatário do Novo Acordo de Leniência também ser requerente de compromisso de cessação com relação à prática investigada no procedimento investigativo referente ao Acordo de Leniência Original, o benefício previsto no §1º deste artigo será aplicado de modo antecedente aos descontos previstos no artigo 187 deste Regimento Interno, resultando nas seguintes faixas de descontos totais:

I - redução percentual de 53,33% até 66,67% da multa esperada para o primeiro Representado que requerer TCC no âmbito da investigação da conduta objeto do procedimento administrativo referente ao Acordo de Leniência Original;

II - redução percentual de 50% até 60% da multa esperada para o segundo Representado que requerer TCC no âmbito da investigação da conduta objeto do procedimento administrativo referente ao Acordo de Leniência Original; e

III - redução percentual de até 50% da multa esperada para os demais Representados que requererem TCC no âmbito da investigação da conduta objeto do procedimento administrativo referente ao Acordo de Leniência Original.

§4º Na hipótese do §3º deste artigo, aplicam-se as regras dos arts. 179 a 196 deste Regimento Interno."

"Art. 210

.....

.....

§1º Na avaliação do cumprimento das obrigações previstas no Acordo de Leniência por parte da Superintendência-Geral, esta considerará a colaboração individual de cada um dos signatários e certificará, quando for o caso, o cumprimento das obrigações para fins de concessão do benefício previsto no art. 209 deste Regimento Interno no processo administrativo referente ao Acordo de Leniência Original.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Presidente do Conselho

ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

A solenidade foi iniciada com composição de mesa da seguinte pelas seguintes autoridades: Senhor Eduardo Frade Rodrigues, Superintendente-Geral do Cade; Senhor Lafayete Josué Peter, Representante do Ministério Público Federal; Senhora Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Tribunal Administrativo do Cade; Senhor Paulo Burnier da Silveira, Conselheiro do Tribunal Administrativo do Cade; Senhor João Paulo de Resende, Conselheiro do Tribunal Administrativo do Cade; Senhor Alexandre Cordeiro Macedo, Conselheiro do Tribunal Administrativo do Cade; Senhor Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, Conselheiro do Tribunal Administrativo do Cade; Senhor Márcio de Oliveira Júnior, Conselheiro do Tribunal Administrativo do Cade; Senhor Victor Santos Rufino, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade; Senhor Vinicius Marques de Carvalho, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; Senhor Alexandre de Moraes, Ministro de Estado da Justiça e Cidadania. O Presidente do Cade, Vinicius Marques de Carvalho, manifestou-se em abertura da cerimônia e transmitiu a palavra ao Senhor Alexandre de Moraes, Ministro de Estado da Justiça e Cidadania. Na sequência, manifestaram-se oralmente o Senhor Eduardo Caminati Anders, representante do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional; o Senhor Daniel Oliveira Andreolli, representante da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de São Paulo; a Senhora Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, representante da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Distrito Federal; a Senhora Carol Elizabeth Conway, representante da Associação Brasileira de Internet; o Senhor Eduardo Frade Rodrigues, Superintendente-Geral do Cade; o Senhor Victor Santos Rufino, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade; o Senhor Lafayete Josué Peter, Representante do Ministério Público Federal junto ao Cade; e a Senhora Mariana Boabaid Dalcanale Rosa, Diretora Administrativa do Cade. Após o desfazimento da composição da mesa prosseguiu-se com os trabalhos de julgamento, conforme pauta a seguir.

JULGAMENTOS

Às 10:47h do dia vinte e cinco de maio de dois mil e quinze, o Presidente Substituto do Cade, Márcio de Oliveira Junior, declarou aberta a presente sessão. Participaram os Conselheiros do Cade, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, Alexandre Cordeiro, João Paulo de Resende, Paulo Burnier da Silveira e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. Presentes o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino, o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Lafayete Josué Petter, e o Secretário do Plenário, Paulo Eduardo Silva de Oliveira.

1. Processo Administrativo nº 08012.000778/2011-52

Representante: Cade ex officio

Representados: Luiz Antônio Cury Galebe, MC 3 Vídeo Produções Ltda., Léo Produções e Publicidade Ltda., Shop Tour International e Shop Tour TV Ltda.

Advogados: Mauro Grinberg, Carlos Amadeu Bueno Pereira de Barros, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Camila Chagas Paoletti, Beatriz Malerba Cravo, Ricardo Casanova Motta, Carolina Saito da Costa e outros

Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior

Voto-Vista: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

2. Ato de Concentração nº 08700.007191/2015-40

Requerentes: Halliburton Company e Baker Hughes

Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Frederico Carrilho Donas, Tito Amaral de Andrade, Maria Eugenia Novis e outros.

Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento processo em razão da perda de objeto, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

O Conselheiro Márcio de Oliveira Junior, a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, o Conselheiro Paulo Burnier da Silveira, o Conselheiro João Paulo de Resende e o Conselheiro Alexandre Cordeiro fizeram uso da palavra em registro pelo término do mandato do Presidente Vinicius Marques de Carvalho.

3. Ato de Concentração nº 08700.001172/2016-91

Requerentes: TAM Linhas Aéreas S.A. e Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (sucessora da TRIP Linhas Aéreas S.A., por sua vez, sucessora da Total Linhas Aéreas S.A.)

Advogados: Barbara Rosenberg, José Inácio Ferraz de Almeida Prado Filho, Marilia Cruz Avila, Daniela Coelho Araujo Fernandes de Vasconcelos, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Tamara Dumoncel Hoff, Sarah Roriz de Freitas e outros

Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu em conjunto das 18 operações constantes do presente processo, determinou o arquivamento em razão da perda de objeto, com imposição de multa no valor total de R$ 8.275.323,00 (oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil trezentos e vinte e três reais) em razão de intempestividade da notificação, a ser paga no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente decisão, bem como o recolhimento de outras 17 taxas processuais, no valor total de R$ 1.445.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), a ser pago no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação da presente decisão; tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Processo Administrativo nº 08012.009606/2011-44

Representante: Procuradoria da República em Campinas - MPF/SP

Representados: ONCOCAMP - Clínica de Oncologia Diagnose e Terapia S/C Ltda., IOC - Instituto de Oncologia Clínica S/S Ltda., Instituto do Radium de Campinas Ltda., OCC Oncologia Clínica de Campinas S/C Ltda., Oncologia e Hematologia de Campinas S/C Ltda.

Advogados: Paulo Henrique Fantoni, Luciana Fontoura de Moura, Fabíola Pace e outros

Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro Macedo

Impedido o Presidente do Cade. Presidiu o Presidente Substituto, Conselheiro Márcio de Oliveira Junior.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados ONCOCAMP - Clínica de Oncologia Diagnose e Terapia S/C Ltda., IOC - Instituto de Oncologia Clínica S/S Ltda., Instituto do Radium de Campinas Ltda., OCC Oncologia Clínica de Campinas S/C Ltda., Oncologia e Hematologia de Campinas S/C Ltda., pela prática de infração à ordem econômica prevista no artigo 20, incisos I, II e IV, c/c artigo 21, inciso IV, V e XII da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multas nos seguintes valores: a) à ONCOCAMP - Clínica de Oncologia Diagnose e Terapia S/C Ltda., multa no valor de R$ 1.915.376,72 (um milhão, novecentos e quinze mil trezentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos); b) IOC - Instituto de Oncologia Clínica S/S Ltda., multa no valor de R$ 1.126.074,82 (um milhão, cento e vinte e seis mil setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos); c) OCC Oncologia Clínica de Campinas S/C Ltda., multa no valor de R$ 720.396,81 (setecentos e vinte mil trezentos e noventa e seis reais e oitenta e um centavos); d) Oncologia e Hematologia de Campinas S/C Ltda., multa no valor de R$ 88.605,44 (oitenta e oito mil seiscentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos), e) ao Instituto do Radium de Campinas Ltda., multa no valor de R$ 2.413.489,51 (dois milhões, quatrocentos e treze mil quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos); que deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente decisão e, adicionalmente à obrigação de publicação, às custas dos Representados, proporcionalmente ao faturamento de cada um, em meia página, por dois seguidos, por 3 semanas consecutivas, de extrato da decisão, em jornal de maior circulação no município de Campinas, obrigação esta que, alternativamente, poderá ser feita em revista de maior tiragem no setor médico do Estado de São Paulo, em meia página, em três edições mensais consecutivas, em edição impressa e digital, esta última se disponível, bem como publicação no site da Representada, se existente, com link direto e claramente visível na página principal do site; tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.

5. Requerimento nº 08700.001808/2016-02

Requerentes: Japan AE Power Systems Corporation

Advogados: Cecilia Vidigal Monteiro de Barros e Joyce Ruiz Rodrigues Alves

Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Compromisso de Cessação, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

REFERENDOS

Os despachos, ofícios e outros abaixo relacionados foram referendados pelo Plenário:

Despachos PRES nºs 117/2016 (Acesso Restrito AC 08012.011196/2005-53), 151/2016 (Acesso Restrito AC 08012.011196/2005-53), 152/2016 (PA 08012.010187/2004-64), 153/2016 (Req 08700.001415/2015-18), 154/2016 (Acesso Restrito Req 08700.003821/2015-15), 155/2016 (Acesso Restrito AC 08012.008448/2011-13), 156/2016 (Acesso Restrito Req 08700.001434/2015-36), 160/2016 (PA 08012.011791/2010-56), 162/2016 (Acesso Restrito Req 08700.004496/2014-19), 163/2016 (Req 08700.004176/2015-40), 164/2016 (Req 08700.001414/2015-65), 165/2016 (Processo 08700.002250/2013-21 - Versão preliminar do novo Código de Conduta dos Agentes Públicos), 166/2016 (Acesso Restrito AC 08700.005447/2013-12), 167/2016 (Processo 08700.011045/2015-19 - Abertura de consulta pública voltada à edição de resolução que objetiva alterar regras pertinentes a Compromisso de Cessação e Programa de Leniência.), 168/2016 (Processo 08700.011044/2015-74 - Versão final do Guia para Programa de Leniência Antitruste do Cade), 169/2016 (PA 08012.002127/2002-14) e Ofício 2528/2016 (AC 08700.009363/2015-10); apresentados pelo Presidente Vinícius Marques de Carvalho.

Despachos PRES Substituto nº 159/2016 (Req 08700.001448/2015-50), 161/2016 (Req 08700.006523/2015-79); apresentados pelo Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior.

Despacho MOJ nº 14/2016 (Acesso Restrito Req 08700.003811/2016-52), 15/2016 (Acesso Restrito Req 08700.003811/2016-52), 16/2016 (Acesso Restrito Req 08700.003672/2016-67), 17/2016 (Acesso Restrito Req 08700.003672/2016-67), 18/2016 (PA 08700.009161/2014-97) e Ofício nº 2322/2016 (PA 08012.000778/2011-52); apresentados pelo Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior.

Despachos ACM nº 10/2016 (Petição 08700.003861/2016-30) e 8/2016 (Acesso Restrito Req. 08700.001808/2016-02); apresentado pelo Conselheiro Alexandre Cordeiro.

Despacho JPR nº 04/2016 Acesso Restrito AC 08700.010790/2015-41); apresentado pelo Conselheiro João Paulo de Resende.

Ofício PBS nº 2664/2016 (PA 08012.001518/2006-37); apresentados pelo Conselheiro Paulo Burnier da Silveira.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 13:05h do dia vinte e cinco de maio de dois mil e quinze, o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§1º e 2º do artigo 105 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - RICADE, quanto aos resultados dos julgamentos do Plenário do Tribunal dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões foram juntadas aos autos e estão disponíveis para consulta na unidade de andamento processual: itens 2, 3, 4 e 5.

MÁRCIO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente do Cade
Interino

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 25 de maio de 2016

Nº 165 - Apresento ao Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade a versão preliminar do novo Código de Conduta dos Agentes Públicos, para que, no uso de suas atribuições, publicize o documento e abra prazo para consulta pública, pelo período de 30 (trinta) dias, com término em 24 de junho de 2016. É o despacho.

Nº 167 - Tendo em vista o Parecer Jurídico 26/2016/CGEP/PFE-CADE-CADE/PGF/AGU (0203596), que propugnou pela aprovação da Minuta (0203572), submeto à aprovação do Plenário a proposta de alteração regimental, consubstanciada na Resolução nº 15/2016 (0203613).

Nº 168 - Apresento ao Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade a versão final do Guia para Programa de Leniência Antitruste do Cade, para que, no uso de suas atribuições, aprove e publicize o documento. É o despacho.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 30 de maio de 2016

Nº 631 - Processo Administrativo nº 08700.008464/2014-92. Representante: Agência Multi Armazéns Ltda. e Transportadora Simas Ltda. Representada: TECON Rio Grande S/A. Advogados: Pedro Gilberto Brand, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro e outros. Acolho a Nota Técnica de nº13, aprovada pelo Superintendente Adjunto e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, recomendo a (i) condenação da Representada Tecon Rio Grande S/A pela prática de condutas infrativas à ordem econômica, do período de julho de 2010 a fevereiro de 2012, com fulcro no artigo no artigo 20, incisos I , II e IV c/c art. 21, incisos IV, V, XII e XIV da Lei nº 8.884/94, correspondentes ao artigo 36, incisos I, II e IV e §3º, incisos III, IV, X, e XII da Lei nº 12.529/11, e com recomendação de arquivamento para o período a partir de março de 2012, devido à incompetência do CADE para atuar a partir de tal data, sendo recomendável, entretanto, ações de advocacia da concorrência para o ajuste da regulação a fim de que não provoque prejuízos à livre concorrência e ao setor portuário; (ii) a remessa pelo Tribunal Administrativo do Cade, após o julgamento, de cópia da decisão à ANTAQ; e (iii) a remessa pelo Tribunal Administrativo do Cade, após o julgamento, de cópia da decisão à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda para eventuais providências de advocacia da concorrência. Assim, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 e art. 156, §1º, do Regimento Interno do CADE, incisos I, II e IV, e §3º, incisos III, IV, X e XII da Lei nº 12.529/11, remetam-se os autos ao Tribunal Administrativo do Cade para julgamento.

Nº 641 - Ato de Concentração nº 08700.003750/2016-23. Requerentes: WPA Participações e Serviços S.A. e Welle Tecnologias Laser S.A. Advogado: Ricardo Vieira Facury. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 642 - Ato de Concentração nº 08700.002331/2016-74. Requerentes: VALLOUREC S.A. e NIPPON STEEL & SUMITOMO CORPORATION. Advogados: André Cutait de Arruda Sampaio, Marcos Drummond Malvar, Renata Semin Tormin e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 640 - Processo Administrativo nº 08700.006964/2015-71. Representantes: Diretório Central dos Estudantes Honestino Guimarães e Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Advogadas/os: Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Caio Mário da Silva Pereira Neto e outras/os. Representadas/os: Associação Boa Vista de Táxi - Ponto 1813, Sindicato dos Permissionários de Taxi e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal, Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores nas Empresas de Táxi no Estado de São Paulo, Sindicato dos Taxistas Autônomos de São Paulo, Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Taxistas e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Minas Gerais, Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal, Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil, José Renan de Freitas, Sérgio Aureliano e Silva, Antônio Raimundo Matias dos Santos, Natalício Bezerra Silva, Ricardo Luiz Faedda e André de Oliveira. Advogadas/os: Ivana Có Galdino Crivelli e outras/os. Acolho a Nota Técnica n° 17/2016/CGAA4/SGA1/SG/CADE (SEI nº 0204726) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na citada Nota Técnica, decido: (i) o indeferimento das preliminares suscitadas pelos Representados, por falta de amparo legal, nos termos acima referidos; (ii) o indeferimento do pedido genéricos de provas dos Representados Sinpetaxi-DF e Sérgio Aureliano e Silva, por falta de especificação; (iii) o deferimento dos pedidos de produção de prova testemunhal, determinando-se a oitiva das 3 (três) testemunhas arroladas pelos Representados Sinpetaxi-DF e Sérgio Aureliano e Silva e das 3 (três) testemunhas arroladas pelos Representados Sincavir-MG e Ricardo Luiz Faedda e (iv) quanto à produção de provas documentais, é facultada às partes a juntada de provas documentais até o encerramento da instrução processual.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 422ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA REALIZADA NOS DIAS 25 E 26 DE ABRIL DE 2016

Aos vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se na Sala 604 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em São Paulo-SP. Compareceram: o Presidente, Alamiro Velludo Salvador Netto; o 1º Vice-Presidente Conselheiro Paulo Antônio de Carvalho e os seguintes membros: Andréia Beatriz Silva dos Santos; Arthur Correia da Silva Neto; Gerivaldo Alves Neiva; Hugo Leonardo; José Roberto das Neves; Leonardo Isaac Yarochewsky; Luciane Ferreira; Marcos Roberto Fuchs; Maria Tereza Uille Gomes; Marcellus de Albuquerque Ugiette; Marden Marques Soares Filho; e Otávio Augusto de Almeida Toledo. Justificaram a ausência os seguintes membros: Leonardo Costa Bandeira; Luis Carlos Honório Valois Coelho; Mariana Lobo Botelho de Albuquerque. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Lourival Gomes-SAP/SP; Adriana Martrelli-COPEN/SP; Jorge Araujo Filho-SEJUC/SE; Marcus Sergio Santos-SERES/AL; Regiane Nascimento-SEJUS/ES; Isabel Penido Machado-DPU. O Presidente do CNPCP iniciou a reunião agradecendo a presença do Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; do Desembargador Renato Salles Abreu Filho, presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP; e do Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, Sr. Lourival Gomes. Em seguida, o presidente apresentou a Ata da 421ª Reunião Ordinária para apreciação. O Conselheiro Arthur Correia solicitou adendos específicos à Ata. Após, o documento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Arthur Correia apresentou a minuta de Resolução que trata do monitoramento eletrônico. Como encaminhamento, a proposta de Resolução será apreciada na próxima reunião do CNPCP, tendo em vista o acréscimo de contribuições de demais membros. Em continuidade aos itens de pauta, a Conselheira Maria Tereza Uille apresentou o item Projeto Mulheres Encarceradas, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Jorge Araujo Filho, representante do Secretário de Justiça do Estado de Sergipe; Sr. Marcus Sergio Santos, representante do Secretário de Ressocialização do Estado de Alagoas; Sra. Regiane Nascimento, representante do Secretário de Justiça do Estado do Espírito Santo. Após a explanação e participação dos convidados e da Conselheira Maria Tereza, o Presidente agradeceu a todas as contribuições. Como encaminhamento, o CNPCP convidará o Dr. Luis Gerando Santana Lanfredi, Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário e Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ), para apresentar os projetos Cidadania nos Presídios e Sistema Eletrônico de Execução Unificada - SEEU para complementar o tema. Em seguida, os Conselheiros Gerivaldo Neiva e José Roberto e a Ouvidora do Sistema Penitenciário do Departamento Penitenciário Nacional, Sra. Maria Gabriela Peixoto, apresentaram o Relatório de inspeção prisional realizada no período de 06 a 08 de abril do ano corrente no Estado do Amapá. Após apreciação, debate e complementos, o Relatório foi aprovado. Como aprofundamento ao tema acerca das inspeções prisionais, o CNPCP convidará o representante do Fórum Nacional dos Conselhos Penitenciários (FONACOPEN) para a próxima reunião, com o propósito de aproximar o relacionamento dos Conselhos Estaduais junto ao CNPCP. A Desembargadora Kenarik Boujikian participou da reunião discutindo o tema sobre o Decreto de Indulto para as mulheres encarceradas. Como encaminhamento, o presidente institui a comissão permanente para análise da política criminal feminina, integrada pela Conselheira Andreia Santos, na qualidade de presidente da comissão, e as Conselheiras Luciane Ferreira e Maria Tereza Uille e o Conselheiro Arthur Correa. O 1º Vice-Presidente, Conselheiro Paulo Antônio de Carvalho, recomendou a expedição de Ofícios junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para avaliar a implantação do voto do preso provisório. O CNPCP expedirá Oficio à presidente do TSE indagando acerca das medidas jurídicas e administrativas para implantação do voto dos presos provisórios e adolescentes entre 16 e 18 anos cumprindo medidas socioeducativas para as eleições municipais do presente ano. Em seguida, o Conselheiro Gerivaldo Neiva apresentou o tema sobre o direito do preso ao contato físico com seus visitantes, derivado de expediente emanado da Defensoria Pública da União no Distrito Federal (Processo 08016.001753/2016-41). A convidada Sra. Isabel Penido de Campos Machado, Defensora Pública da União, apresentou o referido expediente no Plenário. Como encaminhamento, o CNPCP instituiu comissão destinada a elaborar Resolução para tratar das regras mínimas nas visitas em unidades prisionais, sendo integrada pelos Conselheiros Marcellus Albuquerque, Arthur Correia, José Ro-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

berto da Neves, Andreia Santos e Luciane Ferreira, bem como a Ouvidora do Sistema Penitenciário Sra. Maria Gabriela Peixoto. O presidente designou o Conselheiro Hugo Leonardo para expedição de Oficio ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Conselho Federal), com o propósito de repúdio à restrição e gravação da consulta do advogado ou defensor público junto ao preso. Para a comissão que trata do "limite máximo de capacidade do estabelecimento penal", instituída no CNPCP e registrada na Ata da 419ª Reunião Ordinária realizada nos dias 10 e 11 de dezembro de 2015, foi incluído o Conselheiro José Roberto das Neves. Foi instituída também a Comissão para elaboração de Resolução que trata da Qualidade de vida do servidor penitenciário, sendo integrada por Conselheiro José Roberto das Neves, qualidade de presidente; Conselheiro Marden Marques; Conselheira Andreia Beatriz; Conselheira Luciane Ferreira; e representante da Ouvidoria do DEPEN. Em prosseguimento aos itens de pauta, o Conselheiro Marden Marques apresentou a minuta de Resolução que trata das diretrizes e regras para realização do acolhimento em saúde nas unidades prisionais. Como encaminhamento, a proposta de Resolução será revisada pelo Conselheiro Paulo de Carvalho e enviada para Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Conselho Nacional de Justiça para apreciação e possíveis contribuições. Por fim, o Conselheiro Leonardo Yarochewsky apresentou minuta de nota de apoio à Presidente Dilma Rousseff em desfavor ao processo de impeachment, a ser dirigida à sociedade. Após apreciação em Plenário, a minuta não foi aprovada pela maioria dos membros. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO
Presidente do CNPCP

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.971, DE 10 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/25242 - DPF/JFA/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITATIAIA MOVEIS S/A, CNPJ nº 25.331.521/0001-52 para atuar em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.028, DE 12 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/23989 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER 3 AMERICAS, CNPJ nº 01.274.103/0001-02 para atuar no Mato Grosso.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.069, DE 16 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/22827 - DPF/JZO/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGUIA DO VALE SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 10.783.468/0001-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1027/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.082, DE 17 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26798 - DPF/DRS/MS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RAIZEN CAARAPO S.A. ACUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 09.538.989/0001-66 para atuar no Mato Grosso do Sul.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.193, DE 23 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28595 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve: CONCEDER autorização à empresa CIVAM - CENTRO DE INSTRUÇÃO DE VIGILANTES DO AMAPÁ LTDA - ME, CNPJ nº 05.421.289/0001-36, sediada no Amapá, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4000 (quatro mil) Munições calibre .380
2000 (duas mil) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.198, DE 23 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/14002 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASC SERVICE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.875.253/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1107/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.218, DE 24 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/24087 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização, à empresa TARTALIA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 11.898.403/0001-16, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 494, DE 27 DE MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Coordenadores Regionais e, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares, a seu substituto, para, observadas as disposições legais e regulamentares, celebrar Termo de Cooperação Técnica junto ao Banco do Brasil S/A, visando à operacionalização e gerenciamento do Depósito em Garantia dos Contratos Administrativos, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores, no âmbito da respectiva Coordenação Regional da qual é titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIAS DE 30 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 126 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AGUSTIN ALFONSO DE INIGO URCHOEGUIA, natural do Uruguai, nascido em 06 de maio de 2003, filho de Gerardo Alfonso de Inigo Bordagorry e de Maria Alejandra Urchoeguia Corti, residente no Estado de Santa Catarina (Processo 08495.003153/2015-91);

MYSSA ALSAWAF, natural da Síria, nascida em 29 de maio de 2011, filha de Moaz Alsawaf e de Masa Pharaon, residente no Estado de São Paulo (Processo 08505.034818/2016-22) e

RASHEED SAEED RASHID BARKAT, natural do Catar, nascido em 11 de março de 2006, filho de Saeed Rashid Barkat e de Mays Khalil Ibrahim El Shobasy, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo 08444.007036/2015-00).

Nº 127 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ADEKUNLE ABOLADE ADEYEMI - V298818-0, natural da Nigéria, nascido em 20 de dezembro de 1963, filho de Akinbode Adeyemi e de Olaore Adeyemi, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.053352/2015-83);

AKEMI NISHIWAKI - W024136-K, natural do Japão, nascida em 07 de janeiro de 1947, filha de Rokuji Iwanaga e de Sueno Iwanaga, residente no Estado de Pernambuco(Processo nº 08102.003220/2015-43);

ALI AHMAD YEHYA - V207130-N, natural do Líbano, nascido em 16 de outubro de 1968, filho de Ahmad Yehya e de Bahie Bitar, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.066964/2015-36);

ALI AMIN ATAOUI - Y260660-6, natural do Líbano, nascido em 01 de dezembro de 1981, filho de Amin Ataoui e de Dibe Ataoui, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.004254/2016-77);

ALI ISMAIL ISMAIL - W343421-U, natural do Líbano, nascido em 05 de fevereiro de 1943, filho de Ismail Ismail e de Sihim Osman, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.066947/2015-07);

ANA MARIA RAMOS DE RIBEIRO - V024809-3, natural da Bolívia, nascida em 21 de junho de 1968, filha de Jesus Ramos e de Vilma Jimenez, residente no Estado de Goiás(Processo nº 08295.002760/2012-47);

ASSAAD MALEK EL MERHEBI - Y239372-L, natural do Líbano, nascido em 22 de maio de 1971, filho de Malek El Merhebi e de Najwa El Ali, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.108099/2015-11);

BASSEM MOHAMAD NASSAR - Y280423-8, natural do Líbano, nascido em 02 de novembro de 1972, filho de Mohamad Nassar e de Insaf Atwe, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08389.001119/2016-70);

BERNARDO CHANG - Y248749-0, natural da Argentina, nascido em 02 de novembro de 1995, filho de Chang Yi Te e de Tsai Chiu Ying, residente no Estado de Minas Gerais(Processo nº 08124.001125/2016-38);

CHENG CHI YU - Y239420-0, natural da China, nascida em 16 de setembro de 1991, filha de Cheng Jui Lung e de Cheng Ya Lin, residente no Estado de Minas Gerais(Processo nº 08354.009411/2015-57);

CHENG CHIA YI - Y234677-O, natural da China, nascida em 24 de outubro de 1989, filha de Cheng Jui Lung e de Cheng Ya Lin, residente no Estado de Minas Gerais(Processo nº 08354.009583/2015-21);

CHU WANG - Y281094-X, natural da República Popular da China, nascida em 13 de janeiro de 1969, filha de An Pang Wang e de Wu Hsiu Lien Wang, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08444.003390/2015-57);

EDAURDO JOSE TREGLIA VILLEGAS - W156736-Z, natural do Uruguai, nascido em 14 de maio de 1943, filho de Nelson Ruben Treglia Guido e de Isabel Zoa Villegas Vera, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08089.000098/2016-50);

EVELIN ROCIO APAZA ANTI - Y267375-7, natural da Bolívia, nascida em 23 de dezembro de 1991, filha de Walberto Apaza Quispe e de Antônia Anti Mamani, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.004914/2016-46);

FANG CHOU LEE - Y228282-X, natural da China, nascido em 05 de janeiro de 1979, filho de Chiao Wei Lee e de Liang Yen Ko, residente no Estado de Goiás(Processo nº 08295.017723/2015-86);

FERNANDO VARGAS HURTADO - Y080077-F, natural da Bolívia, nascido em 25 de novembro de 1968, filho de Ernesto Vargas Aguilera e de Editha Hurtado Peinado, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.108095/2015-24);

FRANCISCA LUDOMILIA PEREZ ORIA - W213385-X, natural do Chile, nascida em 21 de julho de 1948, filha de Francisco Antonio Perez Munoz e de Elsa Aurora Oria Pevez, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.004928/2016-60);

FRANCISCO ELEAZAR PINILLA VILLEGAS - W652582-L, natural do Chile, nascido em 24 de dezembro de 1974, filho de Francisco Eleazar Pinilla Ruiz e de Erne Alicia Villegas Vasquez, residente no Distrito Federal(Processo nº 08280.000135/2016-53);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FREDERIC BARBOTIN - V154501-6, natural da França, nascido em 11 de novembro de 1964, filho de Albert Barbotin e de Louisette Ridean, residente no Estado da Paraíba(Processo nº 08375.000566/2016-61);

GLORIA ALEJANDRA GUARNIZO LUNA - V167533-9, natural da Colômbia, nascido em 08 de fevereiro de 1976, filho de PABLO Guarnizo Cortes e de Gloria Marina Luna Porras, residente no Estado de Santa Catarina(Processo nº 08492.007042/2015-83);

HAMZI MOHAMAD CHAHIN - Y248777-V, natural do Líbano, nascido em 26 de novembro de 1970, filho de Mohamad Chahin e de Fatima Chahin, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.108025/2015-76);

HIKMAT CHAFIC YOUSSEF - V147468-6, natural do Líbano, nascido em 15 de fevereiro de 1956, filho de Chafic Youssef e de Ramzie Nasser, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.066859/2015-05);

HMAYED NASRALLAH HMAYED - Y234390-7, natural do Líbano, nascido em 10 de setembro de 1973, filho de Nasrallah Hmayed e de Zeinab Sayed, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.004921/2016-48);

HO CHIH KUEI - V004171-1, natural da China, nascido em 16 de março de 1968, filho de Ho Li Ching e de Ho Huang Hsui Lan, residente no Estado de Minas Gerais(Processo nº 08354.009466/2015-67);

HOUSSAM ALI AWADA - V170311-J, natural do Líbano, nascido em 21 de agosto de 1978, filho de Ali Awada e de Wafica El Bacha, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.004923/2016-37);

HOUSSEIN YOUSSEF DIAB - Y260917-W, natural do Líbano, nascido em 03 de fevereiro de 1969, filho de Youssef Diab e de Samira Chams, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.028892/2015-01);

HUI YUAN LO FENG - W492887-Q, natural da China, nascida em 27 de novembro de 1961, filha de Lo Chi Kuo e de Lo Ho A Chun, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.108018/2015-74);

HUSSEIN AREF EL KHECHEN - Y248052-1, natural do Líbano, nascido em 07 de outubro de 1969, filho de Aref El Khechen e de Hayat El Khechen, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.136899/2015-13);

IBRAHIM ALI EL KURDI - Y239636-D, natural do Líbano, nascido em 05 de janeiro de 1970, filho de Ali El Kurdi e de Akabr Ayoub, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.066916/2015-48);

IMAD DIB ZAGHLOUL - V258130-P, natural do Líbano, nascido em 29 de dezembro de 1980, filho de Dib Zaghloul e de Fawzie Kharfan, residente no Estado do Pará(Processo nº 08311.000035/2016-12);

JHUDIT VIRGINIA APAZA ANTI - Y267548-2, natural da Bolívia, nascida em 07 de setembro de 1994, filha de Walberto Apaza Quispe e de Antonia Anti Mamani, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.004936/2016-14);

JINMY HENRY RICALDI ROCHA - W159564-N, natural da Bolívia, nascido em 29 de abril de 1962, filho de Reinaldo Ricaldi Morales e de Celida Rocha de Ricaldi, residente no Estado de Sergipe (Processo nº 08520.010950/2015-70);

KAMAL ABBAS HOJEIJ - Y269581-V, natural do Líbano, nascido em 19 de setembro de 1978, filho de Abbas Hojeij e de Sabah Hojeij, residente no Estado do Pará(Processo nº 08364.000929/2015-14);

KATIA VIVIANA AGUILAR VILDOSO - V124271-F, natural do Peru, nascido em 19 de julho de 1985, filho de Carlos Rafael Aguilar Quevendo e de Olga Marcela Vildoso De Aguilar, residente no Estado de Minas Gerais(Processo nº 08354.001761/2015-75);

LEE SHAN CHIH - Y243870-T, natural da China (Taiwan), nascida em 10 de maio de 1967, filha de Lee Ching Yuan e de Tseng Jwu Ying, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.028406/2015-72);

LIANA SAADIA SOUED - W165218-J, natural do Líbano, nascida em 18 de junho de 1955, filha de Emile Saadia e de Linda Saadia, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.066961/2015-01);

LINA ALI ATOUI - V214006-X, natural do Líbano, nascida em 01 de dezembro de 1975, filha de Mohamad Najm e de Hanie Saleh, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.028941/2015-05);

LOUIS LAWRENCE BUCCIARELLI - V164479-4, natural dos Estados Unidos da América, nascido em 19 de junho de 1968, filho de Louis Lawrence Bucciarelli e de Ann Marie Cashen, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08506.017689/2014-36);

MANUEL ENRIQUE MARTINEZ GERBI - V026871-P, natural de El Salvador, nascido em 19 de fevereiro de 1960, filho de Manuel Antonio Martinez Parada e de Alicia Gerbi de Martinez, residente no Estado do Pernambuco(Processo nº 08102.000625/2016-19);

MARIA DEL CARMEN GUTIERREZ BENENATI - W369941-0, natural do Uruguai, nascida em 16 de abril de 1942, filha de Luis Alberto Gutierrez e de Blanca Estela Benenati, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.004913/2016-00);

MARIA PAULINA TAPIA ILLANES - W561308-A, natural do Chile, nascida em 18 de agosto de 1974, filha de Jose Viviano Tapia Tiznado e de Maria Angelica Illanez Munoz, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.108089/2015-77);

MARIA RUAS PENNAFIEL - W447323-3, natural de Portugal, nascida em 13 de julho de 1944, filha de Albino Gaspar Ruas e de Gracinda dos Santos, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08506.007566/2014-97);

MAURICIO LEONARDO AGUILAR MOLINA - V010488-N, natural do Chile, nascido em 02 de maio de 1961, filho de Maximiliano Aguilar Peralta e de Irenia Molina, residente no Estado de Minas Gerais(Processo nº 08352.001326/2015-61);

MAXIMILIANO JAVIER GROS MOYANO - W157582-V, natural do Peru, nascido em 31 de março de 1950, filho de Julio Gros Rangel e de Luzmila Moyano Dargent, residente no Estado da Bahia(Processo nº 08260.005736/2015-18);

MOHAMAD DIB SALEH - W058974-G, natural do Líbano, nascido em 07 de junho de 1954, filho de Dib Saleh e de Sadeka Saleh, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.066971/2015-38);

MOHAMED BARAKAT ABBAS - V444236-I, natural do Líbano, nascido em 04 de janeiro de 1939, filho de Barakat Abbas e de Aiche Abu Mourad, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.108072/2015-10);

MOUNA NAGIB EL GHAZZAOUI - W171451-R, natural do Líbano, nascida em 03 de maio de 1944, filha de Nagib Sleiman e de Turquia Sleiman, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.029876/2015-27);

NAZEM IBRAHIM FAHS - V176900-7, natural do Líbano, nascido em 02 de agosto de 1969, filho de Ibrahim Fahs e de Naieh Hassan Melhem, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.066954/2015-09);

NOEL MOUHAMAD MAJID - W173431-N, natural da Palestina, nascida em 12 de agosto de 1954, filha de Mouhamad Taha Muhamad Abd Rahman e de Aisha Ahmad Yasain, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08436.003139/2015-91);

OLAYINKA BABATUNDE ADEWUYI - V309537-D, natural da Nigéria, nascido em 06 de abril de 1958, filho de Oladele Adewuyi e de Margaret Adewuyi, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.108016/2015-85);

OLGA KONOVALOVA - Y249730-F, natural da Alemanha, nascida em 11 de dezembro de 1983, filha de Vladimir Konovalov e de Elena Konovalova, residente no Estado da Bahia(Processo nº 08260.007787/2015-76);

PAO CHENG LIN - Y279797-2, natural da China, nascido em 08 de maio de 1971, filho de Wen Hsiung Lin e de Chang Min, residente no Estado de Santa Catarina(Processo nº 08444.003391/2015-00);

RIDA RAMEZ FAHS - Y231302-8, natural do Líbano, nascido em 01 de julho de 1974, filho de Ramez Fahs e de Jiham Melhem, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.028973/2015-01);

SAMIR WADIH EL CHAOUICH - Y261487-Q, natural do Líbano, nascido em 13 de outubro de 1938, filho de Wadih El Chaouich e de Chafa Hanna, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08705.001808/2016-54);

SANDRA PAOLA GUARNIZO LUNA - Y249847-V, natural da Colômbia, nascida em 13 de setembro de 1980, filha de Pablo Guarnizo Cortez e de Gloria Marina Luna, residente no Estado de Santa Catarina(Processo nº 08492.007044/2015-72);

SERGIO MANO MONASTERIO - V247507-F, natural da Bolívia, nascido em 03 de julho de 1955, filho de Casiano Mano e de Petrona Monasterio, residente no Estado de Rondônia(Processo nº 08476.003230/2014-50);

TO MEI CHEN - Y253210-S, natural da China, nascido em 27 de março de 1941, filho de Chen Chin e de Lu Fong Chiao, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08386.014372/2015-32);

YOUSSEF ADEL DAGHER - Y238588-3, natural do Líbano, nascido em 03 de março de 1963, filho de Adel Dagher e de Wahiba Dagher, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.053358/2015-51);

ZAKARIA ADAMA - Y244002-0, natural de Gana, nascido em 14 de dezembro de 1964, filho de John Adama e de Sylvia Adama, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.066959/2015-23) e

ZITA ZULMA DOMINGUEZ LANNES - V061100-3, natural do Uruguai, nascida em 27 de abril de 1933, filha de Maria Elena Dominguez, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08441.001168/2016-21).

Nº 128 - TORNAR DEFINITIVA a nacionalidade brasileira concedida, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ARSHPREET SINGH, natural da Índia, nascido em 05 de novembro de 1995, filho de Kuldeep Singh Sabhrwal e de Raman Jeet Kaur, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08000.002410/2016-72);

CESAR CHENG, natural da Argentina, nascido em 13 de outubro de 1995, filho de Chiu Nan Cheng e de Su Ju Chen, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo: 08444.011228/2014-21);

DENISE HUARASTACA TAVEIRA MAGALHÃES, natural da Bolívia, nascida em 10 de agosto de 1994, filha de Guido Adalberto Huarastaca Vargas e de Yori Taveira Magalhães Romero, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.066714/2015-04);

EMILE HAAS, natural da França, nascido em 07 de junho de 1996, filho de François Haas e de Gabriela Idiarte Borda Haas, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo: 08460.015435/2015-38);

FADL ABBAS HALAWI, natural do Líbano, nascido em 29 de março de 1997, filho de Abbas Abdallah Halawi e de Joumana Ibrahim Sbeiti, residente no Estado de Paraná (Processo: 08505.066713/2015-51);

GABRIELA ITURRI ANGULO, natural do Peru, nascida em 16 de outubro de 1995, filha de Jose Antonio Iturri de La Mata e de Antonia de Jesus Angulo Tuesta, residente no Distrito Federal (Processo: 08280.005146/2015-49);

OMAR MOHAMAD ABOU GHOCHE, natural do Líbano, nascido em 28 de janeiro de 1996, filho de Mohamad Abou Ghoche e de Sabah Ahmad Hamdan, residente no Estado do Paraná (Processo: 08389.029729/2015-57);

PABLO ANDRÉS AVILES, natural da Bolívia, nascido em 02 de maio de 1996 , filho de Veroshka Magaly Avilles Villegas, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.035050/2016-12);

REEM SLEIMAN EL KADAMANI, natural do Líbano, nascida em 08 de abril de 1995, filha de Sleiman Hammoud El Cadamani e de Soumaya Assaad Charafeddine, residente no Estado do Paraná (Processo: 08389.024538/2014-18);

SHANINA ABRIL COLMAN SUAREZ, natural da Colômbia, nascida em 05 de outubro de 1994, filha de Marcos Daniel Colman Trinidad e de Paulina Aurelia Suárez Alvárez, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08514.005806/2015-09) e

YETUNDE HASSAN, natural da Nigéria, nascida em 16 de dezembro de 1995, filha de Oseni Hassan e de Shola Hassan, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.066898/2015-02).

Nº 129 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALI RAEF FADEL - Y229247-U, natural do Líbano, nascido em 14 de outubro de 1972, filho de Raef Fadel e de Zeinab Nasser, residente no Estado do São Paulo(Processo nº 08505.036268/2015-03);

CHEN HSUEH CHEN - V202683-7, natural da China, nascida em 14 de agosto de 1953, filha de Chen Fu Lai e de Chen Yang Su, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.000383/2015-31);

EDINSON CARMELITO RODRIGUEZ - W655890-W, natural do Uruguai, nascido em 16 de julho de 1950, filho de Violeta Rodriguez, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08792.001724/2014-17);

EFRAIN MARIACA SALAS - W656323-P, natural da Bolívia, nascido em 02 de julho de 1983, filho de Francisco Mariaca Piza e de Abigail Salas Figueredo, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.028415/2015-63);

GHASSAN RAFIC RABAHI - V176858-H, natural do Líbano, nascido em 23 de julho de 1963, filho de Rafic Rabahi e de Laurice Chebel, residente no Estado de Goiás(Processo nº 08295.027540/2014-98);

GONZALO ENRIQUE ABIO VIRSIDA - V130275-L, natural de Cuba, nascido em 21 de maio de 1963, filho de Gonzalo Abio Fernandez e de Maria De La Concepcion Virsida Fernandez, residente no Estado de Alagoas(Processo nº 08230.006922/2014-32);

JAMIL FRANK EL KHOURY HANNA - V183979-E, natural do Líbano, nascido em 20 de janeiro de 1970, filho de Frank El Khoury Hanna e de Eveline El Khoury Hanna, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08506.015599/2013-20);

JORGE LUIS ALARCON TELLO - W214679-B, natural do Peru, nascido em 26 de abril de 1964, filho de Walter Alarcon Campos e de Yolanda Natividad Tello de Alarcon, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.047171/2015-18);

JOSE CARLOS CASTILLO GOMEZ - V193482-2, natural do Peru, nascido em 06 de dezembro de 1972, filho de Jose Humberto Castillo Acuna e de Marlene Geogar Gomez Lora, residente no Estado de Goiás(Processo nº 08295.013904/2014-52);

JULIA YENNY GUILLEN RIBERA - W079256-T, natural da Bolívia, nascida em 07 de abril de 1961, filha de Juan GUillen Alvarez e de Amanda Ribera Soliz, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.032176/2015-46);

LAZARO MARTINEZ LEE - V249420-H, natural da Cuba, nascido em 22 de agosto de 1963, filho de Ernesto Martinez Padron e de Olga Lee Acosta, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08506.020954/2013-82);

LI YI FANG - V128143-4, natural da China, nascido em 26 de setembro de 1952, filho de Lee Jui Isun e de Lee Lin Chu, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.023187/2015-35);

LOURICE ARBEX - W001108-F, natural da Síria, nascida em 15 de novembro de 1951, filha de Youssef Arbach e de Habisseh Arbach, residente no Estado de Minas Gerais(Processo nº 08352.001887/2015-60);

LUNG TIEN THE - W065635-A, natural de Taiwan, nascido em 24 de junho de 1979, filho de Lung Chun Houng e de Lung Teng Tsai Luan, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.023186/2015-91);

MARINA SOLEDAD STURLA DE PAULA E SILVA - W208038-Z, natural da Argentina, nascida em 01 de novembro de 1976, filha de Pietro Sturla e de Alicia Baez Sturla, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08506.021897/2014-30);

MENGA MAYIMONA VICTOR - V075564-9, natural da Angola, nascida em 20 de dezembro de 1960, filha de Luvana Ndombele e de Nzumba Maria, residente no Estado de Goiás(Processo nº 08295.012655/2014-88);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

OLIVER ROGER SYLVAIN GIRARD - W265112-S, natural da França, nascido em 24 de abril de 1969, filho de Jean Claude Louis Fernand Girard e de Jeannine Marguerite M T Delabaere Girard, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.053241/2015-77);

PAYVAND EGHBALI - V005408-S, natural do Iran, nascido em 25 de dezembro de 1965, filho de Ismael Eghbali e de Parvin Farrahi, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08506.016957/2013-11);

SAFIE AHMAD HIJAZI - V203538-B, natural do Líbano, nascida em 20 de novembro de 1966, filha de Ahmad Hijazi e de Mariam Hijazi, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.015792/2015-14) e

SEUNG HEE KANG - W083183-H, natural do Coréia do Sul, nascida em 24 de fevereiro de 1967, filha de Hyon Doo Kang e de Cho Keum Kim, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08506.000018/2014-36).

RICARDO ANDRADE SAADI

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o presente processo de permanência definitiva vez que restou provado que o(a) requerente mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, salientando que o ato persistirá enquanto for detentor(a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08457.009816/2014-56 - RENATA FILIPA DAS PAZES JOADAS LOURENÇO

DEFIRO os pedidos de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/1997 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.017007/2016-67 - DANIEL MBOKOLO NGOYI

Processo Nº 08505.066612/2013-19 - GUYLAIN NSIMBA LUNSADISA

Processo Nº 08505.088131/2012-83 - RAMI NAJEM ADBULLA

Processo Nº 08280.016685/2013-41 - SALAH JAHI NOUR ADAM

DEFIRO os pedidos de permanência definitiva nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.005356/2016-36 - GUOZHEN HUANG

Processo Nº 08492.006964/2013-10 - XAVIER CALVILLO PERICHON

Processo Nº 08260.002268/2014-31 - DANIEL GIRON ANDREU e XAVIER GIRON ANDREU

Processo Nº 08506.011750/2014-31 - MARIA PRECIOSA DE OLIVEIRA e RICARDO EMANUEL DE OLIVEIRA BORGES

Processo Nº 08107.000021/2012-91 - RIMAH SAMEH IBRAHIM SHILLO

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial da União de 29/05/2007, Seção 1, pág. 24, e defiro o pedido de permanência definitiva com base em reunião familiar nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08389.001844/2001-61 - LEILA MOHEMAD KADRI

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 16/12/2015, Seção I, pág. 36, para conceder a permanência nos termos do art. 2º , inciso I, da Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.087923/2012-31 - INES SILVA MELO XAVIER

Diante dos novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 26/10/2011, página 122, para conceder a permanência definitiva com base em prole brasileira, nos termos da Resolução normativa nº 108/2014.

Processo Nº 08711.001725/2008-76 - DANIELE MASSIMO DANELLI

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato INDEFERITORIO publicado no DOU de27/04/2016, página 30, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b" da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08514.003915/2016-64 - HENGFENG MEI

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato publicado no DOU de 09/03/2016, página 94, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b" da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08230.008685/2015-25 - PETER WILLIAMS

DEFIRO o pedido de Reunião Familiar, com base no art. 2º, inciso I, da Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, para JOHN FABIO JOSE ACOSTA TORRES e MARIA VALENTINA ACOSTA TORRES, com estada legal no País vinculada ao mesmo prazo do chamante, até 12/09/2016, e INDEFIRO para GLADYS EGLEC TORRES ACOSTA, tendo em vista que não restou comprovada a estada legal da interessada quando da autuação do pedido, conforme o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08102.006038/2015-44 - GLADYS EGLEC TORRES ACOSTA, JOHN FABIO JOSE ACOSTA TORRES e MARIA VALENTINA ACOSTA TORRES

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do visto nº 768893MI, concedido em 11/06/2014.

Processo Nº 08018.013366/2013-94 - LANFANG ZHANG

Defiro o presente pedido de permanência definitiva com base em reunião familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, vinculada ao mesmo prazo do chamante, até 10/02/2017, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.064265/2015-51 - ANA QUINTELA EMAUZ ESTEVES

À vista dos elementos constantes dos autos, ANULO o ato publicado no Diário Oficial da União de 23/10/2015, Seção I, pág. 34, para deferir o pedido de transformação de visto temporário em permanente, nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009.

Processo Nº 08505.080503/2014-95 - FERNANDO ROBERTO BENITO; PILAR MANAU; TRINIDAD MARIA BENITO; SEGUNDO FERNANDO BENITO; ANASTASIA MARIA BENITO; ELOISA MARIA BENITO.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/08/2015, Seção 1, pág. 46, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.068466/2010-13 - MAXWELL ONYEKA OZOANI

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas pela Divisão de Permanência de Estrangeiros.

Processo Nº 08505.002266/87 - QUINTIN CABRERA FRETES

Processo Nº 08506.007309/2012-93 - SANTIAGO PATRICIO TORRES CONTRERAS

Determino o arquivamento do feito em razão da perda do objeto, nos termos do art. 52, da Lei nº 9.784/99, considerando o falecimento da prole brasileira.

Processo Nº 08255001542/88 - RETO HEFTI

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que os requerentes já obtiveram a permanência definitiva no País por meio dos processos nº 08505.023226/2015-02 e 08505.023223/2015-61.

Processo Nº 08505.051290/2013-11 - SHUAI ZHANG e LANLAN LI

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08420.011689/2014-72.

Processo Nº 08420.019666/2012-44 - ANA CRISTINA FERNANDES FARIA

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08280.025226/2013-59.

Processo Nº 08280.025226/2013-59 - YAJING SUN e BOWEN ZHENG

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato publicado no Diário Oficial da União de 25/02/2016, página 44, para indeferir o presente processo de permanência definitiva com base em reunião familiar, tendo em vista que restou comprovado que o requerente não preenche os requisitos previstos no art. 2º, I, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.124326/2015-47 - HUI HUANG

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em reunião familiar, tendo em vista que o requerente não preenche os requisitos previstos da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08795.001487/2015-45 - JESUS MANUEL MARTINEZ PEREZ e YUDIT HIDALGO BARLEY

INDEFIRO o presente pedido de Reunião Familiar, amparado pela Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, considerando a perda do objeto, tendo em vista ter expirado o prazo de estada do chamante.

Processo Nº 08794007172201431 - FERNANDA MARIA REGO BARRETO DO AMARAL DURAO LOPES

INDEFIRO os pedidos de permanência definitiva com base em reunião familiar, tendo em vista que os requerentes não preenchem os requisitos previstos no art. 3º, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08500.018362/2014-31 - LUO XIANGEN, LUO RUICONG e ZHENG SUQING.

Processo Nº 08230.003044/2013-12 - SANDRA FERREIRA BALBI

INDEFIRO o presente pedido de Permanência por Reunião Familiar RN 108/2014 tendo em vista a total falta de interesse dada pelos requerentes.

Processo Nº 08460.017619/2012-90 - MARA ISA BOTELHO CARDOSO VAZ e RICARDO JORGE MONTEIRO SILVA

INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos previstos no art. 1º, I, da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.124503/2015-95 - MARCEL KABEYA KADIEBUE

INDEFIRO os pedidos de permanência abaixo relacionados; tendo em vista o não cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão.

Processo nº 08388.011037/2013-09 - MAJUDA BAGHAM ISLAM, MAZARUL MERAJ ISLAM.

Processo nº 08495.002568/2012-02 - STEVE GORDON ARMSTRONG FARRELL

Processo nº 08270.024235/2013-41 - SAMUEL CAMARA

Processo Nº 08460.020753/2009-72 - WILSON OSCAR MORALES CHIZA, ANA LUCIA MALES CAMUENDO, NAHYTAN YAHIR MORALES MALES.

Processo Nº 08335.025665/2012-06 - FREDDY MANOEL AYACHE

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em reunião familiar, tendo em vista que o requerente não preenche os requisitos previstos no art. 6º, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08354.005121/2015-34 - SAFA ALHADI ABDALSALAM ELKIYAL

INDEFIRO os pedidos de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08458.004518/2014-60 - TIBRIZI ANTOINE MARIE AMARI

Processo Nº 08711.003357/2013-68 - GIOVANNI ROVERATO

Processo Nº 08102.011546/2013-82 -JOAO BAPTISTA BARROSO

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO os pedidos tendo em vista que os requerentes não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08495.002249/2012-99 - PER OLOF ANDERS OSKAR PONTHÉ, IRYNA PONTHÉ e GRETA MARIA LILIAN PONTHÉ.

Processo Nº - 08390.000433/2014-34 - ALAIN JONIS

Processo Nº 08505.051446/2015-18 - CHIMEZE AMAJOYI

Processo Nº 084370.06459/2013-21 - HUDA AHMED HAMMAM MOHAMMAD ABUSADA

Processo Nº 08505.013447/98-57 - JUAN CARLOS GUTIERREZ ROJAS

Processo Nº 08260.001998/2008-76 - MONTSERRAT ORRIOLS PUIG

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 28/01/2013, Seção 1, página 33.

Processo Nº - 08505.045157/2012-37 - MANUEL GOMA PUNA

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista a falta de interesse do requerente.

Processo Nº 08457.014854/2011-88 - VLADIMIR LUNA TEDESQUI

INDEFIRO o pedido de permanência definitiva com base em prole brasileira, tendo em vista o requerente ter sido expulso do território nacional por meio da Portaria Ministerial nº 527, de 29 de março de 2010.

Processo Nº 08460.016453/2009-99 - JORGE FERNANDO MARTINS E SILVA

INDEFIRO o presente pedido de permanência definitiva com base em prole brasileira tendo em vista o requerente ter sido expulso do Território Nacional por meio da Portaria Ministerial nº 559, de 22 de abril de 2005.

Processo Nº 08270.023533/2015-86 - MARIO MANTI APENSA

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em prole brasileira, tendo em vista que o requerente não preenche os requisitos previstos no art. 5º, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.093049/2012-71 - CHRISTIAN NONSO OFORYAMA

INDEFIRO o pedido de republicação, tendo em vista a inobservância do disposto no art. 2º, da Portaria SNJ nº 3, de 5 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08240.000990/91-85 - JOSE MANUEL SILVA ARMAS

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial da União de 05/04/2016, Seção 1, pág. 32, e INDEFIRO os pedidos de permanência definitiva no País nº 08354.000997/2012-41 e nº 08354005144201549, tendo em vista que a filha brasileira dos requerentes encontra-se fora do país.

Processo Nº 08354.000997/2012-41 - YOUPING WU e YAMIN LI

INDEFIRO o pedido de permanência definitiva com base em prole brasileira tendo em vista o requerente ter sido expulso do território nacional por meio do Decreto Presidencial datado de 13 de agosto de 1992, publicado no Diário Oficial da União de 14/08/1992, Seção 1, pág. 11035.

Processo Nº 08505.067913/2015-21 - BENJUDE NDUBUEZE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País.

Processo Nº 08000.007648/2016-94 - STUART IAN HAMPTON, até 11/06/2018.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.006053/2016-11 - EGIL OKSNES, até 18/03/2017

Processo Nº 08000.006742/2016-26 - GLEN PATRICK YOUNG, até 29/11/2017

Processo Nº 08000.007340/2016-49 - MARCIN GRZEGORZ KEDZIORA, até 24/09/2018

Processo Nº 08000.005741/2016-64 - DMITRIJS TARATENKO, até 07/03/2018

Processo Nº 08000.005699/2016-81 - GRIGORIJS PIRGACS, até 07/03/2018.

Processo Nº 08000.005698/2016-37 - DENISS PINZENIS, até 07/03/2018

Processo Nº 08000.005609/2016-52 - DAMIEN JAMES FARDEY, até 31/03/2018

Processo Nº 08000.005537/2016-43 - JOAO PAULO MOREIRA DE MAGALHAES, até 08/07/2017

Processo Nº 08000.005697/2016-92 - ARTEM USOV, até 07/03/2018

Processo Nº 08000.001585/2016-62 - YI HOU, até 01/02/2017

Processo Nº 08000.002784/2016-98 - DAMIR STOJKOVIC, até 12/02/2017

Processo Nº 08000.002828/2016-80 - DARKO JOVASEVIC, até 24/03/2017

Processo Nº 08000.023610/2014-05 - RONALDO RODRIGUEZ BARBIETO, até 30/09/2016

Processo Nº 08000.024703/2015-20 - NENAD PALAVERSA, até 25/02/2018

Processo Nº 08000.024709/2015-05 - DANIEL SEBASTIAN DEBSKI, até 03/01/2018

Processo Nº 08000.024710/2015-21 - WOLFGANG JOANNES VAN DEN BROEK, até 25/02/2018

Processo Nº 08000.025171/2015-48 - IRENEUSZ MACIEJ CERANKA, até 11/04/2018

Processo Nº 08000.025625/2015-81 - SERGE ARMAND GERARD ALLEGAERT, até 31/12/2017

Processo Nº 08000.025628/2015-14 - BYRON KEITH BRUMFIELD, até 09/02/2018

Processo Nº 08000.025630/2015-93 - MICHAEL WAYNE O NEAL, até 30/12/2017

Processo Nº 08000.030383/2014-66 - ADAM SKWIERAWSKI, até 24/03/2017

Processo Nº 08000.039102/2015-11 - FLORIAN GEORGESCU, até 25/01/2017

Processo Nº 08000.039743/2015-76 - ROBERT RAFAL PIELECKI, até 26/02/2018

Processo Nº 08000.041072/2014-22 - MICHAEL MADSEN, até 26/02/2017

Processo Nº 08000.041802/2014-95 - CRAIG STEPHEN ROBERTS, até 22/02/2017

Processo Nº 08000.042029/2014-84 - REYNALDO CATILTIL SEIDEL, até 12/06/2017.

Processo Nº 08000.042367/2014-16 - MALVIN ASTOR MYREN, até 01/04/2017.

Processo Nº 08000.039235/2015-98 - MARK LOUISE LUNASCO FIGUEROA, até 20/04/2018.

Processo Nº 08000.038778/2014-15 - PHILIP IAN WATSON, até 11/12/2016

Processo Nº 08000.036912/2014-35 - DAMON RAY WESTBROOK, até 26/03/2017

Processo Nº 08000.028456/2015-31 - JOSE MANUEL TEIXEIRA DE CARVALHO, até 23/01/2017.

Processo Nº 08000.028393/2015-12 - ERIC LAURENT BERTIN, até 01/09/2016

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO o pedido de reconsideração, e com efeito, prorrogo o prazo de Estada do estrangeiro no País

Processo Nº 08000.006018/2016-01 - BRIAN MARA, até 26/04/2018.

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada.

Processo Nº 08000.003953/2015-26 - RUSLAN SUPRUN

Processo Nº 08000.004756/2015-24 - GREGORIO LUIS CISNEROS BARBA

Processo Nº 08000.005074/2014-58 - FERNANDO HEREDIA RUIZ

Processo Nº 08000.020244/2015-13 - Anton Bozhenov

Processo Nº 08000.025110/2014-08 - NIVES SIRIWONG

Processo Nº 08000.025689/2013-10 - JESSIE MOISES LUSANTA CARVANA

Processo Nº 08000.021741/2015-21 - SONNY BANEZ DOTIMAS

Processo Nº 08461.010657/2014-73 - RAUL JAVIER RINCON CORTES

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País.

Processo Nº 08000.011748/2015-34 - DANIEL ROBIN CHANNON, LAURA ANNE CHANNON e LEWIS BENJAMIN CHANNON

Processo Nº 08000.022146/2014-21 - DANTE PAJELA RAMOPS

Processo Nº 08000.022401/2014-36 - MIGUEL JIMMY HIDALGO RIVERA

Processo Nº 08000.022848/2015-96 - IOAN CACSO

Processo Nº 08000.024069/2014-44 - ROEL VERTUDAZO BALCUEVA

Processo Nº 08000.027267/2014-60 - ALBERT JACOB SCHAAP

Processo Nº 08000.027916/2014-22 - MARLDENN ESPOSO LLAMASARES

Processo Nº 08000.027924/2014-79 - CESAR JR DEDAL HERMO

Processo Nº 08000.036556/2014-50 - JONATHON ANDREW PIERCE

Determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Por oportuno, REVOGO o Despacho nº 19300/2015/SPR/DIPE/DEEST/SNJ (1613212).

Processo Nº 08000.040036/2014-41 - ALFONSO GARCIA MIER

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Previdência Social, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.025178/2014-89 - RICHARD VILLARAMA MEDINA

Processo Nº 08000.039241/2015-45 - EVGENII PONOMAREV

MULLER LUIZ BORGES
Chefe de Divisão

DEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.013455/2015-91 - KOBY KEATON SULLIVAN, até 11/06/2016

Processo Nº 08000.020380/2016-86 - MYRIAM JUAREZ GARCIA, até 08/04/2017

Processo Nº 08000.020988/2015-20 - GRAYSEN SEAB THOMAS, até: 20/08/2016.

Processo Nº 08000.022537/2015-27 - JACOB ADAM LOWDER, até 02/09/2016

Processo Nº 08000.022539/2015-16 - Jordan David Bush, até 03/09/2016

Processo Nº 08000.022544/2015-29 - DEREK JAYDYN ARNSON, até 03/09/2016

Processo Nº 08000.022553/2015-10 - MATTHEW TAYLOR COLLINS, até 03/09/2016

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 16/05/2016, Seção 1, pág. 32.

Onde se lê - Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País.

Procsso Nº 08000.005410/2016-24 - Angel Luis Rosero Machado, até 28/02/2017.

Leia-se - Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País.

Procsso Nº 08000.005410/2016-24 - Angel Luis Rosero Machado, até 28/02/2018.

No Diário Oficial da União de 05/03/2013, Seção 1, pág. 38.

Onde se lê - Revogo o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 26/05/2012, Seção 1, pág. 28, para conceder a permanência, com base no art. 75, II,b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08505.074436/2011-27 - MALACHI UDOR

Leia-se - Revogo o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 16/05/2012, Seção 1, pág. 28, para conceder a permanência, com base no art. 75, II,b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08505.074436/2011-27 - MALACHI UDOR

No Diário Oficial da União de 28/03/2016, Seção 1, pág. 42.

Onde se lê: DEFIRO o presente processo de permanência definitiva vez que restou provado que os requerentes mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, salientando que o ato persistirá enquanto forem detentores da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.066550/2014-26 - AUGUSTINE UZOCHUKWU NNOYE e OLGA BLAG

Leia-se: DEFIRO o presente processo de permanência definitiva vez que restou provado que os requerentes mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, salientando que o ato persistirá enquanto forem detentores da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.066550/2014-26 - AUGUSTINE UZOCHUKWU NWOYE e OLGA BLAG

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 65, DE 25 DE MAIO DE 2016

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Programa: BAND FOLIA 2016 (Brasil - 2016)
Produtor(es): Rádio e Televisão Bandeirantes SA
Diretor(es): Roberto Y Pla Trevas Filho
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES SA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Variedades
Tipo de Material: Arquivo Digital
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.001018/2016-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: WOLF HALL - A MINISSÉRIE COMPLETA (WOLF HALL, Reino Unido - 2015)
Episódio(s): 01 A 07
Produtor(es): Colin Callender/John Yorke
Diretor(es): Peter Kosminsky
Distribuidor(es): LK-TEL Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ficção
Tipo de Material: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.014843/2016-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: DOCTOR WHO - A COLEÇÃO DOS MONSTROS - CYBERMEN (DOCTOR WHO - THE MONSTERS COLLECTION - THE CYBERMEN, Reino Unido - 1967)
Episódio(s): 01 A 06
Produtor(es): Peter Bennett
Diretor(es): Graeme Harper
Distribuidor(es): LK-TEL Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Documentário/Ficção
Tipo de Material: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.014845/2016-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MOST LIKE TO DIE (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Sharon Bordas/Fernando Szew
Diretor(es): Anthony Diblasi
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Conteúdo Sexual , Violência Extrema e Drogas Lícitas
Processo: 08000.015239/2016-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O RELÓGIO DO MEU AVÔ (Brasil - 2013)
Produtor(es): Mico Loco Produção de Áudio Visual Ltda.
Diretor(es): Alex Levy Heller
Distribuidor(es): BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.015651/2016-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PORTA DOS FUNDOS - TRAILER 2 (PORTA DOS FUNDOS, Brasil - 2016)
Produtor(es): Tereza Gonzalez
Diretor(es): Ian SBF
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.017790/2016-40
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: OS OUTROS (Brasil - 2016)
Produtor(es): Sandra Werneck T de Souza Produções Cinematográficas Eireli ME
Diretor(es): Sandra Werneck

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Distribuidor(es): SANDRA WERNECK T DE SOUZA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI ME
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.019749/2016-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: METRÔ (Brasil - 2012)
Produtor(es): JLM Produções Artísticas
Diretor(es): Guilherme B. Hoffmann
Distribuidor(es): TUCUMAN DISTRIBUIDORA DE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000378/2016-10
Requerente: JLM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS

Filme: KISS ROCK VEGAS (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Eagle Rock Entertainment
Diretor(es): Devin Dehaven
Distribuidor(es): MUSIC SCREEN LTD.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Musical
Tipo de Material: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000400/2016-13
Requerente: SYNAPSE PRODUÇÕES LTDA.

Filme: DOONBY (Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Luz Produções Cinematográficas Ltda.
Diretor(es): Peter Mackenzie
Distribuidor(es): GALERIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000429/2016-03
Requerente: LUZ PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.

Filme: SÃO PAULO EM HI-FI (Brasil - 2016)
Produtor(es): Cigano Filmes Ltda-ME
Diretor(es): Lufe Steffen
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Nudez , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000433/2016-63
Requerente: CIGANO FILMES LTDA-ME

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 132/2016/COCIND/DPJUS/SNJ, de 24 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 100 , de 27 de maio de 2016, Seção I, página 35, na linha em que se lê: "Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP", leia-se: "GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A" e, na linha em que se lê: "Emissora: Globo Comunicação e Participações S/A", leia-se: "Rede Globo".

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.101, DE 24 DE MAIO DE 2016

Cessa os efeitos da Portaria nº 213/GM/MS, de 17 de fevereiro de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº 213/GM/MS, de 17 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 32, de 18 de fevereiro de 2016, Seção 1, página 24.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO RDC N° 80, DE 30 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre oficialização de novos lotes de substâncias químicas de referência da Farmacopeia Brasileira.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 24 de maio de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Aprovar e oficializar os lotes de Substâncias Químicas de Referência (SQR), relacionados no Anexo, conforme disposto no inciso XIX, art. 7º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e no Regimento Interno da Comissão da Farmacopeia Brasileira, aprovado nos termos do Anexo da Portaria nº 452 da ANVISA, de 25 de fevereiro de 2013 e parecer favorável do Comitê Técnico Temático de Substâncias Químicas de Referências da Comissão da Farmacopeia Brasileira.

Art. 2º Tornar obrigatória a utilização das substâncias, de que trata o artigo anterior, nos testes e ensaios de controle de qualidade de insumos e especialidades farmacêuticas, em conformidade com a Farmacopeia Brasileira.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO - SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS DE REFERÊNCIA DA FARMACOPEIA BRASILEIRA

SQR	Lote(nº)	Origem
alopurinol	1086	Farmacopeia Brasileira
midazolam	1087	Farmacopeia Brasileira
tenoxicam	1088	Farmacopeia Brasileira
cinarizina	1089	Farmacopeia Brasileira
dipirona	1090	Farmacopeia Brasileira
cloridrato de ranitidina	2020	Farmacopeia Brasileira
azatioprina	2060	Farmacopeia Brasileira

ARESTO N° 536, DE 30 DE MAIO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 10/2016 realizada em 26/04/2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

1.
Empresa: Fundação para o Remédio Popular - FURP
Medicamento: FURP - Hioscina (butilbrometo de escopolamina)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25001.005710/86
Expediente nº: 0702883/13-1
Assunto: Indeferimento de petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso, retornando a área técnica para análise, nos termos do Voto do Diretor 021/2016-DSNVS do Relator.
2.
Empresa: Fundação para o Remédio Popular - FURP
Medicamento: FURP - Azatioprina
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25000.012744/88
Expediente nº: 0493906/13-9
Assunto: Indeferimento de petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso e retornar para análise, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 189/2015 - Corec.
3.Empresa: Bionatus Laboratório Botânico Ltda.
Medicamento: Fucus Vesiculosus Bionatus
Formas Farmacêuticas: Cápsula gelatinosa dura e comprimido revestido
Processo nº: 25000.019963/94-25
Expediente nº: 412211/11-9
Assunto: Indeferimento da petição de Renovação de Registro do Medicamento Fitoterápico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 136/2015 - Corec.
4.
Empresa: EMS S/A
Medicamento: Allexofedrin D (cloridrato de fexofenadina + cloridrato de pseudoefedrina)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.001397/2002-15
Expediente nº: 0592317/13-4
Assunto: Indeferimento de petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso e retornar para análise, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 195/2015 - Corec.
5.
Empresa: EMS S/A
Medicamento: Allexofedrin D (cloridrato de fexofenadina + cloridrato de pseudoefedrina)
Forma farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.001397/2002-15
Expediente nº: 0238147/14-8
Assunto: Encerramento da Inclusão de Local de Fabricação de Medicamento de Liberação Modificada com Prazo de Análise do Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso e retornar para análise, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 196/2015 - Corec.
6.
Empresa: EMS S/A.
Medicamento: Allexofedrin (cloridrato de fexofenadina)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.001396/2002-52
Expediente nº: 0838743/13-5
Assunto: Indeferimento de petição de Renovação de Registro do Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso e retornar para análise, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 184/2015 - Corec.
7.
Empresa: EMS S/A
Medicamento: Allexofedrin (cloridrato de fexofenadina)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.001396/2002-52
Expediente nº: 0237925/14-2
Assunto: Indeferimento da petição de Renovação de Registro do Medicamento Fitoterápico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso e retornar para análise, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 186/2015 - Corec.
8.
Empresa: Blau Farmacêutica S/A.
Medicamento: Metrexato (metotrexato de sódio)
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25000.001792/99-29
Expediente nº: 0083637/14-1
Assunto: Indeferimento de petição de Renovação de Registro do Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso, retornando a área técnica para que analise o pedido de renovação de registro expediente 0628261/14-0, de 01/08/2014, nos termos do Voto do Diretor 024/2016-DSNVS do Relator.

ARESTO Nº 537, DE 30 DE MAIO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 013/2016. realizada em 24/05/2016 com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre o recurso a seguir especificado, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

Recorrente: KAMPO DE ERVAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 08.898.383/0001-79

Processo nº: 25351.747058/2013-48

Expediente nº: 0654439/15-8

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso e retornar à Área Técnica para análise, acompanhando a posição da relatoria que acata os termos do parecer 025/2016 - Corca/Suali.

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 30 de junho de 2016

N° 51 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar Proposta de Iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 24 de maio de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Processo nº: 25351.837260/2016-43
Agenda Regulatória 2015-2016: Tema: Não é tema da Agenda
Assunto: Proposta de Instrução Normativa que dispõe sobre os procedimentos de inspeção em Boas Práticas Clínicas para ensaios clínicos envolvendo Dispositivos Médicos em investigação.
Regime de Tramitação: Comum
Diretor Relator: Jarbas Barbosa da Silva Jr.
Área responsável: CPPRO/GGTPS

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 257, DE 30 DE MAIO DE 2016

Revoga a Portaria nº 242/SGTES/MS, de 23 de maio de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando a Portaria nº 255, de 27 de maio de 2016, que divulga a relação dos municípios com vagas remanescentes para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, para fins dos itens 4.1.5, 7,2, 7.5.1, 8.2.1 do Edital SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 242/SGTES/MS, de 23 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 98, de 24 de maio de 2016, Seção 1, p. 49.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO FERREIRA LIMA FILHO

PORTARIA Nº 258, DE 30 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina da médica intercambista desligada do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
MARIA DE LOS ANGELES HORNEDO RAMIREZ	V960520Y	3500176	25000.192813/2013 - 71

PORTARIA Nº 259, DE 30 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina da médica intercambista desligada do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO

NOME	RNE/RG	RMS	PROCESSO/SIPAR
ERDIE CRISTINA SANTANA FONSECA	V958277K	2600059	25000.193960/2013 - 68

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 206, DE 24 DE MAIO DE 2016

Disciplina o processo de monitoramento do Plano Plurianual - PPA 2016-2019, define as unidades responsáveis pela produção das informações sobre os Objetivos e respectivos atributos constantes do PPA 2016-2019, e indica os servidores responsáveis pelo preenchimento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.249 de 13 de janeiro de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Disciplinar o processo de monitoramento do PPA 2016-2019, definir as unidades responsáveis pela produção das informações sobre os Objetivos e respectivos atributos constantes do PPA 2016-2019, e indicar os servidores responsáveis pelo preenchimento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

Art. 2º O Monitoramento do PPA 2016-2019 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública federal; possibilitando, ainda, a produção, a organização e a interpretação de informações, ampliando os conhecimentos sobre a implementação das políticas públicas.

Art. 3º O monitoramento incidirá sobre os Indicadores, Objetivos, Metas e Iniciativas dos Programas Temáticos.

Art. 4º Compete à Coordenação Geral de Planejamento - CGPLAN:

I - organizar, disciplinar e difundir a sistemática do Monitoramento PPA 2016-2019 do órgão;

II - coordenar o preenchimento e o envio dos dados no módulo do Monitoramento PPA 2016-2019 do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP;

Art. 5º Compete às unidades responsáveis pela produção das informações sobre os Objetivos e respectivos atributos constantes do PPA 2016-2019:

I - informar os gestores responsáveis pela prestação das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP;

II - prestar informações sobre os Objetivos, Metas e Iniciativas; inclusive nos casos em que tais atributos sejam executados por mais de um órgão ou entidade do Poder Executivo;

III - as Unidades Administrativas deverão informar à Coordenação Geral de Planejamento - CGPLAN a alteração, inclusão ou exclusão de perfis dos usuários no SIOP sempre que se fizer necessário.

Parágrafo único. As unidades responsáveis pela produção das informações e os responsáveis pelo preenchimento no sistema SIOP estão indicadas no Anexo Único desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFONSO ORLANDI NETO

ANEXO ÚNICO - UNIDADES ADMINISTRATIVAS RESPONSÁVEIS PELOS OBJETIVOS DO PPA 2016-2019 E SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO DO MONITORAMENTO NO SIOP

PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES			
OBJETIVO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0169	Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA	Tatiana Santana Timóteo Pereira
			Thiago Coelho Verçosa de Medeiros Raposo
PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO			
OBJETIVO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0574	Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária.	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB	Lucia Gonçalves Pedrozo
			Thauane Lima de Menezes
0584	Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana promovendo o fortalecimento institucional do setor e o planejamento integrado ao desenvolvimento urbano e territorial.	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB	Lucia Gonçalves Pedrozo
			Thauane Lima de Menezes
0591	Promover a Segurança e a Educação para o trânsito, por meio da implementação da Política Nacional de Trânsito - PNT.	Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos
			Julhiermes Fernandes do Nascimento
PROGRAMA 2049 - MORADIA DIGNA			
OBJETIVO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

0382	Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
0383	Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
0384	Incentivar a construção, aquisição, ampliação e melhorias habitacionais, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário, estimulando a oferta de crédito pelos agentes financeiros.	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
0385	Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas.	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
0755	Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
PROGRAMA 2054 - PLANEJAMENTO URBANO			
OBJETIVO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0321	Fomentar transformações urbanísticas estruturais e urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade	Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programa Urbano - SNAPU	Viviane Silveira Amaral José Cristiano Rilling da Nova Cruz
0322	Fomentar a implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável como forma de promover a reforma urbana, a acessibilidade e a redução das desigualdades sociais.	Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programa Urbano - SNAPU	Viviane Silveira Amaral José Cristiano Rilling da Nova Cruz
0324	Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e redução da pobreza urbana.	Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programa Urbano - SNAPU	Viviane Silveira Amaral José Cristiano Rilling da Nova Cruz
PROGRAMA 2068 - SANEAMENTO BÁSICO			
OBJETIVO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0353	Implementar medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e manejo de águas pluviais, e a limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos.	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA	Tatiana Santana Timóteo Pereira Thiago Coelho Verçosa de Medeiros Raposo
0610	Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA	Tatiana Santana Timóteo Pereira Thiago Coelho Verçosa de Medeiros Raposo

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 30 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Renovar a concessão de passaportes diplomáticos, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto 5.978, de 4 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão	Validade do Passaporte
Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite	Ofício nº 268/GP, do STJ, de 05 de maio de 2016.	Superior Tribunal de Justiça	02 anos
Maria Mônica Valério da Costa Leite	Ofício nº 268/GP, do STJ, de 05 de maio de 2016.	Superior Tribunal de Justiça	02 anos

JOSÉ SERRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 25 de maio de 2016

N° 1.383 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005735/2012-67, decide declarar extinto o Processo, sem decisão de mérito, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista a decisão haver ser tornado impossível, inútil ou prejudicada por fato superveniente.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho n° 297, de 2 de fevereiro de 2016, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, constante do Processo nº 48500.006501/2010-75, cujo resumo foi publicado no DOU, de 4 de fevereiro de 2016, Seção 1, p. 57, v. 153, n. 24, substituir os valores a seguir, entre os anos de 1997 e 2011, na Tabela que contém a série de vazões médias mensais da UHE Colíder, de modo a compatibilizá-los com a Resolução ANA nº 359, de 13 de agosto de 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de maio de 2016

Nº 1.389 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 13.173, de 21 de outubro de 2015, o que consta na Resolução Normativa ANEEL nº 681, de 21 de setembro de 2015 e no Processo nº 48500.003215/2015-62, resolve: I - aprovar a liberação de recursos no montante de R$ 750.947,65 (setecentos e cinquenta mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para a Light Serviços de Eletricidade S.A. conforme fluxo financeiro do orçamento aprovado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2015, de 19 de janeiro de 2016 correspondentes a parcela do mês de março de 2016 (6ª parcela) para as obras de fornecimento de energia temporária para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 referentes ao International Broadcast Centre - IBC; II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.391. Processo nº: 48500.002789/2016-02. Interessado: Ampla Energia e Serviços S.A. Decisão: anuir ao pedido da interessada para contraprestação, no valor de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) sobre o valor da dívida garantida, pela prestação da Garantia Corporativa oferecida por Enel Brasil S.A. e Enersis Américas S.A. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 30 de maio de 2016

Nº 1.392. Processos nºs 48500.006773/2013-18 e 48500.002341/2016-81. Interessada: Amazonas Distribuidora de Energia S.A. Decisão: anuir à cessão fiduciária de recebíveis e penhor dos direitos creditórios referentes à indenização relativa à Base de Remuneração Regulatória da Interessada, solicitadas pelos documentos 48513.020725/2014-00, 48513.027128/2014-00, 48513.028729/2014-00, 48513.017972/2015-00, 48513.006409/2016-00 e 48513.011955/2016-00. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 maio de 2016

Nº 1.396. Processo: 48500.005567/2015-52. Interessados: agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual no mês de maio de 2016. Decisão: fixar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE aos interessados. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de maio de 2016

Nº 1.393 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Portaria ANEEL nº 851, de 30 de janeiro de 2008, com fundamento na Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nas Resoluções Normativas nº 414, de 09 de setembro de 2010 e nº 472, de 24 de janeiro de 2012, no que consta no processo 48500.000505/2015-54, resolve: I - disponibilizar a primeira parte das análises das manifestações das distribuidoras aos relatórios de validação da Tarifa Social de Energia Elétrica, Despacho nº 705, de 22 de março de 2016, nos mesmos endereços (ftp) em que foram disponibilizados os relatórios; e II - informar que serão realizados os descontos dos valores calculados nas homologações mensais subsequentes.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 280, DE 30 DE MAIO DE 2016

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 56, de 23 de fevereiro de 2016, e com base na Resolução ANP n.º 11, de 17 de fevereiro de 2011, bem como nas normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48610.008529/2015-12, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Fica a empresa GEORADAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.087.282/0001-02, com sede na Rua Ludovico n° 60, Bairro Pau Pombo, CEP 34.000-000, cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, autorizada a realizar aquisição de dados geofísicos de gravimetria, magnetometria e sísmica de reflexão bidimensional e tridimensional, com fins comerciais, nas bacias terrestres de Sergipe e Alagoas. O polígono do levantamento fica limitado pelas seguintes coordenadas geográficas:

VÉRTICE	LATITUDE	LONGITUDE
1	-09:02:57,094	-35:14:48,447
2	-09:06:14,481	-35:16:46,140
3	-09:11:26,293	-35:18:31,715
4	-09:11:45,934	-35:19:20,819
5	-09:12:49,770	-35:19:50,281
6	-09:14:20,613	-35:21:06,393
7	-09:22:29,200	-35:29:44,443
8	-09:24:46,692	-35:30:06,540
9	-09:26:08,260	-35:31:35,610
10	-09:45:51,127	-35:51:22,842
11	-10:03:35,599	-36:02:58,895
12	-10:11:05,721	-36:13:53,593
13	-10:28:10,000	-36:23:53,676
14	-10:40:24,584	-36:49:24,921
15	-11:07:08,252	-37:10:06,470
16	-10:53:51,591	-37:19:14,822
17	-10:38:10,082	-37:02:41,582
18	-09:39:43,512	-36:04:01,250
19	-09:22:48,690	-35:37:26,998
20	-09:14:37,648	-35:33:47,666
21	-09:00:55,970	-35:28:23,578
22	-09:02:57,094	-35:14:48,447

Datum Sirgas2000

Art. 2º Em decorrência da Autorização definida no Art. 1º, fica a GEORADAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. comprometida a cumprir, junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, todas as obrigações aplicáveis pela Resolução ANP n.º 11 de 17 de fevereiro de 2011 e demais normas e padrões da ANP que sejam aplicáveis.

Art. 3º Fica determinado que os programas sísmicos e seus respectivos documentos deverão ser identificados com o código da equipe sísmica <<ES-0300>>.

Art. 4º Fica determinado que todos os levantamentos e respectivos documentos entregues pela GEORADAR, referentes aos dados geofísicos não sísmicos, deverão ser identificados com o código da equipe não sísmica na sistemática: dados de gravimetria 0413_GRAV_2D_SEAL ou 0413_GRAV_3D_SEAL ; dados de magnetometria ao programa 0413_MAG_2D_SEAL ou 0413_MAG_3D_SEAL.

I - Arquivos de dados gravimétricos e magnetométricos obedecerão à conformidade do Padrão ANP2B.

Art. 5º - A presente autorização é válida pelo período de 24 meses e entra em vigor a partir da data de publicação.

PAULO ALEXANDRE SOUZA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 281, DE 30 DE MAIO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016,

Considerando a Resolução ANP nº 50/2015 e o Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta do(s) processo(s) de nº 48610.001050/2016-28, torna público o seguinte ato:

Art. 1ºConceder autorização para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A, CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos das disposições transitórias estabelecidas no Capítulo 7 do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do(s) plano(s) de trabalho do(s) projeto(s) caracterizado(s) em Anexo.

Art. 2ºA presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3ºAs receitas auferidas em aplicações financeiras feitas com os recursos repassados no âmbito do projeto contratado devem ser revertidas para uso em atividades coerentes com o respectivo plano de trabalho, fazendo parte da prestação de contas e estando sujeitas a fiscalização por parte da ANP.

Art. 4ºTodo o material produzido no âmbito do projeto ou programa executado, assim como a infraestrutura relativa a edificações e equipamentos adquiridos, deve exibir, em lugar de destaque, a logomarca da ANP, ficando a critério da Empresa Petrolífera que aportou os recursos a exibição de sua respectiva marca.

Art. 5ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

TATHIANY RODRIGUES MOREIRA DE CAMARGO

ANEXO

Nº do Projeto	Título	Executor(es) (Instituição/Unidade de Pesquisa)	Valor Autorizado (R$)	Item do Regulamento 5/2005
2015/00302-2	Avaliação da Eficiência de Longa Duração de Reparos de Material Composto em Espécimes Tubulares com Perda de Espessura por Corrosão. Título Resumido: Reparos com compósitos - Efeito relaxação.	PUC-RIO / LABORATÓRIO DE SENSORES A FIBRA ÓPTICA	405.540,87	8.2.3

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de maio de 2016

Nº 574 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1 CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.

2 Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	701/2016
Unidade de Pesquisa	Laboratório de Ecotoxicologia Aquática - LABECOTOX
Instituição Credenciada	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
CNPJ/MF	24.134.488/0001-08
Processo ANP	48610.002928/2016-42
Localização	Recife - PE
Linhas de Pesquisa	Ecotoxicologia de águas e efluentes líquidos
	Modelagem ecotoxicológica para prevenção de toxicidade
	Monitoramento ecotoxicológico de ecossistemas aquáticos

TATHIANY RODRIGUES MOREIRA DE CAMARGO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

REFERENTE: Processo 48402-920017/2016 - 54
INTERESSADO: Companhia de Abastecimento do Estado de São Paulo
ASSUNTO : Interligação das Represas Jaguari - Atibainha (Sistema Cantareira)

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no Decreto n° 2651/2015 da prefeitura de Nazaré Paulista, do Decreto n° 61.280 de maio de 2015 e do Decreto 61.279 de 27 de maio de 2015 do governo do estado de São Paulo, onde efetiva como ativo o registro para a Interligação das represas Jaguari - Atibainha, cuja solicitação foi protocolada CESP e Prefeitura de Nazaré Paulista e Governo do Estado pela Companhia de Abastecimento do Estado de São Paulo , DETERMINO , com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área total de aproximadamente 1.642,96 ha , no município de Nazaré Paulista, Igaratá e Santa Isabel , Estado de São Paulo , conforme memoriais descritivos e formulário das folha s 94 a 107 constante no processo 48402-920017/2016 - 54.

REFERENTE: Processo 48400-000708/2015 - 79
INTERESSADO: Canoas Energia Renovável S.A.
ASSUNTO : Parque Eólico Canoas - EOL CANOAS

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Portaria n° 336 de 3 de agosto de 2015 do MME, onde efetiva como ativo o registro para a Instalação do Parque Eólico Canoas - EOL CANOAS, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL pela empresa Canoas Energia Renovável S.A. , DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 148,40 ha , nos municípios de São José do Sabugi e Junco do Seridó, Estado da Paraíba , conforme memoriais descritivos e formulário das folhas 05 a 08 constante no processo 48400-000708/2015 - 79.

REFERENTE: Processo 48400-000420/2016 - 85
INTERESSADO: São Pedro Transmissora de Energia S.A.
ASSUNTO : Instalação da Linha de transmissão 230 kV SE Barreiras I - SE Barreiras II - SE Rio Grande II

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa n° 5.205, de 28 de abril de 2015 da ANEEL, onde efetiva como ativo o registro para a Instalação da Linha de transmissão 230 kV SE Barreiras I - SE Barreiras II - SE Rio Grande II, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL pela empresa São Pedro Transmissora de Energia S.A. , DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 607,83 ha , nos municípios de Barreiras e Rio Grande , Estado da Bahia , respectivamente, conforme memoriais descritivos e formulário das folhas 66 e 77 constante no processo 48400-000420/2016 - 85.

REFERENTE: Processo 48400-000419/2016 - 51
INTERESSADO: Rio PCH I S.A.
ASSUNTO : PCH Pedra do Garrafão

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa n° 1.526, de 26 de agosto de 2008 da ANEEL, onde efetiva como ativo o registro para a implantação da PCH Pedra do Garrafão, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL pela empresa Rio PCH I S.A. , DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 1.061,42 ha , nos municípios de Campos dos Goytacazes e Mimoso do Sul , Estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro , respectivamente, conforme memoriais descritivos e formulário das folhas 11 a 19 e 90 constante no processo 48400-000419/2016 - 51.

REFERENTE: Processo 48400-000418/2016 - 14
INTERESSADO: Rio PCH I S.A.
ASSUNTO : PCH Pirapetinga

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa n° 1.510, de 19 de agosto de 2008 da ANEEL, onde efetiva como ativo o registro para a implantação da PCH Pirapetinga, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL pela empresa Rio PCH I S.A. , DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 294,60 ha , nos municípios de Bom Jesus do Norte, São José do Calçado e Itabapoana , Estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro , respectivamente, conforme memoriais descritivos e formulário das folhas 11 a 14 e 78 constante no processo 48400-000418/2016 - 14.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REFERENTE: Processo 48400-000194/2016 - 32
INTERESSADO: São Pedro Transmissora de Energia S.A.
ASSUNTO : Linha de transmissão 230 kV Gilbués II - Bom Jesus II - Eliseu Martins
De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa n° 4.978, de 16 de dezembro de 2014 da ANEEL, onde efetiva como ativo o registro para a Linha de transmissão 230 kV Gilbués II - Bom Jesus II - Eliseu Martins, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL pela empresa São Pedro Transmissora de Energia S.A. , DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 547,27 ha , nos municípios de Monte Alegre do Piauí, Redenção do Gurguéia, Bom Jesus do Piauí,s Santa Luz, Cristino Castro, Alvorada do Gurguéia, Colônia do Gurguéia e Eliseu Martins Estado da Piauí , respectivamente, conforme memoriais descritivos e formulário das folhas 28 a 29 e 58 constante no processo 48400-000194/2016 - 32.

REFERENTE: Processo nº 48406-961.942/2013 - 52
INTERESSADO: TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO S.A
ASSUNTO : Bloqueio de área para a implantação da PCH Tucano
De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no despacho da Superintendência de Gestão de Estudos Hidroenergéticos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 23 de Fevereiro de 2011, no qual aprova a revisão de estudos de Inventário Hidroelétrico do Rio Verde, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no Estado de Goiás, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área abrangente de 365 ha (trezentos e sessenta e cinco hectares) para a implantação da PCH Tucano, nos municípios de Caçu e Itarumã, estado da Goiás, conforme memorial descritivo e mapa às fls. 102 e despacho de folha 111, constante no processo 48406-961.942/2013 - 52.

REFERENTE: Processo 48411-915664/2015 - 54
INTERESSADO: Hidrelétrica Paraíso SPE Ltda
ASSUNTO : Central Geradora Hidrelétrica - CGH Paraíso
De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Licença Ambiental n° 7463/2015, onde efetiva como ativo o registro para a Instalação Central Geradora Hidrelétrica - CGH Paraíso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL pela empresa Hidrelétrica Paraíso SPE Ltda , DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 278,75 ha , no município de Paraíso, Estado de Santa Catarina , conforme memoriais descritivos e formulário das folhas 17 e 56 constante no processo 48411-915664/2015 - 54.

REFERENTE: Processo nº 48413-926.413/2015 - 85
INTERESSADO: PHOENIX GERAÇÃO DE ENERGIA S.A
ASSUNTO : Bloqueio de área para a implantação da PCH Verde 4A
De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa nº 4.712, de 17 de Junho de 20145, onde autoriza da empresa Phoenix Geração de Energia S.A a implantar e explorar a Pequena Central Hidroelétrica - PCH Verde 4A, nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, no estado de Mato Grosso do Sul, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área abrangente de 3.808,47 ha (três mil oitocentos e oito hectares e quarenta e sete ares), nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, estado do Mato Grosso do Sul, conforme memorial descritivo às fls. 04 e 05 e despacho de folha 36, constante no processo 48413-926.413/2015 - 85.

REFERENTE: Processo 48413-926414/2015 - 20
INTERESSADO: Savana Geração de Energia S.A
ASSUNTO : Construção da PCH Verde 4
De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa n° 4.978, de 16 de dezembro de 2014 da ANEEL, onde efetiva como ativo o registro para a Construção da PCH Verde 4, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL pela empresa Savana Geração de Energia S.A. , DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 3.863,79 ha , nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, Estado do Mato Grosso do Sul , conforme memoriais descritivos e formulário das folhas 04 a 06 constante no processo 48413-926414/2015 - 20.

REFERENTE: Processo nº 48406-961.944/2013 - 41
INTERESSADO: TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO S.A
ASSUNTO : Bloqueio de área para a implantação da PCH Retirinho
De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no despacho da Superintendência de Gestão de Estudos Hidroenergéticos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 23 de Fevereiro de 2011, no qual aprova a revisão de estudos de Inventário Hidroelétrico do Rio Verde, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no Estado de Goiás, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área abrangente de 808 ha (oitocentos e oito hectares) para a implantação da PCH Retirinho, nos municípios de Caçu e Itarumã, estado da Goiás, conforme memorial descritivo e mapa às fls. 100 e despacho de folha 109, constante no processo 48406-961.944/2013 - 41.

REFERENTE: Processo nº 48406-961.943/2013 - 05
INTERESSADO: TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO S.A
ASSUNTO : Bloqueio de área para a implantação da PCH Tucano
De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no despacho da Superintendência de Gestão de Estudos Hidroenergéticos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 23 de Fevereiro de 2011, no qual aprova a revisão de estudos de Inventário Hidroelétrico do Rio Verde, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no Estado de Goiás, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área abrangente de 960 ha (novessentos e sessenta hectares) para a implantação da PCH Guariroba, nos municípios de Caçu e Itarumã, estado da Goiás, conforme memorial descritivo e mapa às fls. 92 e despacho de folha 100, constante no processo 48406-961.943/2013 - 05.

RELAÇÃO Nº 12/2016BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
5275/2016-872.318/2015-EXTRATORA DE MINÉRIOS JÚNIOR REBOUÇAS LTDA-
5276/2016-872.332/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5277/2016-871.410/2015-EUCALIR MINERAÇÃO & EMPREENDIMENTOS LTDA ME-
5278/2016-872.312/2015-CÉLIO JOSÉ DE SOUSA FIGUERÊDO-
5279/2016-872.313/2015-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-
5280/2016-872.314/2015-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-
5281/2016-872.315/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
5282/2016-872.316/2015-CAPITAL PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA ME-
5283/2016-872.317/2015-FERNANDO SEWALD BONATO-
5284/2016-872.319/2015-STELLARIUM PEDRAS E REVESTIMENTOS LTDA.-
5285/2016-872.320/2015-MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO LTDA. ME-
5286/2016-872.322/2015-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-
5287/2016-872.323/2015-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-
5288/2016-872.324/2015-TECNOMINAS LTDA-
5289/2016-872.328/2015-ESAMP EMPRESA SANTA MARIA DE PESQUISA MINERAL LTDA-
5290/2016-872.331/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME-
5291/2016-872.550/2015-STELLARIUM PEDRAS E REVESTIMENTOS LTDA.-
5292/2016-872.551/2015-STELLARIUM PEDRAS E REVESTIMENTOS LTDA.-
5293/2016-872.679/2015-BB EMPREENDIMENTOS LTDA ME-
5294/2016-872.680/2015-GRANITOS MILKE LTDA ME-
5295/2016-872.687/2015-ANDRE MENDES DA SILVA ME-
5296/2016-872.688/2015-MINERAÇÃO BLACK STONE LTDA ME.-
5297/2016-872.713/2015-ALVORADA GRANITOS LTDA ME-
5298/2016-872.714/2015-WAGNER TETZNER IANSEN-
5299/2016-872.753/2015-DALLAS MINERAÇÃO EIRELI EPP-
5300/2016-872.754/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5301/2016-872.755/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5302/2016-872.757/2015-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-
5303/2016-872.765/2015-GEOLAB SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA-
5304/2016-872.768/2015-ELIANDRO DE SOUZA DA COSTA-
5305/2016-872.769/2015-ELIANDRO DE SOUZA DA COSTA-
5306/2016-872.776/2015-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-
5307/2016-872.778/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
5308/2016-872.779/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
5309/2016-872.780/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
5310/2016-872.781/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5311/2016-872.782/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5312/2016-872.783/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5313/2016-872.784/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5314/2016-872.785/2015-INDUSTRIA DE GELADOS SABOR LTDA ME-
5315/2016-872.789/2015-LOKSIM SERVIÇOS LTDA-
5316/2016-870.191/2016-DTG DO BRASIL LTDA. ME-
5317/2016-870.192/2016-DTG DO BRASIL LTDA. ME-
5318/2016-870.193/2016-DTG DO BRASIL LTDA. ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5319/2016-872.321/2015-JOSÉ NICOLAU TEIXEIRA LEITE-
5320/2016-872.326/2015-MUMBAI ORE MINERAÇÃO LTDA-
5321/2016-872.327/2015-MUMBAI ORE MINERAÇÃO LTDA-
5322/2016-872.329/2015-FAMA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. EPP-
5323/2016-872.330/2015-MUMBAI ORE MINERAÇÃO LTDA-
5324/2016-872.333/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
5325/2016-872.548/2015-UNIVEG AGRÍCOLA LTDA-
5326/2016-872.553/2015-UNIVEG AGRÍCOLA LTDA-
5327/2016-872.554/2015-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.-
5328/2016-872.556/2015-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.-
5329/2016-872.686/2015-HELMO BAGDÁ GAMA-
5330/2016-872.691/2015-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
5331/2016-872.692/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
5332/2016-872.710/2015-MINERAÇÃO PRIMAVERA LTDA ME-
5333/2016-872.759/2015-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-
5334/2016-872.760/2015-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-

RELAÇÃO Nº 15/2016RR

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
5452/2016-884.008/2016-FRANCISCO DE ASSIS FIGUEREDO-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5453/2016-884.113/2014-ANTONIO ELISVALDO MARTINS SANTANA-
5454/2016-884.108/2015-WALDISIO MOREIRA JUNIOR-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5455/2016-884.002/2012-OLIVEIRA & OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA-
5456/2016-884.005/2016-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-

RELAÇÃO Nº 29/2016PI

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
5361/2016-803.046/2016-ARISTIDES NETO ALMEIDA DE ANDRADE-
5362/2016-803.047/2016-ARISTIDES NETO ALMEIDA DE ANDRADE-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5363/2016-803.048/2016-AGRESTE MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
5364/2016-803.050/2016-AGRESTE MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
5365/2016-803.052/2016-AGRESTE MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5366/2016-803.060/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5367/2016-803.061/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5368/2016-803.062/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5369/2016-803.063/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5370/2016-803.064/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5371/2016-803.065/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5372/2016-803.066/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5373/2016-803.067/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5374/2016-803.068/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5375/2016-803.069/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5376/2016-803.070/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5377/2016-803.071/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5378/2016-803.072/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5379/2016-803.073/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5380/2016-803.074/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5381/2016-803.075/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5382/2016-803.076/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5383/2016-803.077/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5384/2016-803.078/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5385/2016-803.079/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5386/2016-803.080/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5387/2016-803.081/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-

RELAÇÃO Nº 31/2016PI

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5388/2016-803.144/2015-POLIGOMAPPER TOPOGRAFIA E ASSESSORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA ME-TERMO ASSINADO
5389/2016-803.198/2015-ANTONIO CORREIA DE MORAIS-TERMO ASSINADO
5390/2016-803.207/2015-ANTONIO CORREIA DE MORAIS-TERMO ASSINADO
5391/2016-803.221/2015-ANTONIO CORREIA DE MORAIS-TERMO ASSINADO

RELAÇÃO Nº 36/2016PI

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5392/2016-803.096/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5393/2016-803.443/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5394/2016-803.444/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5395/2016-803.445/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5396/2016-803.448/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5397/2016-803.648/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5398/2016-803.649/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5399/2016-803.650/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5400/2016-803.651/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5401/2016-803.136/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5402/2016-803.138/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5403/2016-803.139/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5404/2016-803.140/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5405/2016-803.141/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5406/2016-803.142/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5407/2016-803.143/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5408/2016-803.144/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5409/2016-803.145/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5410/2016-803.146/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5411/2016-803.148/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5412/2016-803.149/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5413/2016-803.150/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5414/2016-803.151/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5415/2016-803.152/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5416/2016-803.153/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5417/2016-803.155/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5418/2016-803.156/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5419/2016-803.157/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5420/2016-803.158/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5421/2016-803.159/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5422/2016-803.160/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5423/2016-803.161/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5424/2016-803.162/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5425/2016-803.163/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5426/2016-803.164/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5427/2016-803.165/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5428/2016-803.166/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5429/2016-803.168/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5430/2016-803.169/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5431/2016-803.170/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5432/2016-803.171/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5433/2016-803.172/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5434/2016-803.173/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5435/2016-803.174/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5436/2016-803.175/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5437/2016-803.176/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5438/2016-803.177/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5439/2016-803.178/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5440/2016-803.179/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5441/2016-803.294/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5442/2016-803.295/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5443/2016-803.296/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5444/2016-803.297/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5445/2016-803.298/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5446/2016-803.299/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5447/2016-803.300/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5448/2016-803.301/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5449/2016-803.304/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5450/2016-803.305/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-
5451/2016-803.306/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-

RELAÇÃO Nº 50/2016PE

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5265/2016-840.166/2015-JEFERSON MARCOS CUNHA DE BASRROS-
5266/2016-840.205/2015-ARIANDNE RAMOS GOMES-
5267/2016-840.225/2015-ARAUJO GALVÃO TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI-
5268/2016-840.226/2015-PEDREIRA MUNDIAL LTDA-
5269/2016-840.273/2015-AGROPECUÁRIA SÃO JOAQUIM LIMITADA ME-
5270/2016-840.275/2015-DENIVAL JOSÉ DE MELO-
5271/2016-840.308/2015-ERALDO CHAVES SILVA-
5272/2016-840.309/2015-FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA-
5273/2016-840.009/2016-SERGIO VINICIUS SÃO LEOPOLDO DOS SANTOS-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5274/2016-840.315/2015-CONPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.-

RELAÇÃO Nº 68/2016CE

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5335/2016-800.149/2016-CONSTRUTORA LAYSA LTDA ME-
5336/2016-800.157/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
5337/2016-800.158/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
5338/2016-800.159/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
5339/2016-800.162/2016-REGINA CAMELO POSSIDONE-
5340/2016-800.163/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
5341/2016-800.164/2016-FERNANDO ANTONIO CASTELO BRANCO SALES-
5342/2016-800.171/2016-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
5343/2016-800.172/2016-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5344/2016-800.357/2014-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
5345/2016-800.358/2014-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
5346/2016-800.603/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5347/2016-800.166/2016-IBAR NORDESTE LTDA.-
5348/2016-800.169/2016-JOSÉ PESSOA JUNIOR-

RELAÇÃO Nº 70/2016CE

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5349/2016-800.081/2016-EDNIR OLIVEIRA SANTIAGO-
5350/2016-800.087/2016-CONSTRUTORA LAYSA LTDA ME-
5351/2016-800.173/2016-FLAVIO PEREIRA DUDA ME-
5352/2016-800.184/2016-J B P DANTAS-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5353/2016-800.176/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5354/2016-800.177/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5355/2016-800.178/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5356/2016-800.179/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5357/2016-800.180/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5358/2016-800.181/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5359/2016-800.182/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
5360/2016-800.183/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-

RELAÇÃO Nº 257/2016MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5145/2016-832.019/2014-EDELIO DOS SANTOS-
5146/2016-832.567/2014-GRANITOS MINAS BRASIL LTDA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5147/2016-832.570/2014-GRANITOS MINAS BRASIL LTDA-
5148/2016-832.577/2014-GRANITOS MINAS BRASIL LTDA-
5149/2016-832.701/2014-FELIPE MENDONÇA GONÇALVES E SILVA-
5150/2016-833.028/2014-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
5151/2016-833.030/2014-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
5152/2016-833.044/2014-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-
5153/2016-833.045/2014-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-
5154/2016-833.081/2014-JOSÉ HERMANDO LEMOS-
5155/2016-833.138/2014-FERDINANDO MARTINS CAETANO FI-
5156/2016-833.139/2014-FERDINANDO MARTINS CAETANO FI-
5157/2016-833.298/2014-JOSE ANTÔNIO SEIXAS-
5158/2016-833.463/2014-LRM COMERCIAL LTDA EPP-
5159/2016-833.481/2014-DEPÓSITO SAARA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-
5160/2016-833.490/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-
5161/2016-833.491/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-
5162/2016-833.559/2014-MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS-
5163/2016-830.010/2015-RD ROCHAS LTDA.-
5164/2016-830.105/2015-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
5165/2016-830.106/2015-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
5166/2016-830.126/2015-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
5167/2016-830.127/2015-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
5168/2016-830.128/2015-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
5169/2016-830.129/2015-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
5170/2016-830.130/2015-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
5171/2016-830.131/2015-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
5172/2016-830.132/2015-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
5173/2016-831.676/2015-MINERAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA.-
5174/2016-831.677/2015-MINERAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5175/2016-831.690/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
5176/2016-832.731/2010-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A-
5177/2016-832.542/2014-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
5178/2016-832.657/2014-RONALDO DA SILVA AMARAL-
5179/2016-832.755/2014-UIRAJARA GOMES EIRELI EPP-
5180/2016-832.756/2014-UIRAJARA GOMES EIRELI EPP-
5181/2016-833.012/2014-RICARDO KÁSSIO DE MELO-
5182/2016-833.013/2014-RICARDO KÁSSIO DE MELO-
5183/2016-833.014/2014-RICARDO KÁSSIO DE MELO-
5184/2016-833.016/2014-EMERSON SAVARIS-
5185/2016-833.017/2014-CARLOS MAGNO DOS SANTOS GONÇALVES-
5186/2016-833.039/2014-JOSÉ CARLOS DA SILVA-
5187/2016-833.095/2014-ANSELMO & FIALHO LTDA ME-
5188/2016-833.118/2014-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
5189/2016-833.136/2014-ARETRANS LTDA-
5190/2016-833.148/2014-CERÂMICA MUNDIAL LTDA-
5191/2016-833.151/2014-ALEXANDRE CALDEIRA BRANT FURQUIM WERNECK-
5192/2016-833.154/2014-COMPANHIA FERROLIGAS MINAS GERAIS MINASLIGAS-
5193/2016-833.188/2014-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-
5194/2016-833.190/2014-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-
5195/2016-833.371/2014-FREDERICO ARANTES SANTOS-
5196/2016-833.537/2014-MINERAÇÃO BACUPARI S.A.-
5197/2016-830.070/2015-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-
5198/2016-830.120/2015-SEU CICERO MINERAÇÃO E CONSTRUTORA LTDA ME-
5199/2016-830.135/2015-JOSE SERGIO DE SOUZA ME-
5200/2016-830.149/2015-BRS MADEIRAS E TRANSPORTES LTDA. ME-
5201/2016-830.418/2015-JOÃO ALBINO FILHO-
5202/2016-830.748/2015-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-
5203/2016-831.625/2015-MÁRCIO LAMOUNIER DOS REIS-
5204/2016-832.004/2015-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-

RELAÇÃO Nº 264/2016MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

5205/2016-833.026/2014-MARCOS CARVALHO-
5206/2016-833.033/2014-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.-
5207/2016-833.037/2014-CESAR RODRIGUES DE ARAUJO-
5208/2016-833.141/2014-MINERAÇÃO DE AREIA SANTO EXPEDITO-
5209/2016-833.143/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5210/2016-833.145/2014-DIEYSON ONOFRE DA SILVA-
5211/2016-833.146/2014-IDEVALDO FERREIRA DA CUNHA-
5212/2016-833.147/2014-LUIS RENATO DE MAGALHAES COELHO-
5213/2016-833.149/2014-ANA CAROLINA DE SOUZA-
5214/2016-833.150/2014-CONSTRUTORA E PEDREIRA BEIRA RIO LTDA.-
5215/2016-833.173/2014-FAZENDA E HARAS ALCANTARA COMERCIO DE ANIMAIS LTDA ME-
5216/2016-833.229/2014-ERICK AGRIZZI-
5217/2016-833.234/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5218/2016-833.235/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5219/2016-833.236/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5220/2016-833.238/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5221/2016-833.239/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5222/2016-833.241/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5223/2016-833.242/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5224/2016-833.243/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5225/2016-833.244/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5226/2016-833.245/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
5227/2016-833.270/2014-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA-
5228/2016-833.271/2014-DRAGAS SIA LTDA EPP-
5229/2016-833.273/2014-VANTUIL COSTA MATOS-
5230/2016-833.327/2014-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-
5231/2016-833.359/2014-MAGNITOS MAGNAGO GRANITOS LTDA.-
5232/2016-833.534/2014-GRANEX DO BRASIL LTDA ME-
5233/2016-833.540/2014-PEDRAS ALTAS MINERAÇÃO LTDA-
5234/2016-833.541/2014-PEDRAS ALTAS MINERAÇÃO LTDA-
5235/2016-833.544/2014-MTM MINERAÇÃO EIRELI-
5236/2016-833.550/2014-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
5237/2016-833.551/2014-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
5238/2016-833.557/2014-RAIMILSON ZUCOLOTO LUZ-
5239/2016-833.600/2014-IRMAOS MORETTO OLARIA LTDA ME-
5240/2016-830.015/2015-LAPA GEOLOGIA E ENGENHARIA LTDA-
5241/2016-830.018/2015-PEDRAS ALTAS MINERAÇÃO LTDA-
5242/2016-830.026/2015-DARCY RIBEIRO DE OLIVEIRA-
5243/2016-830.027/2015-LUSMAR VICENTE NOVO-
5244/2016-830.087/2015-LAPA GEOLOGIA E ENGENHARIA LTDA-
5245/2016-830.111/2015-JOSÉ LUIZ MONTEIRO CAMPOS-
5246/2016-830.133/2015-FABIANO ALMEIDA DE SOUZA-
5247/2016-830.134/2015-MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS BARBARÁH LTDA ME-
5248/2016-830.145/2015-ROCAS DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
5249/2016-830.147/2015-MINERAÇAO FORTE MINAS EXTRAÇAO DE GRANITOS LTDA-
5250/2016-830.212/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
5251/2016-830.213/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
5252/2016-830.214/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
5253/2016-830.236/2015-MINERACAO PROGRAMAR LTDA ME-
5254/2016-830.237/2015-ROCHA BRASIL MINERAÇÃO LTDA ME-
5255/2016-830.238/2015-RICARDO COELHO TRANSPORTES ME-
5256/2016-830.245/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
5257/2016-830.259/2015-MINERAÇÃO JOFRANA LTDA ME-
5258/2016-830.402/2015-GRAN VALE LTDA ME-
5259/2016-830.403/2015-GRAN VALE LTDA ME-
5260/2016-830.404/2015-GRAN VALE LTDA ME-
5261/2016-830.560/2016-CONSTRUBEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-
5262/2016-830.941/2016-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5263/2016-833.431/2014-MARCELO AUGUSTO LUZ ALVARENGA-
5264/2016-833.542/2014-REAL EXTRAÇÃO DE AREIA E ARGILA LTDA-

TELTON ELBER CORRÊA
Interino

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 67/2016

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.853/2012-DJ GRANITOS EIRELI ME-GRANJA/CE, VIÇOSA DO CEARÁ/CE - Guia n° 05/2016-16.000TONELADAS-QUARTZITO- Validade:01/03/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.333/2013-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA-GABRO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.317/2011-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
800.888/2013-GRANISTONE S A-ALVARÁ N°1.420/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.747/2007-PEDREIRA MAXIXE LTDA. EPP-Registro de Licença N°39/2016 de 12/05/2016-Vencimento em 01/04/2026
800.882/2012-ROMMEL JOSÉ BEZERRA DE MENEZES ME-Registro de Licença N°40/2016 de 12/05/2016-Vencimento em 18/12/2019
800.492/2015-CLEIDE NOGUEIRA MAIA MARTINS ME-Registro de Licença N°41/2016 de 12/05/2016-Vencimento em 15/03/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.070/2016-F A LIMA SERVIÇOS ME-OF. N°598/2016
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
800.018/2016-FP DA SILVA CERAMICA ME
800.045/2016-FABRICAÇÃO DE CERAMICA WF LTDA EPP
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
800.852/2011-GERMANO RIBEIRO GOMES DE MATOS-Registro de Licença N°:1255/2012 - Vencimento em 09/11/2019

RELAÇÃO Nº 74/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
a j s Gomes Premoldados me - 800037/12 - A.I. 235/16, 800800/11 - A.I. 225/16
Agropecuária San Marco LTDA. - 800904/11 - A.I. 226/16
Antonio Aldenor Feitosa Marques - 800637/11 - A.I. 239/16, 800661/11 - A.I. 240/16
Ariston Araújo Cajaty - 800196/12 - A.I. 236/16
Armando Cesar Borborema Ferreira Gomes - 801166/11 - A.I. 223/16, 800093/12 - A.I. 224/16
Aurora Helena de Oliveira Martins - 800262/12 - A.I. 204/16, 800261/12 - A.I. 203/16, 800260/12 - A.I. 202/16, 800259/12 - A.I. 201/16
Brasil Kirin Bebidas LTDA. - 800857/11 - A.I. 241/16
Britafort Comercio e Serviços de Britagem Ltda - 800771/12 - A.I. 237/16
Carbopar Carbomil Participações Mineração e Administração s a - 800104/11 - A.I. 210/16, 800105/11 - A.I. 211/16
Carlos de Araujo Medeiros - 800363/12 - A.I. 247/16, 800361/12 - A.I. 207/16
Cerâmica Cariré Ltda me - 801088/11 - A.I. 246/16
Cerâmica Itarema LTDA. - 801103/11 - A.I. 216/16
Construtora Aplic Ltda - 800090/11 - A.I. 209/16
Coreaú Calcário Ltda - 800909/11 - A.I. 227/16
Dpa Mineração Ltda me - 800981/11 - A.I. 219/16
f g Rios Silva me - 800592/12 - A.I. 238/16
Fernando Antonio Castelo Branco Sales - 800127/12 - A.I. 217/16

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Francisco Hugo Cavalcante de Sousa - 800875/11 - A.I. 242/16
Gilvan Pereira Nazareth - 800767/12 - A.I. 221/16
Luzardo Arruda Alves - 801159/11 - A.I. 245/16, 801161/11 - A.I. 231/16
Luzardo Extração de Minérios Ltda Epp - 801009/10 - A.I. 212/16, 801162/11 - A.I. 232/16
Martins Barbosa Construcoes, Servicos, Locacoes e Comercio de Maquinas Ltda Epp - 800336/12 - A.I. 220/16
Martoni de Castro sá Filho - 800372/11 - A.I. 233/16
Ministerio Canaã da Assembleia de Deus no Brasil - 800011/12 - A.I. 243/16
Ocs Mineração e Empreendimentos Ltda - 801086/11 - A.I. 229/16, 801085/11 - A.I. 228/16, 801087/11 - A.I. 230/16
Pablo Jorge Aguiar do Rego - 800359/12 - A.I. 205/16, 800360/12 - A.I. 206/16
Paulo Antonio Rocha Lima - 800390/11 - A.I. 208/16
Pirangy Pedra Ltda me - 800012/12 - A.I. 244/16
Portal do Sol Consultoria & Imobiliária Ltda - 800641/11 - A.I. 213/16
René Gouveia Miranda Filho - 800391/11 - A.I. 234/16
Rogerio Minerações Ltda me - 801107/11 - A.I. 214/16, 801105/11 - A.I. 215/16
Ronaldo Regis Mourão Filho - 800397/12 - A.I. 222/16
Roney Marcos Fontenele Macedo - 800815/11 - A.I. 218/16

RICARDO BEZERRA DE SENA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
896.378/2012-JANDIR FRAGA-OF. N°2533/2013 - DNPM/ES.-DOU de 04/09/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
896.088/2001-JR MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 30/10/2007, Relação n° 328/2007, Seção 1, pág. 104- Onde se lê; " Aprova o relatório de pesquisa com redução de área de 1000,00 ha para 684,65 ha,...", leia-se: " Aprova o relatório de pesquisa com redução de área de 1000,00 ha para 232,62 ha...".

RELAÇÃO Nº 55/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
896.193/2010-FAMA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE MINERAIS TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM LTDA
896.351/2010-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP
896.068/2012-PAULO ROBERTO AMORIM ORCIOLI
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.216/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°960/2016 - DNPM/ES.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
896.216/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°3042/2012 - SUP.DNPM/ES.
896.338/2012-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.-OF. N°3044/2012 - SUP.DNPM/ES.
896.682/2012-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-OF. N°1.865/2013 - DNPM/ES.
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
896.381/2014-INVESTIDORA VARIÁVEL Y LTDA
Indefere pedido de reconsideração(181)
890.500/1988-GRANBRASIL GRANITOS DO BRASIL S A.
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1863)
896.372/2013-_____OROBÓ MINERAÇÃO SPE LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
896.549/2011-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
896.248/2012-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
896.383/2013-V. MEZINI FILHO ME- OF. N° 0980/2016 - SUP. DNPM/ES.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.314/2006-AREAL SÃO JOSÉ LTDA EPP-OF. N°0941/2016 - DNPM/ES.
896.926/2006-GENIVAL CAVALCANTI DE SOUSA-OF. N°0816/2016 - SR/DNPM/ES.
896.830/2009-CERAMICA IMPERIAL LTDA-OF. N°0866/2016 - SR/DNPM/ES.
896.831/2009-CERAMICA IMPERIAL LTDA-OF. N°0867/2016 - SR/DNPM/ES.
896.842/2009-RIGO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°0806/2016 - SR/DNPM/ES.
896.854/2009-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-OF. N°0803/2016 - SR/DNPM/ES.
896.961/2009-RENAN CATELAN-OF. N°0797/2016 - SR/DNPM/ES.
896.587/2012-MINERAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA ME-OF. N°0834/2016 - SR/DNPM/ES.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
896.525/2010-EZX MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°1680/2015 - SR/DNPM/ES.
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)
896.677/2005-ERMAS MÁRMORES E GRANITOS LTDA,-OF. N°1992/2014 - SR/DNPM/ES.
896.524/2007-WALDIR LOPES MAGALHÃES-OF. N°3318/2013 - SR/DNPM/ES.
896.624/2009-TRANSFORTUNA TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°0972/2014 - SUP.DNPM/ES.
896.762/2009-PAISAGEM PEDRAS FRADE E A FREIRA LTDA ME-OF. N°1294/2014 -SR/DNPM/ES.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.415/2012-PAISAGEM PEDRAS FRADE E A FREIRA LTDA ME- Cessionário:FORT ROCHA GRANITOS LTDA EPP-CPF ou CNPJ 10.254.825/0001-96- Alvará n°0293/2016
896.416/2012-PAISAGEM PEDRAS FRADE E A FREIRA LTDA ME- Cessionário:FORT ROCHA GRANITOS LTDA EPP-CPF ou CNPJ 10.254.825/0001-96- Alvará n°0294/2016
896.418/2012-PAISAGEM PEDRAS FRADE E A FREIRA LTDA ME- Cessionário:FORT ROCHA GRANITOS LTDA EPP-CPF ou CNPJ 10.254.825/0001-96- Alvará n°0295/2016
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
896.685/2005-S.B. GRANITOS LTDA ME
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
896.685/2005-S.B. GRANITOS LTDA ME- Área de 999,90 ha para 202,46 ha-GRANITO
896.587/2012-MINERAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA ME- Área de 997,98 ha para 765,46 ha-GRANITO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.677/2005-ERMAS MÁRMORES E GRANITOS LTDA,
896.524/2007-WALDIR LOPES MAGALHÃES
896.624/2009-TRANSFORTUNA TRANSPORTES LTDA ME
896.762/2009-PAISAGEM PEDRAS FRADE E A FREIRA LTDA ME
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
896.953/2008-AUTOVIX PARTICIPAÇÕES S/A. - AI N°324/2015
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
896.213/2005-JOSÉ ANTÔNIO ROSSI
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
896.644/2009-THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-Substância Aprovada:GRANITO
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
896.340/1998-CIDADE ENGENHARIA LTDA
896.644/2009-F.M. NEVES DE ITAMARAJÚ ME.
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
896.572/1999-CERÂMICA BARRO NOVO LTDA ME-TORNO SEM EFEITO a publicação errônea no DOU de 11/11/2015, pg. 51, Seção 1, Relação n° 151/2015-DNPM/ES, relativo ao indeferimento de requerimento de Guia de Utilização (evento 626), bem como TORNO SEM EFEITO a publicação no DOU de 20/11/2015, pg. 115, Seção 1, Relação n° 157/2015-DNPM/ES, relativo ao extrato de Retificação de despacho do Superintendente do DNPM/ES (evento 1388), que retificou o texto da referida publicação do dia 11/11/2015 (Relação n° 151/2015).
896.633/2005-CERÂMICA BARRO NOVO LTDA ME-TORNO SEM EFEITO a publicação errônea no DOU de 25/03/2011, pg. 95, Seção 1, Relação n° 50/2011-DNPM/ES, relativa ao extrato do Ofício n° 1.009/2011-SR/DNPM/ES, referente à prorrogação de prazo para cumprimento de exigência do Ofício n° 1.781/2010-SR/DNPM/ES (evento 252), referindo-se ao processo DNPM n° 896.633/2005, ao invés de se referir ao processo correto DNPM n° 896.321/2002.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
896.572/1999-CERÂMICA BARRO NOVO LTDA ME-OF. N°916/2016 - DNPM/ES.
896.633/2005-CERÂMICA BARRO NOVO LTDA ME-OF. N°917/2016 - DNPM/ES.
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(811)
890.527/1985-GRANITOS ITAGUACU LTDA. -AI N°708/2013 A 712/2013
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do Requerimento de Lavra em cadeia sucessória.(1840)
896.077/2000-GRANITOS MILAGRES LTDA- Alvará n°19.963/2000 -CESSIONÁRIOS EM CADEIA: GRANICOL GRANITOS COLATINA LTDA; CNPJ: 39.624.051/0001-20, MINERAÇÃO ROCHA VIVA LTDA; CNPJ: 02.300.563/0001-20 e TERRA LATINA COMÉRCIO EXTERIOR EIRELI EPP;CNPJ: 07.004.166/0001-25
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
890.191/1981-CALCIMAR CALCAREOS E MARMORES LTDA- AI Nº 747/2013
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.892/2006-AREIEIRA DO ORDÊ LTDA. ME.-OF. N°0861/2016 - DNPM/ES.
896.047/2013-VILLA RICA MINERAÇÃO S A-OF. N°956/2016 - DNPM/ES.
896.039/2014-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-OF. N°0927/2016 - DNPM/ES.
896.060/2014-AREAL SÃO JOSÉ LTDA EPP-OF. N°0966/2016 - DNPM/ES.
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
896.892/2006-AREIEIRA DO ORDÊ LTDA ME.- AI N°0173/2016 - DNPM/ES.
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
896.892/2006-AREIEIRA DO ORDÊ LTDA. ME. -AI N°100/2014; 112/2014 e 113/2014 - DNPM/ES.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
896.385/2013-_____OROBÓ MINERAÇÃO SPE LTDA-Registro de Licença N°23/2016 de 16/05/2016-Vencimento em INDETERMINADO
896.556/2014-JOSÉ ANTÔNIO ROSSI-Registro de Licença N°24/2016 de 20/05/2016-Vencimento em INDETERMINADO
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
896.445/2012-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
896.026/2015-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
896.380/2013-DUNAS MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELE-OF. N°0903/2016 - DNPM/ES.
896.173/2015-MINERAÇÃO URUCUGUARA LTDA ME-OF. N°0923/2016 - DNPM/ES.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 47/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
g & w Geotécnica e Minérios Ltda - 806381/11 - Not.281/2016 - R$ 3.555,64

RELAÇÃO Nº 48/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Milton Alves Cavalcanti - 806132/10 - Not.284/2016 - R$ 2.926,81, 806132/10 - Not.285/2016 - R$ 2.926,81, 806132/10 - Not.287/2016 - R$ 5.853,62, 806132/10 - Not.288/2016 - R$ 5.853,62, 806132/10 - Not.289/2016 - R$ 5.853,62, 806132/10 - Not.290/2016 - R$ 5.853,62, 806132/10 - Not.291/2016 - R$ 5.853,62

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 78/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
a7 Assessoria Empresarial e Tributaria Ltda me - 866984/14 - Not.111/2016 - R$ 29.051,45
Barbara Gondro - 866664/11 - Not.74/2016 - R$ 25.906,99
Brasil Central Engenharia Ltda - 866614/06 - Not.68/2016 - R$ 23.473,21, 866844/06 - Not.70/2016 - R$ 29.669,24
Carlos Priminho Riva - 867153/11 - Not.77/2016 - R$ 22.299,33
Geologia Mineração e Assessoria LTDA. - 866098/12 - Not.80/2016 - R$ 32.416,27, 866634/13 - Not.97/2016 - R$ 32.353,30, 866635/13 - Not.99/2016 - R$ 30.345,39
Ims Engenharia Mineral Ltda - 866152/10 - Not.72/2016 - R$ 30.698,90
Jose Carlos Correa Ramos - 866308/12 - Not.90/2016 - R$ 21.012,95

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

José Geraldo Riva Junior - 866123/12 - Not.82/2016 - R$ 29.750,02, 866124/12 - Not.84/2016 - R$ 19.999,77, 866211/12 - Not.87/2016 - R$ 25.151,41

Rio Novo Mineração LTDA. - 867404/13 - Not.106/2016 - R$ 883,48

RELAÇÃO Nº 79/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

a7 Assessoria Empresarial e Tributaria Ltda me - 866984/14 - Not.112/2016 - R$ 2.718,15

Adriano Cabral de Moraes - 866911/11 - Not.76/2016 - R$ 2.718,15, 867189/11 - Not.79/2016 - R$ 2.718,15

Afonso Álvaro Fontes Musolino - 866195/12 - Not.86/2016 - R$ 2.718,15, 866264/12 - Not.89/2016 - R$ 2.718,15

Andrea Celice Ferreira Cathalat - 866258/15 - Not.115/2016 - R$ 2.718,15

Barbara Gondro - 866664/11 - Not.75/2016 - R$ 2.718,15

Brasil Central Engenharia Ltda - 866614/06 - Not.69/2016 - R$ 5.436,29, 866844/06 - Not.71/2016 - R$ 5.436,29

Carlos Priminho Riva - 867153/11 - Not.78/2016 - R$ 2.718,15

Francisco Barbieri Filho - 866205/15 - Not.113/2016 - R$ 2.718,15, 866206/15 - Not.114/2016 - R$ 2.718,15

Geologia Mineração e Assessoria LTDA. - 866098/12 - Not.81/2016 - R$ 2.718,15, 866634/13 - Not.98/2016 - R$ 2.718,15, 866635/13 - Not.100/2016 - R$ 2.718,15

Ims Engenharia Mineral Ltda - 866152/10 - Not.73/2016 - R$ 2.718,15

Jose Carlos Correa Ramos - 866308/12 - Not.91/2016 - R$ 2.718,15

José Geraldo Riva Junior - 866211/12 - Not.88/2016 - R$ 2.718,15, 866123/12 - Not.83/2016 - R$ 2.718,15, 866124/12 - Not.85/2016 - R$ 2.718,15

Omega Construçõescivis Ltda - 866677/14 - Not.110/2016 - R$ 2.718,15

Rafael Pazete - 866566/14 - Not.109/2016 - R$ 2.718,15

Rio Novo Mineração LTDA. - 867404/13 - Not.107/2016 - R$ 2.718,15

Roberto Rodrigues de Almeida - 867361/13 - Not.102/2016 - R$ 2.718,15, 867362/13 - Not.103/2016 - R$ 2.718,15, 867369/13 - Not.104/2016 - R$ 2.718,15, 867370/13 - Not.105/2016 - R$ 2.718,15

Torio Brasil Mineração Ltda - 867416/13 - Not.108/2016 - R$ 2.718,15

Troyka Minas Participações Ltda - 866271/13 - Not.94/2016 - R$ 2.718,15

RELAÇÃO Nº 80/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Caystar Exploraçao Mineral (brasil) Ltda - 866288/11 - A.I. 519/16, 866254/11 - A.I. 515/16

Diogo de Toledo Lara Neto - 866059/11 - A.I. 517/16

Erivelto Luís de Souza - 866556/08 - A.I. 520/16, 866558/08 - A.I. 543/16

Jose Pedro Hoffmann - 866243/11 - A.I. 514/16

Mineração Buriti Ltda - 867090/10 - A.I. 516/16

Mineração Santa Elina Industria e Comercio s a - 867382/10 - A.I. 495/16, 866147/11 - A.I. 496/16

Mr3 Mineração Ltda Epp - 866373/11 - A.I. 545/16

Saulo Dos Reis Silva Santos - 866253/11 - A.I. 518/16

Votorantim Cimentos Brasil s a - 866036/11 - A.I. 503/16, 866102/11 - A.I. 510/16, 866031/11 - A.I. 498/16, 866033/11 - A.I. 500/16, 866097/11 - A.I. 505/16, 866034/11 - A.I. 501/16, 866103/11 - A.I. 511/16, 866030/11 - A.I. 497/16, 866101/11 - A.I. 509/16, 866035/11 - A.I. 502/16, 866104/11 - A.I. 512/16, 866098/11 - A.I. 506/16, 866100/11 - A.I. 508/16, 866497/10 - A.I. 544/16, 866096/11 - A.I. 504/16, 866032/11 - A.I. 499/16, 866099/11 - A.I. 507/16

Votorantim Cimentos s a - 866156/11 - A.I. 513/16

RELAÇÃO Nº 81/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)

Almeida Junior Padovani - 866422/09 - Not.117/2016 - R$ 795,53

Tháisa Ávila Souza - 866179/13 - Not.118/2016 - R$ 924,32

Vantage Brasil Mineração LTDA. - 867214/91 - Not.116/2016 - R$ 795,53

Vitória Régia Água Mineral - 866177/14 - Not.119/2016 - R$ 1.848,64

RELAÇÃO Nº 82/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Agenor Casonatto - 866866/13

Agni Brasil Importação e Exportação Ltda me - 866341/15

Agro Industrial Teles Pires Ltda - 866807/14

Alcibio Villela de Magalhães - 866345/15

Alexander Machado Orsi - 866088/13, 866089/13, 866090/13

Anailson Caetano de Souza & Cia Ltda Epp - 866378/13, 866379/13, 866380/13, 866039/14, 866040/14, 866041/14, 866042/14

Angelito Ancelmo Santana - 866337/10

Antonio Lazaro Moreira - 867091/14

Barboza e Pedraza Extração e Comércio de Areia LTDA. me - 866382/13

Carlos a r da Silva me - 867121/13

Cepaflora Mudas Florestais LTDA. me - 866261/13

Claudiney Lorca Rodriques - 866340/14, 866342/14, 866343/14, 866344/14, 866345/14

Compensados Fuck Ltda - 866987/14

Daianire Ferreira Negrisoli Arruda - 866204/15

Denivaldo Pimenta Vieira - 867041/11

Ecosideral Group Participações, Representação e Consultoria LTDA. - 866047/15

Egidio Frederico - 867407/13

Elias Barbosa de Novaes - 866235/15

Elton Rogerio Leite Moraes - 866138/14

Estalin Ferreira de Oliveira-me - 867076/11

Fernando Pereira da Rocha - 866383/11

Floresta Viva Exploração de Madeira e Terraplanagem Ltda - 867245/13

Fortmine Brasil Minérios Ltda - 866502/12

Galleti Transportes, Comercio e Representacoes Ltda me - 866297/12

Geologia Mineração e Assessoria LTDA. - 867100/11

Haroldo Cezar da Silva - 866609/12, 866610/12

J.marcos de Almeida & Cia Ltda me - 866870/14

Jairo Monteiro Arruda - 866372/14

Joao Paulo Baldo Gaspar - 866761/13

Joarez Domingues da Silva - 866637/14

Jorge Carneiro Correia - 866986/12

José Ferreira de Almeida - 866434/12

José Martins Jepez - 866343/15

Jusiney Marcos de Almeida - 866438/12

Luiz Antonio Giroldo - 866263/14

Luiz Antonio Pegorini - 866250/12, 866252/12

m c a Mineração 2004 Ltda me - 866038/12

Macsoel Brustolin - 866454/13

Marcio Sandim Gonçalves - 866052/15, 866253/15

Marcos Valente Melo - 866909/14, 866910/14, 866911/14

Max Salustiano de Lima - 867077/14

Mineração Toledo Ltda me - 866868/14, 866772/12

Modal Engenharia de Construção Ltda me - 866511/14

Osmair Ribeiro de Freitas - 867015/14

Osmar de Souza Reis - 866778/13

Pedro Ribeiro Roza - 866703/12

r. a. a. Mineração Ltda me - 866576/11

Ricardo de Vasconcelos Cleto - 866929/13, 867321/13

Ricardo Novaes Garske - 866248/15

Rosangela Martenes Batista - 866511/12

Saulo Dos Reis Silva Santos - 866868/13

Sérgio Luiz de Melo - 866166/15

Suprema Mineração Ltda me - 866860/14

Tec Tônicas Minerações Ltda - 866459/13

Tomas Gomes Pimenta - 866665/13

Valeriano de Castro Silva - 866246/09

Valtemiro Gonçalves de Araujo - 866307/13

Vitória Mineradora LTDA. - 866584/14

Walison Correa da Costa - 866131/15

Winner Mineração e Comércio Ltda me - 866392/12, 866662/12, 866663/12, 866664/12, 866666/12

RELAÇÃO Nº 83/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Elpidio Daroit - 866339/15, 866340/15

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 57/2016

Ficam os abaixo relacionados cientes da não apresentação de recurso administrativo; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº. 968.311/2011 - Extração de Areia Bergamo Ltda Me, CNPJ: 26.859.207/0001-00, NFLDP Nº. 331/2011, Valor: R$ 2486,54.

Processo de Cobrança nº. 968.312/2011 - Extração de Areia Bergamo Ltda Me, CNPJ: 26.859.207/0001-00, NFLDP Nº. 330/2011, Valor: R$ 2486,54.

Processo de Cobrança nº. 968.420/2011 - Striquer & Striquer, CNPJ: 00.674.454/0001-48, NFLDP nº. 428/2011, Valor: R$ 42290,60.

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 268/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)

833.690/2010-MINAS MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

RELAÇÃO Nº 270/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

832.050/2001-R C DE MELO & CIA LTDA ME-OF. N°79/2016-ESCGV

831.103/2005-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°153/2016-ERPM

831.104/2005-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°154/2016-ERPM

831.105/2005-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°155/2016-ERPM

832.632/2006-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°150/2016-ERPM

832.728/2011-CALA CALCÁRIO LAGAMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°151/2016-ERPM

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

835.847/1994-EMPRESA DE ÁGUAS ENGENHO DA SERRA LTDA.- Fonte: Engenho da Serra - Marca: Água Engenho da Serra - Embalagem: 1,5L, "sem gás"- ITAMONTE/MG

832.814/2002-ANDREA VILAR SILVA ZILLE ME- Fonte Anjo da Guarda - Marca Real de Queluz - Embalagem 5L, sem gás - Marca Sallus - Embalagem 330 mL, sem gás.- CONSELHEIRO LAFAIETE/MG

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

930.193/1982-VALE S A- AI N° 506/2016-FISC

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

001.016/1963-VALE S A- AI Nº 48/2016-MG

930.770/1981-VALE S A- AI Nº 51 e 52/2016 - MG

931.299/2009-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A- AI Nº 65,66,67,68,69 e 70/2016-MG;71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81 e 82/2016-MG;221,222,223 e 224/2015-MG;225,226,227 e 228/2015-MG;1878 e 1879/2014-MG

Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)

931.299/2009-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A- AI N° 2040 e 2041/2013-MG

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

013.845/1967-ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S.A.-OF. N°804/2016-FISCAM

830.657/1980-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°759/2016-FISCAM

930.193/1982-VALE S A-OF. N°764/2016-FISC

830.900/1991-BRASMIC MINERAÇÃO AREIA E BRITA LTDA-OF. N°775/2016-FISCAM

831.987/2007-MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA.-OF. N°774/2016-FISCAM

933.980/2010-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-OF. N°776/2016-FISCAM

Aceita defesa apresentada(475)

931.299/2009-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nega provimento a defesa apresentada(476)
001.016/1963-VALE S A
930.770/1981-VALE S A
931.299/2009-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
830.786/2013-EDUARDO FELIPE DA SILVA - PLG N°013/2016 de 18/05/2016 - Prazo 05 (cinco) anos
831.058/2013-ALCENDINO GONÇALVES DOS SANTOS - PLG N°007/2016 de 09/05/2016 - Prazo 05 (cinco) anos
833.021/2013-GIOVANI DE DEUS BORGES EIRELI - PLG N°009/2016 de 18/05/2016 - Prazo 05 (cinco) anos
830.699/2014-JANIO RANDO MUNHOZ - PLG N°008/2016 de 18/05/2016 - Prazo 05 (cinco) anos
830.862/2015-VALDEMAR RESENDE FILHO ME - PLG N°011/2016 de 16/05/2016 - Prazo 05 (cinco) anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
830.664/2013-AGROPECUÁRIA ESTIVENSE LTDA. ME-Registro de Licença N°4712/2016 de 16/05/2016-Vencimento em Indeterminado
832.321/2013-W. J. MALUF-Registro de Licença N°4718/2016 de 18/05/2016-Vencimento em 02/01/2017
831.145/2014-CONSTRUPAULO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME-Registro de Licença N°4710/2016 de 16/05/2016-Vencimento em Indeterminado
831.245/2014-PIALL PEDRAS INDUSTRIALIZADAS IPANEMA LTDA-Registro de Licença N°4707/2016 de 09/05/2016-Vencimento em Indeterminado
833.391/2014-ALEX SANDRO ABREU DE PAULA ME-Registro de Licença N°4719/2016 de 18/05/2016-Vencimento em Indeterminado
833.547/2014-FRANCISCO MARCOS RAGAZZO-Registro de Licença N°4727/2016 de 18/05/2016-Vencimento em Indeterminado
830.243/2015-DENIS ANTONIO DEL VALE-Registro de Licença N°4715/2016 de 18/05/2016-Vencimento em 14/01/2017
830.408/2015-ERNANDO DE DEUS VIEIRA 35015586604-Registro de Licença N°4728/2016 de 18/05/2016-Vencimento em 31/12/2016
831.108/2015-MINERADORA CALDENSE LIMITADA-Registro de Licença N°4708/2016 de 18/05/2016-Vencimento em Indeterminado
831.254/2015-JOSE ANTONIO DA SILVA-Registro de Licença N°4713/2016 de 18/05/2016-Vencimento em 20/03/2020
831.294/2015-LEBOURG E CIA LIMITADA-Registro de Licença N°4722/2016 de 18/05/2016-Vencimento em 11/05/2035
831.367/2015-RURALPAR LTDA-Registro de Licença N°4706/2016 de 16/05/2016-Vencimento em Indeterminado
831.601/2015-ALDO MESSIAS PINTO-Registro de Licença N°4724/2016 de 18/05/2016-Vencimento em 18/10/2016
832.138/2015-FIGUEIREDO EXTRAÇÃO MINERAIS LTDA-Registro de Licença N°4725/2016 de 18/05/2016-Vencimento em 04/08/2020
832.139/2015-FIGUEIREDO EXTRAÇÃO MINERAIS LTDA-Registro de Licença N°4723/2016 de 18/05/2016-Vencimento em 30/07/2020
832.482/2015-CERÂMICA MINAS BAHIA LTDA-Registro de Licença N°4717/2016 de 16/05/2016-Vencimento em Indeterminado
832.642/2015-ADMIR ANTONIO TREVISAN-Registro de Licença N°4726/2016 de 18/05/2016-Vencimento em Indeterminado
832.861/2015-TCT EMPREENDIMENTO EXTRATIVO DE AREIA EIRELI ME-Registro de Licença N°4709/2016 de 16/05/2016-Vencimento em Indeterminado
832.991/2015-ABRÃO ANTONIO JORGE-Registro de Licença N°4716/2016 de 16/05/2016-Vencimento em Indeterminado
833.001/2015-MERINA ANTUNES TOLENTINO ME-Registro de Licença N°4721/2016 de 18/05/2016-Vencimento em Indeterminado
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.015/2007-CERÂMICA CRUZADO LTDA- Registro de Licença N°:3540/2010 - Vencimento em 07/12/2017
830.020/2007-CERÂMICA ART-PLAN LTDA - EPP- Registro de Licença N°:3583/2011 - Vencimento em 21/12/2017
830.399/2008-AREIAS FERNATO LTDA.- Registro de Licença N°:3922/2013 - Vencimento em 31/12/2016
830.188/2011-JORGE RAMOS VIERA- Registro de Licença N°:3767/2012 - Vencimento em 05/01/2021
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
834.910/2010-CERÂMICA MONTREAL LTDA-OF. N°221.44.064;221.044.066 e 221.44.067/2016-FISC
832.607/2012-CERÂMICA MONTREAL LTDA-OF. N°221.44.066 e 221.44.067/2016-FISC
Fase de Requerimento de Lavra
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
831.332/2002-Mineração Pedra Dura Ltda- AI N°008/2016-ERPM
830.560/2003-MINERAÇÃO PEDRA DURA LTDA- AI N°007/2016-ERPM
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1727)
831.332/2002-MINERAÇÃO PEDRA DURA LTDA-OF. N°160/2016-ERPM
830.560/2003-MINERAÇÃO PEDRA DURA LTDA-OF. N°159/2016-ERPM
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
831.332/2002-MINERAÇÃO PEDRA DURA LTDA-OF. N°221.44.055;221.044.056 e 221.44.059/2016-FISC
830.560/2003-MINERAÇÃO PEDRA DURA LTDA-OF. N°221.44.055;221.044.056 e 221.44.059/2016-FISC

RELAÇÃO Nº 272/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
833.394/2013-PAULO CESAR DE QUEIROZ MINERAÇÃO ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
831.236/2009-Q PARTICIPAÇÕES LTDA- Alvará n°9869/2010 - Cessionario:832.597/2014;832.598/2014;832.599/2014;832.600/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 10.561.894/0001-42
832.310/2015-FABRICIA TATIANA BARBOSA ME- Alvará n°14021/2015 - Cessionario:833.031/2015-FABRICIA TATIANA BARBOSA- CPF ou CNPJ 039.979.306-27
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
834.834/2008-DAILANCE MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Paulo Cesar de Queiroz Mineração ME-833.394/2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
834.834/2008-DAILANCE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°124/2016-ERPM
834.989/2011-DUCAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°62/2016-CESD e Mineração Ducal Indústria e Comércio Ltda
832.668/2013-MINERAÇÃO RIO CLARO SP LTDA ME-OF. N°61/2016-CESD e Areeiro Muzambo Ltda
830.619/2014-CASCALHEIRA IRMÃOS MACHADO LTDA-OF. N°57/2016-CESD e Carlos Paulo Machado ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
832.067/2004-CLEINIO FRANCISCO DE CARVALHO-Cessionário:COSTA E VITA LTDA ME- CPF ou CNPJ 08.699.897/0001-03- Alvará n°8545/2004
832.357/2006-GRAMABRIL - GRANITOS E MÁRMORES BEIRA RIO LTDA.- Cessionário:FRANCISCO SOLANO DE OLIVEIRA LOPES- CPF ou CNPJ 432.212.036-91- Alvará n°9147/2007
831.546/2007-LOURDES FARIA FERREIRA DE LIMA-Cessionário:EVANDO HORÁCIO PINTO- CPF ou CNPJ 03.381.702/0001-50- Alvará n°1535/2009
830.405/2010-INTERFÁCIL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA- Cessionário:RENOVAE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP- CPF ou CNPJ 08.857.148/0001-59- Alvará n°12640/2010
833.851/2010-PEMAGRAN MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:GRAN VALE LTDA ME- CPF ou CNPJ 03.009.045/0001-15-Alvará n°4339/2011
833.827/2012-INTERFÁCIL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA- Cessionário:RENOVAE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP- CPF ou CNPJ 08.857.148/0001-59- Alvará n°3378/2015
830.881/2013-PEROBAS LTDA- Cessionário:CERAMICA BRAUNAS LTDA- CPF ou CNPJ 23.452.261/0001-48- Alvará n°14861/2015
831.689/2013-A M GRANITOS DO BRASIL LTDA ME-Cessionário:MINERAÇÃO BOM JESUS LTDA- CPF ou CNPJ 08.345.508/0001-33- Alvará n°9790/2014
831.936/2014-ROGER WILLIAN CARVALHO- Cessionário:GUSTAVO MOURA GUIMARÃES- CPF ou CNPJ 081.124.936-00- Alvará n°1236/2016
832.730/2015-MARCELO MANHÃES- Cessionário:OZA MINERAÇÃO 01 LTDA ME- CPF ou CNPJ 24.544.429/0001-08-Alvará n°1491/2016
832.731/2015-MARCELO MANHÃES- Cessionário:OZA MINERAÇÃO 01 LTDA ME- CPF ou CNPJ 24.544.429/0001-08-Alvará n°1492/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.192/1985-BETIMBRITA LTDA-OF. N°55/2016-CESD e Usibrita Ltda
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
832.123/2002-SIDMAR CHRISTO SASDELI- n° 8774/2002 - Cessionário: MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA- CNPJ 12.989.381/0001-62
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.946/1991-IRMÃOS CADORINI LTDA-OF. N°60/2016-CESD e Areial Nossa Senhora Aparecida Eireli Me
832.748/2009-ADRIANE SOARES DE OLIVEIIRA-OF. N°58/2016-CESD e Claudia Talyta Schittine Soares de Freitas ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
833.059/2011-DRAGAGEM BARREIRO LTDA- Cessionário:DRAGAGEM SÃO FRANCISCO LTDA ME- CNPJ 18.145.331/0001-85- Registro de Licença n°4205/2014- Vencimento da Licença: 31/12/2017

RELAÇÃO Nº 215/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Dall Junior Mineracao Comercio e Industria Ltda - 830839/14 - A.I. 815/16
Dn.edr Extrativismo, Mineração e Plantio Ltda - 831085/13 - A.I. 813/16
Gabriel Felipe Gomes me - 830633/15 - A.I. 810/16
Granmar Granitos e Mármores Ltda - 831715/14 - A.I. 808/16
Ibituruna Areias e Cascalho Ltda me - 832239/12 - A.I. 809/16
Mineração Minerminas Ltda me - 833407/11 - A.I. 814/16
Mineração Paraisense LTDA. - 830002/15 - A.I. 812/16
Neuza Maria Damaso - 833439/13 - A.I. 811/16
Sgm Agregados Ltda - 831110/13 - A.I. 807/16

RELAÇÃO Nº 216/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Ailson Barbosa Moreira - 831371/14
Andre da Silva Santos - 833921/12
Ary Barbosa Santos - 833556/13
Brasil Empreendimentos Pesquisas e Mineracao Ltda Epp - 832345/12, 832355/12, 832358/12, 832359/12, 832363/12, 832367/12, 832369/12, 832370/12, 832452/12, 832454/12, 832455/12, 832456/12, 832457/12, 832458/12, 832459/12, 832460/12, 832462/12, 832463/12, 832464/12, 832465/12, 832466/12, 832468/12, 832469/12, 832470/12, 832472/12, 832473/12, 832474/12, 832475/12, 832476/12, 832483/12, 832484/12, 832485/12, 832486/12, 832487/12, 832488/12, 832489/12, 832490/12, 832491/12
Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 830694/09
Brazminco Ltda - 830058/02, 831874/02, 830703/03
Cachoeira Stones Granitos e Mármores LTDA. - 830393/12, 830394/12
Claudio Guimarães Duval - 834330/11
Comercial Grão de Areia Ltda - 833525/13
Daniel Medeiros Pereira - 832312/12
Danilo Alves da Silva - 832330/13
Eduardo Moreno Zarife - 832187/12
Eduardo Santos Freitas - 831334/14
Empresa Brasileira de Produção Mineral - 831527/12
Equipav Mineração e Participações s. a. - 832336/14, 832337/14, 832338/14, 832339/14
Frederico Gomes Pessoa de Mendonça - 831544/12
Gedeon Lima Vitorino - 832633/12
Gilson de Carvalho - 831999/12
Gold Mineração, Participações e Empreendimentos s a - 834039/12
Hwii Mineração Ltda me - 831372/12
Ivan Marques Cajaí - 830858/13
João Barcellos Sobral - 830352/12, 830355/12
João Vander Alvarenga - 833717/11
Johnny Douglas da Silva - 831787/12
Jose Ferreira de Oliveira - 830719/14
José Luís Del Colle - 834071/12
José Maurício de Figueiredo - 832420/12
Josefino Batista Ramos - 833662/12
Lucielio Coimbra Borges 05279975605 - 833734/11
Ludovino Martins Silveira - 831748/12
Mag Sousa me - 832411/12
Maquesuel Francisco de Araujo Dias - 831546/14
Mateus Dos Santos Martins - 831689/12
mb Maxibrita Extratora de Pedras LTDA. me - 833220/14
Mill Stone Marmores e Granitos Ltda - 831286/14
Miner Bras Minerações Brasileiras Ltda - 832536/12
Mineração Antena Dourada Ltda - 831924/12
Mineração Ouro Bianco Ltda - me - 832037/12
Mineração Trindade Ltda - 831574/12
Mineradora Greimel Ltda me - 832512/13
Msf Mineração S.A. - 832577/12
Padreco Granitos Ltda me - 834018/12
Pereira Brandão Beneficiamento e Comercialização Ltda - 834351/11
Poliminas Construtora e Mineração Ltda - 830201/12
Prj Participacoes, Empreendimentos LTDA. - 834250/12, 834251/12
Psicultura e Mineração Bela Vista Ltda me - 831159/14
Renato Osvaldo Pereira - 830367/12
Sebastião Costa - 832990/12
Sérgio Rodrigo Araújo de Andrade - 832662/11
Serra da Prata Mineradora s a - 830858/12, 830859/12
Silmar José de Menezes - 833929/12
Targio Murilo Diniz Pereira Cpf 456.564.956-04 - 833651/12

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ten Empreendimentos e Participações S.A. - 833211/12
Teresa Cristina Pimenta Borem de Almeida Fonseca - 832825/13
Toledo & Filhos Indústria e Comercio de Britas Ltda - 833995/13
Ulisses Gomes Barroso - 831693/12
Vicenza Mineração e Participações s a. - 831798/12
Vmm Gran Industria de Rochas Ltda - 833555/13
Wagner Viana Silva - 832631/14
Wallasse Guedes Correia - 834435/11
Washington Aguiar de Oliveira - 830830/12

RELAÇÃO Nº 221/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 831196/07 - A.I. 876/16

RELAÇÃO Nº 222/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Aldemar Ferreira da Silva - 833440/13
Alexandre Tiengo - 831396/14, 831452/14
Almir Rogério Rodrigues Souto - 831162/12
Antonio Alberto Nunes de Pinho - 830795/12
Antonio Carlos Dos Santos - 830743/14
Argemiro c. de Oliveira Júnior - 831308/12, 831309/12, 831310/12, 831311/12
Axxia Mineraçao Ltda - 834785/11, 834786/11
Big House Empreendimentos Imobiliários LTDA. - 830844/12
Billion Mineracao Ltda - 831346/12
Brasil Empreendimentos Pesquisas e Mineracao Ltda Epp - 832342/12, 832357/12
Brasil Graniti Exportação Importação Ltda - 832681/13, 832683/13, 832686/13
Bruna Foureaux Parreiras - 833910/11
c. v. da Fonseca Mineraçao me - 830983/14, 832836/14
Carlos Alberto de Carli - 832632/11
Celta Locacao de Veiculos Ltda - 830977/14, 830978/14, 830979/14
Cerâmica Pereira & Souza - 831541/14
Cidef do Brasil sa - 830338/13, 830339/13, 830340/13
Claudio Supeleto - 834655/11, 831342/14
Cleofas Gonçalves Gusmão - 830064/14, 833797/13, 830255/14
Clínica de Imagem Computadorizada Ltda - 830164/14, 830165/14, 830166/14, 832287/14
Clito Leite da Silva Filho - 834095/11, 834096/11, 834097/11
Construtora Trena - 831070/14
Daniel Vicente de Oliveira - 830724/14
Danielle Cristine de Assis Silva - 832142/11
Devanei Agostinho Rodrigues - 833718/11
Diamantes do Triângulo Mineiro Ltda - 830817/12
Ebs Empresa Brasileira de Saneamento LTDA. - 831939/11
Edeano José da Silva - 835019/11, 830307/12
Edgar Pereira da Costa - 830644/12, 830645/12, 830646/12, 830647/12, 834188/11, 834190/11, 834191/11, 834333/11
Edson Sotero Loureiro - 831082/14
Equipav Mineração e Participações s. a. - 832335/14
Eustáquio de Oliveira Coimbra - 830081/14
Everaldo Bispo Dos Santos - 830490/12
Extração de Areia 3 Irmãos Ltda me - 830203/14
Frankiln Dantas fi - 831053/14
Geovani Alves Pimenta - 830086/14
Geraldo Oliveira Antunes - 830172/14
Gesimari Prado Ferreira - 831979/11
Gilson José de Araújo - 830815/13
Granal Mármores e Granitos Ltda - 833766/13
Granitos Minas Brasil Ltda - 833759/13, 832710/13, 831497/14
Granmar Granitos e Mármores Ltda - 831612/14
Green Mineração e Comercio Ltda - 830422/12
Gregório Vassilive Ferreira - 830991/14, 830992/14, 830993/14, 830994/14
Helio Alves Feitosa - 830063/13
Hernani Martins Junior - 834170/11, 834115/11
Itapeor Itapemirim Pedras Ornamentais LTDA. me - 831266/14
Itaporé Mineração Ltda - 832611/13, 833215/13
Jaime de Carvalho - 834429/11
Jardel Leone Queiroz de Freitas - 833252/13, 831638/14
Jesomar Bento - 830064/13
Jesuilson Jose Braga Santos - 834137/11
João Alexandre Carneiro - 830662/12
João Barcellos Sobral - 830353/12, 830354/12
João Carlos Chaves Miranda - 833955/11
José Elton Rocha - 830671/15
Jose Eustaquio Costa Ferreira - 830762/14
Jose Geraldo Antenor - 833428/13
José Machado Neto fi - 831833/14
Jose Roberto Barbosa da Silva - 834656/11
Josefino Batista Ramos - 830476/13, 830145/13
Karine Coelho Jacomelli - 831236/14
Lbc Agropecuária Ltda - 831575/14
Leônidas Amaral Rabelo - 830326/14, 830560/14, 831120/14
Litoral Serviços Administrativos Ltda me - 833433/13
Luciano Teixeira Freire - 832732/13
Lúcio Cláudio Costalonga - 832631/11
Luis Augusto Vecchio Salomon - 830140/14, 830141/14
Luiz Antônio Dos Santos - 832989/13
Luiz Augusto de Paula Marques - 831926/11
Luiz Carlos Murta - 830060/14
Luiz Gonzaga Lacerda - 831854/14
Mag Sousa me - 830267/14
Mahmed Tufik Láuar - 834215/11
Marcilio Alberto Gomes - 830943/13
Marcio Romeu de Almeida Ottoni - 833676/13
Marcos Antonio de Oliveira - 833812/11
Marcos Antônio Dos Santos - 830100/14
Marcos Carvalho - 830374/12
Marilha Ana de Oliveira - 832388/14
Marques e Gonçalves Mineração Ltda me - 831868/13, 831869/13
Master Niquel Exploração e Lavra de Jazidas Minerais Ltda - 833360/10
Mauricio Antonio de Avila Macedo - 832589/11
Mauricio Moreira Machado - 834838/11
Mbac Fertilizantes S.A. - 834653/11
Mgr Mineração LTDA. - 832642/09
Minasgran Mineração Eireli Epp - 831348/14
Miner Bras Minerações Brasileiras Ltda - 834590/11, 830082/12, 830218/14
Mineração Granitos de Minas Ltda - 831702/14
Mineração Minas Brasil Eireli me - 832109/14
Mineração Monte Santo - 830595/12
Mineração Morro Azul Ltda - 831653/14
Mineração Ouro Branco Ltda me - 833289/13
Mineração Pontes Ltda - 830813/12
Mineração Vale do Paraibuna Ltda - 834375/11
Mineralium Engenharia Mineral, Geologia e Meio Ambiente - 833064/13
Mpc Indústria e Comércio Ltda - 831982/14
Msf Mineração S.A. - 830080/13, 830081/13, 830082/13
Myrian Ignez Pereira - 831655/14
Paula Lopes Vianna Costa - 830965/13
Pedro Henrique Oliveira Andrade - 831637/14
Pereira Brandão Beneficiamento e Comercialização Ltda - 834224/11, 834469/11
Petra Mineração Comércio e Exportação Ltda - 832213/13, 832229/13
Petraminas Mámore Ltda - 830066/13
Posto Soares Ltda - 831243/14
Priscila Barbosa Costalonga - 830244/12
Produtos Cerâmicos Especiais do Leste de Minas LTDA. - 832206/13
Renato Russeff Prado - 830059/14, 831246/14
Rio Grande Mineração s a - 833975/11, 833976/11, 833981/11, 833985/11, 833986/11, 833988/11, 833990/11, 833995/11
rj Mineração Ltda - 832636/13
Rodrigo de Castro Mourão - 831320/12
Rodrigo Ferreira de Andrade - 831192/14
Ronaldo França Teixeira me - 832035/14
Ronieri Pereira Rocha - 833699/13
Sebastião Alves de Oliveira Filho - 830765/14
Sergio Dolabela Dias - 833461/11
Sergio Luis da Silva - 833323/11, 833324/11, 833325/11, 833433/11, 833589/11, 833642/11, 833643/11, 833644/11, 830311/12, 830312/12
Serra da Prata Mineradora s a - 830856/12, 830857/12, 830860/12
Silvanete Dos Santos Bispo - 831175/13
Smartway Brasil Minério de Ferro LTDA. - 832378/14
Stonequarries do Brasil Ltda - 832032/14, 833645/12
Terra do Brasil Mineração LTDA. - 831462/14
Topmec Topografia Mecanica LTDA. - 833381/14
Ulisses Gomes Barroso - 830941/13
V.P. Avila Administração e Participação Ltda me - 832131/11, 833751/11, 833752/11
Vanderley Manuel de Oliveira - 831545/14
Vanessa Esbravatti Rivelli Fernandes me - 834670/11
Wallasse Guedes Correia - 834436/11
Wanderson Macedo Piantamar Geotork Geofísica Hidrogeologia - 833543/11
Wanderson Zanon da Silva - 830360/12
Washington Aguiar de Oliveira - 831989/11, 831307/12
Wsa Inspeções e Serviços Ltda - 831239/14, 831240/14
Zelia Almeida Castro Coelho - 831157/14
Zetagran Mineração Ltda me - 834249/11

PAULO SÉRGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Gesso Mundial Mineração Industria, Comercio LTDA. - 840708/12
Mineração Antena Dourada Ltda - 840085/13, 840086/13, 840500/12, 840508/12, 840537/12, 840538/12, 840539/12, 840541/12
Santo Expedito Mineração Ltda me - 840112/13

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 35/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Bridge Participações - 803481/12 - Not.65/2016 - R$ 2.640,00, 803595/12 - Not.66/2016 - R$ 2.640,00, 803596/12 - Not.67/2016 - R$ 2.640,00
Calmapi Indústria de Calcários do Piauí LTDA. - 803236/13 - Not.74/2016 - R$ 5.471,02
Edilson Martins Ramos - 803113/14 - Not.68/2016 - R$ 2.640,00
Emiliano Madrid Dos Santos - 803168/14 - Not.70/2016 - R$ 5.279,99
Gctz Geologia e Mineração Ltda - 803776/11 - Not.64/2016 - R$ 2.640,00
Valverde Geologia & Mineração Ltda - 803165/14 - Not.69/2016 - R$ 2.640,00

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 78/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Douglas de Freitas Ramalho - 848425/12 - Not.26/2016 - R$ 406,49
João Maria da Silva Ferreira - 848102/09 - Not.27/2016 - R$ 406,49
Jussier da Silva Monteiro - 848382/11 - Not.24/2016 - R$ 406,49

RELAÇÃO Nº 79/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
André Adrien Theodore Bucsan - 848273/13
Argento Participações S.A. - 848161/12
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848015/12
Carlos Alberto Faria de Castro - 848728/11
Douglas Domingos Pedrosa de Mendonça - 848104/12
Goldenex Minerios Ltda - 848597/11
gp Aldock Mineração e Construção Ltda - 848076/12
Marcos Luiz de Sousa - 848163/12
Reinaldo Dantas Barbosa - 848796/11
Ricardo Bruno Silva Dos Santos - 848085/12, 848086/12
Ronaldo Diniz de Almeida - 848171/12, 848118/12, 848119/12, 848120/12, 848121/12, 848122/12, 848123/12, 848215/10
Soleminas Indústria e Comércio de Minerais Ltda - 848675/11
Terezinha Pereira de Brito - 848178/12

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 50/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Antonio Furtado Filho - 886369/11 - A.I. 337/16
Areal Porto Sulamerica Ltda me - 886391/11 - A.I. 336/16
David de Alecrim Matos - 886385/11 - A.I. 354/16
Emanuel Vidal - 886121/11 - A.I. 363/16
Expedito Moura de Carvalho Dantas - 886167/11 - A.I. 348/16
Fabio Alves de Assis - 886373/11 - A.I. 297/16
Genisis Terraplenagans Mineração e Comercio Ltada me - 886355/11 - A.I. 358/16
Geo Engenharia e Construções Ltda - 886369/13 - A.I. 288/16
Haroldo Augusto Filho - 886335/11 - A.I. 298/16
Hiago Cunha Sichinel - 886221/11 - A.I. 296/16, 886222/11 - A.I. 368/16
Idinir Junior Lupatini - 886321/11 - A.I. 361/16
Izaias Faustino do Nascimento - 886390/11 - A.I. 364/16
Joaquim Lucas de Oliveira - 886152/11 - A.I. 347/16
Jose Abilio da Silva - 886045/11 - A.I. 301/16
Josuel Faustino do Nascimento - 886389/11 - A.I. 362/16
Junior Galvane Batista - 886270/11 - A.I. 339/16
Lider Mineração Ltda me - 886375/11 - A.I. 367/16, 886374/11 - A.I. 366/16
m. a. Peron - 886002/11 - A.I. 286/16
m. d. Construcões Ltda - 886359/11 - A.I. 357/16
Management Administração, Serviços e Comércio IMP. e EXP. LTDA. - 886464/11 - A.I. 344/16, 886463/11 - A.I. 345/16, 886469/11 - A.I. 343/16
Metalmig Mineração Indústria e Comércio Ltda - 886293/09 - A.I. 284/16
Mineração Jaciara s a - 886279/11 - A.I. 310/16, 886286/11 - A.I. 317/16, 886292/11 - A.I. 322/16, 886281/11 - A.I. 312/16, 886275/11 - A.I. 306/16, 886283/11 - A.I. 314/16, 886294/11 - A.I. 359/16, 886288/11 - A.I. 304/16, 886274/11 - A.I. 305/16, 886285/11 - A.I. 316/16, 886277/11 - A.I. 308/16, 886282/11 - A.I. 313/16, 886287/11 - A.I. 318/16, 886284/11 - A.I. 315/16, 886276/11 - A.I. 307/16, 886278/11 - A.I. 309/16, 886290/11 - A.I. 320/16, 886291/11 - A.I. 321/16, 886280/11 - A.I. 311/16, 886289/11 - A.I. 319/16
Mineração Santa Elina Industria e Comercio s a - 886466/10 - A.I. 300/16
Mineração Santa Rita Ltda - 886216/11 - A.I. 349/16
Mineração Urupá LTDA. - 886149/11 - A.I. 295/16
Mineradora Porto Franco Ltda - 886239/11 - A.I. 302/16
n3 Brasil Mineração Ltda - 886019/13 - A.I. 287/16
Nelcides de Almeida Mello - 886423/11 - A.I. 340/16
Oiri Namir Artmann - 886107/11 - A.I. 285/16
Ossimídio de Souza Martins - 886411/11 - A.I. 341/16
Polo Agro Industrial Oliveira Ltda me - 886406/11 - A.I. 342/16, 886405/11 - A.I. 353/16
Ronaldo de Souza Batista - 886112/11 - A.I. 338/16
Tarcisio de Medeiros Junior - 886127/11 - A.I. 346/16
Valmir Vieira Amaro - 886319/11 - A.I. 360/16
Votorantim Cimentos n ne s a - 886203/11 - A.I. 350/16, 886204/11 - A.I. 351/16, 886242/11 - A.I. 352/16, 886100/11 - A.I. 303/16

RELAÇÃO Nº 51/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Arnoldo Ramos de Oliveira - 886477/14 - A.I. 325/16
Mineração Jurua Ltda me - 886509/11 - A.I. 355/16
Mineração Santa Elina Industria e Comercio s a - 886465/04 - A.I. 330/16, 886480/04 - A.I. 329/16, 886486/04 - A.I. 328/16, 886489/04 - A.I. 326/16, 886490/04 - A.I. 327/16, 886197/07 - A.I. 332/16, 886636/08 - A.I. 333/16
Mineração Tarauaca Industria e Comercio s a - 886371/14 - A.I. 331/16
Ronilton Rodrigues Reis - 886441/11 - A.I. 356/16
West Coast do Brasil Mineração Ltda - 886445/11 - A.I. 334/16

RELAÇÃO Nº 52/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Edimilson Coelho da Silva - 886449/13 - Not.10/2016 - R$ 169,44
Metalmig Mineração Indústria e Comércio Ltda - 886124/12 - Not.1/2016 - R$ 33.395,96
Platinus Empreendimentos e Participações Ltda - 886130/14 - Not.2/2016 - R$ 14.458,68, 886129/14 - Not.4/2016 - R$ 28.379,99, 886134/14 - Not.6/2016 - R$ 21.769,48, 886136/14 - Not.8/2016 - R$ 12.679,43

RELAÇÃO Nº 53/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Aremax Comércio e Extração Ltda me - 886337/13 - Not.12/2016 - R$ 3.327,03
Edimilson Coelho da Silva - 886449/13 - Not.11/2016 - R$ 3.327,03
Platinus Empreendimentos e Participações Ltda - 886130/14 - Not.3/2016 - R$ 6.654,06, 886129/14 - Not.5/2016 - R$ 6.654,06, 886134/14 - Not.7/2016 - R$ 6.654,06, 886136/14 - Not.9/2016 - R$ 6.654,06

DEOLINDO DE CARVALHO NETO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 86/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Banana Food Indústria e Comércio de Alimentos Ltda Epp - 815439/15
Carlos Renato Portes - 815378/15
Edilamar Orsi - 815586/14
Elimar Hellmann - 815619/15, 815620/15, 815621/15
Fabio Junior Ribeiro Eireli me - 815699/14
Gedex Geradora de Energia Ltda - 815747/14
Joelson Luiz Wagner - 815413/14, 815414/14, 815427/14
Mariana Maziero & Cia Ltda me - 815385/15
Pedro de Amorim Filho - 815306/14
Raquel da Silva Tormena - 815737/14
Roberto Cesar Salgado Filho - 815868/13
sb Transportes Terraplanagem e Comércio Eireli - 815666/14
Week Geo Mineração Ltda - 815472/14

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

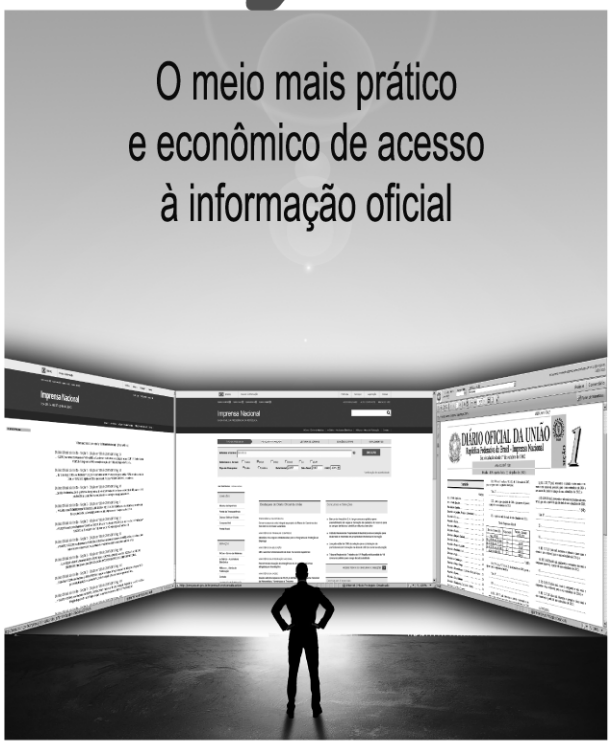
DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 61/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Armindo Dutra Teixeira - 820819/10 - A.I. 382/16
Aurelio Rogante - 820786/10 - A.I. 381/16
Cerâmica Alfagrês Industria e Comércio Ltda - 820821/10 - A.I. 407/16, 820822/10 - A.I. 408/16
Cyro Roberto Martinelli Marinoni - 820741/09 - A.I. 370/16
Fábio Britzki Bortolozzo - 821059/08 - A.I. 369/16
Flávio José Legaspe Mamede - 820642/10 - A.I. 379/16
Jorge Massayuki Tokuzumi - 820805/09 - A.I. 374/16
Maria Ester Ferrari - 820273/10 - A.I. 377/16
Mineração Alubax Ltda - 820779/10 - A.I. 372/16
Olaria Jbm Ltda - 820625/10 - A.I. 378/16, 820754/10 - A.I. 394/16
Perfurex Ltda me - 820778/10 - A.I. 380/16
Rafael Hernandes Corrêa Silva - 820183/10 - A.I. 376/16, 820182/10 - A.I. 375/16
São Martinho S.A. - 820336/10 - A.I. 371/16
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia - 820824/10 - A.I. 409/16
Thyago Baptista Cordeiro Keutenedjian - 820742/09 - A.I. 373/16
Votorantim Cimentos Brasil s a - 820812/10 - A.I. 405/16, 820808/10 - A.I. 401/16, 820810/10 - A.I. 403/16, 820806/10 - A.I. 399/16, 820797/10 - A.I. 395/16, 820811/10 - A.I. 404/16, 820807/10 - A.I. 400/16, 820802/10 - A.I. 396/16, 820803/10 - A.I. 397/16, 820813/10 - A.I. 406/16, 820809/10 - A.I. 402/16, 820804/10 - A.I. 398/16

RICARDO DE OLIVEIRA MORAIS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Diário Oficial da União Digital



O portal da Imprensa Nacional oferece:

- Acesso à versão eletrônica do **DOU** de forma livre e gratuita
- Edições digitalizadas desde 1990, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital
- Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas
- Serviço **IN-Busca**, que realiza pesquisas programadas ao **DOU** e envia os resultados por mensagem eletrônica ao usuário na primeira hora da manhã
- Edições completas em PDF pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir das 6h, ou gratuitamente, das 14h às 23h59

Diário Oficial da União *Digital*
Cada vez mais acessível e conectado ao cidadão
www.in.gov.br

IMPRENSA NACIONAL 1808 Informações Oficiais

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 30 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a aprovação dos parâmetros da Proposta Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento 2017.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião realizada nos dias 17, 18 e 19 de maio de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VIII e XIV, do artigo 18, da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e a Resolução CNAS nº 78, de 17 de maio de 2006, resolve:

Art. 1º - Aprovar os parâmetros da Proposta Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento 2017, apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDS, considerando:

I - Na Proteção Social Básica:

a) Manutenção da rede de Centro de Referência da Assistência Social - CRAS existente em 2016;

b) Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

c) Manutenção das Equipes Volantes;

d) Manutenção das Lanchas da Assistência Social; e

e) Manutenção do Acessuas Trabalho.

II - Na Proteção Social Especial:

a) Manutenção dos serviços de Média Complexidade ofertados ou referenciados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, Centros Dias e Centros POP, considerando a rede existente em 2016;

b) Manutenção das ações estratégicas de enfrentamento do trabalho infantil - PETI; e

c) Manutenção dos serviços de Alta Complexidade, considerando a rede existente em 2016.

III - Nos Benefícios Assistenciais:

a) Manutenção de recursos vinculados ao pagamento e operacionalização do Benefício de Prestação Continuada - BPC e da Renda Mensal Vitalícia - RMV.

IV - Na Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS:

a) Manutenção do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD SUAS e Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD-PBF;

b) Manutenção do CapacitaSUAS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDIVALDO DA SILVA RAMOS
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 37, DE 24 DE MAIO DE 2016

A SECRETÁRIA ADJUNTA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando a decisão exarada nos autos da Ação Ordinária nº 0103588-29.2015.4.02.5101 (2015.51.01.103588-3), versando sobre o requerimento de certificação nos autos do Processo nº 71010.004230/2009-13, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Ação Cristã Vicente Moretti, CNPJ: 33.831.322/0001-31, com sede no Rio de Janeiro/RJ, com validade de 31/12/2009 até o julgamento de mérito definitivo da ação judicial, nos termos da decisão exarada nos autos da Ação Ordinária nº 0103588-29.2015.4.02.5101 (2015.51.01.103588-3) interposta pela referida entidade.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SNAS nº 61 item 02 de 30/04/2014, publicada no Diário Oficial da União de 02/05/2014 e a Portaria SNAS nº 71 de 27/05/2015, publicada no Diário Oficial da União de 29/05/2015 até o julgamento de mérito definitivo da ação judicial.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 128, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294 de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa IVECO LATIN AMÉRICA LTDA., CNPJ/MF: 01.844.555/0001-82, conforme processo nº 52000.025976/2012-31, de 18 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e os §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 129, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819 de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa INTERNATIONAL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA DA AMÉRICA DO SUL LTDA., CNPJ/MF: 02.162.259/0001-64, conforme processo nº 52000.026888/2012-56, de 1º de novembro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 130, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015 de 2013, nº 8.294 de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa AGRALE S.A., CNPJ/MF: 88.610.324/0001-92, conforme processo nº 52000.028077/2012-90, de 22 de novembro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e os §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 131, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544 de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa BRITISH CARS DO BRASIL VITÓRIA LTDA., CNPJ/MF: 11.077.836/0001-00, conforme processo nº 52000.029807/2012-70, de 18 de dezembro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 6º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 4º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 5º Para fins do disposto no inciso II, do art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - seis veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2017.

II - cinco veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica aos veículos objetos dos contratos de distribuição anexados ao Processo nº 52000.0029807/2012-70, de 18 de dezembro de 2012, e constantes do Termo de Compromisso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º A quota referida no inciso II do art. 5º da Portaria MDIC nº 160, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 132, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015 a empresa FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA., CNPJ/MF: 16.701.716/0001-56, conforme processo nº 52000.026358/2012-16, de 24 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 6º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II, do art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil, quinhentos e sessenta e oito veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Hum mil, oitocentos e trinta e cinco veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

§ 2º. O disposto neste artigo se aplica aos veículos objetos dos contratos de distribuição anexados ao Processo nº 52000.0026358/2012-16, de 24 de outubro de 2012, e constantes do Termo de Compromisso.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 5º da Portaria MDIC nº 162, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 133, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294 de 2014, e nº 8.544, de 2015 a empresa FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA., CNPJ/MF: 16.701.716/0001-56, conforme processo nº 52000.025977/2012-85, de 18 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e os §§ 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 164, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 134, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA., CNPJ/MF: 03.470.727/0001-20, conforme processo nº 52000.025086/2012-29, de 8 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 173, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 135, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no incISO II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015 resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF: 59.275.792/0001-50, conforme processo nº 52000.025143/2012-70, de 9 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II do art. 22 do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 173, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 136, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014 e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF: 01.192.333/0001-22, conforme processo nº 52000.026333/2012-12, de 24 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e os §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 165, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 137, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ/MF: 10.394.422/0001-42, conforme processo nº 52000.025901/2012-50, de 18 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e os §§ 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 138, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF: 59.104.273/0001-29, conforme processo nº 52000.025439/2012-91, de 11 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º O saldo da quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 166, de 28 de maio de 2015 poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 139, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa PEUGEOT CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ/MF: 67.405.936/0001-73, conforme processo nº 52000.025823/2012-93, de 17 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 6º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 167, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 140, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa RENAULT DO BRASIL S.A., CNPJ/MF: 00.913.443/0001-73, conforme processo nº 52000.024852/2012-38, de 5 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II do art. 22 do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 177, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 141, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa TOYOTA DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF: 59.104.760/0001-91, conforme processo nº 52000.025817/2012-36, de 17 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e os §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II do art. 22 do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 181, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 142, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa VKN MOTORS DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ/MF: 09.302.857/0001-30, conforme processo nº 52000.026337/2012-92, de 24 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 6º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 4º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 5º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

§ 2º. O disposto neste artigo se aplica aos veículos objetos dos contratos de distribuição anexados ao Processo nº 52000.026337/2012-92, de 24 de outubro de 2012, e constantes do Termo de Compromisso.

Art. 6º A quota referida no inciso II do art. 5º da Portaria MDIC nº 170, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 143, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa VIA ITÁLIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ/MF: 07.638.845/0001-56, conforme processo nº 52000.026874/2012-32, de 1º de novembro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo Decreto.

Art. 3º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 6º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 4º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 5º Para fins do disposto no inciso II, do art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Quarenta e três veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Trinta e um veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica aos veículos objeto dos contratos de distribuição anexados ao Processo nº 52000.026874/2012-32, de 01 de novembro de 2012, e constantes do Termo de Compromisso.

Art. 6º A quota referida no inciso II do art. 5º da Portaria MDIC nº 228, de 09 de julho de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 144, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa VOLVO CAR BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ/MF: 10.918.425/0001-38, conforme processo nº 52000.027584/2012-14, de 13 de novembro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 6º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 4º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 5º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Hum mil, quinhentos e sessenta e um veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Hum mil, cento e quatorze veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica aos veículos objetos dos contratos de distribuição anexados ao Processo nº 52000.0027584/2012-14, de 13 de novembro de 2012, e constantes do Termo de Compromisso.

Art. 6º A quota referida no inciso II do art. 5º da Portaria MDIC nº 176, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 145, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, CNPJ/MF: 04.104.117/0008-42, conforme processo nº 52000.024812/2012-96, de 4 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e os §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II do art. 22 do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 179, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 146, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS S/A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 03.471.344/0001-77, conforme processo nº 52000.028886/2012-00, de 05 de dezembro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II do art. 22 do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 163, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 147, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 54.305.743/0001-07, conforme processo nº 52000.025360/2012-60, de 10 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II do art. 22 do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 174, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 148, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa SCANIA LATIN AMERICA LTDA., CNPJ/MF: 59.104.901/0001-76, conforme processo nº 52000.025609/2012-37, de 15 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II do art. 22 do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 169, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 149, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 54.305.743/0001-07, conforme processo nº 52000. 026829/2012-88, de 31 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II do art. 22 do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Dois mil e oitocentos veículos, no período de 1º de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

II - Dois mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º A quota referida no inciso II do art. 6º da Portaria MDIC nº 178, de 28 de maio de 2015, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 150, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014 e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294 de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 59.104.422/0001-50, conforme processo nº 52000. 025971/2012-16, de 18 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 151, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA., CNPJ/MF: 43.999.424/0001-14, conforme processo nº 52000.026621/2012-69, de 29 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e os §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 152, DE 30 DE MAIO DE 2016

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, e nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294, de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ/MF: 06.020.318/0001-10, conforme processo nº 52000.025816/2012-91, de 17 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2016 até 31 de maio de 2017, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada deverá apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput e o §§3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2017, requerimento de habilitação, a contar de 1º de junho de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 153, DE 30 DE MAIO DE 2016

Cancelamento de Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 42 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pela Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inciso I do § 1º do art. 9º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e

Considerando que a empresa JAC MOTORS DO BRASIL LTDA. até hoje não cumpriu o cronograma físico-financeiro de seu projeto de investimento, relativo à habilitação de 2013;

Considerando que mesmo após inúmeros contatos, tentativas, diligências e esforço por parte da Administração Pública, o descumprimento das condicionantes ao usufruto dos benefícios fiscais do INOVAR-AUTO se manteve;

Considerando que em virtude do descumprimento de suas contrapartidas, a empresária foi notificada a respeito da iminente adoção do cancelamento de sua habilitação no INOVAR-AUTO, oportunidade em que lhe foi franqueado prazo de 10 (dez) dias, em deferência ao contraditório e ampla defesa, para apresentação de elementos concretos que comprovassem a execução do projeto que lhe propiciou a habilitação no Programa;

Considerando que a empresária não apresentou qualquer elemento novo ou concreto que apontasse para efetiva execução do projeto industrial;

Considerando os demais elementos do Processo MDIC nº 52000.025281/2012-59, resolve:

Art. 1º Cancelar a habilitação da empresa JAC MOTORS DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ/MF: 15.238.000/0001-00, concedida por meio da Portaria Interministerial nº 18, de 22 de janeiro de 2013, e Portarias MDIC nº 106, de 11 de abril de 2013, e nº 209, de 25 de junho de 2013.

Parágrafo único. O cancelamento da habilitação implicará nas exigências e acréscimos previstos no art. 10, caput, do Decreto nº 7.819, de 2012, desde a primeira habilitação concedida à empresa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

PORTARIA Nº 154, DE 30 DE MAIO DE 2016

Altera a Portaria MDIC nº 17, de 4 de fevereiro de 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º A Portaria MDIC nº 17, de 4 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O art. 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, relativos à atividade de custeio, inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e iguais ou superiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), vedada a subdelegação;"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 103, DE 30 DE MAIO DE 2016

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, no uso de suas atribuições, legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 do Decreto n° 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, que aprova a Estrutura Regimental do Inmetro, assim como os dispositivos estabelecidos nas Resoluções do Conmetro nº 13, de 20 de dezembro de 2006 e nº 04, de 6 de setembro de 2007, considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro n° 0052600.00006480/2016, resolve autorizar a Incoterm Indústria de Termômetros Ltda., sob o código nº EA024, a declarar conformidade de esfigmomanômetro aneróide e digital, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

Nota: A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea.

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA
Substituto

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 18, DE 27 DE MAIO DE 2016

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de Gravador Reprodutor Digital de Áudio e Vídeo Para Sistema de Segurança.

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço: http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mcti.ppb@mcti.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 289, DE 25 DE MAIO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso III do Art. 12, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 066/2016 - SPR/CGPRI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA (CNPJ: 74.404.229/0008-02 e Inscrição SUFRAMA: 20.1547.01-5), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 066/2016 - SPR/CGPRI, para produção de CARREGADOR DE BATERIA PARA TELEFONE CELULAR (Código SUFRAMA nº 0024) , para o gozo do incentivo previsto no Art. 9º do Decreto Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante do Art. 1° desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme o Art. 7º, Parágrafo 4º do Decreto Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei Nº 8387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 3º ESTABELECER para o produto constante do Art. 1° desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
CARREGADOR DE BATERIA PARA TELEFONE CELULAR	1,343,280	2,955,216	3,492,528

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação dos produtos constantes do Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 283, de 02 de setembro de 2015;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REBECCA MARTINS GARCIA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 898, DE 30 DE MAIO DE 2016

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/04/2016 e 03/05/2016, e na reunião extraordinária realizada em 18/05/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 64, de 16 de março de 2016, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/04/2016 e 03/05/2016, e na reunião extraordinária realizada em 18/05/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO HERINGER MOTA ANUNCIAÇÃO
Presidente da Comissão
Substituto

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002542/2015-94
Proponente: Associação Terra de Ciclismo
Título: Ciclismo de Ribeirão Preto para o Mundo
Registro: 02SP070992010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 08.845.738/0001-61
Cidade: Ribeirão Preto UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 557.953,85
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0028 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 89284-X
Período de Captação até: 05/04/2017

2 - Processo: 58701.011458/2013-08
Proponente: Centro de Apoio ao Deficiente Visual
Título: Xadrez: o Tabuleiro da Sorte - Inclusão pelo Esporte
Registro: 02SP007262007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 53.686.192/0001-66
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 384.992,91
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0300 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 75238-X
Período de Captação até: 03/05/2017

3 - Processo: 58701.003788/2015-83
Proponente: Confederação Brasileira de Balonismo
Título: Campeonato Brasileiro de Balonismo
Registro: 02SP018472008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 08.545.548/0001-29
Cidade: Osasco UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.584.719,24
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0127 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 0782-X
Período de Captação até: 10/07/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58701.003067/2015-73

No Diário Oficial da União nº 33, de 19 de fevereiro de 2016, na Seção 1, página 197 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 860/2016, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 1.761.174,70, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 1.761.299,20.

Processo Nº 58701.003004/2015-17

No Diário Oficial da União nº 233, de 7 de dezembro de 2015, na Seção 1, página 85 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 817/2015, ANEXO I, onde se lê: CNPJ: 00.108.552/0001-01 , leia-se: CNPJ: 00.108.522/0001-01.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 55, DE 27 DE MAIO DE 2016

Revoga a Portaria nº 48, de 17 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 18 de maio de 2016.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das competências atribuídas pelo artigo 21, do Anexo I, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto no 7.515, de 08 de julho de 2011, pela Portaria no 899/Casa Civil, de 14 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, conforme a Lei n o 9.985, de 18 de julho de 2000, o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, Instrução Normativa nº 09, de 5 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria n° 48, de 17 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 18 de maio de 2016.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO CARRERA MARETTI

PORTARIA Nº 56, DE 27 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 21 do Decreto nº. 7.515, de 08 de julho de 2011, pela Portaria nº. 899/Casa Civil, de 14 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, resolve:

Art. 1° Implantar e normatizar o funcionamento do meio eletrônico para a tramitação de documentos e processos administrativos, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo Único - Fica instituído o Sistema Eletrônico de Informações - SEI-ICMBio, como sistema oficial de informações para os fins de que trata o caput deste artigo.

Art. 1° Implantar e normatizar o funcionamento do meio eletrônico para a tramitação de documentos e processos administrativos, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo Único - Fica instituído o Sistema Eletrônico de Informações - SEI-ICMBio, como sistema oficial de informações para os fins de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º Os casos omissos, exceções, dúvidas e atualizações referentes à aplicação desta normativa serão objeto de análise de área de tecnologia da informação, aplicando-se, no que couber, os dispositivos legais existentes.

Parágrafo único. O ato a que se refere o caput disporá, entre outros assuntos, sobre as hipóteses nas quais será admitida, excepcionalmente, a continuidade de tramitação de processos em meio físico e de encaminhamento de comunicações por via postal após a data de 23 de maio de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO CARRERA MARETTI

ANEXO

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES

Art. 1° A implantação do SEI-ICMBio atenderá aos seguintes objetivos e diretrizes:

I - assegurar eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;

II - promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade;

III - aumentar a produtividade e a celeridade na tramitação de processos;

IV - ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação;

V - facilitar o acesso às informações e às instâncias administrativas; e

VI - propiciar a satisfação do público usuário.

Art. 2° Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - assinatura eletrônica: as seguintes formas de identificação inequívoca do usuário:

a) assinatura digital: forma de identificação inequívoca do usuário baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil; e

b) assinatura cadastrada: forma de identificação inequívoca do usuário mediante prévio credenciamento de acesso de usuário, com fornecimento de login e senha;

II - credenciamento de acesso: cadastro prévio do usuário para a utilização do SEI-ICMBio;

III - digitalização: processo de conversão de um documento em meio físico para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner;

IV - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

V - documento digital: documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional;

VI - documento eletrônico: gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais;

VII - documento nato digital: documento digital criado originalmente em meio eletrônico;

VIII - meio eletrônico: qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

IX - número único de protocolo - NUP: código numérico que identifica, de forma única e exclusiva, cada processo produzido, recebido ou autuado no âmbito do Instituto Chico Mendes;

X - processo eletrônico ou digital: conjunto de documentos digitais e nato digitais oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa;

XI - suporte: material no qual são registradas as informações;

XII - suporte físico: material no qual são registradas as informações e que não necessita de equipamentos eletrônicos para sua leitura;

XIII - usuário interno: autoridade, servidor ou colaborador do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade credenciado que tenha acesso ao SEI-ICMBio; e

XIV - usuário externo: pessoa física ou jurídica credenciada que tenha acesso ao SEI-ICMBio e que não seja caracterizada como usuário interno.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ELETRÔNICO

Seção I

Dos documentos e atos processuais

Art. 3° Todo documento produzido no âmbito das atividades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a partir de 23 de maio de 2016, deverá ser editado, assinado, tramitado e arquivado digitalmente por meio do SEI-ICMBio.

Art. 4° Todo documento recebido ou produzido em suporte físico no âmbito das atividades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a partir de 23 de maio de 2016, deverá ser digitalizado, conferido, indexado, tramitado e arquivado por meio do SEI-ICMBio pelas unidades administrativas competentes.

Parágrafo único. A conferência prevista no caput deverá registrar se foi apresentado documento original, cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente por servidor ou cópia simples.

Art. 5º Os documentos digitais resultantes da digitalização de originais em suporte físico são considerados cópia autenticada administrativamente.

Art. 6º Os documentos digitais resultantes da digitalização de cópias de documentos em suporte físico são considerados cópias simples.

Art. 7º As unidades administrativas competentes para a digitalização de documentos em suporte físico poderão:

I - proceder à digitalização imediata do documento original em suporte físico apresentado, devolvendo-o imediatamente ao interessado;

II - determinar que a protocolização de documento original em suporte físico seja acompanhada de cópia simples, hipótese em que a unidade atestará a conferência da cópia com o original, devolvendo-se este de imediato ao interessado e descartando-se a cópia simples após a digitalização; e

III - receber o documento em suporte físico para posterior digitalização, considerando que:

a) os documentos em suportes físicos recebidos que sejam originais ou cópias autenticadas em cartório devem ser devolvidos ao administrado, preferencialmente, ou ser mantidos sob guarda da unidade administrativa competente, nos termos da tabela de temporalidade e destinação, apondo o NUP do processo e número gerado pelo SEI-ICMBio na parte superior direita do documento a ser arquivado; e

b) os documentos em suportes físicos recebidos que sejam cópias autenticadas administrativamente ou cópias simples podem ser descartados após a digitalização nos termos do caput.

Art. 8º Impugnada a integridade do documento digitalizado, mediante alegação motivada e fundamentada de adulteração, deverá ser instaurado incidente para a verificação do documento objeto de controvérsia.

Parágrafo único Constatada a irregularidade ou adulteração deverá ser encaminhada comunicação à corregedoria para adoção das medidas cabíveis.

Art. 9° É ônus do administrado conservar os documentos físicos originais objetos da digitalização, que estiverem em seu poder, até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo.

Art. 10. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade poderá exigir no curso do processo, a seu critério, a exibição do original do documento digitalizado no âmbito dos órgãos ou entidades, ou enviado eletronicamente pelo administrado.

Art. 11. Nos processos administrativos eletrônicos ou digitais, todos os atos processuais deverão ser realizados por meio do SEI-ICMBio e assinados eletronicamente.

§1° O uso de assinatura digital é obrigatório para atos de conteúdo decisório ou que necessitem de comprovação de autoria e integridade em ambiente externo, adotando-se, nos demais casos, a modalidade de assinatura cadastrada, ressalvado o disposto em normas que disciplinem procedimentos eletrônicos específicos no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

§ 2° A utilização de assinatura eletrônica importa aceitação das normas sobre o assunto pelo usuário, inclusive no que se refere à responsabilidade por eventual uso indevido.

Art. 12. Os documentos produzidos digitalmente e juntados aos processos eletrônicos com garantia de sua origem e de seu signatário serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Seção II

Do procedimento

Art. 13. O processo eletrônico inicia-se com a autuação de um documento produzido eletronicamente ou digitalizado por um usuário interno ou externo.

Parágrafo único. Os atos gerados no SEI-ICMBio serão registrados com a identificação do usuário, data e hora de sua realização.

Art. 14. As comunicações de atos processuais nos procedimentos em tramitação no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, quando destinadas aos cadastrados no sistema, serão feitas exclusivamente por meio eletrônico.

Parágrafo único. As comunicações realizadas na forma prevista no caput serão consideradas recebidas para todos os efeitos nos procedimentos em trâmite no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Art. 15. As comunicações de atos processuais destinadas aos não cadastrados no sistema de processo eletrônico serão realizadas via postal, com aviso de recebimento - AR, observado o disposto no art. 31.

Art. 16. Os documentos e processos em meio físico, cuja inclusão no SEI-ICMBio seja necessária para a sua tramitação e análise, deverão ser digitalizados e registrados no SEI-ICMBio pelas unidades administrativas competentes mantendo o seu NUP anterior.

Art. 17. Caso seja necessário fazer a impressão do processo, este deverá ser autuado na forma da legislação em vigor, antes de sua expedição ou arquivamento.

Art. 18. O processo eletrônico estará disponível para vista dos autos ou consulta pelos usuários credenciados.

Parágrafo único. Nos casos em que haja garantia legal do sigilo ou que mereça restrição à consulta pública, o acesso será limitado aos usuários previamente autorizados.

Seção III

Dos documentos sigilosos

Art. 19. Documentos sigilosos ou com restrição de acesso gerados no SEI-ICMBio deverão ter grau de sensibilidade informado no ato de criação e deverão ser atribuídos imediatamente a servidor que tenha prerrogativa legal para a posse da informação classificada nos termos que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e demais normas vigentes.

Parágrafo único. A solicitação de classificação de sigilo e de restrição de acesso para os documentos produzidos e recebidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade deverá ser encaminhada à Auditoria Interna, que submeterá a proposta à validação da autoridade competente.

Art. 20. A responsabilidade pela atribuição de credencial de acesso aos documentos sigilosos ou com restrição de acesso é da autoridade que fizer a atribuição.

I - A instância competente para decidir acerca de conflitos de sigilo será a Auditoria Interna.

Art. 21. O detentor de credencial de acesso a documentos sigilosos ou com restrição de acesso, concluídos ou em tramitação, que tenha sua lotação ou função alterada, deverá realizar a transferência de credencial nos referidos documentos ao seu sucessor.

Seção IV

Dos prazos

Art. 22. Os prazos começam a correr a partir da data do recebimento da comunicação do ato, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Para efeito de contagem do prazo mencionado no caput, considerar-se-á efetuado o recebimento da comunicação:

I - no dia em que o usuário efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação, devidamente registrada no processo; ou

II - nos casos em que não efetuada a consulta referida no inciso I, dez dias corridos após a data de encaminhamento da comunicação.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

Art. 23. Quando o ato processual tiver de ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia, conforme horário oficial de Brasília.

Parágrafo único. Considera-se realizado o envio eletrônico de documentos no dia e hora do respectivo registro eletrônico constante no comprovante de protocolo, conforme horário oficial de Brasília.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 24. Às unidades administrativas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade compete:

I - cooperar no processo de aperfeiçoamento da gestão de documentos;

II - produzir os documentos da unidade no SEI-ICMBio;

III - tramitar e receber os documentos e processos por meio do SEI-ICMBio; e

IV - indicar servidor para atuar como multiplicador do SEI-ICMBio.

Art. 25. São deveres de todos os usuários do SEI-ICMBio:

I - registrar todos os documentos produzidos ou recebidos no âmbito de suas atividades no SEI-ICMBio;

II - manter a cautela necessária na utilização do SEI-ICMBio, a fim de evitar que pessoas não autorizadas tenham acesso às suas informações;

III - encerrar a sessão de uso do SEI-ICMBio sempre que se ausentar da estação de trabalho, garantindo a impossibilidade de uso indevido das informações por pessoas não autorizadas;

IV - responder pelas consequências decorrentes das ações ou omissões que possam pôr em risco ou comprometer a exclusividade de conhecimento de sua senha ou das transações em que esteja habilitado; e

V - não fornecer a sua senha de acesso ao SEI-ICMBio a outros usuários, sob pena de responsabilização.

CAPÍTULO IV

DO CREDENCIAMENTO DE ACESSO AO USUÁRIO EXTERNO

Art. 26. Para usuários externos, o envio de requerimentos e recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos, mediante uso de assinatura eletrônica e certificados digitais.

Art. 27. O credenciamento de acesso ao usuário externo estará disponível a partir do dia 23 de maio de 2016, no sítio eletrônico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Parágrafo único. A implementação das demais funcionalidades do SEI-ICMBio para usuário externo será objeto de divulgação no sítio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Art. 28. Para a realização do credenciamento de acesso, o usuário externo deverá preencher o formulário disponível no sítio eletrônico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e anexar os seguintes documentos:

I - no caso de credenciamento de pessoa física:

a) documento de identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF; e

b) comprovante de endereço;

II - no caso de credenciamento de pessoa jurídica:

a) documento de identidade e CPF do representante legal;

b) ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrado;

c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado; e

d) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

§ 1° O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade poderá solicitar documentação complementar para efetivação do cadastro.

§ 2° O resultado da análise da documentação será informado ao usuário por mensagem eletrônica.

Art. 29. O credenciamento de acesso importará aceitação das condições regulamentares que disciplinam o processo eletrônico.

Art. 30. São de exclusiva responsabilidade do usuário:

I - o sigilo da senha relativa à assinatura eletrônica, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II - a equivalência entre os dados informados para o envio do documento e os constantes do documento protocolado;

III - a edição dos documentos enviados em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no que se refere à formatação e ao tamanho do arquivo enviado;

IV - a consulta periódica ao endereço de e-mail cadastrado e ao SEI-ICMBio, a fim de verificar o recebimento de comunicações eletrônicas relativas a atos processuais;

V - a atualização de seus dados cadastrais no SEI-ICMBio; e

VI - o acompanhamento da divulgação dos períodos em que o SEI-ICMBio não estiver em funcionamento em decorrência de indisponibilidade técnica do serviço.

§ 1° A não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI-ICMBio, bem como eventual defeito de transmissão ou recepção de dados e informações, não imputáveis à falha do SEI-ICMBio, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais.

§ 2° Para fins de recebimento de comunicações eletrônicas e interface com o SEI-ICMBio, o usuário poderá cadastrar até cinco e-mails.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A partir de 23 de maio de 2016, todas as comunicações de atos processuais nos procedimentos em trâmite no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade deverão ser efetuadas por meio eletrônico.

§ 1° Após a data referida no caput, os usuários ainda não cadastrados no SEI-ICMBio deverão solicitar o credenciamento de acesso ao gestor do sistema via correio eletrônico.

§ 2º O cadastramento de terceirizados deverá ser solicitado pelo titular da unidade.

§ 3º É vedado o cadastramento de brigadistas, vigilantes e funcionários de contratos continuados, com exceção de colaboradores de áreas administrativas, para acesso ao SEI-ICMBio.

§ 4° No caso de remoção ou desligamento o chefe da unidade deve solicitar ao gestor do SEI-ICMBio a mudança de unidade para o colaborador removido ou a exclusão do usuário no caso de desligamento.

Art. 32. Na hipótese de provimento de cargo público por remoção ou ainda quando ocorrido desligamento, incumbirá ao chefe da unidade respectiva solicitar ao gestor do SEI-ICMBio a correspondente transferência de unidade ou comunicar a exclusão do usuário.

Art. 33. A partir do dia 23 de maio de 2016, as unidades administrativas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade deverão efetuar:

I - a autuação de novos processos, exclusivamente, em meio eletrônico; e

II - a digitalização de processos antigos no momento da primeira movimentação realizada após a implementação do SEI-ICMBio.

III - dar continuidade ao andamento dos processos importados do sistema SGDOC-e.

PORTARIA Nº 57, DE 30 DE MAIO DE 2016

Aprova o Plano de Manejo do Refugio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (processo n.º 02070.003017/2009-67).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 21 do Decreto nº. 7.515, de 08 de julho de 2011, e pela Portaria nº 899/Casa Civil, de 14 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, resolve:

Art. 1° Aprovar o Plano de Manejo do Refugio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, localizado nos Municípios de Palmas e General Carneiro, Estado do Paraná, constante do processo administrativo n.º 02070.003017/2009-67.

Parágrafo único. A Zona de Amortecimento constante no Plano de Manejo é a constante no Decreto de Criação do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas.

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo será disponibilizado na sede da unidade de conservação, no centro de documentação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO CARRERA MARETTI

PORTARIA Nº 58, DE 30 DE MAIO DE 2016

Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Igarapé Gelado(processo n.º 02070.000700/2013-29).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 21 do Decreto nº. 7.515, de 08 de julho de 2011, e pela Portaria nº 899/Casa Civil, de 14 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, resolve:

Art. 1° Aprovar o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Igarapé Gelado, localizado no Município de Parauapebas, Estado do Pará, constante do processo administrativo n.º 02070.000700/2013-29.

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo será disponibilizado na sede da unidade de conservação, no centro de documentação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO CARRERA MARETTI

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 21, DE 30 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais relativa ao bimestre março/abril de 2016, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2016

Relatório de Execução Orçamentária referente ao 2º bimestre

1. O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para o exercício de 2016 foi aprovado pela Lei 13.255, de 14 de janeiro de 2016, Lei Orçamentária Anual, publicada no Diário Oficial da União de 15.01.2016, no valor global de R$ 97.067.051.236,00 (Noventa e sete bilhões, sessenta e sete milhões, cinquenta e um mil, duzentos e trinta e seis reais). Esse montante agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 278 projetos e 266 atividades.

2. O Orçamento de Investimento de 2016 teve sua dotação aumentada em decorrência da reabertura do saldo de créditos abertos nos últimos quatro meses de 2015, no montante R$ 130.494.311,00 (Cento e trinta milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e onze reais). Desse movimento resultou uma Dotação Atual no montante de R$ 97.197.545.547,00 (Noventa e sete bilhões, cento e noventa e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete reais). Este total englobou as programações de 68 empresas estatais federais, sendo 62 do setor produtivo e 6 do setor financeiro. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nem aquelas que não programaram investimentos.

3. As 68 empresas computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- seis, no setor financeiro e de seguros;
- três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- vinte e cinco, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- treze, no setor de petróleo, derivados e gás natural, em pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- oito, no setor de administração portuária;
- uma, no setor de serviços postais;
- uma, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- três, no setor industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos, insumos militares, de produção de moeda, cédulas, selos e similares, bem como de processamento de hemoderivados; e
- oito, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos.

4. No Quadro 01 a seguir, está demonstrado o movimento que resultou na Dotação Autorizada de R$ 97.197.545.547,00 (Noventa e sete bilhões, cento e noventa e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete reais). Como consequência, o Orçamento de Investimento de 2016 passou a agregar dotações para a execução de obras e serviços em 283 projetos e 268 atividades.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

QUADRO 01 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Demonstrativo da evolução da dotação constante da LOA 2016 - até 1º bimestre

Valores em R$ 1,00

Especificação	Créditos		Movimento Líquido
	Suplementação	Cancelamento	
Dotação Inicial (Lei nº 13.255, de 14.01.2016)			97.067.051.236
Decreto s/n de 25.02.2016 (Reabertura de créditos especial)	129.647.565	0	129.647.565
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	90.000.000	0	90.000.000
CELG Distribuição S.A. - CELG D	28.602.761	0	28.602.761
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	524.987	0	524.987
Linha Verde Transmissora de Energia S.A. - LVTE	8.983.102	0	8.983.102
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	1.536.715	0	1.536.715
Decreto s/n de 25.02.2016 (Reabertura de créditos extraordinários)	846.746	0	846.746
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	384.210	0	384.210
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	462.536	0	462.536
Resumo dos Créditos	130.494.311	0	130.494.311
Dotação Atual			97.197.545.547

Fonte: MP/DEST/SIOP

4

5. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2016 (Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais, e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

Despesa por Órgão

6. A Tabela 01 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Órgão, informando a dotação aprovada de cada ministério setorial para o exercício de 2016 e os valores já realizados no período de março a abril deste ano.

TABELA 01 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Órgão

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	Desemp. % (c/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	47.835.687	1.949.266	5.658.034	11,8
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	46.297.250	271.873	748.300	1,6
Ministério da Fazenda	6.532.072.485	359.986.712	630.079.753	9,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	113.697.509	2.097.421	3.139.326	2,8
Ministério de Minas e Energia	87.025.321.507	8.926.062.236	18.685.999.213	21,5
Ministério da Saúde	329.185.227	13.256.041	35.310.901	10,7
Ministério dos Transportes	85.000	12.534	15.334	18,0
Ministério do Trabalho e Previdência Social	200.000.000	45.264.375	47.362.698	23,7
Ministério das Comunicações	1.624.046.647	146.816.275	163.557.843	10,1
Ministério da Defesa	4.054.987	179.659	257.905	6,4
Secretaria de Aviação Civil	816.997.698	82.120.111	203.702.627	24,9
Secretaria de Portos	457.951.550	38.736.410	78.264.471	17,1
Total	97.197.545.547	9.616.752.913	19.854.096.405	20,4

Fontes de financiamento dos investimentos

07. A Tabela 02 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 02 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados das Fontes de Financiamento dos Investimentos

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Composição % de (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	Composição % de (c)
Recursos Próprios	49.495.076.769	9.165.189.450	95,3	18.873.039.154	95,1
Geração Própria	49.495.076.769	9.165.189.450	95,3	18.873.039.154	95,1
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.039.525.687	211.638.751	2,2	398.539.721	2,0
Tesouro	1.904.762.287	208.457.620	2,2	391.093.378	2,0
Direto	1.765.202.515	203.181.788	2,1	383.186.550	1,9
Saldos de Exercícios Anteriores	139.559.772	5.275.832	0,1	7.906.828	0,0
Controladora	72.679.000	3.181.131	0,0	7.446.343	0,0
Outras Fontes	62.084.400	0	0,0	0	0,0
Operações de Crédito de Longo Prazo	39.906.807.813	205.897.385	2,1	514.294.272	2,6
Internas	13.380.290.813	205.897.385	2,1	514.294.272	2,6
Externas	26.200.000.000	0	0,0	0	0,0
Outros Recursos de Longo Prazo	5.756.135.278	34.027.327	0,4	68.223.258	0,3
Controladora	556.135.278	34.027.327	0,4	68.223.258	0,3
Outras Fontes	5.200.000.000	0	0,0	0	0,0
Total	97.197.545.547	9.616.752.913	100.0	19.854.096.405	100.0

Despesa por Funções e Subfunções

08. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função, em que se agrega determinando subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

09. As tabelas 03 e 04 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no 2º bimestre de 2016, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

TABELA 03 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Função

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	Desemp. % (c/a)
Defesa Nacional	2.854.737	159.405	217.784	7,6
Previdência Social	200.000.000	45.264.375	47.362.698	23,7
Saúde	329.185.227	13.256.041	35.310.901	10,7
Agricultura	47.835.687	1.949.266	5.658.034	11,8
Indústria	105.837.407	637.876	1.150.774	1,1
Comércio e Serviços	6.586.700.087	361.726.082	632.832.392	9,6
Comunicações	1.623.519.366	146.815.734	163.481.813	10,1
Energia	87.010.493.507	8.920.529.158	18.676.689.413	21,5
Transporte	1.291.119.529	126.414.976	291.392.596	22,6
Total	97.197.545.547	9.616.752.913	19.854.096.405	20,4

TABELA 04 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Subfunção

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	Desemp. % (c/a)
Administração Geral	2.035.225.797	73.333.936	125.862.244	6,2
Tecnologia da Informação	3.933.793.265	329.426.130	547.910.980	13,9
Suporte Profilático e Terapêutico	308.203.604	11.486.478	30.850.829	10,0
Produção Industrial	45.135.698	1.458.673	3.284.608	7,3
Comercialização	608.521.000	56.301.244	102.452.356	16,8
Serviços Financeiros	2.887.203.172	127.074.270	224.010.174	7,8
Comunicações Postais	560.000.000	48.281.165	58.325.143	10,4
Telecomunicações	802.048.962	88.467.983	93.311.868	11,6
Conservação de Energia	10.279.000	1.506	2.236	0,0
Energia Elétrica	10.931.625.101	692.203.047	1.338.946.399	12,2
Combustíveis Minerais	66.532.543.000	7.838.217.710	16.461.906.297	24,7
Biocombustíveis	24.944.000	1.672.571	4.044.443	16,2
Transporte Aéreo	801.997.698	76.440.655	195.915.217	24,4
Transporte Hidroviário	1.451.548.250	96.842.620	319.705.558	22,0
Transportes Especiais	6.264.477.000	175.544.925	347.568.053	5,5
Total	97.197.545.547	9.616.752.913	19.854.096.405	20,4

Despesa por Programa

10. Os programas constituem-se em instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que compõem o programa.

TABELA 05 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Programa

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	Desemp. % (c/a)
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	2.887.203.172	127.074.270	224.010.174	7,8
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	6.780.462.848	458.048.104	744.184.398	11,0
Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	308.203.604	11.486.478	30.850.829	10,0
Aviação Civil	801.997.698	76.440.655	195.915.217	24,4
Combustíveis	10.095.926.000	597.728.861	1.309.636.257	13,0
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	902.048.962	89.239.283	94.756.580	10,5
Energia Elétrica	10.844.469.962	683.245.006	1.321.076.871	12,2
Petróleo e Gás	64.088.987.000	7.530.977.980	15.844.242.292	24,7
Transporte Marítimo	384.210	0	71.450	18,6
Transporte Aquaviário	414.751.040	36.764.571	75.859.197	18,3
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	73.111.051	5.747.705	13.493.140	18,5
Total	97.197.545.547	9.616.752.913	19.854.096.405	20,4

Despesa por Órgão/Unidade

11. A Tabela 06 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados, discriminando, para cada Órgão e Unidades subordinadas, os valores da respectiva Dotação Autorizada, do realizado no 2º bimestre, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 06 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Órgão/Unidade

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	Desemp. % (c/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	47.835.687	1.949.266	5.658.034	11,8
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	1.292.935	70.557	70.557	5,5
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	5.433.700	70.489	249.467	4,6
CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	41.109.052	1.808.220	5.338.010	13,0
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	46.297.250	271.873	748.300	1,6
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	46.297.250	271.873	748.300	1,6
MINISTÉRIO DA FAZENDA	6.532.072.485	359.986.712	630.079.753	9,6
Banco da Amazônia S.A. - BASA	57.364.456	864.384	864.384	1,5
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	300.000.000	5.983.893	12.032.744	4,0
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	132.371.200	3.566.709	12.758.168	9,6
Casa da Moeda do Brasil - CMB	105.837.407	637.876	1.150.774	1,1
Caixa Econômica Federal - CAIXA	2.534.533.905	155.730.931	318.970.970	12,6
COBRA Tecnologia S.A.	97.704.000	1.246.345	1.403.159	1,4
Banco do Brasil S.A. - BB	3.298.609.474	191.356.409	282.293.789	8,6
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	200.000	0	0	0,0
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	2.216.143	594.591	594.591	26,8
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	1.700.000	1.080	6.680	0,4
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	1.535.900	4.494	4.494	0,3
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	113.697.509	2.097.421	3.139.326	2,8
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	113.697.509	2.097.421	3.139.326	2,8
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	87.025.321.507	8.926.062.236	18.685.999.213	21,5
GRUPO PETROBRAS	76.330.445.000	8.228.181.690	17.357.020.020	22,7
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	59.559.320.000	5.903.824.265	12.701.874.180	21,3
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	661.914.000	61.471.102	115.880.437	17,5
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	34.690.000	9.027.541	12.574.399	36,2
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	1.345.177.000	66.287.333	262.887.620	19,5
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	10.681.811.000	1.728.952.125	3.437.694.670	32,2
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	3.312.251.000	427.927.959	769.857.971	23,2
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	291.769.000	10.669.396	15.881.419	5,4

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	126.041.000	12.250.444	21.563.846	17,1
Stratura Asfaltos S.A.	3.200.000	612.113	832.046	26,0
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	26.944.000	1.729.903	4.162.610	15,4
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	8.974.000	940.641	2.082.016	23,2
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICA-SUAPE	6.291.000	510.587	1.201.717	19,1
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD	35.351.000	1.166.262	5.732.830	16,2
Araucária Nitrogenados S.A.	117.322.000	2.812.019	4.794.259	4,1
Nova Transportadora do Sudeste S.a.	119.390.000	0	0	0,0
GRUPO ELETROBRAS	10.605.565.598	683.847.955	1.311.167.699	12,4
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	10.000.000	584.231	704.186	7,0
Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	4.239.524.873	150.929.162	308.560.767	7,3
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	49.804.581	64.486	4.469.962	9,0
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	755.313.427	100.103.744	159.035.219	21,1
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	994.770.259	24.238.350	49.777.251	5,0
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	832.753.317	132.710.951	304.922.946	36,6
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	913.345.541	76.956.185	134.697.815	14,7
Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR	150.000	1.248	1.248	0,8
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	102.860.000	11.428.202	19.717.821	19,2
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	296.100.869	20.267.399	42.036.715	14,2
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	409.895.645	20.480.826	28.670.579	7,0
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	263.807.742	32.477.786	48.946.587	18,6
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	40.623.438	6.299.214	9.031.998	22,2
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	842.750.560	37.798.164	70.414.861	8,4
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	85.334.802	1.935.174	3.796.655	4,4
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	26.004	16.000	16.000	61,5
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	795.200	795.200	795.200	100,0
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	10.000.000	413.100	683.700	6,8
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT	295.123.477	16.278.937	16.278.937	5,5
CELG Distribuição S.A. - CELG D	453.602.761	48.903.081	99.626.150	22,0
Linha Verde Transmissora de Energia S.A. - LVTE	8.983.102	1.166.515	8.983.102	100,0
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA	19.192.909	88.515	204.602	1,1
Transpetro International B.V. - TI B.V.	70.118.000	13.944.076	17.606.892	25,1
MINISTÉRIO DA SAÚDE	329.185.227	13.256.041	35.310.901	10,7
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	329.185.227	13.256.041	35.310.901	10,7
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	85.000	12.534	15.334	18,0
Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR	85.000	12.534	15.334	18,0
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	200.000.000	45.264.375	47.362.698	23,7
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	200.000.000	45.264.375	47.362.698	23,7
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	1.624.046.647	146.816.275	163.557.843	10,1
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	800.000.000	57.814.342	69.131.077	8,6
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	824.046.647	89.001.933	94.426.766	11,5
MINISTÉRIO DA DEFESA	4.054.987	179.659	257.905	6,4
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	4.054.987	179.659	257.905	6,4
SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	816.997.698	82.120.111	203.702.627	24,9
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	816.997.698	82.120.111	203.702.627	24,9
SECRETARIA DE PORTOS	457.951.550	38.736.410	78.264.471	17,1
Companhia Docas do Ceará - CDC	23.298.097	1.637.660	2.331.545	10,0
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	28.612.234	7.754.429	10.464.521	36,6
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	87.419.031	869.995	2.491.505	2,9
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	125.098.958	18.071.873	51.453.298	41,1
Companhia Docas do Pará - CDP	53.190.597	851.305	1.334.648	2,5
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	108.452.062	9.151.484	9.218.548	8,5
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	31.880.571	399.664	970.406	3,0
Total	97.197.545.547	9.616.752.913	19.854.096.405	20,4

12. O Quadro 02 demonstra a situação de projetos e atividades, agrupados por faixa percentual de desempenho definida pela relação entre o realizado no primeiro bimestre e a dotação autorizada de cada subtítulo, bem como a expressividade de cada faixa em relação ao quantitativo total de subtítulos programados.

QUADRO 02 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Quantitativo de projetos e atividades, por faixa % de execução - até 2º bimestre

Faixa % de desempenho	Projeto (a)	Atividade (b)	Total (c)	Composição (c/Tc) %
0	115	54	169	30,7
0,01 a 20,40	108	158	266	48,3
20,41 a 33,33	23	31	54	9,8
33,34 a 100,00	29	22	51	9,3
Acima de 100,00	8	3	11	2,0
TOTAL (T)	283	268	551	100,0

13. Das empresas que tiveram a programação de dispêndios autorizada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2016, dezenove apresentaram, em termos percentuais de realização das respectivas dotações autorizadas, no segundo bimestre, desempenho superior à média geral de 20,4%: LVTE, 100,0%; TSBE, 100,0%; Uirapuru, 61,5%; CODESP, 41,1%; CHESF, 36,6; CODESA, 36,6%; TBG, 36,2%; PNBV, 32,2%; EMGEA, 26,8%; Stratura Asfaltos, 26,0%; TI BV, 25,1%; Infraero, 24,9%; Dataprev, 23,7%; PIB BV, 23,2%; Citepe, 23,2%; BVenergia, 22,2%; Celg D, 22,0%; Petrobras, 21,3%; e Eletronorte, 21,1%. As empresas BB Turismo e NTS, não apresentaram realização no período.

14. As empresas a seguir ultrapassaram a Dotação Autorizada para as programações citadas: 1) Codesp - Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo, Reforço do Píer de Acostagem no Terminal da Alamoa, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo; 2) Eletrosul - Implantação das Usinas Eólicas Coxilha Seca (30MW), Capão do Inglês (10MW) e Galpões (8MW) - No Município de Sant'Ana do Livramento - RS; 3) Emgepron - Adaptação da Fábrica de Munição para a Nacionalização do Canhão 40mmL/70 - No Estado do Rio de Janeiro; 4) Petrobras - Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), Fase II, para 28 MM m3/dia na Bacia de Santos - No Estado do Rio de Janeiro, Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural, na Bacia de Santos - Na Região Sudeste, Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste - Na Região Nordeste, Implantação de Dutos de Escoamento de GLP e C5+, com Aproximadamente 70 Km de Extensão, da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba para a Refinaria do Vale do Paraíba, REVAP - No Estado de São Paulo, Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC, em Cubatão (SP) - No Estado de São Paulo; 5) PIB BV - Exploração Marítima de Petróleo e Gás Natural no Exterior - No Exterior; 6) PNBV - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III (Período 2008-2015) - No Exterior.

Distribuição geográfica da despesa

15. A Tabela 07 apresenta a situação consolidada da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas Dotações Autorizada, os valores realizados no bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional.

TABELA 07 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Macrorregião

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	Composição % de(a) a/Ta	Composição % de(c) c/Tc
Exterior	9.467.534.431	1.325.747.303	2.673.346.357	9,7	13,5
Nacional	54.998.391.508	5.524.446.556	11.498.982.646	56,6	57,9
Região Centro-Oeste	1.000.344.682	72.915.161	147.638.986	1,0	0,7
Região Nordeste	4.687.244.534	547.311.609	1.113.505.463	4,8	5,6
Região Norte	2.611.968.420	220.054.181	353.880.208	2,7	1,8
Região Sudeste	23.314.617.793	1.899.107.480	3.997.261.742	24,0	20,1
Região Sul	1.117.444.179	27.170.623	69.481.003	1,1	0,3
Total	97.197.545.547	9.616.752.913	19.854.096.405	100,0	100,0

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

16. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (LDO de 2016).

17. As tabelas de 8 a 12, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, no período março/abril de 2016, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 111 da LDO de 2016, tendo presente que:

1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

TABELA 08 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2016
(Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 - LDO 2016 - Art. 111 - § 3º)
Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS
Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Saldos em 31.12.2015	Saldos em 31.12.2015															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	134.707.654	134.707.654	19.972.793	12.998.540	11.295.511	25.528.098	43.732.340	13.520.152	7.660.219	62.859.411	40.213.494	31.634.748	50.909.643	10.607.072	7.342.741	1.057.303	64.790.895
Acre	6.129.305	6.129.305	888.330	499.706	983.260	386.950	2.263.114	607.100	500.845	3.071.551	1.767.918	1.289.836	3.020.596	932.977	415.656	20.574	1.739.501
Amapá	5.588.043	5.588.043	137.513	164.366	531.468	301.050	3.513.173	331.921	608.553	3.234.041	1.277.466	1.076.536	2.442.586	430.909	260.238	10.576	2.443.735
Amazonas	16.325.978	16.325.978	457.185	2.795.706	1.849.011	1.951.419	4.234.227	3.071.182	1.967.248	8.209.402	4.319.626	3.796.950	6.264.260	1.545.787	1.536.447	287.584	6.691.900
Pará	55.384.935	55.384.935	5.642.819	6.400.465	4.120.094	12.889.013	18.806.346	5.428.168	2.098.030	24.677.201	17.303.373	13.404.361	16.616.354	3.761.810	2.265.605	296.495	32.444.670
Rondônia	29.490.674	29.490.674	6.029.686	2.074.542	2.199.508	6.870.380	9.571.672	1.881.366	863.519	13.669.550	10.254.021	5.567.103	10.035.161	2.086.365	1.789.877	68.764	15.510.508
Roraima	3.807.719	3.807.719	485.018	76.881	395.079	258.547	1.809.093	479.441	303.660	2.069.064	384.742	1.353.913	2.406.208	337.448	218.678	1.358	844.027
Tocantins	17.980.998	17.980.998	6.332.241	986.875	1.217.091	2.870.739	3.534.714	1.720.974	1.318.365	7.928.602	4.906.348	5.146.048	10.124.477	1.511.775	856.241	371.952	5.116.553
Região Nordeste	308.759.281	308.759.281	36.901.621	60.614.289	29.097.033	23.485.695	75.017.768	61.819.232	21.823.644	147.731.757	76.379.056	84.648.469	142.129.032	29.401.196	22.982.269	3.287.429	110.959.354
Alagoas	14.404.417	14.404.417	1.502.075	2.478.861	1.268.993	743.879	2.094.797	4.679.313	1.636.499	6.849.806	2.814.357	4.740.254	9.500.972	1.083.026	874.542	91.732	2.854.144
Bahia	84.919.284	84.919.284	15.043.490	16.130.951	7.908.341	7.965.045	17.115.802	15.061.735	5.693.920	42.870.230	20.479.735	21.569.319	38.979.538	8.930.394	6.209.937	1.008.849	29.790.566
Ceará	47.896.080	47.896.080	3.608.171	10.299.698	5.505.344	3.733.495	13.118.891	8.068.972	3.561.510	21.459.508	12.476.425	13.960.147	20.020.526	4.655.945	3.990.331	368.708	18.860.571
Maranhão	33.361.754	33.361.754	5.860.534	5.131.123	3.143.255	2.348.418	10.306.884	5.035.573	1.535.967	17.033.920	8.607.537	7.720.297	13.165.671	3.417.683	1.971.275	210.052	14.597.071
Paraíba	17.926.373	17.926.373	1.227.561	2.267.004	1.980.507	1.177.937	3.221.924	6.447.061	1.604.379	8.129.006	3.216.218	6.581.149	11.167.297	1.748.624	1.357.160	106.101	3.547.191
Pernambuco	55.767.480	55.767.480	3.265.768	18.875.648	4.459.001	3.840.814	13.381.192	8.718.104	3.226.953	25.508.416	15.884.965	14.374.099	21.142.262	4.471.059	3.927.177	799.506	25.427.476
Piauí	17.123.786	17.123.786	3.167.424	1.650.589	2.134.760	1.168.849	4.408.233	2.837.381	1.756.550	7.877.208	5.034.564	4.212.014	8.077.272	1.932.868	1.314.009	577.900	5.221.736
Rio Grande do Norte	24.886.177	24.886.177	1.316.970	2.385.434	1.809.686	1.544.133	9.613.809	6.439.687	1.776.460	11.724.120	5.184.497	7.977.560	11.756.193	2.033.217	2.379.457	36.474	8.680.837
Sergipe	12.473.929	12.473.929	1.909.628	1.394.982	887.146	963.125	1.756.237	4.531.406	1.031.406	6.279.542	2.680.758	3.513.629	8.319.301	1.128.380	958.380	88.107	1.979.761
Região Sudeste	1.160.079.160	1.160.079.160	69.998.786	263.081.879	78.503.883	229.831.241	269.204.879	189.976.972	59.481.520	767.739.281	114.163.004	278.176.875	437.324.677	57.664.120	43.739.345	18.250.378	603.100.639
Espírito Santo	31.299.447	31.299.447	5.329.079	3.533.466	2.551.471	4.877.279	6.478.744	6.543.979	1.985.429	19.840.664	2.626.519	8.832.264	18.106.221	2.722.161	2.128.424	609.607	7.733.034
Minas Gerais	188.412.414	188.412.414	26.895.974	25.642.915	15.119.655	24.267.016	26.823.825	43.946.503	25.716.526	120.005.038	13.237.630	55.169.746	115.210.312	14.530.077	9.588.116	4.309.525	44.774.383

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Rio de Janeiro	348.500.524	348.500.524	1.876.672	59.585.246	10.715.428	131.265.957	101.824.532	35.069.847	8.162.841	234.108.495	54.609.327	59.782.702	71.957.920	7.112.354	4.679.822	3.769.603	260.980.825
São Paulo	591.866.776	591.866.776	35.897.060	174.320.252	50.117.330	69.420.988	134.077.778	104.416.644	23.616.724	393.785.085	43.689.528	154.392.163	232.050.224	33.299.528	27.342.982	9.561.643	289.612.398
Região Sul	397.629.195	397.629.195	83.240.328	66.648.078	32.076.739	68.943.987	47.912.715	80.601.033	18.206.314	228.126.262	32.259.590	137.243.343	219.246.001	34.710.888	25.608.405	11.754.943	106.308.958
Paraná	154.209.833	154.209.833	37.492.549	22.747.703	13.964.124	26.575.615	15.721.267	31.184.027	6.524.548	86.265.817	11.865.832	56.078.184	84.982.903	12.536.350	8.812.548	4.519.123	43.358.909
Rio Grande do Sul	144.579.719	144.579.719	32.222.295	24.952.881	9.515.269	23.684.642	18.132.301	29.195.754	6.876.578	85.871.668	10.782.142	47.925.909	83.540.804	12.030.234	9.328.904	3.436.042	36.243.735
Santa Catarina	98.839.642	98.839.642	13.525.484	18.947.494	8.597.347	18.683.729	14.059.147	20.221.252	4.805.189	55.988.777	9.611.615	33.239.250	50.722.293	10.144.304	7.466.953	3.799.778	26.706.314
Região Centro-Oeste	232.194.758	232.194.758	54.073.390	22.362.967	15.756.393	23.224.494	61.081.068	43.838.665	11.857.781	123.941.529	37.556.665	70.696.564	139.647.344	20.373.375	10.311.090	4.072.850	57.790.098
Distrito Federal	62.707.598	62.707.598	2.430.774	3.615.254	2.828.413	2.512.717	31.966.347	16.020.295	3.333.798	42.769.273	6.662.010	13.276.315	35.203.300	3.141.959	2.020.714	926.549	21.415.076
Goiás	76.569.855	76.569.855	21.652.902	7.820.108	5.455.959	7.581.554	13.815.162	16.278.417	3.965.753	38.041.401	12.112.708	26.415.746	53.465.495	7.051.636	3.448.922	1.282.073	11.321.729
Mato Grosso	54.102.128	54.102.128	18.670.273	3.279.648	4.446.384	9.145.074	9.696.903	5.888.898	2.974.948	24.197.271	9.267.539	20.637.318	29.630.642	6.681.092	3.312.766	1.209.247	13.268.381
Mato Grosso do Sul	38.815.178	38.815.178	11.319.442	7.647.956	3.025.636	3.985.149	5.602.657	5.651.055	1.583.281	18.933.584	9.514.409	10.367.185	21.347.907	3.498.687	1.528.689	654.982	11.784.912
TOTAL	2.233.370.047	2.233.370.047	264.186.918	425.705.754	166.729.559	371.013.515	496.948.770	389.756.053	119.029.478	1.330.398.239	300.571.809	602.399.999	989.256.697	152.756.652	109.983.851	38.422.903	942.949.944

TABELA 09 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2016
(Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 - LDO 2016 - Art. 111 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - EFETIVAMENTE CONCEDIDOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2016	Realizado até o 2º Bimestre / 2016															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	124.605.404	66.706.400	2.315.375	743.512	2.038.743	271.880	50.256.133	6.030.850	5.049.907	57.147.857	1.887.293	7.671.249	59.731.837	4.558.125	789.816	54.912	1.571.710
Acre	7.880.165	5.949.961	111.278	55.377	137.316	12.842	5.051.246	296.656	285.246	5.635.396	114.053	200.512	5.332.280	493.972	104.906	1.157	17.646
Amapá	6.468.280	3.864.685	10.522	15.415	95.784	8.747	3.308.767	136.753	288.697	3.742.912	22.335	99.438	3.524.452	268.689	57.873	98	13.572
Amazonas	15.913.027	8.150.021	12.262	160.134	213.217	18.058	5.597.759	1.259.733	888.858	7.433.476	62.353	654.192	6.717.094	743.204	148.016	4.784	536.924
Pará	52.385.362	19.072.054	575.145	332.351	724.925	87.965	12.695.027	2.862.681	1.793.961	15.832.063	529.267	2.710.724	16.880.908	1.538.762	225.641	36.860	389.883
Rondônia	20.652.323	10.639.206	751.334	98.270	454.667	83.496	8.024.776	639.929	586.734	8.876.856	678.339	1.084.011	9.441.011	746.388	105.481	3.086	343.239
Roraima	3.682.963	10.604.310	103.591	29.854	108.402	1.369	10.001.965	166.719	192.410	8.699.923	39.911	1.864.476	10.379.284	168.364	15.563	104	40.995
Tocantins	17.623.285	8.426.164	751.243	52.111	304.432	59.405	5.576.594	668.378	1.014.002	6.927.231	441.036	1.057.897	7.456.808	598.747	132.337	8.822	229.450
Região Nordeste	369.079.855	180.826.759	3.481.818	5.502.270	7.431.577	510.090	124.846.456	23.941.735	15.112.812	142.553.925	5.087.690	33.185.144	155.164.008	13.591.801	4.300.228	462.464	7.308.257
Alagoas	18.688.173	9.398.917	116.967	239.745	354.777	14.187	5.540.152	2.140.138	992.951	6.795.582	172.531	2.430.804	8.430.517	653.322	180.126	408	134.545
Bahia	106.861.252	48.960.001	1.548.786	1.362.767	2.364.455	240.414	32.809.912	5.786.327	4.847.341	39.943.823	1.956.942	7.059.236	40.858.223	3.728.109	1.180.219	80.066	3.113.385
Ceará	54.139.885	29.785.002	202.740	1.159.141	1.178.991	49.842	22.749.287	2.590.521	1.854.480	23.140.831	614.471	6.029.700	26.041.803	2.431.438	470.520	34.203	807.037
Maranhão	34.698.566	15.719.433	709.896	346.131	787.911	44.414	10.244.645	2.296.480	1.289.957	12.368.154	641.797	2.709.482	13.604.812	1.290.561	442.042	29.272	352.747
Paraíba	27.062.130	13.128.800	125.682	406.404	576.024	23.247	8.890.832	2.080.627	1.025.982	9.839.383	277.610	3.011.807	11.669.619	910.923	376.446	19.822	151.991
Pernambuco	60.087.040	26.813.100	246.984	1.051.016	1.026.444	81.778	19.001.031	3.410.540	1.995.307	21.466.805	608.416	4.737.879	22.715.655	2.079.771	785.398	288.812	943.464
Piauí	21.132.152	10.547.511	277.702	210.348	437.357	14.401	6.803.171	1.290.525	1.514.006	8.132.745	377.779	2.036.987	8.157.793	773.483	255.840	5.826	1.354.570
Rio Grande do Norte	30.873.539	18.235.426	98.311	367.086	428.434	22.947	14.006.201	2.336.662	975.783	14.894.366	212.026	3.129.034	16.430.016	1.185.474	406.487	397	213.053
Sergipe	15.537.118	8.238.567	154.750	359.631	277.183	18.860	4.801.225	2.009.914	617.005	5.972.235	226.117	2.040.215	7.255.572	538.723	203.150	3.658	237.466
Região Sudeste	1.163.166.931	514.526.307	8.613.899	19.261.348	13.305.145	10.539.055	316.274.025	63.001.717	83.531.119	397.405.186	15.705.836	101.415.285	402.267.080	25.457.163	5.464.684	1.513.458	79.823.922
Espírito Santo	38.191.885	17.664.238	513.977	271.288	683.725	69.577	12.883.995	1.932.434	1.309.243	15.376.147	476.940	1.811.151	15.943.326	1.180.339	287.890	31.553	221.132
Minas Gerais	256.239.940	107.703.506	3.518.661	2.701.463	4.830.683	848.200	65.011.039	12.132.065	18.661.393	81.304.539	2.346.576	24.052.391	88.987.858	6.291.502	1.621.204	611.911	10.191.030
Rio de Janeiro	358.981.722	126.281.053	141.729	1.963.592	1.930.291	8.343.227	71.879.101	13.714.625	28.308.485	93.489.258	10.565.847	22.225.948	87.718.856	4.000.285	616.844	266.739	33.678.329
São Paulo	509.753.384	262.877.510	4.439.532	14.325.005	5.860.445	1.278.050	166.499.889	35.222.593	35.251.998	207.235.243	2.316.472	53.325.795	209.617.040	13.985.037	2.938.747	603.256	35.733.431
Região Sul	430.895.381	198.702.388	11.414.218	7.834.618	7.647.658	1.294.545	134.309.011	21.642.369	14.559.968	155.521.197	5.732.690	37.448.501	168.454.089	13.059.172	3.867.864	1.036.793	12.284.470
Paraná	159.439.521	74.291.914	6.209.585	2.535.576	3.290.705	439.240	47.950.217	8.736.235	5.130.357	56.490.464	2.049.693	15.751.757	61.961.432	4.819.767	1.507.123	355.802	5.647.790
Rio Grande do Sul	170.118.579	72.281.117	3.650.508	2.868.204	2.135.175	487.202	50.412.765	8.093.532	4.633.730	56.261.949	2.287.073	13.732.095	62.664.926	4.218.910	1.260.955	310.485	3.825.841
Santa Catarina	101.337.282	52.129.357	1.554.126	2.430.839	2.221.778	368.102	35.946.029	4.812.602	4.795.881	42.768.784	1.395.924	7.964.649	43.827.731	4.020.496	1.099.786	370.506	2.810.839
Região Centro-Oeste	256.422.009	196.122.139	8.574.865	1.715.606	4.298.636	383.634	140.314.556	20.399.817	20.435.025	141.996.531	3.634.366	50.491.242	177.317.037	11.874.344	1.727.218	776.753	4.426.787
Distrito Federal	78.899.253	93.094.081	572.999	214.872	583.139	81.124	75.624.411	5.978.335	10.039.200	84.063.423	301.955	8.728.703	85.926.272	5.461.419	435.023	45.699	1.225.668
Goiás	88.625.988	43.695.742	3.136.668	743.746	1.307.758	104.321	26.737.168	5.793.952	5.872.130	25.182.381	1.216.307	17.297.054	37.399.750	2.804.085	620.909	447.577	2.423.421
Mato Grosso	51.603.618	27.809.360	2.844.037	389.027	729.465	128.797	20.331.509	2.002.723	1.383.801	17.375.448	1.309.968	9.123.944	24.778.131	2.083.314	372.308	35.375	540.232
Mato Grosso do Sul	37.293.150	31.522.955	2.021.160	367.961	1.678.274	69.391	17.621.467	6.624.807	3.139.894	15.375.278	806.135	15.341.542	29.212.884	1.525.526	298.978	248.101	237.467
TOTAL	2.344.169.580	1.156.883.992	34.400.176	35.057.354	34.721.759	12.999.203	766.000.181	135.016.488	138.688.831	894.624.696	32.047.874	230.211.422	962.934.050	68.540.605	16.149.811	3.844.379	105.415.146

TABELA 10 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2016
(Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 - LDO 2016 - Art. 111 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2016	Realizado até o 2º Bimestre / 2016															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	105.188.755	71.685.401	2.326.350	1.536.832	3.710.784	1.788.833	51.725.703	5.871.890	4.725.009	59.470.505	2.240.090	9.974.805	58.919.453	5.964.526	1.452.555	119.117	5.229.750
Amortização	88.291.183	62.982.040	2.041.453	1.261.486	3.208.165	1.442.387	47.236.051	4.110.323	3.682.174	53.534.340	1.730.660	7.717.040	51.761.635	5.544.186	1.269.204	98.291	4.308.724
Encargos	16.897.572	8.703.361	284.897	275.346	502.619	346.446	4.489.652	1.761.567	1.042.834	5.936.165	509.431	2.257.765	7.157.818	420.340	183.351	20.826	921.026
Acre	7.035.955	6.244.905	49.331	108.880	243.416	27.476	5.213.057	304.959	297.786	5.796.399	101.101	347.405	5.328.769	610.231	143.221	2.692	159.991
Amortização	6.071.316	5.777.920	39.938	89.826	207.227	22.270	4.970.317	213.471	234.871	5.403.819	81.943	292.158	4.952.038	568.963	119.566	1.981	135.373
Encargos	964.639	466.984	9.393	19.054	36.188	5.206	242.740	91.488	62.915	392.580	19.158	55.246	376.732	41.268	23.655	711	24.618
Amapá	5.985.740	4.141.166	3.725	36.929	168.820	23.754	3.504.552	136.476	266.909	3.889.415	78.753	172.998	3.540.364	363.965	83.403	1.130	152.305
Amortização	5.055.050	3.811.403	2.937	30.655	145.719	20.003	3.307.248	95.533	209.309	3.614.448	62.436	134.519	3.281.038	341.878	70.290	1.036	117.163
Encargos	930.691	329.762	789	6.274	23.101	3.751	197.304	40.943	57.600	274.967	16.316	38.479	259.326	22.087	13.114	95	35.142
Amazonas	14.102.208	8.749.074	50.122	279.427	459.979	152.125	5.661.809	1.224.302	921.310	7.597.039	179.311	972.724	6.559.078	949.628	265.871	24.094	950.403
Amortização	11.476.030	7.776.113	36.730	229.141	401.399	127.582	5.381.605	857.011	742.646	6.852.617	144.838	778.658	5.809.732	887.592	238.346	19.422	821.021
Encargos	2.626.179	972.960	13.393	50.286	58.580	24.543	280.204	367.291	178.664	744.421	34.473	194.066	749.346	62.035	27.525	4.673	129.382
Pará	41.836.942	21.503.741	662.914	740.029	1.373.501	869.827	13.160.121	2.839.550	1.857.798	16.874.124	1.195.736	3.433.881	16.556.157	2.082.801	472.826	51.844	2.340.113
Amortização	34.840.613	18.762.008	523.336	588.910	1.209.562	690.715	12.345.632	1.987.685	1.416.169	15.285.443	885.439	2.591.126	14.502.827	1.939.410	410.301	41.441	1.868.029
Encargos	6.996.328	2.741.733	139.578	151.120	163.939	179.111	814.490	851.865	441.630	1.588.681	310.297	842.755	2.053.329	143.391	62.525	10.403	472.083
Rondônia	17.606.187	11.818.153	815.532	172.325	760.232	447.895	8.452.662	594.663	574.844	9.928.094	458.591	1.431.468	9.473.466	953.207	230.447	6.905	1.154.127
Amortização	14.785.679	10.781.904	753.416	147.856	643.668	350.426	8.008.192	416.264	462.082	9.290.151	363.030	1.128.723	8.766.686	865.859	195.336	6.235	947.788
Encargos	2.820.507	1.036.249	62.116	24.469	116.564	97.469	444.470	178.399	112.762	637.942	95.561	302.746	706.780	87.348	35.111	671	206.339
Roraima	3.102.219	10.859.722	135.134	45.820	196.520	18.515	10.002.972	155.494	305.267	8.764.313	31.280	2.064.129	10.380.091	215.055	37.672	145	226.758
Amortização	2.590.195	8.404.808	115.462	36.514	152.409	15.056	7.749.289	108.846	227.230	6.868.372	25.594	1.510.842	7.960.230	195.870	34.893	133	213.680
Encargos	512.024	2.454.915	19.672	9.306	44.111	3.459	2.253.683	46.648	78.037	1.895.941	5.687	553.287	2.419.861	19.185	2.779	12	13.078
Tocantins	15.519.504	8.368.642	609.592	153.423	508.316	249.241	5.730.529	616.447	501.094	6.621.122	195.319	1.552.201	7.081.528	789.639	219.116	32.306	246.053
Amortização	13.472.300	7.667.883	569.635	138.585	448.181	216.334	5.473.767	431.513	389.868	6.219.490	167.379	1.281.014	6.489.084	744.614	200.472	28.044	205.669
Encargos	2.047.204	700.758	39.956	14.838	60.135	32.907	256.762	184.934	111,227	401.632	27.940	271.186	592.444	45.026	18.643	4.262	40.383
Região Nordeste	331.848.974	180.294.843	4.256.044	7.317.304	11.624.774	1.958.855	119.786.695	22.195.969	13.155.201	138.775.488	6.062.557	35.456.798	148.808.531	17.580.766	5.182.381	655.141	8.068.023
Amortização	281.319.776	159.306.864	3.862.905	5.803.683	9.598.400	1.679.616	112.740.545	15.537.178	10.084.537	128.569.499	4.886.340	25.851.026	131.932.206	16.147.694	4.438.913	500.761	6.287.291
Encargos	50.529.198	20.987.979	393.139	1.513.621	2.026.374	279.239	7.046.150	6.658.791	3.070.664	10.205.989	1.176.218	9.605.772	16.876.325	1.433.072	743.468	154.381	1.780.732
Alagoas	17.878.461	9.344.642	193.812	328.079	509.770	63.135	5.237.241	2.019.991	992.615	6.660.821	247.591	2.436.230	8.128.852	835.566	174.345	7.979	197.901
Amortização	14.647.228	8.010.970	177.697	242.557	417.135	54.449	4.964.553	1.413.993	740.586	6.088.294	186.017	1.736.659	6.958.213	760.728	142.812	6.929	142.288
Encargos	3.231.232	1.333.672	16.115	85.523	92.635	8.686	272.688	605.997	252.028	572.527	61.574	699.571	1.170.639	74.837	31.533	1.050	55.613
Bahia	96.783.953	49.311.975	1.928.822	2.061.819	3.557.804	678.675	32.169.024	5.505.960	3.409.871	39.632.575	1.753.716	7.925.684	40.492.503	5.139.260	1.312.541	124.075	2.243.596
Amortização	82.360.486	43.768.558	1.768.919	1.639.741	2.936.550	585.799	30.393.952	3.854.172	2.589.425	36.458.467	1.469.643	5.840.448	36.079.220	4.741.253	1.100.636	104.509	1.742.940
Encargos	14.423.468	5.543.417	159.902	422.078	621.254	92.876	1.775.071	1.651.788	820.446	3.174.108	284.073	2.085.236	4.413.283	398.007	211.905	19.565	500.656
Ceará	47.284.998	30.272.406	311.277	1.338.924	1.917.585	297.400	22.145.946	2.339.175	1.922.098	22.679.610	945.362	6.647.434	25.161.107	2.789.736	666.594	61.388	1.593.580
Amortização	40.262.536	26.674.525	282.367	1.059.225	1.551.802	251.235	20.417.453	1.637.422	1.475.021	21.099.737	717.677	4.857.111	22.184.684	2.581.892	583.429	48.495	1.276.024
Encargos	7.022.462	3.597.881	28.910	279.699	365.783	46.165	1.728.494	701.752	447.078	1.579.873	227.685	1.790.323	2.976.423	207.844	83.165	12.892	317.556
Maranhão	30.512.466	16.138.144	544.168	547.645	1.222.174	196.210	10.100.557	2.185.732	1.341.658	12.592.660	590.183	2.955.301	12.925.955	1.800.052	483.710	40.364	888.063
Amortização	25.867.892	14.252.007	485.244	442.838	1.021.718	168.324	9.541.218	1.530.012	1.062.652	11.601.441	480.170	2.170.396	11.443.947	1.657.375	432.706	31.803	686.176

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Encargos	4.644.574	1.886.137	58.923	104.806	200.456	27.887	559.339	655.720	279.006	991.219	110.013	784.905	1.482.008	142.677	51.004	8.561	201.887
Paraíba	25.244.613	12.051.741	169.557	522.696	913.596	96.047	7.452.281	1.828.773	1.068.790	8.711.131	289.967	3.050.643	10.120.611	1.105.780	460.009	27.851	337.490
Amortização	21.388.602	10.612.363	158.824	438.717	756.822	81.761	7.074.246	1.280.141	821.852	8.186.624	239.028	2.186.711	8.925.726	999.319	385.678	20.838	280.802
Encargos	3.856.011	1.439.377	10.733	83.979	156.774	14.286	378.034	548.632	246.938	524.507	50.939	863.931	1.194.885	106.460	74.330	7.013	56.688
Pernambuco	52.727.394	27.404.357	397.512	1.443.176	1.706.858	335.055	18.389.634	3.146.796	1.985.327	20.977.157	1.277.466	5.149.734	21.626.032	2.687.426	1.127.261	340.977	1.622.661
Amortização	44.755.823	24.246.771	368.575	1.112.086	1.443.862	291.243	17.302.459	2.202.757	1.525.789	19.436.006	1.031.188	3.779.577	19.292.419	2.464.802	1.001.943	245.596	1.242.011
Encargos	7.971.571	3.157.586	28.936	331.090	262.996	43.812	1.087.176	944.039	459.538	1.541.151	246.278	1.370.157	2.333.613	222.624	125.318	95.381	380.649
Piauí	18.413.183	9.503.792	278.613	275.649	741.284	92.643	6.223.662	1.125.218	766.722	7.128.400	321.180	2.054.212	7.792.321	1.060.883	281.727	39.130	329.731
Amortização	15.806.658	8.428.720	252.436	226.784	604.812	78.132	5.898.437	787.653	580.467	6.672.539	266.578	1.489.603	6.936.004	975.608	246.994	30.742	239.373
Encargos	2.606.526	1.075.071	26.177	48.865	136.473	14.511	325.225	337.565	186.256	455.861	54.601	564.609	856.317	85.275	34.734	8.388	90.358
Rio Grande do Norte	29.009.584	18.361.913	152.917	497.452	701.872	119.110	13.760.628	2.124.568	1.005.368	14.714.973	415.001	3.231.939	15.672.583	1.480.978	466.854	3.886	737.612
Amortização	24.772.359	16.563.328	132.891	401.713	585.323	99.515	13.068.963	1.487.197	787.725	13.885.272	318.995	2.359.061	14.225.515	1.367.900	377.530	3.558	588.825
Encargos	4.237.225	1.798.586	20.026	95.739	116.549	19.594	691.665	637.370	217.643	829.701	96.006	872.879	1.447.069	113.079	89.324	328	148.787
Sergipe	13.994.323	7.905.875	279.367	301.865	353.831	80.581	4.307.723	1.919.757	662.751	5.678.162	222.092	2.005.621	6.888.567	681.085	209.341	9.493	117.389
Amortização	11.458.194	6.749.622	235.951	240.023	280.377	69.158	4.079.265	1.343.830	501.019	5.141.119	177.044	1.431.459	5.886.479	598.818	167.185	8.290	88.851
Encargos	2.536.130	1.156.253	43.417	61.842	73.454	11.423	228.458	575.927	161.732	537.043	45.048	574.162	1.002.088	82.267	42.156	1.203	28.539
Região Sudeste	1.000.884.784	538.236.434	14.991.011	27.949.846	29.400.609	33.796.619	322.825.168	60.507.008	48.766.173	420.518.455	26.215.234	91.502.745	397.305.035	36.147.556	8.974.305	1.983.170	93.826.368
Amortização	846.369.743	469.349.913	13.964.639	22.825.798	26.078.660	30.527.416	297.434.930	42.355.234	36.163.235	376.432.466	24.027.439	68.890.008	343.490.394	33.993.288	8.211.815	1.596.022	82.058.393
Encargos	154.515.041	68.886.521	1.026.371	5.124.047	3.321.949	3.269.204	25.390.238	18.151.774	12.602.938	44.085.989	2.187.795	22.612.736	53.814.641	2.154.268	762.490	387.147	11.767.975
Espírito Santo	35.480.152	19.026.793	923.711	831.271	1.240.642	420.097	12.376.132	1.911.230	1.323.710	16.203.819	360.311	2.462.663	15.571.955	1.757.195	700.240	76.118	921.284
Amortização	30.448.380	17.120.163	872.608	732.230	1.054.177	363.753	11.746.508	1.337.861	1.013.025	14.862.282	315.846	1.942.035	13.972.789	1.620.911	654.826	62.744	808.893
Encargos	5.031.772	1.906.629	51.103	99.041	186.465	56.344	629.623	573.369	310.685	1.341.536	44.465	520.628	1.599.165	136.284	45.415	13.375	112.391
Minas Gerais	225.071.849	103.789.488	5.226.006	4.967.041	6.824.937	2.033.517	63.589.093	11.101.949	10.046.945	76.241.515	2.049.761	25.498.212	86.760.315	8.915.750	2.911.420	657.479	4.544.523
Amortização	190.721.854	90.731.522	4.801.104	4.211.210	5.672.601	1.746.782	59.126.999	7.771.364	7.401.462	69.997.700	1.819.326	18.914.496	75.664.107	8.216.220	2.601.705	511.639	3.737.850
Encargos	34.349.995	13.057.966	424.903	755.831	1.152.336	286.735	4.462.094	3.330.585	2.645.483	6.243.815	230.435	6.583.716	11.096.208	699.530	309.715	145.839	806.673
Rio de Janeiro	315.106.812	128.080.029	466.277	2.981.782	3.407.028	25.760.164	75.717.426	13.854.882	5.892.472	86.405.081	15.542.810	26.132.138	86.749.995	5.340.586	914.310	362.003	34.713.135
Amortização	268.148.436	110.461.093	440.413	2.413.300	2.956.962	23.685.506	66.934.647	9.698.723	4.331.543	75.496.072	14.427.031	20.537.990	73.556.993	5.020.324	841.817	285.236	30.756.723
Encargos	46.958.376	17.618.936	25.864	568.481	450.066	2.074.658	8.782.779	4.156.159	1.560.929	10.909.009	1.115.779	5.594.148	13.193.002	320.263	72.492	76.767	3.956.412
São Paulo	425.225.971	287.340.123	8.375.016	19.169.752	17.928.002	5.582.842	171.142.518	33.638.947	31.503.046	241.668.040	8.262.352	37.409.731	208.222.770	20.134.025	4.448.335	887.569	53.647.425
Amortização	357.051.072	251.037.134	7.850.515	15.469.058	16.394.920	4.731.375	159.626.776	23.547.286	23.417.205	216.076.411	7.465.236	27.495.487	180.296.504	19.135.834	4.113.467	736.403	46.754.926
Encargos	68.174.899	36.302.989	524.502	3.700.694	1.533.082	851.467	11.515.742	10.091.661	8.085.841	25.591.629	797.116	9.914.244	27.926.265	998.192	334.868	151.166	6.892.498
Região Sul	392.977.726	214.297.582	18.143.644	14.419.473	12.896.830	5.521.218	131.356.174	19.749.930	12.210.312	165.733.829	4.799.529	43.764.224	169.959.412	19.836.262	7.179.767	1.315.260	16.006.880
Amortização	336.230.424	193.323.179	16.926.063	12.618.991	10.928.684	4.674.345	125.056.474	13.825.349	9.293.272	155.139.229	4.244.867	33.939.082	153.065.493	18.259.521	6.538.424	1.038.516	14.421.225
Encargos	56.747.303	20.974.403	1.217.581	1.800.482	1.968.146	846.873	6.299.700	5.924.581	2.917.040	10.594.599	554.661	9.825.142	16.893.920	1.576.741	641.343	276.744	1.585.655
Paraná	145.184.674	79.775.520	8.280.524	4.226.302	5.246.648	2.173.063	46.797.537	7.893.025	5.158.422	59.392.426	1.794.230	18.588.864	61.340.182	7.317.081	2.474.672	459.683	8.183.903
Amortização	123.787.298	71.738.975	7.675.142	3.665.626	4.446.615	1.851.454	44.616.596	5.525.515	3.958.028	55.750.275	1.589.381	14.399.319	54.826.945	6.770.752	2.250.245	362.533	7.528.501
Encargos	21.397.375	8.036.544	605.382	560.676	800.033	321.608	2.180.942	2.367.510	1.200.395	3.642.151	204.849	4.189.544	6.513.238	546.328	224.427	97.150	655.402
Rio Grande do Sul	156.206.376	79.659.873	7.093.547	5.601.146	3.758.828	1.867.899	49.407.751	7.557.510	4.373.192	62.218.420	1.653.365	15.788.088	64.742.501	6.516.539	2.619.825	412.255	5.368.752
Amortização	134.665.492	71.915.775	6.662.536	4.945.650	3.189.760	1.574.329	46.926.459	5.290.257	3.326.785	58.232.960	1.467.011	12.215.804	58.431.490	5.968.435	2.415.158	333.607	4.767.086
Encargos	21.540.884	7.744.098	431.011	655.496	569.068	293.570	2.481.292	2.267.253	1.046.407	3.985.460	186.354	3.572.284	6.311.011	548.104	204.667	78.648	601.667
Santa Catarina	91.586.677	54.862.188	2.769.574	4.592.025	3.891.354	1.480.256	35.150.885	4.299.396	2.678.697	44.122.982	1.351.933	9.387.273	43.876.729	6.002.642	2.085.270	443.321	2.454.225
Amortização	77.777.633	49.668.427	2.588.386	4.007.715	3.292.308	1.248.562	33.513.420	3.009.577	2.008.459	41.155.994	1.188.474	7.323.959	39.807.058	5.520.334	1.873.021	342.376	2.125.639
Encargos	13.809.044	5.193.762	181.188	584.310	599.046	231.694	1.637.466	1.289.819	670.238	2.966.989	163.459	2.063.314	4.069.671	482.308	212.250	100.945	328.587
Região Centro-Oeste	234.114.857	194.571.070	13.286.542	5.044.545	7.744.201	2.044.486	136.733.940	19.462.889	10.254.467	129.981.220	26.497.621	38.092.228	167.976.801	15.972.084	2.922.000	1.033.015	6.667.170
Amortização	200.031.379	173.681.116	12.439.739	4.475.449	6.728.691	1.771.529	126.742.590	13.624.167	7.898.952	118.139.754	25.272.094	30.269.268	149.535.720	14.971.383	2.666.206	785.610	5.722.198
Encargos	34.083.479	20.889.954	846.804	569.096	1.015.510	272.956	9.991.349	5.838.722	2.355.516	11.841.466	1.225.528	7.822.960	18.441.081	1.000.701	255.794	247.405	944.972
Distrito Federal	76.828.390	85.622.516	493.258	1.034.964	1.176.385	286.441	74.407.540	5.859.473	2.364.456	74.937.055	3.412.782	7.272.679	76.374.307	6.068.872	458.088	115.213	2.606.037
Amortização	65.471.635	76.354.504	466.567	949.790	1.049.702	255.941	67.715.933	4.101.631	1.814.938	67.561.552	3.231.108	5.561.844	67.893.006	5.777.773	411.122	91.173	2.181.428
Encargos	11.356.755	9.268.012	26.690	85.174	126.682	30.500	6.691.607	1.757.842	549.518	7.375.503	181.674	1.710.835	8.481.301	291.099	46.966	24.040	424.609
Goiás	79.306.062	43.687.135	5.353.361	1.991.929	2.573.991	652.613	24.692.574	5.304.934	3.117.733	21.865.120	9.142.589	12.679.426	36.763.899	4.331.025	1.026.739	500.354	1.065.118
Amortização	67.191.036	39.073.606	5.028.940	1.769.750	2.281.698	565.016	23.338.606	3.713.598	2.375.996	20.302.854	8.731.487	10.039.265	32.857.091	4.018.596	917.534	367.190	913.195
Encargos	12.115.026	4.613.529	324.420	222.179	292.293	87.597	1.353.968	1.591.336	741.737	1.562.266	411.102	2.640.161	3.906.808	312.429	109.205	133.165	151.923
Mato Grosso	44.878.460	31.347.326	4.087.917	812.649	1.613.114	775.194	20.522.151	1.852.888	1.683.412	17.501.246	7.086.837	6.759.243	25.325.497	3.222.858	899.983	132.607	1.766.379
Amortização	38.992.333	28.982.691	3.850.438	739.215	1.479.587	667.999	19.519.506	1.297.021	1.428.924	16.227.740	6.768.884	5.986.067	23.411.418	3.048.539	830.865	118.578	1.573.290
Encargos	5.886.127	2.364.635	237.480	73.434	133.527	107.195	1.002.645	555.866	254.488	1.273.506	317.953	773.176	1.914.079	174.319	69.118	14.029	193.089
Mato Grosso do Sul	33.101.946	33.914.093	3.352.007	1.205.003	2.380.711	330.237	17.111.675	6.445.593	3.088.866	15.677.799	6.855.414	11.380.880	29.513.098	2.349.329	537.190	284.840	1.229.636
Amortização	28.376.375	29.270.317	3.093.794	1.016.694	1.917.703	282.572	16.168.545	4.511.915	2.279.093	14.047.608	6.540.616	8.682.093	25.374.205	2.126.474	506.685	208.668	1.054.284
Encargos	4.725.572	4.643.776	258.213	188.309	463.008	47.665	943.130	1.933.678	809.773	1.630.191	314.798	2.698.787	4.138.893	222.855	30.505	76.172	175.352
TOTAL	2.065.015.098	1.199.085.329	53.003.591	56.268.000	65.377.198	45.110.011	762.427.680	127.787.687	89.111.162	914.479.497	65.815.032	218.790.800	942.969.233	95.501.194	25.711.008	5.105.702	129.798.191
Amortização	1.752.242.504	1.058.643.111	49.234.799	46.985.408	56.542.600	40.095.293	709.210.591	89.452.251	67.122.169	831.815.288	60.161.400	166.666.424	829.785.448	88.916.071	23.124.562	4.019.200	112.797.830
Encargos	312.772.593	140.442.217	3.768.792	9.282.592	8.834.599	5.014.718	53.217.089	38.335.435	21.988.993	82.664.209	5.653.632	52.124.376	113.183.785	6.585.123	2.586.446	1.086.503	17.000.361

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2016
(Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 - LDO 2016 - Art. 111 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2016 Saldos	Saldos em 30.04.2016															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	154.124.302	129.728.653	19.961.817	12.205.220	9.623.470	24.011.145	42.262.771	13.679.111	7.985.118	60.536.763	39.860.697	29.331.192	51.722.027	9.200.671	6.680.002	993.097	61.132.855
Acre	6.973.515	5.834.362	950.277	446.204	877.161	372.316	2.101.303	598.797	488.304	2.910.549	1.780.870	1.142.943	3.024.108	816.718	377.341	19.039	1.597.156
Amapá	6.070.583	5.311.562	144.310	142.853	458.432	286.043	3.317.388	332.197	630.340	3.087.538	1.221.048	1.002.976	2.426.675	335.634	234.708	9.543	2.305.002
Amazonas	18.136.797	15.726.926	419.326	2.676.413	1.602.249	1.817.351	4.170.177	3.106.613	1.934.797	8.045.840	4.202.668	3.478.418	6.422.276	1.339.363	1.418.591	268.274	6.278.421
Pará	65.933.355	52.953.249	5.555.050	5.992.786	3.471.518	12.107.151	18.341.252	5.451.299	2.034.192	23.635.140	16.636.904	12.681.205	16.941.104	3.217.771	2.018.421	281.511	30.494.441
Rondônia	32.536.811	28.311.727	5.965.488	2.000.487	1.893.944	6.505.981	9.143.786	1.926.632	875.409	12.618.313	10.473.769	5.219.645	10.002.706	1.879.545	1.664.911	64.945	14.699.620
Roraima	4.388.462	3.552.307	453.475	60.915	306.961	241.401	1.808.086	490.666	190.803	2.004.674	393.373	1.154.260	2.405.400	290.757	196.569	1.316	658.264
Tocantins	20.084.779	18.038.521	6.473.892	885.563	1.013.207	2.680.903	3.380.779	1.772.906	1.831.272	8.234.711	5.152.065	4.651.745	10.499.757	1.320.882	769.462	348.469	5.099.951
Região Nordeste	345.990.162	309.291.197	36.127.395	58.799.255	24.903.835	22.036.930	80.077.529	63.564.998	23.781.255	151.510.193	75.404.189	82.376.815	148.484.509	25.412.232	22.100.116	3.094.752	110.199.588
Alagoas	15.214.129	14.458.691	1.425.230	2.390.526	1.114.000	694.931	2.397.708	4.799.460	1.636.836	6.984.567	2.739.296	4.734.828	9.802.637	900.782	880.323	84.161	2.790.788
Bahia	94.996.583	84.567.311	14.663.454	15.431.899	6.714.991	7.526.784	17.756.690	15.342.103	7.131.389	43.181.478	20.682.962	20.702.871	39.345.258	7.519.242	6.077.616	964.840	30.660.355
Ceará	54.750.968	47.408.677	3.499.633	10.119.916	4.766.750	3.485.937	13.722.232	8.320.318	3.493.892	21.920.730	12.145.534	13.342.413	20.901.221	4.297.647	3.794.257	341.524	18.074.028
Maranhão	37.547.854	32.943.042	6.026.262	4.929.610	2.708.992	2.196.621	10.450.971	5.146.321	1.484.266	16.809.414	8.659.150	7.474.478	13.844.528	2.908.192	1.929.608	198.961	14.061.755
Paraíba	19.743.889	19.003.432	1.183.686	2.150.713	1.642.935	1.105.138	4.660.476	6.698.915	1.561.571	9.257.258	3.203.861	6.542.313	12.716.305	1.553.767	1.273.597	98.072	3.361.691
Pernambuco	63.127.126	55.176.224	3.115.240	18.483.487	3.778.587	3.587.538	13.992.588	8.981.849	3.236.933	25.998.064	15.215.916	13.962.244	22.231.885	3.863.404	3.585.314	747.341	24.748.279
Piauí	19.842.754	18.167.505	3.166.514	1.585.288	1.830.833	1.090.607	4.987.742	3.002.688	2.503.834	8.881.553	5.091.163	4.194.789	8.442.744	1.645.468	1.288.122	544.597	6.246.575
Rio Grande do Norte	26.750.133	24.759.691	1.262.365	2.255.068	1.536.248	1.447.970	9.859.383	6.651.781	1.746.875	11.903.514	4.981.522	7.874.655	12.513.625	1.737.712	2.319.091	32.984	8.156.278
Sergipe	14.016.725	12.806.623	1.785.011	1.452.748	810.498	901.405	2.249.739	4.621.563	985.659	6.573.616	2.684.783	3.548.224	8.686.306	986.019	952.188	82.271	2.099.838
Região Sudeste	1.322.361.306	1.136.369.033	63.621.675	254.393.382	62.408.418	206.573.676	262.653.736	192.471.680	94.246.466	744.626.013	103.653.605	288.089.415	442.286.722	46.973.727	40.229.725	17.780.667	589.098.193
Espírito Santo	34.011.180	29.936.893	4.919.345	2.973.483	1.994.553	4.526.760	6.986.608	6.565.182	1.970.962	19.012.992	2.743.149	8.180.752	18.477.592	2.145.305	1.716.074	565.041	7.032.881
Minas Gerais	219.580.504	192.326.431	25.188.629	23.377.337	13.125.402	23.081.699	28.245.772	44.976.619	34.330.974	125.068.061	13.534.445	53.723.925	117.437.855	11.905.829	8.297.900	4.263.957	50.420.890
Rio de Janeiro	392.375.433	346.701.545	1.552.125	58.567.057	9.238.691	113.849.021	97.986.208	34.929.590	30.578.855	241.192.671	49.632.363	55.876.511	72.926.781	5.772.053	4.382.356	3.674.338	259.946.018
São Paulo	676.394.188	567.404.164	31.961.576	169.475.505	38.049.773	65.116.196	129.435.149	106.000.289	27.365.676	359.352.288	37.743.648	170.308.228	233.444.494	27.150.540	25.833.395	9.277.330	271.698.404
Região Sul	435.546.849	382.034.001	76.510.902	60.063.223	26.827.567	64.717.313	50.865.552	82.493.472	20.555.971	217.913.630	33.192.751	130.927.620	217.740.677	27.933.799	22.296.502	11.476.476	102.586.547
Paraná	168.464.680	148.726.226	35.421.610	21.056.977	12.008.181	24.841.793	16.873.946	32.027.237	6.496.482	83.363.854	12.121.295	53.241.077	85.604.153	10.039.036	7.844.999	4.415.242	40.822.797
Rio Grande do Sul	158.491.922	137.200.962	28.779.256	22.219.939	7.891.616	22.303.945	19.137.315	29.731.776	7.137.116	79.915.196	11.415.850	45.869.916	81.463.230	9.732.605	7.970.034	3.334.271	34.700.823
Santa Catarina	108.590.247	96.106.811	12.310.036	16.786.308	6.927.770	17.571.576	14.854.291	20.734.459	6.922.373	54.634.579	9.655.606	31.816.626	50.673.294	8.162.158	6.481.469	3.726.963	27.062.927
Região Centro-Oeste	254.501.910	233.745.827	49.361.713	19.034.028	12.310.828	21.563.642	64.661.684	44.775.593	22.038.338	135.956.840	14.693.409	83.095.578	148.987.579	16.275.635	9.116.309	3.816.588	55.549.715

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Distrito Federal	64.778.462	70.179.163	2.510.515	2.795.163	2.235.168	2.307.400	33.183.218	16.139.157	11.008.542	51.895.642	3.551.183	14.732.338	44.755.265	2.534.506	1.997.649	857.035	20.034.707
Goiás	85.889.781	76.578.462	19.436.210	6.571.925	4.189.726	7.033.262	15.859.755	16.767.434	6.720.150	41.358.662	4.186.426	31.033.374	54.101.346	5.524.696	3.043.092	1.229.296	12.680.032
Mato Grosso	60.827.286	50.564.162	17.426.393	2.856.025	3.562.735	8.498.677	9.506.262	6.038.733	2.675.338	24.071.473	3.490.670	23.002.019	29.083.276	5.541.548	2.785.091	1.112.014	12.042.234
Mato Grosso do Sul	43.006.380	36.424.039	9.988.596	6.810.915	2.323.199	3.724.303	6.112.449	5.830.269	1.634.309	18.631.062	3.465.130	14.327.847	21.047.692	2.674.885	1.290.476	618.243	10.792.742
TOTAL	2.512.524.529	2.191.168.711	245.583.502	404.495.108	136.074.120	338.902.707	500.521.271	396.984.855	168.607.147	1.310.543.439	266.804.652	613.820.621	1.009.221.515	125.796.063	100.422.654	37.161.580	918.566.899

TABELA 12 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2016
(Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 - LDO 2016 - Art. 111 - § 3º)
Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - A FUNDO PERDIDO
Consolidado das Agências
em R$ mil

Região/UF	Programação 2016	Realizado até o 2º Bimestre / 2016															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	2.370	29.394	0	0	0	0	29.394	0	0	29.394	0	0	3.444	8.133	9.657	0	8.160
Acre	10	2.366	0	0	0	0	2.366	0	0	2.366	0	0	1.590	0	777	0	0
Amapá	207	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	168	14.038	0	0	0	0	14.038	0	0	14.038	0	0	0	750	6.848	0	6.440
Pará	1.635	9.973	0	0	0	0	9.973	0	0	9.973	0	0	1.855	4.702	2.032	0	1.384
Rondônia	295	2.681	0	0	0	0	2.681	0	0	2.681	0	0	0	2.681	0	0	0
Roraima	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	27	336	0	0	0	0	336	0	0	336	0	0	0	0	0	0	336
Região Nordeste	7.491	23.522	0	177	0	0	23.345	0	0	23.522	0	0	1.677	21.028	0	0	817
Alagoas	98	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bahia	1.061	1.500	0	0	0	0	1.500	0	0	1.500	0	0	1.500	0	0	0	0
Ceará	1.483	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maranhão	1.542	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraíba	164	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pernambuco	2.638	21.760	0	0	0	0	21.760	0	0	21.760	0	0	0	21.028	0	0	733
Piauí	501	261	0	177	0	0	85	0	0	261	0	0	177	0	0	0	85
Sergipe	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Região Sudeste	130.195	41.204	692	10.572	0	0	29.939	0	0	41.204	0	0	7.102	8.727	10.126	307	14.942
Espírito Santo	1.608	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Minas Gerais	6.847	7.880	0	0	0	0	7.880	0	0	7.880	0	0	0	0	3.200	0	4.680
Rio de Janeiro	20.135	11.137	313	0	0	0	10.824	0	0	11.137	0	0	2.652	5.813	2.101	307	265
São Paulo	101.603	22.186	379	10.572	0	0	11.235	0	0	22.186	0	0	4.450	2.914	4.825	0	9.997
Região Sul	13.112	11.648	32	7	50	0	11.558	0	0	11.648	0	0	9.188	1.000	0	303	1.157
Paraná	6.024	10.797	32	0	0	0	10.765	0	0	10.797	0	0	9.131	1.000	0	0	666
Rio Grande do Sul	3.820	498	0	7	0	0	490	0	0	498	0	0	7	0	0	0	490
Santa Catarina	3.268	353	0	0	50	0	303	0	0	353	0	0	50	0	0	303	0
Região Centro-Oeste	1.512	11.485	52	0	0	0	11.434	0	0	11.485	0	0	10.613	0	0	0	872
Goiás	254	6.704	0	0	0	0	6.704	0	0	6.704	0	0	6.271	0	0	0	433
Mato Grosso	512	52	52	0	0	0	0	0	0	52	0	0	52	0	0	0	0
Mato Grosso do Sul	746	4.730	0	0	0	0	4.730	0	0	4.730	0	0	4.291	0	0	0	439
TOTAL	154.679	117.253	776	10.756	50	0	105.671	0	0	117.253	0	0	32.024	38.888	19.783	610	25.947

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 128, DE 30 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO com fundamento no art. 56, II, da Portaria GM/MP nº 152, de 5 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Os pedidos de revisão das taxas de ocupação e foros relativos ao exercício de 2016 serão requeridos no âmbito das Superintendências, acompanhados de documentação que possa estimar o valor do imóvel em análise, excluídas as benfeitorias, tais como:

I - anúncios de ofertas na área de influência do imóvel requerido;

II - informações cartoriais de transações efetivadas de imóveis semelhantes na área de influência do imóvel requerido;

III - opinião de valor documentada por corretor de imóveis registrado no CRECI;

IV - laudo de avaliação elaborado por profissional habilitado registrado no CREA ou CAU;

V - outros documentos que o requerente considerar conveniente.

§ 1º O requerente poderá solicitar a juntada de novos documentos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do protocolo de revisão.

§ 2º O requerente deverá apresentar endereço eletrônico por meio do qual será comunicado do resultado do seu recurso, cabendo a este mantê-lo atualizado e disponível para recebimento das informações, não importando a sua indisponibilidade qualquer ônus para a Administração.

Art. 2º Os pedidos de revisão apresentados até o dia 25 de junho de 2016, terão efeito suspensivo automático quanto a vigente cobrança das taxas de ocupação e/ou aforamento, devendo a Superintendência analisar e comunicar a decisão no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 3º O requerente poderá apresentar recurso ao Secretário do Patrimônio da União da decisão proferida pelo Superintendente Estadual, na forma da Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 4º O pedido de revisão das taxas de ocupação e foros relativos a outros exercícios observarão o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 2 de dezembro de 2014.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 30 de maio de 2016

Vistos.

Diante do parecer técnico da Assessoria Especial, que foi chancelado in totum pela CONJUR/MTE/CGU/AGU, o qual adoto como razão de decidir, deixando de aqui transcrevê-lo para se evitar desnecessária tautologia, decido:

1 - Avocar o feito tombado sob o nº 46211.010611/2008-47, consoante me faculta o Art. 15. da Lei Nº 9.784 /1999, uma vez que o recurso interposto pelo SINDEAC/BH - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS, EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSEIO, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, DESINTETIZAÇÃO, PORTARIA, VIGIA E DOS CABINEIROS DE BELO HORIZONTE versa sobre pedido de anulação de decisão que tornou sem efeito ato administrativo proferido por Ministro de Estado. Ora, bem certo é que não cabem às instancias administrativas hierarquicamente inferiores decidir sobre a validade, ou não, de ato administrativo de lavra do Titular da Pasta, daí a necessidade lógica da avocação em tela.

2 - Atribuir efeito suspensivo ao recurso administrativo interposto pelo SIDEAC, sustando todos os efeitos da decisão administrativa proferida pelo Sr. Secretário de Relações do Trabalho nos autos deste feito, publicada em 29/04/2016 na p. 67 DOU, forte no Art. 61 do diploma legal retro, uma vez que manifesta a fumaça do bom direito e o perigo da demora.

3 - Dessa feita, fica suspensa a reativação do registro sindical do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, assim como resta provisoriamente sobrestado este procedimento administrativo, até ulterior decisão.

4 - Por fim, determino a intimação da parte recorrida para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao apelo interposto, no prazo de 5 (cinco) dias, comforme giza o art. 61 da Lei do Processo Administrativo Federal.

5 - Apresentadas as contrarrazões, ou transcorrendo in albis o prazo para apresentação das mesmas, venham os autos conclusos para decisão.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 198, DE 30 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º da Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007 e as alterações posteriores, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº. 268, de 13 de dezembro de 2012, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

Considerando o despacho da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Mato Grosso para o exercício 2016 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o Anexo XI da Portaria nº. 580, de 15 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 16 de dezembro de 2015, seção 1, página 116.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

ANEXO

Unidade da Federação: **MATO GROSSO**

Processo nº: 50000.039462/2015-80

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016 - 1ª alteração
Programa de Trabalho contendo as alterações propostas pela Unidade da Federação, recebidas em 16 de MAIO de 2016.
Relação de empreendimentos
A - Programa de Duplicação e Restauração de rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
1. MT-040	Pavimentação asfáltica (Duplicação) - km 05 (PQ. Cuiabá) - km 28,16 (Sto. Antonio do Leverger)	8.172.065,09
2. MT-251	Duplicação e ampliação de capacidade - Entr. MT-010 - Trevo Fundação Bradesco	17.068.228,45

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. MT-251	Restauração da Rodovia Pavimentada (Rodovia Emanuel Pinheiro), trecho: Cuiabá - Chapada dos Guimarães, subtrecho: Entr. MT-351 (A) - Chapada dos Guimarães	7.289.951,86
4. MT-010	Entr. BR-364/163 (Rodoanel) - Rosário Oeste	7.021.249,97
5. MT-010	Entr. MT-251 - Entr. BR-364/163 (Rodoanel)	1.862.286,48
6. MT-010	Pavimentação asfáltica (Duplicação) - Entr. MT-251 - Entr. BR-364/163 (Rodoanel)	5.659.280,17
Total do programa		47.073.062,02

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Duplicação e Restauração de rodovias	0,00	15.691.020,67	15.691.020,67	15.691.020,67	47.073.062,02
Total da Unidade da Federação	0,00	15.691.020,67	15.691.020,67	15.691.020,67	47.073.062,02

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 5.095, de 11 de maio de 2016, publicada no DOU nº 100, de 27.5.2016, Seção 1, pág. 117, onde se lê: "RESOLUÇÃO Nº 5.095, DE 11 DE MAIO DE 2016"; leia-se: "RESOLUÇÃO Nº 5.093, DE 11 DE MAIO DE 2016"

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.335, DE 30 DE MAIO DE 2016

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 145, com fundamento na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00066.009852/2016-73, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da suspensão do Certificado de Organização de Manutenção de nº 0710-02/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico J.F. AVIATION STRUCTURAL REPAIR LTDA.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/Avgeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 1.321, DE 30 DE MAIO DE 2016

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso X, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, considerando o que consta no processo nº 00065.138160/2012-18 e o parecer de análise contido na Nota Técnica nº 40/2016/GFIC/SIA, de 24 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Aplicar medida administrativa cautelar ao aeródromo público de Conceição do Mato Dentro (SNKD), localizado no município de mesmo nome, Estado de Minas Gerais, aberto ao tráfego por meio da Portaria nº 091/DGAC, de 24 de abril de 1984, publicada no DOU, S1, de 22 de maio de 1984.

Parágrafo único. A medida cautelar aplicada refere-se à proibição das operações de pouso na pista 10/28.

Art. 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o operador do aeródromo solicite sua revogação e demonstre cumprimento das condições para reabertura definidas no parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 30 DE MAIO DE 2016

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.324 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Santa Lydia (PR) (Código OACI:SSLX) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.048513/2016-12.

Nº 1.325 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Floresta (MT) (Código OACI:SSJQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 06 de novembro de 2024. Processo nº 00065.063253/2016-13. Fica revogada a Portaria nº 2606, de 05 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 06 de novembro de 2014, Seção 1, Página 9.

Nº 1.326 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Esperança (MS) (Código OACI:SINH) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 05 de abril de 2022. Processo nº 00065.063572/2016-11. Fica revogada a Portaria nº 0622, de 04 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 05 de abril de 2012, Seção 1, Página 11.

Nº 1.327 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Guariba (MT) (Código OACI:SWVX) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 19 de abril de 2023. Processo nº 00065.063463/2016-01. Fica revogada a Portaria nº 1015, de 18 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2013, Seção 1, Página 8.

Nº 1.328 - Inscrever o heliponto privado Unimed Volta Redonda (RJ) (Código OACI:SSKV) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.169583/2015-22.

Nº 1.329 - Inscrever o heliponto privado Hospital Samaritano (RJ) (Código OACI:SNEH) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.050349/2016-11.

Nº 1.330 - Excluirr o heliponto privado Bons Ventos (PR) (Código OACI:SJGV) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.014123/2016-49. Fica revogada a Portaria nº 0196, de 23 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013, Seção 1, Página 89.

Nº 1.331 - Alterar a inscrição do heliponto privado Continental Tower (SP) (Código OACI:SDMN) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 02 de maio de 2023. Processo nº 00065.061954/2016-18. Fica revogada a Portaria nº 1100, de 30 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2013, Seção 1, Página 12.

Nº 1.332 - Alterar a inscrição do aeródromo privado El Dorado (RS) (Código OACI:SSMK) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 21 de fevereiro de 2023. Processo nº 00065.061323/2016-91. Fica revogada a Portaria nº 455, de 20 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 21 de fevereiro de 2013, Seção 1, Página 7.

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 5º, inciso XIV da Portaria nº 1751 de 06 de julho de 2015, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 1.10, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 05 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.333 - Homologar o heliponto em navio privado HOS BRASS RING (RJ) (Código OACI:9PRG). Esta Portaria será válida até 06 de maio de 2019. Processo nº 00065.055425/2016-77.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.334 - Excluir o aeródromo privado Candiota (RS) (Código OACI:SSIO) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.046362/2016-68. Fica revogada a Portaria nº 2164, de 01 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 02 de dezembro de 2010, Seção 1, Página 56.

Esta Portaria entra em vigor em 18 de agosto de 2016.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 30 DE MAIO DE 2016

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 1.322 - Renovar, até 25 de maio de 2017, a autorização da FINMECCANICA S.p.A HELICOPTER DIVISION, situada à Via Indipendenza 2, 21018 Sesto Calende (VA) - Itália, para conduzir treinamentos e respectivos exames teóricos e práticos para pilotos brasileiros. Processo nº 00065.061504/2016-17.

Nº 1.323 - Renovar a homologação dos cursos prático de Piloto Privado de Avião, Piloto Comercial de Avião, Instrutor de Voo de Avião e Voo por Instrumentos do Aeroclube do Espírito Santo, por 5 (cinco) anos, a contar de 26/05/2016, situado à Avenida Francisco Lacerda de Aguiar, Km 14, s/nº, Barra do Jucu, na cidade de Vila Velha - ES, CEP: 29.125-033. Processo nº 00065. 017269/2016-46.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.812, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000399/2016-98 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa TRANSMARE - Transporte Marítimo de Derivados de Petróleo Ltda., CNPJ nº 15.321.375/0001-20, com sede à Rodovia Arthur Bernardes, 2015, B, Telégrafo Sem Fio, Belém-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços de transporte de granel líquido e petróleo, seus derivados e biocombustíveis, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais da competência da União, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.304-ANTAQ (0076761).

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.813, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000635/2016-76 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar o microempreendedor individual Pedro dos Reis Rodrigues 20271352272, CNPJ nº 23.840.973/0001-34, com sede à rua Osvaldo Cruz nº 104, Centro, Tabatinga-AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia, na Região Hidrográfica Amazônica, sobre o rio Solimões, entre os municípios de Tabatinga-AM e Benjamin Constant-AM, na faixa de fronteira, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.305-ANTAQ (0076801).

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.814, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000634/2016-21 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar o microempreendedor individual José Francisco Salvador da Rocha 78122716253, CNPJ nº 23.840.576/0001-62, com sede à rua General Osório nº 25, Bairro Brilhante, Tabatinga-AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia, na Região Hidrográfica Amazônica, sobre o rio Solimões, entre os municípios de Tabatinga-AM e Benjamin Constant-AM, na faixa de fronteira, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.306-ANTAQ (0076844).

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 4.815, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000427/2016-77 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada à empresa Sobrare Servemar Ltda., CNPJ nº 29.959.475/0001-91, por meio do Termo de Autorização nº 141-ANTAQ e da Resolução nº 289-ANTAQ, ambos de 6 de setembro de 2004, para operar como empresa brasileira de navegação - EBN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.816, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.004070/2016-04, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir a autorização em caráter especial e de emergência, com base no art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, à empresa Petrobras Distribuidora S.A. - BR, CNPJ nº 34.274.233/0001-02, para operar, no prazo máximo e improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, a instalação portuária BASUL II, localizada no município de Cruzeiro do Sul, AC, que tem por objetivo o essencial abastecimento de combustível em municípios do estado do Acre.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a empresa BR do atendimento dos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação portuária, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, Órgão Ambiental pertinente e Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.817, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000204/2016-18 e tendo em vista o que foi deliberado na 405ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 687-ANTAQ, de 26 de agosto de 2010, de titularidade da empresa Grega Shipping Navegação Ltda., CNPJ nº 08.933.793/0001-03, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em decorrência da inclusão da outorga de autorização para operar na navegação de cabotagem.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.818, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002529/2015-46, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos que estabelece o art. 5º da Portaria/SEP nº 50, de 6 de março de 2015, a alteração do controle societário da arrendatária Companhia Operadora Portuária do Itaqui - COPI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.784.802/0001-90, relacionada ao Contrato de Arrendamento nº 009/2002/00-EMAP, celebrado junto à Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, da forma como se segue:

Titulares	Ações Ordinárias	Percentual (%)
FORTENORTE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.	7.578.334	25%
LASA PARTICIPAÇÕES S.A.	7.578.334	25%
VANZIN SERVIÇOS ADUANEIROS S.A.	7.578.334	25%
HARBOR NORTE PARTICIPAÇÕES LTDA.	7.578.334	25%
TOTAL	30.113.336	100%

Art. 2º Determinar à Superintendência de Regulação - SRG que, previamente à remessa da matéria para conhecimento do poder concedente, ora representado pelo Ministério dos Transportes - MT, proceda à atualização das certidões vencidas durante o transcurso processual, conforme recomendação exarada pela Procuradoria Federal junto à ANTAQ - PFA.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.819, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.004673/2016-06, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter especial e de emergência, nos termos do que dispõe o art. 49 da Lei nº 10.233, de 2001, a empresa GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.635.291/0012-60, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a realizar operação de carga geral voltada ao escoamento da produção de linhas flexíveis provenientes da unidade fabril da empresa requerente, em área adjacente ao terminal portuário privado de sua titularidade, contemplando o píer do Caximbau, objeto do Anúncio Público nº 021/2015, empreendimento esse localizado na Ilha da Conceição, município de Niterói/RJ.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a empresa requerente do atendimento dos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros local e ao órgão de Meio Ambiente afeto.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.821, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001556/2015-18, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a desincorporação física, contábil e a demolição das edificações localizadas na Ilha do Barnabé, Santos, SP, que se encontram sob a guarda e responsabilidade da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, de acordo com o Termos de Vistoria nº 01 a nº 09/2015, elaborados pela Comissão estabelecida pela Resolução DP nº 78.2011-CODESP, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 2º Determinar que os materiais remanescentes das demolições ora autorizadas sejam reaproveitados pelo porto de Santos ou alienados, com base na relação custo/benefício, norteando-se pelos ditames da Resolução nº 443-ANTAQ, de 7 de junho de 2005.

Art. 3º Determinar que, em caso de alienação de bens remanescentes, será de inteira responsabilidade do arrematante o ônus pela demolição, que deverá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Resolução, devendo o respectivo resultado ser comunicado à ANTAQ no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a sua realização, e o seu produto ser depositado em conta corrente bancária especial, para fins de utilização na aquisição de novos bens.

Art. 4º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Administrativas Regionais - SFC articule-se junto à Unidade Regional de São Paulo - URESP, visando acompanhar o efetivo cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.822, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001474/2004, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada à empresa MITA LTDA., CNPJ nº 03.029.056/0001-67, por meio do Termo de Autorização nº 292-ANTAQ e da Resolução nº 651-ANTAQ, ambos de 18 de outubro de 2006, para explorar, por prazo indeterminado, terminal portuário de uso privativo, na modalidade de uso exclusivo, localizado na rua Bento Faleiro nº 807, Caieira, Taquari, Rio Grande do Sul - RS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.823, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50000.000912/1999, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Resolução nº 4.732-ANTAQ, de 1º de abril de 2016, retificando-o, para que seja mantida a vigência do Anúncio Público nº 20-ANTAQ/2015, com a consequente exclusão do participante Chibatão Navegação e Comércio Ltda. do seu rol de interessados, e garantindo-se, portanto, a continuidade do processo de outorga da empresa Atem's Distribuidora de Petróleo S.A.

Art. 2º Convalidar os atos que eventualmente tenham sido praticados no âmbito do Anúncio Público nº 20-ANTAQ/2015 em relação a outro interessado, no período de vigência do artigo 2º da Resolução nº 4.732-ANTAQ.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.824, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002131/2016-91 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Zport Apoio Portuário Ltda., CNPJ nº 21.567.030/0001-54, doravante denominada Autorizada, com sede na rua Roberto A. H. Rabaina nº 180, Bairro Rocio Grande, São Francisco do Sul/SC, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.307-ANTAQ (0077800).

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.825, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50000.000691/1997-25, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada referente ao Contrato de Adesão MT/DP nº 059/98, celebrado pelo Governo do Estado da Bahia com o Ministério dos Transportes, que tem por objeto autorizar a construção e a exploração do terminal de uso privativo, localizado à margem direita do rio São Francisco, no Município de Juazeiro - BA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.826, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000632/2016-32 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar o microempreendedor individual Mario José Nova Pires 56191880278, CNPJ nº 23.872.644/0001-75, com sede na rua Coronel Berg nº 40, Bairro Comunicações, Tabatinga-AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia, na Região Hidrográfica Amazônica, sobre o rio Solimões, entre os municípios de Tabatinga-AM e Benjamin Constant-AM, na faixa de fronteira, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.308-ANTAQ (0077842).

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.827, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.003253/2016-02 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada à empresa M. de Sousa EIRELI - ME, CNPJ nº 08.291.886/0001-81, por meio do Termo de Autorização nº 644-ANTAQ e da Resolução nº 1.676-ANTAQ, ambos de 6 de maio de 2010, para operar como empresa brasileira de navegação - EBN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.829, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50303.002542/2014-94, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Julgar subsistente o Auto de Infração nº 1328-5, lavrado em 6 de março de 2015, pela Unidade Regional de Florianópolis - UREFL, desta Agência, em desfavor da Superintendência do Porto de Itajaí - SPI, CNPJ nº 00.662.091/0001-20, por considerar a existência de prática infracional ao art. 33, XXXI da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, consubstanciada no fato de permitir o comércio de produtos (bebidas e lanches) e a ocupação irregular feito por ambulantes, bem como por um proprietário de bar localizado dentro da poligonal do porto público de Itajaí/SC, em área de acesso ao molhe sul do porto, sem possuir contrato ou qualquer outro instrumento junto à Autoridade Portuária, que autorize a comercialização e ocupação em área da União, sem aplicação de qualquer penalidade, neste momento.

Art. 2º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, ofereça à referida empresa a oportunidade de celebrar Termo de Ajuste de Conduta - TAC, conferindo-lhe prazo de 120 (cento e vinte) dias para que regularize as ocupações de áreas irregulares apuradas nos autos, mediante cessão de uso onerosa, precedida de procedimento licitatório, e retome o controle de acesso e uso do molhe na Rua Caminho Xinxiang.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.830, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50314.000909/2014-14 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Julgar subsistente o Auto de Infração nº 000907-5, lavrado em 31 de julho de 2014, pela Unidade Regional de Porto Alegre - UREPL, desta Agência, em desfavor da COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS - CESA, CNPJ nº 92.952.043/0001-95, por considerar a existência de prática infracional ao art. 34, XIV da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, consubstanciada no fato de explorar instalação portuária, no porto organizado do Rio Grande, sem prévio procedimento licitatório, sem aplicação de qualquer penalidade, neste momento.

Art. 2º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, ofereça à referida empresa a oportunidade de celebrar Termo de Ajuste de Conduta, contando com a interveniência da Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG, visando à regularização da exploração da área.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.831, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50310.000980/2014-29, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Determinar a anulação do Auto de Infração nº 000815-0, de 20/06/2014, e julgar insubsistente o Auto de Infração nº 000895-8, de 21/07/2014, ambos lavrados pela Unidade Regional Salvador - URESV, tendo em vista que a penalização acarretaria bis in idem, determinando o arquivamento do processo nº 50310.000980/2014-29, uma vez que o processo administrativo contencioso, ainda em trâmite, 50304.000936/2009-31, trata do mesmo fato.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.834, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000995/2015-97, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Negar a autorização pleiteada pela Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG visando à celebração de instrumento contratual de transição junto à empresa Sagres Agenciamento Marítimo Ltda., de área localizada dentro do porto organizado do Rio Grande - Porto Novo, eis que ausentes as condições ensejadoras da excepcionalidade previstas no § 1º do art. 35 da norma aprovada pela Resolução nº 2.240-ANTAQ, de 4 de outubro de 2011, com a redação dada pela Resolução nº 2.826-ANTAQ, de 12 de março de 2013.

Art. 2º Determinar à SUPRG que efetue a imediata retomada da instalação portuária em questão, disponibilizando sua exploração a quaisquer interessados em regime público, sem exclusividade de uso, valendo-se das tabelas tarifárias aprovadas por esta Agência para a correspondente cobrança pelo uso de infraestrutura portuária.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, em conjunto com a Unidade Regional de Porto Alegre - UREPL, ambas desta Agência, o acompanhamento do fiel cumprimento acerca do ora deliberado.

Art. 4º Cientificar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil para que, na qualidade de poder concedente, avalie a oportunidade e conveniência de inserir as instalações portuárias em questão no âmbito do Programa de Licitação de Arrendamentos Portuários atualmente em curso.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 4.835, DE 27 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.004701/2016-87, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir autorização, em caráter especial e de emergência, à empresa CEARÁPORTOS - COMPANHIA DE INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA DO CEARÁ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.256.678/0001-00, com base no art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para a realização de operação portuária valendo-se da utilização dos Berços 7 e 8 do TUP Pecém, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme cronograma instruído nos autos.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a CEARÁPORTOS - COMPANHIA DE INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA DO CEARÁ do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros e ao Órgão de Meio Ambiente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

ACÓRDÃO Nº 41, DE 30 DE MAIO DE 2016

Processo: 50301.002623/2013-23
Parte: COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - COMAP (02.824.158/0001-01)
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração formulado pela empresa Companhia Municipal de Administração Portuária - COMAP, CNPJ nº 02.824.158/0001-01, visando reforma da decisão proferida pela Diretoria Colegiada desta Agência em sua 385ª ROD, realizada em 11 de julho de 2015, levada a efeito por meio da Resolução nº 4.292-ANTAQ, de 14 de junho de 2015, que decidiu por aplicar a penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 225.100,00 (duzentos e vinte e cinco mil e cem reais), pela prática da infração capitulada no art. 13, incisos I, XLVIII e LIV da Norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ, de 2007, à época em vigor.
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 405ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 25 de maio de 2016, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ por conhecer do pedido de reconsideração formulado pela COMAP, dada a sua regularidade e tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, na íntegra, a decisão anteriormente proferida, consubstanciada na Resolução nº 4.292-ANTAQ, de 14 de junho de 2015; e determinar à Secretaria-Geral - SGE, Procuradoria Federal junto à ANTAQ - PFA e Gerência de Orçamento e Finanças - GOF que promovam, em suas respectivas esferas de atuação, a cobrança e a execução da respectiva sanção. Participaram da reunião o Diretor-Geral Substituto, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe, Natália Hallit Moyses e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor-Geral - Relator Substituto

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07

BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 30/04/2016

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**124.710**	***Circulante***	**324.989**
Caixa e bancos	10.577	Salários, provisão e encargos sociais	54.345
Aplicações financeiras	83.656	Fornecedores e prestadores de serviços	37.101
Siafi-conta vinculada inv. infraestrutura	11.840	Impostos e contribuições a recolher	19.806
Contas a receber, líquidas	14.063	Empréstimos e financiamentos	1.584
Estoques	653	Plano de pensão	65.766
Créditos tributários	421	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	110.134
Despesas antecipadas	56	Ressarc. por obras efetuadas por arrendatários	14.981
Outros créditos	3.444	Outras obrigações	21.272
Não Circulante	**2.888.107**	***Não Circulante***	**1.280.604**
Realizável a Longo Prazo	**1.206.001**	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	298.899
Contas a receber, líquidas	825.616	Receita diferida	393.330
IRPJ e CSLL diferidos	272.891	Ressarc. por obras efetuadas por arrendatários	139.906
Depósitos judiciais – recursos	92.046	Créditos da União para aumento capital	401.941
Bens destinados a alienação	3.132	Plano de pensão	19.433
Valores a receber da União	8.588	Outras obrigações	27.095
Outros créditos	3.728		
		Patrimônio Líquido	**1.407.224**
Imobilizado	1.671.134	Capital social	1.414.100
Intangível	10.972	Prejuízos Acumulados	(6.876)
TOTAL DO ATIVO	**3.012.817**	**TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO**	**3.012.817**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO DE 01-01-2016 A 30-04-2016

	R$ MIL
Receita líquida	251.237
Custo dos serviços	(142.330)
Despesas administrativas	(54.780)
Outras receitas (despesas) operacionais	(24.102)
Resultado financeiro líquido	(12.671)
Resultado operacional	17.354
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.867)
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.362
Resultado do exercício	8.849

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA – Diretor-Presidente
ANTONIO DE P. DE D. ANDRADE – Diretor de Adm. e Finanças
MARIO SÉRGIO R. ALONSO – Contador CRC/1SP135973/O-6

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016053100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

RETIFICAÇÕES

Na Edição do DOU nº 88, de 10.5.2016, Seção 1, onde se lê: "PORTARIA Nº 325, DE 9 DE MAIO DE 2015" leia-se: "PORTARIA Nº 325, DE 9 DE MAIO DE 2016".

No anexo da Portaria MPT-PGT nº 313, de 6 de maio de 2016, publicada no DOU n° 88, de 10.5.2016, Seção 1, onde se lê:

SITUAÇÃO ANTERIOR			NOVA SITUAÇÃO		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO			PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO		
1	PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO	S/Função	1	PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO	S/Função
2	Assessor Nível III	CC-3	3	Assessor Nível III	CC-3
	.....			.....	
	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO			GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO	
	.....			.....	
	SECRETARIA DO GABINETE			SECRETARIA DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO	
1	Chefe	CC-1	1	Chefe	CC-1
1	Assessor Nível I	CC-1	1	Assessor Nível I	CC-1
1	Assistente Nível II	FC-2	1	Assistente Nível II	FC-2
			1	Assistente Nível II	FC-2
	.....			.....	
	.....			.....	
DIRETORIA-GERAL			DIRETORIA-GERAL		
	.....			.....	
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
	.....			.....	
	Assessoria de Planejamento e Gestão do Departamento de Administração			Assessoria de Planejamento e Gestão do Departamento de Administração	
1	Chefe	CC-1	1	Chefe	CC-1
	.....			.....	
	COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
1	Chefe	CC-3	1	Chefe	CC-3
	.....			.....	
				Seção de Compras	
	.....		1	Chefe	CC-1
				.....	
	COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO				
1	Chefe	CC-3			
	Seção de Compras				
1	Chefe	CC-1			
	.....				

leia-se:

SITUAÇÃO ANTERIOR			NOVA SITUAÇÃO		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO			PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO		
1	PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO	S/Função	1	PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO	S/Função
3	Assessor Nível III	CC-3	3	Assessor Nível III	CC-3
	.....			.....	
	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO			GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO	
	.....			.....	
	SECRETARIA DO GABINETE			SECRETARIA DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO	
1	Chefe	CC-1	1	Chefe	CC-1
1	Assessor Nível I	CC-1	1	Assessor Nível I	CC-1
2	Assistente Nível II	FC-2	2	Assistente Nível II	FC-2
			1	Assistente Nível II	FC-2
	.....			.....	
	.....			.....	
DIRETORIA-GERAL			DIRETORIA-GERAL		
	.....			.....	
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
	.....			.....	
	Assessoria de Planejamento e Gestão			Assessoria de Planejamento e Gestão do Departamento de Administração	
1	Chefe	CC-1	1	Chefe	CC-1
	.....			.....	
	COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
1	Chefe	CC-3	1	Chefe	CC-3
	.....			.....	
				Seção de Suporte a Compras	
	.....		1	Chefe	CC-1
				.....	
	COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO				
1	Chefe	CC-3			
	Seção de Compras				
1	Chefe	CC-1			
	.....				

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No anexo da Portaria MPT/PG nº 278, de 20 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 27.4.2016, Seção 1, onde se lê:

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código	Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código
	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO/RN			PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO/RN	
1	Procurador-Chefe	CC 05	1	Procurador-Chefe	CC 05
	.....			.....	
	DIVISÃO ADMINISTRATIVA			DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
1	Diretor	CC 02	1	Diretor	CC 02
	SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO			SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	SETOR DE FINANÇAS			SETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PERÍCIAS	
1	Chefe	FC 03	1	Chefe	FC 03
	GERÊNCIA DO PLAN-ASSISTE			GERÊNCIA DO PLAN-ASSISTE	
1	Gerente	FC 02	1	Gerente	FC 02
	SETOR DE PREGÃO			SETOR DE PREGÃO E LICITAÇÃO	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	.....			.....	
	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN			PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN	
				Secretaria da PTM	
1	Chefe de Secretaria do Ofício	CC 01	1	Chefe	CC 01
			1	Assistente Nível II (Lei nº 12.321/2010)	FC 02
	Setor Processual			Setor Processual	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
				Assessoria Jurídica da PTM de Mossoró/RN	
			1	Chefe	CC 01
	.....			.....	

leia-se:

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código	Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código
	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO/RN			PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO/RN	
1	Procurador-Chefe	CC 05	1	Procurador-Chefe	CC 05
	.....			.....	
	DIVISÃO ADMINISTRATIVA			DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
1	Diretor	CC 02	1	Diretor	CC 02
	SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS			SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	SETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PERÍCIAS			SETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PERÍCIAS	
1	Chefe	FC 03	1	Chefe	FC 03
	GERÊNCIA DO PLAN-ASSISTE			GERÊNCIA DO PLAN-ASSISTE	
1	Gerente	FC 02	1	Gerente	FC 02
	SETOR DE PREGÃO E LICITAÇÃO			SETOR DE PREGÃO E LICITAÇÃO	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	.....			.....	
	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN			PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN	
	Secretaria			Secretaria da PTM de Mossoró/RN	
1	Chefe	CC 01	1	Chefe	CC 01
	Setor Processual			Setor Processual	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
				Assessoria Jurídica da PTM de Mossoró/RN	
			1	Chefe	CC 01
	.....			.....	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 24.795, DE 20 DE MAIO DE 2016

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, considerando o estado atual dos autos do Procedimento 001346.2012.20.000/6 e por força dos arts. 4º, parágrafo único, e 6º, § 9º, da Resolução 69/2007 do CSMPT, resolve alterar a PORTARIA/MPT/PRT 20ª Região/CODIN 295/2013, de 07/06/2013, publicada no Diário Oficial da União, Seção, 1, em 10/06/2013, página 95, para que passe a constar como inquirido o senhor REGINALDO PINHEIRO DOS ANJOS, passando a ter o seguinte teor:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1º) a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2º) os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3º) os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4º) a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5º) a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6º) o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7º) ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF, art. 227);

7º) notícia de fato apresentada na PRT20/SE pela UNIÃO FEDERAL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, autuada sob o número 001346.2012.20.000/6, bem como as peças de informação que a acompanham;

8º) o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a TRABALHO INFANTIL ILÍCITO; e, por fim,

9º) ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127);

resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de REGINALDO PINHEIRO DOS ANJOS. Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

ALEXANDRE MAGNO MORAIS BATISTA
DE ALVARENGA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 18, DE 30 DE MAIO DE 2016

A 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa do Patrimônio Público, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve instaurar Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.013254/16-78 que tem como interessados as Administrações Regionais do DF e Bracon Arquitetura e Urbanismo, Total Arquitetura e Urbanismo, MG Construtora Ltda., Fiber Glass Construtora Eireli EPP, Diaz Moisés, La Dart Indústria e Comércio Eireli EPP, Multiwork Construtora Ltda., Cometa Arquitetura e Urbanismo Eirele EPP, Estrela Projetos e Construção Eirele EPP, a fim de apurar possível fraude em procedimentos licitatórios.

FERNANDA DA CUNHA MORAES
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 39, DE 27 DE MAIO DE 2016

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 3ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.041461/16-31, que tem como interessados: Construtora Beter, Consórcio Novo Túnel, EPC Projetos e Construções Ltda., Geosonda S.A., HAS Participações Ltda. Supostas irregularidades nas sociedades empresariais que constituem Consórcio Novo Túnel e na capacidade econômica do Consórcio.

RAQUEL TIVERON

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 17, DE 24 DE MAIO DE 2016

(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Subsecretário da Primeira Câmara: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros José Múcio Monteiro e Bruno Dantas; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente o Ministro Benjamin Zymler, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 16, referente à Sessão realizada em 17 de maio de 2016.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 001.289/2005-3, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;

- 003.191/2014-1, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro; e

- 011.703/2014-8 e 020.622/2012-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 3128 a 3335.

RELAÇÃO Nº 14/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 3128/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.880/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Conceição de Maria Paulo de Barros (291.629.801-06)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3129/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.583/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrey Luís Mayrink Paixão (154.965.147-11); André Rodrigo Fernandes Freitas (031.646.502-05); Antonio Carlos Lima Sousa (066.587.223-23); Ariel Romero Amorim da Luz (175.757.827-70); Armando Furtado Rocha (604.750.533-38); Arthur Cavalcante de Mendonça (057.196.804-03); Arthur Nascimento da Costa (149.158.327-40); Arthur Sequetto Silva (072.661.106-96); Arthur do Carmo Pereira (140.191.487-08); Ary dos Santos Silva (021.750.852-95)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3130/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.651/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thiago Domingos Custódio (050.594.141-40); Thiago Leonardo da Silva Sudre (138.055.977-46); Thiago Oliveira do Espírito Santo (176.368.977-84); Thiago Pereira Antunes (158.865.647-05); Thiago Quaresma Rocha (125.772.957-82); Thiago Schuab de Paiva (174.311.677-25); Thiago Tavares de Souza (160.392.597-01); Thiago Teixeira de Aquino (115.172.817-92); Thiago de Souza Barros da Silveira (113.621.536-05); Thierry Roberto Silva de Oliveira (157.759.157-71)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3131/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.326/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Moura Carvalho (159.856.318-18); Marcos Leandro da Costa Munhoz (302.434.268-01)

1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3132/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, e tendo em vista o erro material verificado no Acórdão 4643/2015, da 1ª Câmara, que considerou prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal, da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha (docs. 2 a 11);

Considerando as instruções da unidade técnica e os pareceres do Ministério Público, que opinaram no sentido de considerar os atos em questão prejudicados, não por perda de objeto, mas por inépcia (docs. 12, 13, 16 e 18);

Considerando as inconsistências destacadas no doc. 12 (p. 1 e 2), que impedem a apreciação de mérito, pela Corte de Contas, dos atos de admissão de pessoal em análise;

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 6º, do Regimento Interno, em tornar insubsistente o Acórdão 4643/2015, da 1ª Câmara, considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.474/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André Louzada Moreira (835.799.907-72); Erika Cristina Barbosa de Almeida Ribeiro (067.017.826-80); Fábio Augusto de Alcantara Andrade (100.911.977-08); Juliana Anunciação Almeida (110.337.297-10); Leonardo Henrique Gonsioroski Furtado da Silva (691.159.233-04); Marconi Mota Brasil (843.854.057-00); Michele Cunha da Silva (086.926.877-58); Michelle Thieme de Carvalho Moura (115.879.257-37); Mário Cesar da Silva Souza (083.133.957-88); Paulo Guilherme Santos Couto de Castro (089.584.107-01).

1.2. Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao órgão de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei nº 8.443/92; 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU; 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU nº 206/2007; e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU nº 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 3133/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.318/2016-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Amauria Felix Macêdo (959.503.897-00); Ana Lúcia dos Santos Gonçalves (175.008.855-04); Anelsi Felix Martins (580.321.005-63); Anna Maria Martelotta Bittencourt (109.469.397-99); Carmen Luiza Nascimento dos Santos (126.695.555-00); Carmin da Silva Ramos (767.633.824-72); Denise Santa Brígida de Barros Góes (902.405.027-87); Edina Silveira de Sousa (636.720.069-04); Edinalda Silveira de Souza Pires (693.680.079-34); Edineia Silveira de Sousa Moreira (753.279.709-06); Eliane Felix Martins (935.671.465-72); Elsiana Regina Felix Martins (567.026.395-20); Floriscêa Nascimento dos Santos (101.209.205-49); Francisca Teixeira de Macêdo (512.340.764-20); Gisela Silveira de Souza Melo (037.382.459-95); Ilma França Martins (616.053.285-53); Maria Edna Araujo Monteiro (334.796.234-68); Marluce Souza Alcântara (631.013.513-91); Marta Dantas de Macêdo (009.230.994-17); Rosana Angélica Felix Martins (008.923.225-94); Rosângela Francisca dos Santos Caixa (775.492.957-00)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3134/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.323/2016-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cássio Murilo Pereira Barbosa de Araújo (370.310.918-10); Darcy Dantas de Oliveira Lins (108.528.834-04); Dercy Maria Dantas de Oliveira (147.499.124-68); Gláucia José de Moraes (031.312.997-54); Ivete Fernandes de Oliveira (455.397.664-15); Josefa Rainha dos Santos (463.323.677-68); Luciana Andrade da Silva (026.272.077-92); Luciene de Barros Andrade (083.444.487-94); Marcia Maria Campos Ferreira (675.678.004-20); Rejane Lima Pires Pessoa (592.033.667-68); Rita Barboza de Brites (303.041.217-20); Rosângela de Moraes (552.612.991-87); Ruthcléa Lemos Duarte (228.460.182-00); Vera Lúcia da Silva Pereira (068.800.777-57); Zenilda Pereira Sales (038.841.498-73)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3135/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.329/2016-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Bárbara Santos da Silva (890.630.077-87); Carlos Eduardo Faria de Sousa (009.514.081-60); Cláudia Valéria Oliveira Menezes (003.840.057-05); Enilda Pessoa de Figueiredo (150.744.804-00); Herondina Schmidt de Freitas (434.722.659-49); Jaqueline Oliveira Menezes (078.372.427-69); Luiza de Freitas Morais (880.875.657-20); Luzinete Pessoa de Figueiredo (777.803.614-20); Margarete Meia de Castro (120.092.947-00); Maria Ignez Paulo de Souza (382.781.382-49); Maria José de Figueiredo Castro (012.211.604-60); Maria de Lourdes de Paula Arantes (027.202.717-05); Patricia Rodrigues Martins (599.069.101-78); Pedro Henrique Martins de Sousa (009.429.381-35); Vera Lúcia Pereira Nunes da Silva (080.577.077-12)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3136/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.334/2016-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alzira Ferreira Fucs (143.132.435-34); Ana Carolina Soares de Aquino (089.503.277-59); Ana Lúcia Ferreira Fucs dos Santos (195.095.885-04); Arlete Ferreira Fucs (263.192.925-04); Beatriz Gonçalves Jasper (761.871.528-91); Denise Assad Arguello Araujo (551.517.441-00); Eliane Assad Arguello Lopez (162.646.301-87); Heloneida Assad Arguello (141.228.711-15); Isabel Queiroz Pinto (643.707.717-49); Leda Maria Assad Arguello de Oliveira (496.881.111-04); Mara Lúcia de Mello (330.980.007-59); Mônica Aguiar dos Santos (015.897.497-23); Regina Maria de Souza Antunes (602.150.207-82); Rosa Maria Baracho de Araujo (076.084.007-57); Verônica dos Santos Pinheiro de Faria (787.112.237-15)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3137/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.337/2016-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana Padilha Axt (850.976.597-91); Andréa Padilha Axt (550.272.887-00); Elizabeth Blomgren de Mendonça (839.335.657-15); Ivone Costa Rosa de Mattos (027.619.555-87); Márcia Pereira do Nascimento (054.025.557-29); Maria Amélia Cruz de Magalhães (540.752.209-82); Maria da Conceição Fornos de Magalhães (000.000.001-91); Marize Pereira do Nascimento Freire (043.911.807-74); Sonia Maria Rockert de Lima Camara (298.354.707-82)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3138/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, "a", e art. 218 do RI/TCU, em dar quitação ao responsável Sr. Marcelo José de Oliveira Didier (CPF 021.550.954-49), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 3.344/2011-TCU-1ª Câmara, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original da multa: R$ 7.000,00 Data de origem da multa: 24/5/2011

Valor recolhido: R$ 8.363,58 Data do recolhimento: parcelado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-013.346/2005-4 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2004)

1.1. Apensos: 038.179/2012-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 011.139/2015-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Alberto Jeronimo Pereira (135.037.821-68); Ian Stirling (004.821.024-20); Jose Capitulino Rodrigues da Gama (231.755.404-49); José Calazans dos Santos (150.533.771-20); Juvenal Leite Ferreira (018.109.604-87); Leda Maria dos Santos Melo (390.804.394-87); Marcelo José de Oliveira Didier (021.550.954-49); Maria Lucia da Silveira Galvao (252.477.194-68); Maurilio Alves da Silva (029.964.724-20); Roosevelt Goncalves de Lima (016.823.184-00)

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado de Pernambuco

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.7. Representação legal: Fábio Henrique de Araújo Urbano (15473/OAB-PE) e outros, representando Marcelo José de Oliveira Didier.

1.8. Determinar à Superintendência Federal de Agricultura em Pernambuco que proceda ao desconto em folha do saldo residual, no valor de R$ 1.601,18 (um mil, seiscentos e um reais e dezoito centados), em 25/1/2016, referente à multa de R$ 7.000,00 aplicada ao Sr. Maurílio Alves da Silva (CPF 029.964.724-20) por meio do Acórdão 3.344/2011-TCU-1ª Câmara, considerando que o desconto implantado anteriormente não contemplou a devida atualização monetária, conforme estabelece o art. 127, § 1º, do Regimento Interno do TCU; informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas.

ACÓRDÃO Nº 3139/2016 - TCU - 1ª Câmara

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelas empresas Allegro Produções e Publicidade Ltda. e Eventos Produções Culturais Ltda. (R005, peça 132) e pelo Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas - IPSA (R006, peça 133) contra o Acórdão 4.629/2015-1ª Câmara (peça 94), mantido, em sede de embargos de declaração, pelo Acórdão 7.751/2015-1ª Câmara (peça 116);

Considerando que as empresas Allegro Produções e Publicidade Ltda. e Eventos Produções Culturais Ltda. foram notificadas da referida deliberação em 2/9/15 (peças 107 e 105), e que interpuseram Recursos de Reconsideração em 11/1/16; expirado, portanto, o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no art. 33 da Lei 8.443/92;

Considerando que o Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (IPSA) foi notificado da referida decisão em 2/9/2015 (peça 106), e que interpôs Recurso de Reconsideração em 12/1/16; expirado, também, o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no art. 33 da Lei 8.443/92;

Considerando que os interessados não apresentaram fatos novos supervenientes que permitiriam relevar a eiva da intempestividade, nos termos do art. 286, parágrafo único, c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o que impede o conhecimento dos recursos;

Considerando os pareceres da Secretaria de Recursos e do Ministério Público pelo não conhecimento dos referidos recursos;

Considerando, também, que as empresas Allegro Produções e Publicidade Ltda. e Eventos Produções Culturais Ltda. interpuseram, em 25/4/16, peça nominada de embargos de declaração (peça 154) contra despacho proferido pelo Relator em 28/3/16 (peça 143), acerca da admissibilidade do recurso de reconsideração interposto por Jorge Pereira de Sousa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 285, caput e § 2º, e 286, parágrafo único do Regimento Interno do TCU, em não conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelas empresas Allegro Produções e Publicidade Ltda. e Eventos Produções Culturais Ltda. e pelo Instituo de Pesquisas Sociais Aplicadas (IPSA), por restarem intempestivos e não apresentarem fatos novos, e em receber a peça nominada de embargos de declaração (peça 154) como mera petição, devido à inexistência de decisão de mérito do recurso interposto por Jorge Pereira de Sousa, dando-se ciência aos respectivos recorrentes desta deliberação e dos pareceres de peças 135, 137 e 155.

1. Processo TC-001.498/2013-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Allegro Produções e Publicidade Ltda. (04.009.398/0001-88); Eventos Produções Culturais Ltda (12.853.719/0001-54); Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (40.818.841/0001-25); Jorge Pereira de Sousa (037.105.644-68)

1.2. Recorrentes: Eventos Produções Culturais Ltda (12.853.719/0001-54); Allegro Produções e Publicidade Ltda. (04.009.398/0001-88); Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (40.818.841/0001-25)

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Pernambuco

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.8. Representação legal: Sócrates Vieira Chaves (14117/OAB-PE) e outros, representando Allegro Produções e Publicidade Ltda. e Eventos Produções Culturais Ltda; Ananda Marques Viana Ulisses (32228/OAB-PE) e outros, representando Jorge Pereira de Sousa; Thales Etelvan Cabral Oliveira (28.497/OAB-PE) e outros, representando Jorge Pereira de Sousa e Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Considerando que o Sr. Malalael Moraes interpôs Recurso de Reconsideração em 3/12/2009 (fl. 2, anexo 2), havendo sido notificado do acórdão recorrido em 5/11/2009 (fls. 179, vol. p.), expirado, portanto, o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no art. 33 da Lei 8.443/92;

ACÓRDÃO Nº 3140/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 2216/2016-TCU-1ª Câmara, nos seguintes termos:

Onde se lê:

"3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0003-63);"

"9.3. julgar irregulares as contas de Jorge Luís dos Santos Braga, aplicando-lhe a multa prevista no art. 19, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ..."

Leia-se:

"3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04);"

"9.3. julgar irregulares as contas de Jorge Luís dos Santos Braga, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ..."

E mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.492/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jardel Vasconcelos Carmo (033.916.122-15); Jorge Luis dos Santos Braga (252.427.332-68)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Monte Alegre - PA

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (157.199/OAB-SP) e outros, representando Caixa Econômica Federal; José Alberto Soares Vasconcelos (5888/OAB-PA), representando Jardel Vasconcelos Carmo.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3141/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, e considerando a manifestação do douto Ministério Público (peça 112), ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar, excepcionalmente, o pagamento da dívida a que foi condenada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA), em solidariedade com outros agentes, por meio do subitem 9.2 do Acórdão 4.709/2014-1ª Câmara (doc. 54), em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, conforme solicitação da empresa (doc. 105), fixando-se o vencimento da primeira parcela em 1º/1/2017, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, devendo a responsável ser alertada de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-011.711/2012-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA (05.402.797/0001-77); Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04); Ítalo Cláudio Falesi (000.481.782-68)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: Suyane Moraes Santos (13703/OAB-PA) e outros, representando Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PA; Rosa Maria Soares Couto (16481/OAB-PA), representando Ítalo Cláudio Falesi; Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (28.949/OAB-DF) e outros, representando Suleima Fraiha Pegado.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3142/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 7161/2014-TCU-1ª Câmara, nos seguintes termos:

Onde se lê:

"3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)"

Leia-se:

"3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde (00.530.493/0001-71)"

E mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.227/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio da Costa Tavares (146.857.521-04); Miriã de Souza Vidal (577.337.161-87)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás - GO

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal:

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3143/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, em dar quitação à Sra. Rejane Olga Oliveira Jatene (040.083.402-20), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do acórdão 4.605/2013-TCU-1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem da multa: 9/7/2013

Valor recolhido: R$ 11.585,13 Data do recolhimento: parcelado.

1. Processo TC-019.543/2011-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 016.979/2010-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 008.876/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Alexandre Lemos Maués de Faria (634.572.102-68); Carlos Antônio de Aragão Vinagre (008.827.202-87); João Alexandre Orguên Gouvea (170.461.572-00); Prefeitura Municipal de Belém - PA (05.055.009/0001-13); Rejane Olga Oliveira Jatene (040.083.402-20)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Belém - PA

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3144/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em desconsiderar o teor da audiência levada a efeito por intermédio do Ofício 0183/2016-TCU/Secex-MS, de 6/4/2016, tendo em vista a edição, pelo Presidente Interino da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, da Portaria 217, de 28/4/2016; prorrogar o prazo, por mais 90 (noventa) dias, a contar do término do prazo inicialmente concedido, para que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) cumpra a determinação constante do subitem 1.7.1 do Acórdão 6.822/2015; e fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da Secex/MS.

1. Processo TC-030.823/2015-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/MS (00.414.607/0022-42)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Conab no Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/MS que continue a monitorar o cumprimento do subitem 1.7.1 do Acórdão 6822/2015 - TCU - 1ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 3145/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", do Regimento Interno/TCU, em apensar, em definitivo, o presente processo ao TC-005.801/2010-9, de acordo com o parecer da Secex/GO:

1. Processo TC-000.091/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Consórcio Arteleste/Enescil (75.911.438/0001-20); Emsa Empresa Sul-americana de Montagens S/A (17.393.547/0001-05); Loctec Engenharia Ltda (01.734.214/0001-54); Via Engenharia S.A (00.584.755/0001-80)

1.2. Interessado: Ministério Público Federal

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit Nos Estados de Goiás e Distrito Federal - Dnit/mt

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.7. Representação legal: Marcus Vinícius Labre Lemos de Freitas (14282/OAB-GO) e outros, representando Emsa Empresa Sul-americana de Montagens S/A.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3146/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, c/c os arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso VII, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, fazer a seguinte determinação e adotar a seguinte medida, dando-se ciência desta deliberação e da instrução de peça 12 à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero/SP, de acordo com o parecer da Secex/RJ:

1. Processo TC-013.191/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aeroporto de São Paulo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Representação legal: Alex Zeidan dos Santos (19.546/OAB-DF) e outros, representando a Infraero/SP.
1.6. Determinar, nos termos do art. 276, § 2º, do Regimento Interno/TCU, do Regimento Interno/TCU, oitiva prévia à Infraero/SP, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, manifeste-se sobre os pontos tratados nesta representação, especialmente quanto ao fato apontado abaixo, alertando-a quanto à possibilidade de o Tribunal vir a determinar a anulação de todos os atos inerentes ao Pregão Eletrônico 030/2016:
1.6.1. exigência de registrar, no Crea e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, atestado(s) de capacidade técnico-operacional da empresa licitante, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que a licitante tenha executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, cuja parcela e maior relevância técnica e de valor significativo é manutenção e/ou recuperação de pavimento flexível.
1.7. Medida: realizar diligência, com fundamento no art. 157 do RI/TCU, à Infraero/SP, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, seja encaminhado o Termo de Referência referente ao Pregão sob análise, bem como cópia do atual contrato em andamento e previsão de término.

RELAÇÃO Nº 12/2016 - 1ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
ACÓRDÃO Nº 3147/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.168/2016-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Walfran Mota Lopes (162.239.263-91); Franklin Coutinho de Carvalho (161.796.414-04); Frederico Ribeiro da Rocha (166.056.321-68); Gabriel de Almeida Fernandes da Silva (339.223.147-91); Gaudencio de Oliveira (236.329.849-72); Genival Calado Carneiro (103.548.754-34); Geraldo de Araújo Gomes (374.018.744-15); Geraldo de Santiago Barroso (348.247.827-91); Gerson Maurício do Nascimento (702.236.887-20); Gerson Oliveira Mattos (745.727.417-00)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3148/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, fazendo-se a seguinte determinação:

1. Processo TC-009.171/2016-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Batista Cunha (142.196.976-91); João Batista Lourenço Dias (062.159.712-00); João Bosco Costa (130.622.554-04); João Carlos Ferreira Neto (514.082.366-72); João Maia de Campos (533.681.427-04); João Pedro de Andrade Filho (436.843.867-15); João Vieira Primo de Oliveira (096.293.944-72); Joel Zarpellon Mazo (215.804.720-87); Jorge Luiz Gordon Martins (330.970.627-34); José Adamau de Sá (155.393.261-72)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija, no sistema Sisac, o campo "Data de admissão no cargo" do formulário de aposentadoria em favor de Joel Zarpellon Mazo para que, onde se lê "03/10/1977", leia-se "05/04/1999", com recálculo do "Tempo no cargo" de "36a 3m 22d" para "14a 9m 17d", considerando a data da posse como Delegado de Polícia Federal informada no ato de admissão, autuado no TC 010.319/2009-6, já considerado legal pelo Acórdão nº 4.290/2012-TCU-2ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 3149/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, uma vez que o servidor Luiz Ricardo Gomes de Oliveira possui tempo suficiente para inativação, mesmo após a exclusão do tempo ficto irregular, decorrente da contagem em dobro do período residual de licença-prêmio por assiduidade, fazendo-se a seguinte determinação acerca das inconsistências verificadas no preenchimento do formulário referente ao inativo Magno José Teixeira:

1. Processo TC-009.176/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Ricardo Gomes de Oliveira (490.494.457-72); Luiza Helena Parente Porto (432.986.219-00); Magno José Teixeira (206.479.996-68); Marcelo Britto (642.667.884-87); Marcelo Pereira da Rocha (314.632.156-49); Marcenilo Marques Caldas (352.227.601-97); Márcia Pinto Bastos (114.346.511-34); Marco Antônio Castelo Branco Barros (228.719.693-53); Marco Antônio de Almeida Sá (667.493.797-53); Marco Eugle Fernandes Guimarães (672.680.217-04)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija, no sistema Sisac, o campo "data de admissão no cargo" do formulário de aposentadoria de Magno José Teixeira para que onde se lê "20/01/1977" leia-se "17/08/1999", com recálculo do "Tempo no cargo" de "32a 6m 5d" para "9a 11m 6d", tendo por base a data da posse como Delegado de Polícia Federal informada no ato de admissão, autuado no TC 000.125/2006-4, já considerado legal pelo Acórdão nº 636/2014-TCU-1ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 3150/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, fazendo-se a seguinte determinação:

1. Processo TC-009.180/2016-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Rodson dos Santos Rocha (631.742.607-44); Ronaldo Antônio Espíndola de Macedo (052.406.032-00); Ronaldo Silva Mendonça (270.383.271-00); Rosalvo Pereira Rosa (475.708.307-68); Rosane Pinheiro Bem (022.133.007-04); Rosemberg de Azevedo Oliveira (536.151.587-68); Rosimar Pereira Bilio Norberto (180.233.713-04); Ruben Martins da Cruz Neto (288.146.141-72); Sandra Regina Ribeiro Alves (548.686.617-87); Sebastião da Silva Negreiros (098.653.303-34)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija, no sistema Sisac, o campo "data de admissão no cargo" do formulário de aposentadoria de Ronaldo Silva Mendonça para que onde se lê "02/09/1993" leia-se "08/01/1985", bem como retifique a data de vigência da concessão de "20/07/2013" para "20/06/2013", em consonância com os dados individuais funcionais do cadastro do Siape.

ACÓRDÃO Nº 3151/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.261/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gerson Machado (487.533.359-53)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3152/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, considerando que os servidores possuem tempo suficiente para inativação, mesmo após a exclusão dos tempos fictos irregulares, decorrentes do acréscimo de 20% referente à Lei nº 3.313/1957 e contagem em dobro do período residual de licença-prêmio por assiduidade:

1. Processo TC-011.580/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Demétrio da Silva Medeiros (250.754.544-53) e Juscelino Peters Campos (236.675.671-20)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3153/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.406/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Giliana Cunha Pereira Pinto (002.564.124-72)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3154/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.538/2010-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Josias Venturim (214.372.117-04)
1.2. Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Vitória/ES
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3155/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, bem como mandar fazer a seguinte determinação, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.725/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme Rodrigues Arantes (023.468.061-02); Janaina Assis Lima (017.747.421-10); José Gualberto Costa dos Santos Junior (013.374.034-07); Juliana Barbosa Alencar Miziara (008.629.811-90); Kennia Raquel Ribeiro Santos (026.265.031-26)
1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, do campo "Data de validade do concurso" dos formulários de admissão dos servidores acima referidos, haja vista ter sido prorrogada até 12/7/2015.

ACÓRDÃO Nº 3156/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.786/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonildo Viana de Oliveira (141.687.404-63); Luiz Gonzaga dos Santos Junior (011.762.744-57); Reginaldo Celestino da Silva (026.887.683-52); Reginaldo de Castro Abreu (719.444.193-49); Regivaldo Carvalho de Andrade (007.702.204-10)
1.2. Unidade: Liquigás Distribuidora S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3157/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.572/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danilo Moreira Lins (023.319.361-88); Paulo Marcos Amorim Mota (046.504.305-42); Rodrigo Von-grapp Freitas (027.800.681-75); Rômulo Jaime Souza Chagas de Lima (028.590.591-05); Thalita Ferreira Soares (037.046.841-47)
1.2. Unidade: Ministério da Justiça
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3158/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-010.034/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jeferson Rodrigues Peres (006.986.140-46); Joannez Fernandes Santos (363.545.858-90); João Francisco Vasconcelos Garcia (074.389.877-01); Joaquim Machado Neves Junior (925.953.402-04); Jocelio Martins (795.542.297-04); Jonatas Dias Marques Junior (020.759.943-23); Juliana Gatti Garbim (317.498.458-06); Kassio Vinicius Neves Portilho (039.926.841-30); Kelcio Cristiano Paschoal (273.745.318-69); Kelvin Willy de Jesus e Silva (420.608.288-05)
1.2. Unidade: Liquigás Distribuidora S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3159/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-010.038/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raphael Pacheco Serafim (045.968.044-78); Renan de Moraes Ozello (338.692.998-27); Renato de Souza Castanheira (127.914.427-07); Ricardo Martins Lima (036.929.321-54); Richila Sharon Diniz de Aquino (092.776.794-50); Roberto Silva de Almeida (315.788.370-49); Rodrigo Luiz Orlatei (062.143.789-13); Rodrigo Strapazzon (033.008.009-19); Rodrigo Zillmer Celestino (000.191.740-47); Rogerio Alves de Almeida (626.259.421-34)
1.2. Unidade: Liquigás Distribuidora S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3160/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-010.143/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Carlos Alberto da Silva Sobreira (769.729.763-91)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3161/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-010.148/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Madeleine Mazeu Martins (070.043.016-48); Maihara Cambraia Silva Gomes (069.695.206-84); Marcella Carneiro Santiago (012.799.256-12); Mateus Delucca de Albuquerque (062.120.946-59); Pedro Guimarães Vieira (068.744.916-28); Priscila Ladeira Robini (096.251.496-94); Rafael Gustavo Silva Resende (063.648.006-29); Renata Amâncio Valente (089.400.496-40); Renato Augusto Costa (020.119.290-08); Rodrigo Freire Brandão (014.308.756-82)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3162/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-010.154/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Dadalt (008.519.189-21); Francielle Antunes da Rosa Machado (058.973.329-08); Janine Cantarelli (057.562.539-20); Maurício Alves (852.105.799-72)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3163/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-011.355/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Djorgenes Tibúrcio de Jesus (014.618.541-21); Edson Lima de Sousa (838.242.782-00); Eduardo Petterson Fonseca Silva (034.097.181-92); Gustavo Antônio Brandão (012.305.721-39); Igor da Silva de Barros (978.013.480-87); Mônica Aparecida Russo Loures (312.844.178-24); Nelcivan de Andrade Gomes (011.679.311-22)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3164/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-011.356/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Barbara Godinho Braga (074.245.216-67); Tiago Freixo Lima Magalhaes (099.249.347-17)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3165/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-011.384/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Cristy Yan Pablo Soares Batista (508.067.772-49); Tatiana Maria Rabelo (822.573.613-34)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3166/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-011.971/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Julia Goulart Jeronymo (067.030.756-46)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3167/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-011.979/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Fernanda Borges de Paula Urzeda (904.026.501-15)
1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3168/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-011.980/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Renata dos Santos Maia (748.245.202-82)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Acre
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3169/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-011.983/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alexsandro Leite Nunes (126.857.607-76)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3170/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-011.985/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Belmiro Reis de Alencar Vasconcelos (016.661.721-03); Maurício Hirata (187.016.648-59); Érika Sobreiro de Barros (756.940.936-15)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3171/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-012.820/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rafaela Duarte Mendonca (035.942.559-30)
1.2. Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 3172/2016 - TCU - 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se pre-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016053100072
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Comercialização proibida por terceiros.

judicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.827/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre da Silva (176.332.108-85); Anderson de Oliveira Palheta (574.182.252-53); Carlos Pereira de Mattos (552.792.369-34); Christian Marlon Pimentel (921.923.199-91); Cícero Cordeiros dos Santos (262.808.978-50); Claudio Abreu da Silva (767.942.102-15); Cristiano Mamede Barbosa (026.200.257-45); Daniel Dornelles da Silva (821.462.840-72); Diego Xavier Cavalcante (011.474.281-23); Diogo Alexandre Sodré (057.785.539-51); Diogo Ribeiro Frazão (013.907.101-65); Douglas Silva de Sousa (125.589.647-71); Edson dos Santos Ribeiro (646.052.132-87); Edvan Souza Silva (015.326.641-41); Evandro de Campos Machado (921.601.907-72); Fabrício de Castro Lobo (048.288.247-66); Flávio Pereira Montes (694.560.546-91); Gisele Dadalt de Macedo (057.169.599-03); Gleyson Eudes Paiva de Jesus (890.723.242-34); Islan Clayton Assunção Codama (014.783.346-90)

1.2. Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3173/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.829/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jean Silva de Carvalho (133.895.787-22); João Paulo Moura (419.106.038-48); Jocemar Santos de Oliveira (024.002.874-06); Jonathas Cezar Moreira Silva (397.319.148-46); José Roberval Gomes de Melo Junior (028.719.084-60); Larissa Briales Meniz Modono (370.512.518-48); Lucas de Almeida Nogueira (025.682.711-75); Luís Felipe Rodrigues de Faria (063.661.481-63); Luís Fernando Pedroso Ghizzi (183.974.938-59); Marcelo Simões Santana (430.541.025-72); Marcílio Lucena de Oliveira (019.725.224-93); Marcos Cleyton Rodrigues Almeida (028.822.953-32); Nazionil Vitor de Oliveira (057.269.194-75); Paulo César Gonçalves (130.697.768-17); Reinaldo Gouvêa (835.845.449-04); Renato Fukão dos Santos (297.074.158-00); Rosalvo Araújo das Neves (454.268.642-68); Sidcley Domingues da Silva (821.837.404-34); Sidney Enéas Souza dos Santos (708.505.422-00); Thassio Kemenny Rolemberg Barbosa (041.327.605-88)

1.2. Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3174/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.831/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gerardo Alves de Oliveira Neto (880.522.903-25); Marcos Vinícius Ferreira de Oliveira (029.871.143-54); Rafael Santos Rocha (012.025.215-50); Samuel Quintiliano Moreira (959.316.351-49); Sidarta Vidigal de Almeida (041.280.966-44)

1.2. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3175/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.834/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jonathan de Oliveira Kazlauckas (006.882.990-67); Nathaniel de Vasconcelos Rebouças (997.371.321-49); Paulo dos Santos Ferreira (680.398.594-68); Ricardo Mendes Ito (021.489.469-00)

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3176/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.952/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Soares Almeida (970.845.733-72); Adriano de Carvalho e Silva (044.019.293-57); Artur Willams Pimentel Costa (038.399.263-00); David Luis de Carvalho (030.776.793-02); Diogo Macário Pessoa Sousa (010.627.823-13); Fábio Oliveira de Jesus (087.259.827-61); Francisco Ronan Viana Araújo (026.651.651-39); Hairton Cesar Prudêncio de Sousa (059.671.583-83); José Maikel de Sousa Luz (303.473.828-51); Karolayne Reis Saboia Gomes (037.517.363-36); Luiz Francisco da Costa (890.138.083-87); Luiz Furtado de Mendonça (014.565.163-02); Matheus Gabriel Macedo Penha e Santos (065.352.693-88)

1.2. Unidade: Companhia Energética do Piauí

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3177/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.966/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Monique Nascimento dos Santos Farias (110.244.747-12)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3178/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.967/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Niwton de Lemos Barbosa (028.754.784-19)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3179/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.008/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Sabrina Cunha da Rosa (804.782.800-25)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3180/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.306/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Wambier Gusso (722.516.891-68); Diogo Sales Flores Alves (726.469.001-63); Thais Araújo Santos (027.080.831-04)

1.2. Unidade: Ministério da Justiça

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3181/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.354/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Aurélio da Rocha (874.986.509-91); Maurício Borghetti Barea (261.036.968-95); Paulo César Severo da Silva (006.791.159-51); Ricardo de Camargo Rodrigues (007.536.154-01); Rodrigo de Souza (823.219.819-20); Samuel Levi da Silva Rodrigues Freire (938.708.173-72); Simone Omena de Oliveira (003.270.283-35); Waldecley Fernandes de Sousa (030.534.104-94)

1.2. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3182/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.380/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Luciana Amorim Bandeira Campelo (030.375.444-30) e Áurea Maria Soares Amorim (058.245.724-61)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3183/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.381/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Camille Belchior de Oliveira (724.386.062-15); Daniela Eunice Ferreira de Melo Monteiro (026.988.074-74)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3184/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.396/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Nanci da Silva (079.933.428-64); Sônia Resende (516.653.101-97); Suzanne Gracy Damascena Lopes (033.850.581-47)
1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3185/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.931/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jaime Alves Lima (033.644.013-81)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3186/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.957/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Oliveira Gomes (614.205.141-72); Allan Nagem Soares (951.632.041-49); Clarisse Drummond Martins Machado (707.164.631-72); Daniele Martins Vitoria (731.583.481-87); Everton de Carvalho Castro (963.021.351-68); Gabriel Lobão de Queiroz (993.087.541-72); Inês Queiroz da Silva (013.294.326-30); Luis Fernando da Silveira (811.938.741-49); Marcos Celio Biage (259.463.901-04); Marianna Assunção Figueiredo Holanda (727.299.701-00); Nathali Germano dos Santos (997.722.481-15); Ralph Trancoso da Silva (091.838.647-09); Renato Zorzenon dos Santos (045.729.138-97)
1.2. Unidade: Fundação Nacional do Índio
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3187/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e nos termos do art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, ACORDAM em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito da pensão civil instituída em favor de uma beneficiária, assim como legais, para fins de registro, os demais atos constantes do processo a seguir relacionado:

1. Processo TC-018.368/2012-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria da Silva (145.578.781-72); Antônia Dias da Silva (152.967.501-44); Celia Rios Guercio (645.486.511-87); Eliete Sales de Faria Santos (243.525.001-00); Gabriela Ávila de Enriquez (602.921.131-53); Helena da Silva Alarcão (152.390.201-91); Josefa Maria de Oliveira (085.511.621-87); Josueldo Pereira de Souza (053.387.821-70); Lívia Marques Noleto (281.067.411-68); Maria de Lourdes Saraiva dos Reis (185.917.281-49); Mariana Oliveira de Miranda (118.353.766-22); Regina Stela Teixeira Lima (067.942.621-34)
1.2. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de pensão civil em favor de Mariana Oliveira de Miranda, em decorrência da cessação dos seus efeitos financeiros, motivada pela maioridade da beneficiária;
1.8. Considerar legais e ordenar o registro dos atos de pensões civis em favor de Ana Maria da Silva, Antônia Dias da Silva, Celia Rios Guercio, Eliete Sales de Faria Santos, Gabriela Ávila de Enriquez, Helena da Silva Alarcão, Josefa Maria de Oliveira, Josueldo Pereira de Souza, Lívia Marques Noleto, Maria de Lourdes Saraiva dos Reis e Regina Stela Teixeira Lima.

ACÓRDÃO Nº 3188/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 7475/2015 - TCU - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 17/11/2015, Ata nº 40/2015, relativamente ao item 8, para que, onde se lê "Amaro Alves de Souza Netto (OAB/PE 26.082), Eduardo Carneiro da Cunha Galindo (OAB/PE 27.761) e Marcio José Alves de Souza (OAB/PE 5.786)", leia-se "Amaro Alves de Souza Netto (OAB/PE 26.082), Eduardo Carneiro da Cunha Galindo (OAB/PE 27.761), Marcio José Alves de Souza (OAB/PE 5.786), Carlos Henrique Vieira de Andrada (OAB/PE 12.135), Dimitri de Lima Vasconcelos (OAB/PE 23.536), Edson Monteiro Vera Cruz Filho (OAB/PE 26.183), Eduardo Diletiere Costa Campos Torres (OAB/PE 26.760) e Marco Antônio Frazão Negromonte (OAB/PE 33.196)", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.473/2011-1 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO)
1.2. Embargante: Espinheiro Locadora Ltda. - Me (00.279.525/0001-08)
1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Mulungu/PB
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.8. Representação legal: Amaro Alves de Souza Netto (OAB/PE 26.082), Eduardo Carneiro da Cunha Galindo (OAB/PE 27.761), Marcio José Alves de Souza (OAB/PE 5.786), Carlos Henrique Vieira de Andrada (OAB/PE 12.135), Dimitri de Lima Vasconcelos (OAB/PE 23.536), Edson Monteiro Vera Cruz Filho (OAB/PE 26.183), Eduardo Diletiere Costa Campos Torres (OAB/PE 26.760) e Marco Antônio Frazão Negromonte (OAB/PE 33.196)
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3189/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 2200/2016 - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 5/4/2016, Ata nº 10/2016, relativamente ao item 9.2, para que, onde se lê "julgar irregulares as contas de Luiz Furtado Rebelo, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, e aplicar-lhe multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais)", leia-se "julgar irregulares as contas de Luiz Furtado Rebelo, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, e aplicar-lhe multa, com fundamento no art. 58, inciso I, da mesma lei, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais)", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.444/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Luiz Furtado Rebelo (103.568.192-72), ex-prefeito, e Prefeitura Municipal de Breves/PA (04.876.389/0001-94)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Breves/PA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secex/TO
1.6. Advogados Constituídos nos Autos: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3190/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em levantar o sobrestamento do julgamento das presentes contas e determinar o arquivamento do processo por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular:

1. Processo TC-004.451/2015-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: 007.401/2012-4 (Solicitação)
1.2. Responsável: Cristiano Matheus da Silva e Sousa (894.268.514-53)
1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro/AL
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Enviar cópia desta deliberação ao Ministério do Turismo e ao Município de Marechal Deodoro/AL, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 3191/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral do débito que lhe foi imputado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.1, Acórdão nº 4760/2011 - 1ª Câmara, em Sessão de 21/6/2011, Ata nº 21/2011.

Valor original do débito: R$ 27.237,74		Data de origem: 19/09/2006	
Valor recolhido R$:	Data do recolhimento:	Valor recolhido R$:	Data do recolhimento:
1.916,07	26/09/2012	1.916,07	26/11/2013
1.916,07	26/10/2012	1.916,07	26/12/2013
1.916,07	26/11/2012	3.857,23	07/05/2015
1.916,07	26/12/2012	3.857,23	17/06/2015
1.916,07	26/01/2013	3.857,23	28/07/2015
1.916,07	26/02/2013	3.857,23	19/08/2015
1.916,07	26/03/2013	3.857,23	23/09/2015
1.916,07	26/04/2013	3.857,23	14/10/2015
1.916,07	26/05/2013	3.857,23	02/12/2015
1.916,07	26/06/2013	3.857,23	02/12/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.916,07	26/07/2013	3.857,23	14/01/2016
1.916,07	26/08/2013	3.857,23	25/02/2016
1.916,07	26/09/2013	2.045,80	10/03/2016
1.916,07	26/10/2013		

1. Processo TC-014.347/2006-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 014.889/2015-3 (Cobrança Executiva); 014.891/2015-8 (Cobrança Executiva); 014.888/2015-7 (Cobrança Executiva); 014.890/2015-1 (Cobrança Executiva); 014.886/2015-4 (Cobrança Executiva); 014.887/2015-0 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsável: Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT)

1.7. Representação José Wanderley Bezerra Alves (OAB/MS: 3.291) e outros

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3192/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 93 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I; 143, inciso V, alínea "a", e art. 213 do Regimento Interno/TCU, bem como nos termos dos arts. 6º, inciso II, e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, e considerando o transcurso de mais de dez anos entre o fato gerador e a notificação dos envolvidos e os princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, ACORDAM em determinar, desde logo, o arquivamento do processo em relação à responsabilidade do município de Arara/PB, sem julgamento do mérito, e, quanto ao responsável José Ernesto dos Santos Sobrinho, julgar as contas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, de acordo com os arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.693/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Município de Arara/PB e José Ernesto dos Santos Sobrinho (ex-prefeito, CPF: 141.007.114-68)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Arara/PB

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3193/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 381/2015 - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 3/2/2015, Ata nº 2/2015, relativamente ao item 9.1, para que, onde se lê "para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional", leia-se "para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.485/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto de Desenvolvimento Sustentável (08.768.486/0001-14) e Andréia Marin Martins (437.484.060-53), ex-presidente

1.2. Unidade: Instituto de Desenvolvimento Sustentável

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secex/RS

1.6. Advogado constituído nos autos não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 3194/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando ciência à representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.080/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Marcos José Melo Ferreira & Cia. Ltda. - ME (11.888.337/0001-01)

1.2. Unidades: Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas - Itec (05.100.031/0001-38) e Agência de Modernização da Gestão de Processos - Amgesp (07.424.905/0001-38)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3195/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 35 da Resolução-TCU 259/2014, ACORDAM em considerar atendida a determinação constante no item 7.1 do Acórdão 4647/2014 - 1ª Câmara, autorizando, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao processo originário, conforme pareceres emitidos:

1. Processo TC-014.301/2012-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: 019.270/2015-1 (Solicitação)

1.2. Responsáveis: Antônio Carlos Rosa de Oliveira Junior (236.795.140-34); Dárcio Guedes Júnior (658.226.841-49)

1.3. Representante: MPF - Procuradoria da República em Sergipe

1.4. Unidades: Centro de Hemoterapia de Sergipe e Instituto de Hemoterapia e de Atividades Central da Saúde Pública Parreiras Horta (Hemolacen)

1.5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 9/2016 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 3196/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.323/2015-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antônio Cláudio Rotta (231.117.200-04)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3197/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.189/2015-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ana Margarida Costa Pinto de Almeida (222.656.278-87)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3198/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.140/2016-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vilma Pereira de Souza Dairel (219.299.396-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3199/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.159/2016-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Lucia da Silva (238.758.950-53); Gislaine da Silveira Simioni (335.009.240-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3200/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-009.201/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aimee Maria França Madureira (186.033.605-10); Aldacy de Sousa Xavier (249.208.515-53); Deise Araújo Sant'ana (064.204.515-15); Derneval Moreira dos Santos (131.245.875-53); Eronildes da Cruz Bonfim (106.106.185-04); Gilmar Cardoso dos Santos (210.245.105-49); Jilson Dias dos Santos (108.703.265-20); Lizete Fernandes (101.836.205-34); Manoel Francisco da Paixão (112.491.965-15); Maria Barbosa Guedes (289.585.355-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3201/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.202/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Perpétua Gonçalves (158.237.335-34); Maria Salomé dos |santos (248.770.774-72); Maria Soares Subrinha (098.034.675-49); Marlene Maria dos Santos (245.414.435-20); Vanda Pereira dos Santos (485.817.205-87); Washington Luiz Gonzaga (100.280.805-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3202/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.203/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisca Margalene Medeiros de Freitas (060.902.653-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3203/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.232/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adalberto de Jesus Neves (142.040.455-53); Adilson Rui Oliveira Costa (048.703.605-00); Agenor Estelito de Souza Filho (110.289.395-15); Agnaldo Pires Froes (080.973.485-00); Alda Araujo de Santana (144.938.025-53); Aldeci Conceição Araújo Alves (114.329.265-00); Aldo Lopes de Sousa (079.572.704-68); Jorge Santiago Simões (061.644.715-91); Nelda Maria da Silva Santos (171.747.245-15); Petronilia Ferreira de Vasconcelos Silva (297.372.905-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3204/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.233/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ridelte Watanabe (035.932.155-00); Rita de Cassia Carvalho Pinto (211.030.625-49); Rosilene Silva Rocha Benedicto (589.088.897-87); Selene Maria Longo de Andrade (178.233.075-53); Sinval José de Souza (118.904.875-20); Sérgio Antonio Falcão de Olivaes (048.701.155-49); Sérgio Pinheiro Santana Sobrinho (061.636.295-15); Tania Freitas de Melo (676.654.975-00); Vera Lucia Carvalho Rios (065.272.485-04)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3205/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.234/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Guimar Arraes (045.151.373-87)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3206/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.237/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adeniro Pereira da Silva (045.510.521-91); Alcides Aparecido Nogueira (126.928.591-20); Antonio Ribeiro Machado (203.298.901-82); Carlos Montani (139.857.871-15); Nelson Luiz Ruiz Sulzer (305.168.037-00); Paulo Garcia do Nascimento (103.996.661-68); Valto Gonçalves de Aguiar (175.885.531-20)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3207/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.238/2016-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Alvino (103.139.746-91); Antonio de Melo Monteiro Filho (196.865.876-91); Antonio de Padua Auad (163.357.326-53); Conceicao Gonçalves Rodrigues Gomes (317.159.586-91); Francisco Elias de Melo (062.480.396-15); Jose Roque Francisco Ferreira (116.771.126-20); Maria da Conceição Gregorio (379.264.976-49); Maria de Lourdes Marques Vieira (279.354.696-87); Virgina Chaves da Silva (144.417.566-15)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3208/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.240/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Sidrak de Andrade Ferreira (101.134.364-91); Valéria Araújo de Lucena (434.322.634-49); Veronica Rodrigues Behar (396.621.104-10)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3209/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.241/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Izaias Garcia (222.765.309-44); Izabel Maria da Silva Bemfica (126.670.052-87); Loivi dos Santos (567.787.249-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3210/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.242/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Gorete Ferreira da Silva (156.318.503-20)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3211/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.243/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Heitor Ricardo Rosito (000.986.980-87); Heitor Ricardo Rosito (000.986.980-87); Joao Carlos Neves de Almeida (290.220.880-49); Jose Salvino Valerio (180.462.400-44); Margarida Iazzetti Chacur (194.797.517-04); Margarida Iazzetti Chacur (194.797.517-04); Maria Ines de Souza (183.848.030-72); Mariana Teresa Karoly Lopes (315.678.430-34); Marlene Holanda de Quadros (514.743.790-87); Mauriti Vieira de Aguiar (077.383.820-15); Mauriti Vieira de Aguiar (077.383.820-15)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3212/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com o parecer ministerial (peça 4):

1. Processo TC-009.244/2016-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Odir Dornelles Moraes (011.605.400-04)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3213/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.245/2016-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Hilda Maria Prado Guimarães (805.532.578-20); Joracy Couto Pereira (664.711.258-87); Mary Lane Ranna de Paula (019.203.068-03)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3214/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, em caráter excepcional, e conceder o registro do ato a seguir relacionado, ficando consignada a ressalva de que o ato submetido a registro continha falhas que implicariam na ilegalidade, mas que foram sanadas devido ao decurso do tempo que ficou sem apreciação por este Tribunal; e proferir determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.543/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Azelinda Braga (234.350.540-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que modifique o tipo de registro do ato no formulário Sisac, passando a considerá-lo como inicial.

ACÓRDÃO Nº 3215/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, em caráter excepcional, e conceder o registro do ato constante do presente processo, ficando consignada a ressalva de possuir o ato falhas que implicariam na ilegalidade, mas que foram sanadas devido ao decurso do tempo que ficou sem apreciação por este Tribunal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.285/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Claudio Pereira de Souza (256.278.990-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3216/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.453/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Aparecida Monteiro Sita (063.621.988-75)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que altere no Sisac o nome da servidora de "Maria Aparecida Monteiro Sita" para "Benedita Aparecida Monteiro Sita.

ACÓRDÃO Nº 3217/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, em caráter excepcional, e conceder os registros dos atos constantes do presente processo, ficando consignada a ressalva de que os atos submetidos a registro continham tempos averbados para fins de aposentadoria que poderiam ser impugnados e, por consequência, implicariam na ilegalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.835/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Irineu Antonio Altmetter dos Santos (293.346.320-20); Jose Carlos Lima Nascimento (250.132.620-20); João Martins Rodrigues da Silveira (323.935.390-34); Julci Jose Limberger (268.264.100-87); Margid Lilian Assenheimer (339.301.470-68)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3218/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.269/2016-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Bonifacio Passos Bastos (059.037.775-20); Joventino Correia Ramos (084.853.644-49); Maria Lucia Cruz Fagundes (379.170.486-91); Maria de Fátima dos Passos Castro Borges (117.002.545-53); Marinildo de Vasconcelos Soares (073.748.795-04); Paulo Vieira de Menezes (031.496.922-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3219/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.287/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio de Jesus Mendes (182.142.401-82)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3220/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.288/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carmo Pereira (152.543.131-53); João Batista de Castro (036.941.351-20); Marco Antonio Accioli Costa e Silva (372.972.447-91); Terezinha de Lisieux Freitas (133.225.241-91); Wilmar Antonio dos Santos (197.270.031-68)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3221/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.289/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Suely Ferreira Cardozo Dias (178.514.671-87)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3222/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.290/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Margareth Maria de Souza Bastos (594.863.257-15); Marlene de França Amaral (299.690.424-91); Paulo Roberto de Oliveira (191.141.414-34); Pedro Ornilo da Silva (550.897.207-20); Wilson de Aguiar Chaves (069.842.074-87)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3223/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.292/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonia da Silva Souto (744.227.667-91)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3224/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.294/2013-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Nivaldo Sobreira (122.300.814-20); Luciane Leite Rolim Moreira (160.627.794-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3225/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.584/2015-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Mario Clemente da Costa (146.081.206-97); Rivaldo Gomes Confessor (014.682.004-53); Vicente Pereira da Silva (032.935.994-00)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3226/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.886/2013-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Elza Maria da Silva Morais (070.784.806-78)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3227/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.978/2015-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Oliveira Santos (153.895.701-97); Maria Vitalia Ribeiro (149.443.591-87); Mercia Maria Fernandes de Lima Lira (110.162.804-91); Mirtes Pereira de Souza (119.709.791-00)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3228/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.924/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alisson Ricardo dos Santos (028.345.955-77); Antonio Carlos da Silva Santos (006.239.155-02); Aristoteles Esteves Marçal da Silva (012.717.875-98); Celsemy Alves dos Reis (731.341.635-00); Cintia Santos Lima (808.964.995-53); Ciro Macedo Carvalho Gomes (798.708.485-91); Cristiane Aparecida Souza dos Santos Car (033.089.195-24); Cristovam de Souza Andrade Neto (011.071.285-44); Daniela Agostinho Atanazio Nascimento (025.184.165-01); Daniela Santos Andrade (826.969.425-87)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3229/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.928/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ageu Godoy Carvalho (935.643.332-15); Ailson do Socorro Botelho dos Santos (839.939.592-72); Alessandra de Paiva Castanho (508.640.502-59); Ana Paula Boeing Fuga (919.845.561-34); Deborah Pinheiro de Sousa Barros (005.544.112-29); Diego Ramos Feitosa (886.233.352-87); Franciney Barbosa Guedes (806.695.732-72); Nailma de Jesus Santos (737.575.862-04);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Neumarck Francisco Ramos (692.543.112-00); Patricia Rodrigues da Silva (911.204.462-87)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3230/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.013/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre dos Santos Ignacio (022.149.337-94); Analyane Conceição Silva dos Santos (101.172.467-78); Eduardo Vinicius de Assis Melhem (030.297.687-67); Erica Carla Bento Gabriel (769.599.617-34); Ilana Candida Freitas Pires (080.882.117-27)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar 23/2/2010 ao invés de 24/02/2008.

ACÓRDÃO Nº 3231/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.406/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Soraia Vilela Alves Ferreira (072.197.477-56); Tatiana de Freitas Dias Santana Ferreira (078.026.577-76); Veronica Celestino de Souza (081.799.117-48)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar 23/2/2010, ao invés de 24/02/2008.

ACÓRDÃO Nº 3232/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.012/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Cardoso do Santos (692.450.370-53); Ana Paula Pizarro da Rosa (754.694.800-20); Andre Luiz da Rosa (009.870.620-93); Antonio Vanderlei Machado Borges Junior (008.783.010-89); Bruceli Franklin Coelho da Rosa (895.949.400-34); Carla Viviane da Silva Machado (919.646.100-44); Carlos Alexandre Machado da Rosa (920.815.250-20); Christopher Neumann Fraga (858.545.220-04); Claudio Marostica (001.266.540-18); Cristiano Forte Machado (997.332.260-68)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3233/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.013/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristina Nunes (002.292.870-77); Darci Barbosa (408.138.430-49); David Fernandes (823.633.820-72); Denise Lange Correa da Silva (316.575.750-04); Denise da Rosa Ramos (922.255.600-30); Eduardo Flores Mendes (823.674.180-04); Eduardo Marchese (705.106.950-00); Elisabete Pereira Lopes (010.598.190-74); Eloiva Fagundes Carvalho (009.941.270-57); Fabiana Tortora (953.348.660-00)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3234/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.015/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Klayton Oliveira Machado (008.107.040-30); Lana Claudia Chagas de Oliveira (607.030.910-34); Leonardo Bichinho Stefanuto (011.933.340-63); Leylane Rodrigues Teixeira (857.272.450-87); Luciane Leite Becker (563.033.000-49); Luis Paulo Roci Pascal Collares (847.892.390-04); Luzinara Rodrigues da Silva (892.861.380-91); Marcio Adriano Barcelos Brito (719.761.910-68); Mari Adriane Fernandes (003.082.860-06); Maria Aparecida Zorzo (442.174.800-59)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3235/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.016/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mauricio Ruschel (020.830.170-48); Nilsa Maria Alves Ramires (553.960.700-72); Paloma Bassualdo Bene (861.341.400-15); Ronivan Marcelo Muller (532.950.480-53); Rosane Gustavo Pinho (360.957.700-25); Sandro Silva da Fonseca (694.317.520-34); Sergio Andre Pons Prestes (509.900.200-53); Shauana Schaun da Silva (012.858.750-44); Silvia Maria Fischer Camaratta (250.206.920-34); Suzi Terezinha Ferrareze (914.790.020-20)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3236/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.017/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tamires Fagundes dos Santos (019.985.660-56); Tatiane Lanil Magnani (030.013.400-29); Tatiani Severo Ramos (002.426.540-37); Ubiraci Esteves Adorne (516.249.660-04); Vania Maria Eringer Ribeiro Homem (184.395.190-87); William Vagner Silva Rodrigues (813.311.000-97)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3237/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.073/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daiana Rangel de Oliveira (100.356.367-85); Danielle Silva de Moraes Van Lume Simoes (041.382.824-75); Fabiano Marques Rosa (623.673.231-00); Helen Paredes de Souza (026.857.254-23); Jamyle Calencio Grigoletto (219.374.708-30); Laura Nogueira da Cruz (141.954.728-30); Marcelo Yoshito Wada (260.265.858-85); Melina Erica Santos (313.306.328-69)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3238/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.208/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Auro Cesar de Lima Silva (725.868.504-91)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Maranhão - DR/MA

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3239/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.209/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisco Jucevandro Paiva da Luz (642.118.862-15); Gerson de Nazare Ferreira Carneiro (001.358.682-38); Janilson da Silva Pinheiro (581.353.402-49); Joao Fontenelle da Silva Junior (763.291.002-68); Joelza Maria Flexa Souza (629.431.382-15); Jorge Goncalves Nogueira (714.868.872-87); Jorge Wesley de Souza Bezerra (732.058.422-00); Josimar Ferreira (815.065.382-15); Keany Maria Holanda de Souza (626.010.082-53); Leonardo dos Santos Oliveira (846.328.602-04)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3240/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.817/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aarao Soares (975.859.807-44); Abel Pereira do Nascimento (661.407.577-20); Abeli de Oliveira Henrique (706.409.127-53); Abilio Jorge Mangela (766.521.657-91); Abrahao Bahr Mendes (798.795.607-44)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3241/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.919/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Bandeira Nazario (014.969.000-22); Alexandre da Silva Lopes (804.420.560-87); Alina Adriana de Senna Almeida (896.828.310-91); Aline Cavlac (025.223.260-74); Aline Daiane Domingos da Silva (837.204.130-04)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3242/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.920/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Dutra dos Santos (013.822.370-06); Aline Josina Padilha (007.267.110-63); Aline Lutz de Araujo (966.759.420-34); Ana Caroline Silveira de Farias (002.951.860-11); Andreia Pena de Oliveira (807.233.060-87)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3243/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.921/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andressa Dalmas Narvaez (823.919.390-00); Anelise Dorneles Bandeira (018.930.950-45); Antonio Selvino Goncalves Martins (599.785.890-15); Barbara Schwartzhaupt Eugenio (021.546.180-06); Ben-hur Cesar da Silva Cavalheiro (630.593.550-53)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3244/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.923/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlise Soares da Rosa (013.559.970-97); Carlos Alberto Haeffner dos Santos (607.487.290-20); Carlos Orlando Pasqualotto F. Sparta de Souza (013.465.080-89); Carolina Basegio (001.738.790-63); Caroline Nascimento Thiesen (037.483.050-95)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3245/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.924/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Catia Rosa da Rosa Antunes (954.758.420-00); Charlene Zimmermann Junqueira (812.615.190-00); Cheila Oliveira da Silva (883.625.400-44); Claudia Pacheco da Silva (909.059.380-20); Claudia Regina Thomas Nunes (609.184.890-91)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3246/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.925/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudia Rozane Correa Belissimo (055.355.319-44); Claudio Rogerio Marian Prado (677.425.210-91); Cleisi Josiane Ferreira de Azambuja (706.940.010-15); Cleunice Santana Duarte (658.997.760-72); Cristiane Moreira de Oliveira (736.967.650-15)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3247/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.926/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristina Santos da Luz (996.528.380-04); Cristine Kist Kruse (677.026.510-91); Cristinni Souza Kosby (008.747.430-10); Dafni de Melo (015.866.820-08); Daiane da Silva Ferreira de Lima (987.494.470-68)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3248/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.927/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daiane Freitas Boeira (010.987.960-04); Daiane Rita dos Santos Rodrigues Martins (814.083.400-97); Daniela Camargo da Conceicao (035.457.320-96); Daniela Dias Jardim (914.923.600-82); Daniela de Lima Pereira (732.191.850-53)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3249/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.928/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniela Schmiedel Veit (624.656.510-72); Dayane Agostinho de Barros (007.359.200-52); Dayane dos Anjos Nunes (816.195.370-87); Deise Cristine Soares (619.754.780-53); Deise de Moura Ronchi (013.316.720-82)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3250/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.929/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Deise Maria de Oliveira Colpes (010.976.680-61); Denise Silveira Garczynski (001.137.730-56); Desiree Padilha Marchetti (018.670.090-30); Diego Rodrigues Luft (016.576.800-29); Diego Sisto Seidl (805.169.800-25)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3251/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.930/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diene Costa Mires (031.608.160-44); Dionathan Trassante de Souza (022.443.990-10); Dione Silva dos Passos (645.902.830-34); Eduarda Thomaz de Abreu (023.553.430-71); Elaine da Silva Prates Ayub (155.505.668-77)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3252/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.931/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eliane Silveira da Costa (501.856.400-87); Eliziane Oliveira da Silva Valim (906.960.180-04); Elvio Mariano Bertolo (015.887.210-00); Erick Antonio Pereira (011.943.510-18); Fabiana Matte Bittencourt (714.349.920-04)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3253/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.933/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Matos de Oliveira (026.412.960-12); Fernanda Pires de Souza (014.127.720-36); Fernanda Silva Andrade (989.091.850-15); Fernanda da Silva Garcia (007.151.410-40); Flavia Beatriz Carvalho (632.143.690-91)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3254/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.935/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele Albino Vilanova (024.131.810-67); Gisele Cristiane Leiria (970.252.320-68); Gissela Fernanda Machado (661.294.940-68); Gleice Elizabete de Oliveira (430.056.080-34); Indiara Leida Arruda (003.121.090-24)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3255/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.936/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Iolanda Flavia Prudencio Costa (903.638.250-53); Isaque Gomes Goncalves (929.869.600-06); Ivani de Abreu Diniz (908.561.120-20); Janete Duarte Tavares (676.493.940-34); Janete Rousselet de Souza (647.741.120-20)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3256/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.937/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jenifer Graciele Santos dos Santos (024.222.530-67); Jessica Bianchin Machado Santos (023.579.480-51); Jessica Rambo Martins (005.286.690-44); Jessica da Silva Melo (027.352.140-36); Joana Duarte Seger (017.703.230-82)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3257/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.938/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jonathan Assmann Santos (027.006.440-00); Julia Kapczynski (026.421.620-28); Jussiana Leal Machado (031.043.740-74); Karin Suzete Bartmann da Silva (565.135.690-87); Karolinne Gomes (007.066.560-59)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3258/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.940/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Liege Lima Ferreira (655.969.190-04); Lindomar Menger da Silva (005.768.740-43); Lisiana Rosa Porto (810.779.710-87); Lisiane Dias Rodrigues Ramos Francisco (013.330.800-69); Lisiane dos Santos Rodrigues da Silva (010.864.100-76)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3259/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.941/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lisiane Nichele Pereira (004.417.700-37); Lissandra Belmonte da Silva (809.636.250-04); Lucas Andre Schuster de Souza (010.082.440-40); Luciane Desimon Braun (013.843.780-73); Luciane dos Santos Silva (726.395.470-20)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3260/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.942/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciane Durigon Cocco (001.334.750-00); Luciane Rosa Pereira (003.382.480-05); Magna Cristina Traesel (633.136.180-49); Marcelo Almeida Azambuja (013.749.780-60); Marcelo de Oliveira Soares (008.434.140-81)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3261/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.944/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marjory Cristine Conceicao da Silva (851.606.950-87); Mauricio dos Santos Brum (987.972.390-20); Maurilia Aires Chamorra (993.466.720-72); Michele Milkvicz Soares (829.045.020-68); Miriam Glenlert de Souza (009.394.010-61)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3262/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.945/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Monica de Souza (008.924.100-27); Mozart Martins Neto (018.621.340-90); Nadia Kohls Markowski (990.078.780-34); Nair Cristina Fortuna Aguilera (003.357.360-33); Naira Honorato Ramos (033.915.550-76)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3263/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.946/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nara Luiza Rodrigues dos Santos (414.128.850-00); Natalia Emilia Zeni (016.936.500-02); Natasha Natavienca Silvino dos Santos (022.925.020-38); Nathalia Flores Reis (018.095.420-22); Nathane da Silva Pinto (032.009.160-01)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3264/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.948/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Priscila Espesim dos Santos (026.409.280-58); Priscila Machado Correa (004.999.410-71); Queila Nunes Bitencourt Pacheco (002.415.300-16); Quiteria Maria Silva de Mello (736.793.130-04); Rafael Muller Nascimento (813.273.660-53)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3265/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.949/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Ramazzini Ramazzini (013.726.422-42); Rafael Zechlinski Pereira (941.370.800-20); Rita de Cassia Ferreira Samuel (839.495.930-04); Rita de Cassia da Silva Ramos (033.352.110-22); Roberta Rodrigues Delzete (025.522.810-44)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3266/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.950/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rodrigo Pires (964.031.950-34); Rodrigo Santos de Oliveira (979.837.480-00); Rosana Pellin de Nardi (013.852.010-02); Rosemeri Goulart Campello (707.208.510-68); Sabrina Rodrigues Nunes (958.418.220-04)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3267/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.951/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sandra Mara Pereira Meirelles (531.281.760-00); Sara Windson Chaves Goncalves (833.082.530-20); Silvania Paulo dos Santos da Silva (674.083.890-91); Simoni Oliveira da Silva Viegas (007.837.560-62); Taciana Nunes de Deus (003.079.250-99)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3268/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.953/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Hessel (013.569.120-60); Tiago Rodrigues de Rodrigues (826.343.940-04); Valeria Maidana da Rosa Rodrigues (998.106.030-53); Veronica Luciane Krause Kuhn (690.753.790-72); Vilmar Schwarzer Steffens (942.256.720-34)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3269/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.954/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vilson Sidinei Fernandes da Silva (938.755.090-72); Viviane Santos da Costa (988.958.000-44)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3270/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.972/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adiles Duarte Filho (960.033.837-04); Adriana Bandeira Silva (056.205.947-42); Aline Nunes Pereira (091.231.077-40); Ana Rosa Airao Barboza (047.611.487-05); Anelise Oliveira Silva (053.958.026-06)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3271/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.973/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bernarda Silva Ferreira (080.677.457-65); Bianca Scharenberg (088.724.587-06); Camila Cristina Garloppe (105.099.677-10); Carla da Silva Santos (082.703.357-54); Carlos Eduardo de Moraes Cyrilo (108.011.797-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3272/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.974/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cintia Pugliese Varella (106.859.047-50); Clarissa da Silva Ribeiro (103.013.297-61); Cristiane Silva do Nascimento (075.332.557-80); Debora Brito Mariano (025.666.417-06); Eduardo Cabral Portela (068.388.947-85)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3273/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.976/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Vieira (682.456.537-72); Gabriela Santana de Lima (108.714.137-01); Gracione de Lourdes Santos da Costa (990.295.027-20); Ivanete Celi Isicke Carneiro Bastos (717.455.057-68); Juliana Mello da Silva (058.689.617-14)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3274/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.977/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Junio Augusto de Melo (083.126.827-16); Katylene Ferreira da Luz (073.054.677-23); Liziane Barros Linares Machado (302.870.888-47); Marcelo Gomes dos Santos (085.101.187-01); Marcelo Ricardo Reis Pereira (054.589.477-89)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3275/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.979/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Roberta Correa Soares (042.037.794-80); Rodrigo Machado dos Santos (079.713.357-76); Rosane Maria Ladeira de Souza (784.001.127-68); Sabrina Alves Lima Peixoto (082.686.157-10); Sandra Silva dos Santos (010.998.047-60)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3276/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.980/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Simone Pulucher de Melo (098.610.237-71); Simone de Oliveira Ribeiro (013.405.167-05); Veronica Pinheiro Viana (088.758.517-51); Viviane Mendonca de Oliveira (055.257.447-32); Waleria Chagas Ribeiro (012.570.817-30)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3277/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.324/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Jose Sampaio Fontes (082.424.897-00); Caroline Guedes Ribeiro (050.457.556-25); Elisiane Pacheco da Silva (029.637.047-98); Henrique Tito Pereira (011.647.187-54); Pablo Germano Dantas Silvestre (081.826.387-39); Ronni Goncalves dos Santos (090.092.377-61); Tito Livio Nepomuceno Julio (095.082.057-17)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3278/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.385/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Aparecido Castro (631.358.769-34); Jane Miranda (752.109.679-72); Rodrigo Luiz Neves dos Santos (038.687.559-69); Vanessa Vale dos Santos da Silva (034.588.919-35); Wellynthon Roger Bertapeli (065.304.619-73)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3279/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.917/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wagner Prado de Barros (815.522.970-04)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3280/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.972/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Aldeir José Pereira (012.876.526-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3281/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.026/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alcimar Gomes Mauricio (688.124.007-44)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3282/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.029/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Salazar Coqueiro (922.791.713-68); Gilmar de Franca Alencar (019.473.553-25)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Maranhão - DR/MA
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3283/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.031/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Reinaldo Luis de Lima de Medeiros (051.756.966-37)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3284/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.033/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marta Silene de Sousa da Silva (584.831.872-72); Vando dos Santos Souza (753.403.212-15)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3285/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.759/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andressa Silveira Marques (035.071.821-06); Janaina Luciana de Lima Gomes (006.173.831-03)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3286/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.764/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Diogo Brito Santos Paiva (011.116.581-45)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Tocantins - DR/TO
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3287/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.812/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Dias Alves (527.752.750-87); Alessandra Huff de Farias (036.183.250-88); Ana Jaina Pereira (423.449.480-15); Andrea Lorena de Freitas (008.648.490-79); Andreia dos Santos Martini (010.340.470-86); Caise Tailani Furtado de Lima (007.788.010-20); Cassio de Melo Gomes (014.755.000-92); Christian Fernandes (006.905.050-35); Cintia Belardineli Moraes Soares (000.057.530-58); Cintia dos Santos Demoliner (012.725.890-64); Elaine da Silva da Silveira (994.053.770-00); Eliezer William Krapp (020.576.150-06); Felipe Sessim Lucas (897.986.600-30); Flavia Goncalves Perez (033.117.650-52); Gabriel Sessim Lucas (942.022.220-91); Gabriela Erdmann Zarro (034.051.730-19); Gabriela Grubber Basso (011.524.810-29); Gabriela Soares Fernandes (882.650.800-34); Gimena Maiza Gomes dos Reis Goulart (817.938.710-00); Ismael dos Santos Muniz (001.398.490-09)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3288/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.814/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rosane Margareth Muller (919.387.590-87); Rossiele Morteus Pahim (002.329.650-05); Simone Nunes Quadros (005.532.520-38); Thais Maranhao de Sa e Carvalho (725.754.681-91); Ticiane Ferrao Gamalho (996.210.530-72)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3289/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.825/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hugo Neves (212.121.047-49); Iracy Lourenco de Jesus (417.945.407-68); Irani Joaquim da Cunha (286.623.187-20); Issandra de Souza Santos (812.170.487-15); Ivan Norberto dos Santos (853.966.567-00); Ivan de Jesus Silva (480.946.257-91); Jacy da Conceicao (517.341.507-00); Jassiara de Oliveira Souza (033.709.237-00); Joana D Arc de Avelino Souza Almeida (593.630.027-72); Joao Batista Calazans (589.094.947-00); Joao Batista Correa dos Santos (998.539.147-00); Joao Batista Machado de Carvalho (501.670.817-72); Joao Carlos Rangel da Silva (928.107.647-00); Joao Claudio de Oliveira (907.348.317-49); Joao Damasceno Vinhas Rocha (338.034.047-20); Joao Henrique Lopes Moreira (029.954.937-25); Jorge Luiz Gomes (823.746.277-72); Jorge Rodrigues da Silva (454.703.837-68); Jorgina Amelia do Valle (448.167.077-00); Jose Carlos Elias de Souza (595.154.307-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3290/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.950/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilton Mainardi de Araujo (676.397.800-63); Andre Luiz Dias de Oliveira (925.344.571-87); Antonio João Silva de Torrecillas (068.092.601-10); Bruno Takatsu Andrade (015.008.921-06); Debora Thais Costa Freitas (029.456.691-02); Diego Oliveira Faria (077.177.716-75); Eliane Elias Carneiro (889.737.861-72); Fabiana Meili (218.420.398-06); Fabio Elizeu Gaspar (272.722.408-73); Gladson Rogério de Oliveira Miranda (765.621.151-91); Gustavo Pontes Mazocchi (928.348.090-20); Henrique Lacerda de Vasconcelos (189.640.298-44); Janison Rezende Faria (034.517.956-04); José Wilson Porto (524.639.821-87); João Paulo dos Santos Lima (737.247.851-00); Karina Fernandes Castellon (258.814.628-74); Karine Alves Vieira de Lima (023.644.049-75); Karla Nubia Rodrigues de Souza (012.284.176-01); Leandro Alves Carneiro (301.628.688-20); Luciana de Andrade Schuler (899.484.754-53)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3291/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.951/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciana Paiva Barbosa (026.873.654-59); Marco Antonio Campos Martins Filho (462.865.861-72); Maria Carolina de Mattos (215.913.108-30); Maria Thereza Grisolia Silva e Oliveira (719.165.126-15); Patricia Helena Daher Lopes (020.964.539-33); Patricia Maria Castro Nunes (812.182.570-91); Rafaela Paiva Brandao (874.795.401-91); Raquel Soares Quiarelli (762.894.001-34); Ricardo Akl Lasmar de Alvarenga (992.591.501-59); Rita de Cassia Suzart Ribeiro (396.222.585-49); Sandra Rejanne de Alencar Bezerra (539.027.261-72); Thaís Helena Salgado Galrão Alsina Grau (064.286.398-90); Tiago Sbardelotto (911.608.121-87); Willy da Cruz Moura (692.421.511-49)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3292/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.957/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Ramos Tavares de Moura (529.511.031-15); Raquel Helena Piovesan Guimaraes (049.784.688-84); Raquel Vidal Costa (654.476.462-00); Regiane Augusta Merlussi (175.387.248-00); Renata Pinheiro Normando (666.525.611-15); Reus Coutinho Farias (096.924.808-36); Reuzymar Marques Carneiro Leao (899.116.876-00); Richard Deluca Escorcio e Silva (055.991.491-10); Rodrigo Mendes de Medeiros (720.284.591-15); Rodrigo Rodrigues (602.546.531-20); Roger Williams Ferreira do Nascimento (028.220.526-89); Rosana Borrasca (074.032.258-30); Rosane Lopes Guimaraes (937.791.437-04); Ruth da Conceicao Costa e Silva Sacco (020.992.194-35); Sabrina Romão Papa Siqueira (883.509.161-68); Sandra de Oliveira Ramalho (680.504.533-91); Sergio Luiz da Silva (666.556.331-68); Silvia Meirelles Bellusci (955.164.688-68); Solange Aparecida Carneiro de Souza (158.522.738-21); Solange Maria Lenz (293.688.550-72)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3293/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.959/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Stanislau Parreira Cardoso (509.138.911-34); Sulamita Brandao Barbiratto (028.584.907-75); Sylvia Regina Moreira Lima (406.120.157-34); Teresa Veronica Catonho Ribeiro (324.284.483-15); Thiago Oliveira Hoerlle (066.555.366-85); Tiago França de Souza (119.277.307-16); Tome Mauro da Silva (552.100.906-04); Ubiracir Fernandes Lima Filho (003.464.167-01); Valter Vagner Knopp (136.460.366-72); Vania Maria Gervazio de Carvalho (849.050.697-34); Vera Lucia Santos Monteiro (839.749.897-49); Walfredo da Silva Calmon (599.113.955-53); Walter Jardim Alarcon (507.942.998-49)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3294/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.010/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Carlos Passos Nascimento Moura (015.112.415-94); Alan Quelton Santos Batista (032.182.095-95); Alexandre de Moura Brandao (874.283.005-25); Alisson Santos Fernandes (050.208.045-09); Ana Carolina Mendes Figueredo (018.652.780-25); Anderson Souza Rosa (940.690.425-04); Anderson Teles de Oliveira (015.139.595-06); Andreia de Oliveira Silva (705.007.895-68); Antonio Carlos de Santana Oliveira (780.885.265-15); Dalila Alves Santos (014.999.005-70); Jose Claudio de Santana (565.240.305-59)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3295/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.011/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Paulo Brunnquell (056.804.909-86); Joao Paulo Faria de Jesus (062.740.469-33); Rafael Fernando Reolon (078.245.839-45)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3296/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.015/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Airohn Nogueira Pul (881.298.532-72); Clecia Rosiane Barros (657.790.102-34); Denielson Souza dos Reis (005.647.742-27); Elielson da Silva e Silva (993.611.162-15); Ernani Monteiro Barros Filho (854.744.282-00); Fabricia Costa dos Santos (841.840.782-49); Luis Carlos da Silva Lira (401.960.032-53); Rodrigo Oliveira de Souza Guimaraes (804.258.602-72); Walter Bruno Givoni Paiva (740.658.072-04)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3297/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.016/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hudson Ricardo da Silva Resende (024.517.143-60); Luciano da Cunha Lustosa (029.805.613-55)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Piauí - DR/PI
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3298/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.017/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wesley Ribeiro Silva Pereira (848.584.603-63)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Piauí - DR/PI
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3299/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.441/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleicineli Marilia da Cunha (002.026.980-33); Daniela Dutra Bolina (827.099.630-00); Daniely Leal Costa (010.946.680-28); Danrlei dos Santos Silveira (853.801.990-20); Deise Marcela Piovesan (953.583.580-72)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3300/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.444/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose Antonio Barboza Junior (903.721.580-72); Jucilaine Zerilena Feldmann Dias (007.193.030-28); Juliana Pantalacci Macalao (012.418.730-70); Lucelia Machado dos Santos (958.290.750-91); Luciana Cristina Pulz Minotto (804.400.450-53)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3301/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.448/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Santa Luisa Silveira (671.636.880-91); Silvana Ferreira (004.432.300-05); Simone Ribeiro Ramos da Silva (938.707.520-68); Solange Feijo Bitencourt Voigt (579.086.130-04); Tais Vargas Cardozo (008.043.450-90)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3302/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.453/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luis Fernandes Brandao (110.284.057-23); Andrea Figueiredo de Andrade (103.895.527-04); Barbara Soares Ferreira Lacerda (109.417.927-22); Catia Cilene Santos de Araujo (635.366.849-04); Denise Goncalves do Carmo (813.514.457-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3303/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.881/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Miguel Angelo Braga Senna (017.032.667-57); Roberta do Rosario Siqueira Mota Alvarenga (039.404.477-06)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3304/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.884/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joao Orlando Olle Correa (900.111.390-72); José Augusto Freire Fogaça (068.947.390-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3305/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.693/2016-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Leonardo Caobianco Modenutte (077.228.318-42)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3306/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.794/2012-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marilia Lima Evangelista (456.115.566-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Controladoria-Geral da União no Estado de Minas Gerais que disponibilize ao TCU o ato de alteração (número de controle 10226800-05-2012-000067-9) que cuida da habilitação da beneficiária Inês Esteves Vilas Boas (143.927.986-15), habilitada na condição de companheira do ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 3307/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a decisão ora recorrida não impingiu qualquer sucumbência, sanção ou prejuízo aos recorrentes;
Considerando que a relação processual se estabeleceu, neste primeiro momento, apenas entre o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo e esta Corte de Contas, que, no exercício de sua missão constitucional, limitou-se a expedir àquele, objetivamente, comando de natureza mandamental;
Considerando que eventual defesa dos recorrentes deverá ser exercida no âmbito do órgão jurisdicionado, a saber, Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo, onde efetivamente devem ser travadas as discussões relacionadas ao cumprimento da determinação;
Considerando, finalmente, que os recorrentes não demonstraram a razão legítima de interferir no processo, apta a legitimá-los como parte interessada.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, parágrafo único, e 48 da Lei nº 8.443/1992, art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer do pedido de reexame interposto por Eliana de Souza Marocco e José Pedro Marocco Milanez (peça 41), em razão da ausência de legitimidade e de interesse recursal, bem como indeferir o pedido de ingresso como interessados, dando ciência desta deliberação, juntamente com a instrução (peça 42), aos recorrentes e à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.011/2011-8 - PEDIDO DE REEXAME (PENSÃO CIVIL)
1.1. Recorrentes: Jose Pedro Marocco Milanez (017.555.710-11); Eliana de Souza Marocco (289.719.490-15)
1.2. Interessados: Arthur Costa Barboza Soares (403.878.908-07); Carmen Sylvia Minervino Penteado (175.543.568-10); Cleide Maria Duarte de Azevedo da Cunha Soares (252.879.158-53); Iracy Borraschi (424.768.018-87); Larissa Garcia da Silva (333.422.938-61); Ludimila Garcia da Silva (333.423.068-66); Manuel Alvarez Perez (134.842.578-49); Selma Lucia Azevedo de Pinho (114.186.768-02); Vilma Macedo Martins (186.682.358-26); Violante do Carmo Soares (169.492.978-74)
1.3. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.8. Representação legal: Elisa Torelly (76371/OAB-RS) e outros, representando Jose Pedro Marocco Milanez e Eliana de Souza Marocco.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3308/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.323/2013-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriana Pereira (003.842.279-45); Evaldo de Lima Ramos (597.945.429-20); Patricia Pereira (003.842.319-77); Sueli Terezinha Pereira (567.800.959-15); Vitoria Juliana Renisz (068.276.309-86)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3309/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de Sueli Santina Burghi (723.821.559-49) e considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de Josemaria Burgui da Silva (026.625.869-74), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.071/2015-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Josemaria Burgui da Silva (026.625.869-74); Sueli Santina Burghi (723.821.559-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3310/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.1 do Acórdão 6357/2013-TCU-1ª Câmara (peça 59), de forma que onde se lê "pelo regime de solidariedade passiva dos valores constantes da tabela abaixo, até o limite do valor do patrimônio transferido", leia se "cada qual em proporção da parte que na herança lhe coube, até o limite do valor do patrimônio transferido, ao pagamento das quantias constantes da tabela abaixo", de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.036/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Marsinda Lopes dos Santos (978.895.470-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3311/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o dano ao erário apurado pelo Ministério do Turismo configurou-se em razão de irregularidade na execução física do objeto do convênio que, face à jurisprudência desta Corte, pode ser considerada como falha formal;

Considerando que as ressalvas apontadas na Nota Técnica de Análise do convênio (peça 1, p. 97-105) corresponderiam a valores financeiros de baixa materialidade.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU e no art. 7º, inciso II, da Instrução Normativa TCU 71/2012, em determinar o arquivamento da presente tomada de contas especial, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo da medida abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.732/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Gabriel Vargas Moreira (788.720.908-06)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato - SP
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Dar ciência ao Ministério do Turismo desta deliberação, bem como da instrução (peça 2), quanto à ausência nos autos de parecer financeiro, identificado na análise da prestação de contas do Convênio 197/2010 (Siconv 732617), o que afronta o disposto no art. 60 da Portaria Interministerial 127/2008 (vigente à época), ou no art. 76 da Portaria Interministerial 507/2011, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes, sem prejuízo de que realize nova análise da prestação de contas daquele convênio e, caso não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, adote as medidas cabíveis à instauração de nova tomada de contas especial, ressaltando que o fato de terem sido detectadas evidências de que o evento promovido foi associado indevidamente às comemorações ao aniversário do município, contrariando normativo interno do MTur (Portaria 153/2009), não pode ser motivo para a referida instauração.

ACÓRDÃO Nº 3312/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1618/2016-TCU-1ª Câmara (peça 15), de forma que nas referências a "Josefa Niceia da Silva", seja lido "Josefa Nicea da Silva", de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.937/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Josefa Nicea da Silva (478.249.994-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3313/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que consta nos autos informação de que o débito apurado nesta TCE sob responsabilidade de João Ferreira Junior, prefeito do município de Lupércio/SP, foi pago pelo ente municipal, em decorrência de Termo de Parcelamento firmado com o MTur, e inexistindo elementos suficientes no processo para averiguar a regularidade deste pagamento;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU e no art. 7º, inciso II, da Instrução Normativa TCU 71/2012, em determinar o arquivamento da presente tomada de contas especial, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; em remeter cópia do inteiro teor desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para os fins cabíveis. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU; e em dar ciência desta deliberação, juntamente com a instrução (peça 26), a João Ferreira Junior (CPF 145.737.248-77) e ao Ministério do Turismo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.157/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: João Ferreira Junior (145.737.248-77)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lupércio - SP
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3314/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação a Altieres Terra de Carvalho (653.364.700-82), ante o recolhimento integral da multa lhe aplicada pelo item 9.4 do Acórdão 2421/2013-TCU-1ª Câmara (peça 53), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.574/2011-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Altieres Terra de Carvalho (653.364.700-82); Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar - RS (88.824.099/0001-97)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar - RS
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: Fábio Brião Goebel e outros, representando Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar - RS.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3315/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o recurso foi apresentado intempestivamente;

Considerando que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do acórdão recorrido, cujas razões discorridas se limitam a demonstrar a discordância com as conclusões deste Tribunal e o simples interesse na rediscussão do mérito;

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento do presente recurso.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração, dando-se ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados:

1. Processo TC-013.063/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: TC-014.034/2010-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Responsáveis: Antônio Sebastião de Melo (181.849.364-00); CF Medicamentos e Materiais Medico-Hospitalares Ltda (08.255.321/0001-49); Cirulabor Ltda (02.560.793/0001-29); Cláudia Izabel da Silva Maia (916.698.554-49); Comercial Itambé Ltda (02.775.367/0001-02); Denise Maria Pinto Silva Spinelli (181.190.424-68); Fausto Alves de Sousa Neto - ME (06.916.375/0001-82); Flávio Alves Santos (510.713.394-00); Francisco de Assis de Melo (141.958.104-00); Genival Lavine Viana Lopes de Azevedo (030.432.064-10); José Ricardo Neto (482.128.814-15); Leize Regina Ribeiro de Araújo Medeiros (040.451.354-99); Margarida Ferreira de Lima (071.991.554-68); Maria de Fátima Pontes Lima Diniz (416.132.604-15); Padrão Distribuidora de Produtos e Equipamentos Hospitalares Padre Callou Ltda. (09.441.460/0001-20); Roberto Henrique de Medeiros (298.430.064-53); Vera Lúcia Toscano Teixeira de Carvalho (132.685.204-30); Wilson Lourenço de Brito (025.376.664-88)
1.3. Recorrente: Vera Lúcia Toscano Teixeira de Carvalho (132.685.204-30)
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Solânea - PB
1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.7. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.9. Representação legal: John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1663/OAB-PB) e outros, representando Vera Lúcia Toscano Teixeira de Carvalho; Paulo Roberto Tavares da Silva (149-A/OAB-PE) e outros, representando Comercial Itambé Ltda; Fabricio Beltrão de Brito (16253-B/OAB-PB) e outros, representando Margarida Ferreira de Lima; Marcos Antônio Souto Maior Filho (13338-B/OAB-PB) e outros, representando Fausto Alves de Sousa Neto - ME; Fábio Santos Ramos (22166/OAB-PE), representando Cirulabor Ltda; Fábio Alexandre Queiroz Tenório da Silva (21379/OAB-PE) e outros, representando Padrão Distribuidora de Produtos e Equipamentos Hospitalares Padre Callou Ltda.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3316/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 2157/2016-TCU-1ª Câmara (peça 342), de forma que onde se lê "...para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias ao Tesouro Nacional...", leia-se "...para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias ao Fundo Nacional de Saúde...", de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.717/2012-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 014.789/2014-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Adriano Roberto Duarte Venturini (471.442.970-15); Associação Beneficente de Canoas (88.314.133/0001-83)
1.3. Órgão/Entidade: Associação Beneficente de Canoas
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3317/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, II e 17, inciso VI, 143, inciso III, 230 e 250, inciso II, do Regimento Interno, em deferir o pedido (peça 30) de dilação de prazo em 180 (cento e oitenta) dias para cumprimento do item 1.8.1 do Acórdão 7.720/2015-TCU-1ª Câmara (peça 20), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.220/2015-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsável: Márcia Freire Dantas Coutinho (607.440.491-72)
1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/GO (00.414.607/0007-03)
1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3318/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a representação não está acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade, além de não caracterizar o interesse público previsto no art. 103, §1º, da Resolução TCU 259/2014;

Considerando que suspeitas de irregularidade alicerçadas em afirmações genéricas não satisfazem a exigência de "suficientes indícios da suposta irregularidade" a que alude o art. 103 da Resolução TCU 259/2014, como requisito de admissibilidade da representação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a"; 237, parágrafo único, e o art. 235 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente documentação como representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, bem como determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência desta deliberação ao representante, acompanhada de cópia da instrução (peça 16), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.827/2015-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Saúde Indígena
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 14/2016 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 3319/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, autorizar os registros, fazendo-se a determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.707/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Henrique Costa Ferreira Vianna (064.127.076-38); Regis Borges de Oliveira (065.936.116-70); Reiginaldo Rosa (515.668.503-04); Robson Lopes (005.535.089-54); Veridiana Pimenta Junqueira (039.211.226-43)
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1 Determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo Data de Validade do Concurso, passando a constar 18/06/2013 ao invés de 18/06/2011.

ACÓRDÃO Nº 3320/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, autorizar os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.942/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alaor Ribeiro de Souza (807.315.460-91)
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 3321/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação a Armando Mariante Carvalho Júnior, ante o recolhimento integral da multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) que lhe foi cominada mediante o Acórdão nº 4.615/2013 - TCU - 1ª Câmara (peça 34), de acordo com o comprovante acostado à peça 54.

1. Processo TC 013.862/2003-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS)
1.1. Apensos: 009.719/2009-5; 013.905/2002-0
1.2. Interessado: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (00.662.270/0001-68)
1.3. Natureza: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
1.4. Responsáveis: Alfredo Carlos Orphão Lobo (032.504.827-49); Ana Julia de Oliveira Ramos (223.756.949-53); Antonio Carlos Godinho Fonseca (193.035.131-34); Antonio Carlos de Vasconcellos Lorang (381.477.507-49); Antony Espindola da Silva (026.842.579-57); Armando Mariante Carvalho Junior (178.232.937-49); Aurélio Barvik (017.073.109-04); Carlos Alberto de Sousa Barreto (352.316.027-87); Carlos Eduardo Vieira Camargo (092.368.057-87); Cecília Gonçalves de Moraes (431.041.267-04); Cesar Luiz Leal Moreira da Silva (102.478.157-72); Dayse Sandra Albuquerque Alves (764.058.507-49); Edson Luiz de Aquino (409.831.967-53); Eleonora Fuhrmeister Serau (534.563.609-59); Elizabeth dos Santos Cavalcanti (551.190.007-97); Estener Soratto da Silva (028.780.549-20); Getulio Darcy Curty Pires (784.543.287-34); Gilmar de Togni (365.767.430-68); Gilson da Silva Almeida (890.180.877-34); Heitor Francisco Hubner (401.282.450-34); Joao Alziro Herz da Jornada (113.055.250-00); Jonas Cavalcante (520.420.578-00); Jorge Luiz Seewald (166.510.900-97); Jorge Roberto Gonçalves Carvalho (278.172.377-00); Jose Autran Teles Macieira (260.492.877-91); Jose Carlos de Freitas (480.864.797-49); Jose Fernando Rosa Lima (288.437.207-59); Jose Joaquim Vinge (297.628.127-00); Jose Martins de Lima (594.340.157-15); Joseph Brais (831.982.028-68); José Roberto Barbosa da Silva (820.559.557-72); Luiz Carlos Gomes dos Santos (533.947.207-87); Luiz Fernandes da Silva (581.233.347-53); Marcelo Silveira Martins (264.549.710-15); Marco Antônio Koerich de Azambuja (769.088.449-00); Marcos Antonio de Almeida (348.633.117-53); Marcos Aurelio Lima de Oliveira (668.276.637-87); Mauricio Moreira de Carvalho (373.506.927-49); Misael Roque Alcides (328.588.257-34); Neusa Gonçalves Vieira (395.926.937-49); Nilton Gonçalves Vieira (357.123.177-53); Patricia Pinheiro Barros Ferreira (224.927.631-53); Patricia Sandenberg Lima de Carvalho (724.004.477-72); Pindaro Bastos de Almeida Nogueira (000.113.551-15); Raul Machareth Godinho (697.795.707-72); Regina Celia Rodrigues da Silva (417.589.007-68); Ricardo Leopoldo de Menezes (348.507.087-49); Ricardo de Oliveira (339.026.157-53); Rita de Cassia Tudinho dos Santos Ribeiro (003.954.387-05); Roberto Luiz de Lima Guimarães (135.083.186-72); Rodrigo Leandro Pereira (029.242.187-72); Roselene da Silva (382.308.957-91); Sergio Ballerini (978.373.938-72); Sulamita Bushatsky (785.597.407-59); Sérgio Dutra de Carvalho (256.467.967-68); Tania Cevolo Gonçalves (702.563.657-68); Valéria Pereira Mucks (713.148.227-72); Vanderli Leite (424.574.597-53); Vitoria Policarpo Fernandes dos Reis (434.310.707-87); Waldemar Pires Ribeiro (332.394.877-72); Walter Luis Figueiredo (360.144.787-87).
1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).
1.8. Representação legal: não há

ACÓRDÃO Nº 3322/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos pela SecexDesenvolvimento, com o ajuste promovido pelo MP/TCU (peças 8 a 11), em:

a) julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Marco Antonio de Oliveira (CPF 005.863.418-54) e Eliezer Moreira Pacheco (CPF 075.109.770-53), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

b) julgar regulares as contas dos Srs. Andrea de Castro Bicalho (CPF 115.418.301-72); Angelo Ronaldo Pereira da Silva (CPF 228.795.440-68); Antonio Fernando Silva Rodrigues (CPF 183.367.797-87); Eneida Cardoso de Britto Correa (CPF 305.200.531-68); Ildeu de Castro Moreira (CPF 166.541.456-15); Joelmo Jesus de Oliveira (CPF 885.177.645-87); Jose Luis Alckmin de Barros (CPF 131.821.578-17); Kayo Julio César Pereira (CPF 234.016.528-85); Luiz Clovis Guido Ribeiro (CPF 445.528.070-72); Orlando Magalhaes da Cunha (CPF 471.452.851-34); Renata Maria Gonzatti (CPF 900.321.360-72); Valéria Grilanda Rodrigues Paiva (CPF 480.221.791-91); Vera Lucia Lemos Soares (CPF 609.570.188-00), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena; e

c) encerrar o presente processo, após as comunicações e demais ações processuais, com fulcro no artigo 169, III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-024.543/2013-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)
1.1. Responsáveis: Andrea de Castro Bicalho (CPF 115.418.301-72); Angelo Ronaldo Pereira da Silva (CPF 228.795.440-68); Antonio Fernando Silva Rodrigues (CPF 183.367.797-87); Eliezer Moreira Pacheco (CPF 075.109.770-53); Eneida Cardoso de Britto Correa (CPF 305.200.531-68); Ildeu de Castro Moreira (CPF 166.541.456-15); Joelmo Jesus de Oliveira (CPF 885.177.645-87); Jose Luis Alckmin de Barros (CPF 131.821.578-17); Kayo Julio César Pereira (CPF 234.016.528-85); Luiz Clovis Guido Ribeiro (CPF 445.528.070-72); Marco Antonio de Oliveira (CPF 005.863.418-54); Orlando Magalhaes da Cunha (CPF 471.452.851-34); Renata Maria Gonzatti (CPF 900.321.360-72); Valéria Grilanda Rodrigues Paiva (CPF 480.221.791-91); Vera Lucia Lemos Soares (CPF 609.570.188-00).
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secis/MCTI).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3323/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 10 a 13), em:

a) julgar regulares as contas dos Srs José Alvares Vieira (CPF 804.969.896-34); Luiz Henrique Medeiros Paiva (CPF 776.040.321-68); Edan Bezerra de Oliveira (CPF 012.474.094-49); Luciene Maria Fonseca de Alcântara (CPF 199.864.834-68); Ambrósio Lins do Nascimento (CPF 098.155.544-68); Daniel Kluppel Carrara (CPF 477.977.891-34); Natelmo Maurício do Nascimento (CPF 230.608.164-68); Antonio Evandi de Souza (CPF 156.645.544-87); Humberto de Moura Concentino (CPF 013.811.134-00); José Ferreira de Lima (CPF 323.949.694-15), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena; e

b) adotar as demais medidas propostas, segundo os pareceres, conforme itens 1.7 a 1.11 deste acórdão.

1. Processo TC-030.025/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício 2014)
1.1. Responsáveis: José Alvares Vieira (CPF 804.969.896-34); Luiz Henrique Medeiros Paiva (CPF 776.040.321-68); Edan Bezerra de Oliveira (CPF 012.474.094-49); Luciene Maria Fonseca de Alcântara (CPF 199.864.834-68); Ambrósio Lins do Nascimento (CPF 098.155.544-68); Daniel Kluppel Carrara (CPF 477.977.891-34); Natelmo Maurício do Nascimento (CPF 230.608.164-68); Antonio Evandi de Souza (CPF 156.645.544-87); Humberto de Moura Concentino (CPF 013.811.134-00); José Ferreira de Lima (CPF 323.949.694-15).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Norte (Senar-AR/RN).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Recomendar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Norte (Senar-AR/RN) que:
1.7.1.1. registre, de forma detalhada, no seu Plano Anual de Trabalho (PAT), as metas físicas e o correspondente financeiro de cada ação e/ou programa, a fim de se poder avaliar o cumprimento das metas da entidade sob os dois aspectos;
1.7.1.2. ao realizar pesquisas de preços, verifique junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) o quadro societário e o endereço das empresas com vistas a verificar a existência de sócios comuns, endereços idênticos ou relações de parentesco, indicando vínculo entre as empresas, o que poderá violar os princípios da legalidade e da competitividade, a que estão sujeitas as entidades do sistema "S";
1.8. Dar ciência ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Norte (Senar-AR/RN) que é indevida a concessão de diárias sem o desconto de outro benefício que não possa ser acumulado, em especial os auxílios alimentação e vale transporte (art. 22, §8º, da Lei 8.460/92 e art. 5º, §2º, da Medida Provisória 2.165-36/2001);
1.9. Determinar à CGU/RN que verifique e informe, nas contas subsequentes da Entidade, o atendimento das recomendações constantes do item 1.7 acima;
1.10. Encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução (peça 10), ao Senar-AR/RN e à CGU/RN, para conhecimento e providências cabíveis;
1.11. Encerrar o presente processo, após as comunicações e demais ações processuais, com fulcro no artigo 169, III, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 3324/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex/BA e pelo MP/TCU, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas das Sras. Célia Maria da Conceição Batista (CPF 193.263.605-63) e Sonia Maria de Souza Nascimento (CPF 241.188.005-78), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

b) julgar regulares as contas dos Srs. Carlos Fernando Amaral (CPF 000.644.325-72); Carlos de Souza Andrade (CPF 035.755.195-87); José Carlos Moraes Lima (CPF 008.992.755-91); João Arthur Prudêncio Rêgo (CPF 124.075.345-49); Benedito Vieira dos Santos (CPF 112.635.804-59); Antônio Augusto de Oliveira Lopes e Costa (CPF 047.067.905-06); Cintia Freitas Lima Modesto (CPF 700.451.275-49); Eduardo Morais de Castro (CPF 000.059.245-53); German Baqueiro Duran (CPF 006.228.695-15); Antônio José Guimarães Ferreira (CPF 003.332.555-34); Jesonias Telles Bastos (CPF 084.072.905-72); Juranildes Melo de Matos Araujo (CPF 096.908.835-34); Kelsor Gonçalves Fernandes (CPF 068.979.085-68); Raimundo Jorge Dresselin (CPF 057.322.987-20); Roberto Brasileiro Lima (CPF 135.004.655-87); Sergio da Silva Sampaio (CPF 048.342.675-04); Vicente de Paula Lemos Neiva (CPF 193.253.715-53); Maria José Carneiro Lima (CPF 065.409.025-49); Isa Maria Lélis Costa Simões (CPF 355.497.185-53); Francisco de Assis Ferreira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(CPF 069.206.755-87); Isaque Neri Santiago Neto (CPF 156.959.135-00); Ladanir José Lopes (CPF 047.124.395-72); Brasilina Neta Avelina Santos (CPF 188.300.645-72); Vladimir Santos Cardoso (CPF 362.296.015-91); Jehorvan Carvalho de Melo (CPF 364.901.565-04); Raimundo Valeriano Santana (CPF 098.730.585-91); Jurandir da Silva Lisboa (CPF 033.475.085-72), dando-lhes quitação plena, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

c) encerrar o presente processo, após as comunicações e demais ações processuais, com fulcro no artigo 169, III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-030.243/2015-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Célia Maria da Conceição Batista (CPF 193.263.605-63); Sonia Maria de Souza Nascimento (CPF 241.188.005-78); Carlos Fernando Amaral (CPF 000.644.325-72); Carlos de Souza Andrade (CPF 035.755.195-87); José Carlos Moraes Lima (CPF 008.992.755-91); João Arthur Prudêncio Rêgo (CPF 124.075.345-49); Benedito Vieira dos Santos (CPF 112.635.804-59); Antônio Augusto de Oliveira Lopes e Costa (CPF 047.067.905-06); Cintia Freitas Lima Modesto (CPF 700.451.275-49); Eduardo Morais de Castro (CPF 000.059.245-53); German Baqueiro Duran (CPF 006.228.695-15); Antônio José Guimarães Ferreira (CPF 003.332.555-34); Jesonias Telles Bastos (CPF 084.072.905-72); Juranildes Melo de Matos Araujo (CPF 096.908.835-34); Kelsor Gonçalves Fernandes (CPF 068.979.085-68); Raimundo Jorge Dresselin (CPF 057.322.987-20); Roberto Brasileiro Lima (CPF 135.004.655-87); Sergio da Silva Sampaio (CPF 048.342.675-04); Vicente de Paula Lemos Neiva (CPF 193.253.715-53); Maria José Carneiro Lima (CPF 065.409.025-49); Isa Maria Lélis Costa Simões (CPF 355.497.185-53); Francisco de Assis Fereira (CPF 069.206.755-87); Isaque Neri Santiago Neto (CPF 156.959.135-00); Ladanir José Lopes (CPF 047.124.395-72); Brasilina Neta Avelina Santos (CPF 188.300.645-72); Vladimir Santos Cardoso (CPF 362.296.015-91); Jehorvan Carvalho de Melo (CPF 364.901.565-04); Raimundo Valeriano Santana (CPF 098.730.585-91); Jurandir da Silva Lisboa (CPF 033.475.085-72).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional na Bahia (Sesc/BA).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 3325/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 41, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, todos do Regimento Interno, em determinar o arquivamento dos presentes autos, por perda de objeto, dando-se ciência desta deliberação ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS); à Caixa Econômica Federal e ao Ministério Público Federal (MPF).

1. Processo TC-012.372/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS)

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.5. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 14/2016 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 3326/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-011.272/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Henrique Pinto Guimarães (402.882.347-15); Edith da Silva Alves (219.266.620-91); Octavio Chrysostomo Bokel (330.520.007-30); Sonia Maria de Oliveira Alves (534.237.047-72); Vera Lucia de Melo Machado (386.326.087-20).

1.2. Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3327/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os parecerres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados abaixo.

1. Processo TC-013.901/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Janine Cardoso Mourao Bastos (498.080.521-34); Jarlen Angelica Ramos Barbosa (460.127.451-68); Jeison Pabulo Andrade (791.156.081-15); Joao Augusto de Freitas (258.785.061-49); Joao Reus do Nascimento (288.085.920-49); Juliana Moreira Andrade Araújo (086.944.666-51); Juliana Picoli Agatte (266.530.328-09); Julliana Almeida Cavalcanti (727.086.621-04); Júlia Mello Schnorr (013.517.060-55); Katya Alves da Silva (804.821.631-00); Kauara Rodrigues Dias Ferreira (716.394.971-53); Kelly Cristina Martins (711.410.491-04); Lea Rocchi Sales (274.820.768-83); Leonardo Meira Reis (024.969.551-03); Letícia Dias Cruvinel (733.293.981-91); Livia Daniela Goncalves Nunes (037.163.036-31); Luciana Kusaba (299.677.108-70); Luciana Shimata Ghiraldi (042.612.259-30); Luiz Rubens Camara de Araujo (030.458.404-50); Marcel Frederico de Lima Taga (180.922.468-31).

1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3328/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o subitem 9.2 do acórdão 3000/2012-TCU-1ª Câmara, mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado e fazendo-se as determinações sugeridas:

onde se lê:

"julgar irregulares as contas do sr. Pedro Mariano (falecido), com fundamento no art. 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992, e condenar solidariamente os seus herdeiros, srs. Mariano Borba Mariano e Pablo Borba Mariano e sras. Mariana Borba Mariano e Aidê de Queiróz Borba Mariano, ao pagamento da importância de R$ 65.723,72 (sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir de 30/9/1996, até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), na forma da legislação em vigor;"

leia-se:

"julgar irregulares as contas do Sr. Pedro Mariano (falecido), com fundamento no art. 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992, e condenar solidariamente os seus herdeiros, Srs. Mariano Borba Mariano e Pablo Borba Mariano e Sra. Mariana Borba Mariano ao pagamento da importância de R$ 65.723,72 (sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir de 30/9/1996, até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), na forma da legislação em vigor;"

1. Processo TC-012.597/2009-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 025.842/2013-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 025.843/2013-3 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Espólio de Pedro Mariano (029.972.585-53); Joaquim Ferreira Campos (072.198.065-15); Nery Pereira Batista (016.567.915-87).

1.3. Entidade: município de Santa Maria da Vitória/BA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações:

1.8.1. invalidar a instrução de peça 40, Atestado de Trânsito em Julgado;

1.8.2. excluir o processo de CBEX 025.840/2013-4, abrindo-se novo prazo para recolhimento das dívidas.

ACÓRDÃO Nº 3329/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal.

1. Processo TC-026.638/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cassio Luis da Silva Biscarde (560.107.025-34); José Arivaldo Ferreira Soares (356.045.905-25).

1.2. Entidade: município de Nova Soure/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: Katia Simone Araújo de Almeida Biscardde (OAB/BA 10.829) e outros, representando Cassio Luis da Silva Biscarde.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3330/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 199, § 2º, do RI/TCU, no art. 93 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 6º, I, 15, I, e 19, ambos da IN/TCU 71/2012, e na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em determinar o arquivamento do presente processo e o registro nos cadastros de devedores e nos sistemas de informações contábeis, especialmente no previsto na Lei 10.522/2002 e em outros cadastros afins, das informações relativas ao valor do débito e à identificação dos responsáveis, na forma da legislação em vigor, bem como dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e aos responsáveis.

1. Processo TC-026.917/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto Internacional de Capoeira Angola (02.807.248/0001-94); Valmir Santos Damasceno (325.783.695-34).

1.2. Entidade: Instituto Internacional de Capoeira Angola (02.807.248/0001-94).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3331/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar os acórdãos 1892/2015 e 4332/2015, ambos da Primeira Câmara, de modo que onde se lê, no item 8. "Advogado constituído nos autos: Leopoldo João Fernandez Carrilho (OAB/BA 16.788)", leia-se "Advogado constituído nos autos: Leopoldo João Fernandez Carrilho (OAB/BA 16.778)", mantendo-se inalterados os demais termos dos acórdãos ora retificados.

1. Processo TC-030.071/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Neuza Maria Souza dos Santos (607.420.975-87).

1.2. Entidade: município de Coração de Maria/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: Leopoldo João Fernandez Carrilho (OAB/BA 16.778) e outro, representando Neuza Maria Souza dos Santos.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3332/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em determinar o apensamento destes autos ao processo TC 009.888/2011-0, com fulcro no art. 36 da Resolução TCU 259/2014, dando-se ciência desta deliberação ao Ministério do Turismo.

1. Processo TC-032.644/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); Global Serviços Ltda. (09.292.223/0001-44); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20).

1.2. Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3333/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o teor dos arts. 6º, I, e 19 da IN/TCU 71/2012, que autoriza o arquivamento dos processos de tomada de contas especial cujo valor do débito, atualizado monetariamente, seja inferior a R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e pendentes de citação válida no âmbito do TCU;

Considerando que a proposta da unidade técnica, ratificada pelo parecer do Ministério Público junto ao TCU, é no sentido do arquivamento do presente processo, em atendimento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 199, § 2º, do RI/TCU, no art. 93 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 6º, I, e 19, ambos da IN/TCU 71/2012, e na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em determinar o arquivamento do presente processo e o registro nos cadastros de devedores e nos sistemas de informações contábeis, especialmente no previsto na Lei 10.522/2002 e em outros cadastros afins, das informações relativas ao valor do débito e à identificação dos responsáveis, na forma da legislação em vigor, bem como dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e ao responsável.

1. Processo TC-033.151/2014-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Sinobelino Dourado Neto (080.866.135-34).
1.2. Entidade: município de América Dourada/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3334/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XIX, e 169, V, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em determinar o arquivamento do seguinte processo.

1. Processo TC-033.477/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); Global Serviços Ltda. (09.292.223/0001-44); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20).
1.2. Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3335/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 17), ao representante.

1. Processo TC-033.450/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
1.2. Entidade: município de Barra de São Francisco/ES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 027.738/2014-0, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro, o Dr. Alexandre Melo Soares não compareceu para realizar a sustentação oral que havia solicitado em nome de Tiago Henquer Cesarino e da Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº 016.597/2007-4 (Ata nº 7/2010) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 3336, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Ministro Bruno Dantas, que acatou as sugestões oferecidas pelo Revisor, Ministro José Múcio Monteiro.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 3336 a 3377, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 3336/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-016.597/2007-4
2. Grupo I - Classe de assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Patrícia Coelho Medeiros (CPF: 223.841.544-00)
4. Entidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Petrolina/PE
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Revisor: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Avaliação da Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República, em desfavor de Patrícia Coelho Medeiros, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Petrolina/PE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 12, inciso I e §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, inciso I e §§ 2º, 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Patrícia Coelho Medeiros e fixar-lhe novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento, aos cofres do Tesouro Nacional, da quantia de R$ 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais), atualizada monetariamente a partir de 26/12/2003 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2 dar ciência a Patrícia Coelho Medeiros de que a liquidação tempestiva do débito, atualizado monetariamente, ensejará o julgamento pela regularidade com ressalva das suas contas, mas que a falta de liquidação tempestiva poderá implicar o pronto julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito e eventual aplicação de multa.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3336-17/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Revisor) e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3337/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-001.454/2015-3
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Alan de Souza Azevedo (ex-prefeito, CPF 223.713.891-53)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Tucumã/PA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secex/PA
8. Advogado constituído nos autos: não atuou

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido ao não cumprimento do objeto do Contrato de Repasse nº 174.112-01/2005 (Siafi nº 526482), firmado entre a Caixa Econômica Federal, em nome do Ministério das Cidades, e a Prefeitura Municipal de Tucumã/PA, para a pavimentação em "blokret" sextavado da Avenida Belém.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável Alan de Souza Azevedo, condenando-o a pagar os valores especificados na tabela a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das datas correspondentes até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
42.471,00	20/7/2006
11.163,88	29/9/2006
6.085,25	30/10/2006

9.2. aplicar ao responsável Alan de Souza Azevedo multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do presente acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3337-17/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3338/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.478/2015-7
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Orleandro Alves Feitosa (CPF 254.390.142-68, ex-prefeito)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de São João da Ponta/PA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secex/TO
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação contra Orleandro Alves Feitosa (ex-prefeito de São João da Ponta/PA), em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos destinados ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA e da inadequação dos documentos apresentados relativamente à execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, referentes aos exercícios de 2004 e 2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b" e § 3º, 19, caput, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e II, 214, inciso III, e 267 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Orleandro Alves Feitosa, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas abaixo indicadas até a efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação:

PEJA/2004

Valor (R$)	Data
2.075,00	29/4/2004
2.075,00	24/5/2004
2.075,00	25/6/2004
2.075,00	28/7/2004
2.075,00	13/9/2004
2.075,00	11/10/2004
2.075,00	10/11/2004
2.075,00	27/11/2004
2.075,00	24/12/2004
2.075,00	28/12/2004

PEJA/2005

Valor (R$)	Data
3.392,50	22/6/2005
3.392,50	22/6/2005
3.392,50	22/6/2005

PNATE/2004

Valor (R$)	Data
2.769,78	28/4/2004
2.769,78	5/6/2004
2.769,78	25/6/2004
2.769,78	28/7/2004
2.769,78	13/9/2004

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2.769,78	11/10/2004
2.769,78	10/11/2004
2.769,78	24/12/2004
2.397,66	28/12/2004

PNATE/2005

Valor (R$)	Data
3.128,88	29/4/2005
3.128,88	29/4/2005

9.2. aplicar a Orleandro Alves Feitosa multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3338-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3339/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-004.128/2015-0

2. Grupo II, Classe I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Embargante: Oziel Alves de Barros (ex-prefeito, CPF 068.201.584-91)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Pilar/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Diogo Santos de Albuquerque (OAB/AL 4.702) e Ana Cristina Santos de Albuquerque (OAB/AL 6.177)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em fase de apreciação de embargos de declaração opostos ao Acórdão 2.143/2016 - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer dos embargos de declaração opostos por Oziel Alves de Barros para, no mérito, rejeitá-los;

9.2 dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3339-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3340/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.418/2014-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Evilácio Miranda Silva (ex-prefeito, CPF 879.288.338-91)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Rio de Contas/BA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/BA

8. Advogado constituído nos autos: Ademir Passos (OAB/BA 10.226)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que cuidam, nesta fase, de recurso de reconsideração interposto por Evilácio Miranda Silva contra o Acórdão 4.724/2015 - 1ª Câmara, que lhe imputou débito e multa em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos provenientes do Convênio 49/2009, celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e o município de Rio de Contas/BA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, ambos da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 285 do RI/TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Evilácio Miranda Silva para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3340-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3341/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.650/2013-9.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de reexame (em aposentadoria).

3. Recorrentes: Carmerindo Augusto Rodrigues (CPF 054.531.194-20) e Paulo Ferreira de França (CPF 070.122.844-04).

4. Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame interpostos pelos inativos Carmerindo Augusto Rodrigues e Paulo Ferreira de França contra o Acórdão nº 7.033/2013-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegais os atos de aposentadoria dos recorrentes, em razão de pagamento de parcela relativa a plano econômico (84,32%) que deveria ter sido absorvida pelos aumentos remuneratórios específicos e, no caso do segundo servidor, também da insuficiência de tempo de serviço para percepção de proventos integrais, com base na fundamentação legal do ato concessório.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3341-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3342/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.526/2016-4

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria

3. Interessados: Luiz Bereza (CPF 374.460.379-20) e Olavo Leonardo de Oliveira (CPF 511.306.376-20)

4. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria a Luiz Bereza, ordenando o registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Olavo Leonardo de Oliveira, recusando o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo a que se refere o item 9.2 acima;

9.4. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao servidor referido no item 9.2, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado a que se refere o item 9.2 acima teve conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. determinar à Sefip que:

9.6.1. retifique, no sistema Sisac, o erro de digitação (30/3/2013) observado nos campos referentes à data de vigência (30/3/2012) da aposentadoria a Luiz Bereza, conforme a Emenda Constitucional nº 70/2012 e a Portaria nº 1.806, emitida pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, publicada no DOU de 1/10/2012;

9.6.2. adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3342-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3343/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC nº 008.405/2016-6.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Naziazeno Florentino dos Santos Júnior (CPF 357.851.289-34).

4. Unidade: Departamento de Polícia Federal.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria a servidor do Departamento de Polícia Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2º, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Naziazeno Florentino dos Santos Júnior, recusando o registro;

9.2. dispensar o interessado do ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.3.1. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação ao servidor, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. enviar, para este Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;

9.4. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3343-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3344/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-009.568/2013-1

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima (ex-prefeito, CPF 144.184.794-49)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Belém/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogados constituídos nos autos: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663), Inaldo Rocha Leitão (OAB/DF 2.380-A) e outros

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, referente ao Convênio nº 441/2000 (Siafi nº 416466), firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Prefeitura Municipal de Belém/PB para a construção de seis sistemas de abastecimento de água.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I;; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; e 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º; 214, inciso III, alíneas "a" e "b"; e 217 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima, condenando-o a pagar o valor de R$ 6.844,17 (seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e dezessete centavos), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 25/9/2001 até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa);

9.2. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, na forma e nas condições definidas no Regimento Interno do TCU;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3344-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3345/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-011.411/2014-7

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Alberto Peixoto San Martin (CPF 676.897.790-3), ex-bolsista do CNPq

4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/RS

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contra Alberto Peixoto San Martin, pelo descumprimento do termo de compromisso pelo qual foi-lhe concedida bolsa de estudos no exterior, na categoria doutorado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 25; 26, parágrafo único; e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 6º; 214, inciso III, alíneas "a" e "b"; 215; e 216 do Regimento Interno, em:

9.1 julgar irregulares as contas de Alberto Peixoto San Martin e condená-lo ao pagamento das quantias de R$ 233.212,98 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e doze reais e noventa e oito centavos) e R$ 4.687,17 (quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento das importâncias aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), acrescidas de correção monetária e dos juros de mora calculados a partir de, respectivamente, 04/12/2006 e 22/09/2003 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2 autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3. enviar cópia do inteiro teor desta decisão à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3345-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3346/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.597/2015-9

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Cassio Alexandre Reis de Amorim Urtiga (ex-prefeito, CPF 027.280.294-82), Paula Roselma da Rocha Nascimento (prefeita, CPF 718.946.594-49) e Olisan Construções Ltda. - EPP (CNPJ 07.628.328/0001-04)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secex/AL

8. Advogados constituídos nos autos: Eduardo Wagner Queiroz Tavares Cordeiro (OAB/AL nº 8.636), Eliza Daize Inácio Pereira (OAB/AL nº 10.639) e Delcio Deliberato (OAB/AL nº 8.988)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra Cassio Alexandre Reis de Amorim Urtiga (ex-prefeito), em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina/AL, em função do Termo de Compromisso TC-PAC nº 338/2007, que objetivava a execução de melhorias sanitárias domiciliares, tendo sido posteriormente incluídas como responsáveis a prefeita sucessora Paula Roselma da Rocha Nascimento e a Olisan Construções Ltda. - EPP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e III, alíneas "a" e "c" e §§ 2º e 3º, 19, caput, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III e § 5º, 214, inciso III, e 267 do Regimento Interno, em:

9.1. excluir Paula Roselma da Rocha Nascimento da relação processual;

9.2. julgar irregulares as contas de Cássio Alexandre Reis de Amorim Urtiga e da Olisan Construções Ltda. - EPP, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da importância de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 17/8/2011, até a efetiva quitação do débito, abatendo o valor de R$ 238,71 (duzentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos) recolhido em 30/7/2014, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde;

9.3. aplicar a Cássio Alexandre Reis de Amorim Urtiga e Olisan Construções Ltda. - EPP multa no valor individual de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3346-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3347/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.174/2014-2

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Admissão)

3. Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

3.1. Interessados: Elaine Cristina Pin dos Santos Ferreira (CPF 041.390.889-58), Eliton Venâncio (CPF 045.525.379-03), Gilberto da Rocha (CPF 019.793.179-09), Israel da Silva de Paula (CPF 064.983.699-57), Jhonatan Willian Lopes Pereira (CPF 087.938.719-02) e Maicon Ferreira dos Santos (CPF 025.664.529-97)

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur

8. Advogado constituído nos autos: Marcio Yoshio Tazaki (OAB/DF nº 37.940)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de pedido de reexame interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra o Acórdão nº 7.136/2014-TCU-1ª Câmara, mantido pelo Acórdão nº 7.883/2014-TCU-1ª Câmara, que negou registro aos atos de admissão dos empregados Elaine Cristina Pin dos Santos Ferreira, Eliton Venâncio, Gilberto da Rocha, Israel da Silva de Paula, Jhonatan Willian Lopes Pereira e Maicon Ferreira dos Santos, por terem ocorrido com base em decisão liminar que prorrogou a validade do concurso por tempo indeterminado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados e à recorrente.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3347-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3348/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.649/2014-8.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de reexame em aposentadoria.

3. Recorrente: João Araújo Silva (CPF 314.363.827-34).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Serur e Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: Alexandre Luiz Lozano Pereira (OAB/MT nº 7.889-B).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de pedido de reexame interposto por João Araújo Silva contra o Acórdão nº 3.737/2015-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3348-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3349/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.738/2014-0

2. Grupo I, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Tiago Henquer Cesarino (ex-presidente, CPF nº 945.396.690-87) e Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul (Acofem/RS, CNPJ 04.472.848/0001-74)

4. Unidade: Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul (Acofem/RS)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/RS

8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Melo Soares (OAB/DF 24.518) e Volnei Minotto Pereira (OAB/DF 35.182)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em nome da Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul (Acofem/RS) e de seu presidente, à época, Tiago Henquer Cesarino, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados mediante o Convênio SICONV n° 748947/2010, que tinha por objetivo a implementação do "Projeto Festival Serra Campo e Cantiga na Cidade de Veranópolis/RS".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c", 19, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, inciso III e § 6º, 210 e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:

9.1 julgar irregulares as contas de Tiago Henquer Cesarino e da Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 113.240,00 (cento e treze mil, duzentos e quarenta reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 29/10/2010 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valor de R$ 10.503,06 (dez mil, quinhentos e três reais e seis centavos), ressarcido em 9/11/2011;

9.2 aplicar, individualmente, a Tiago Henquer Cesarino e à Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul multas no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4 encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para as medidas cabíveis.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3349-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3350/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-031.176/2013-5

2. Grupo II, Classe II - Prestação de Contas (Exercício de 2012)

3. Responsáveis: Nelson Luiz Gomes Vieira da Rocha (ex-diretor superintendente, CPF 111.795.702-00), Maurício Aucar Seffair (ex-diretor técnico, CPF 160.285.032-15), Aécio Flavio Ferreira da Silva (ex-diretor financeiro, CPF 009.497.872-72) e Antônio Carlos da Silva (ex-presidente do Conselho Deliberativo, CPF 002.008.322-04)

4. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/AM)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secex/AM

8. Advogados constituídos nos autos: Breno Luiz Moreira Braga de Figueiredo (OAB/DF 26.291), Jeyn's Martins Alves (OAB/AM 3.399) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/AM), exercício de 2012.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II, 23, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, bem como no art. 208, § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 julgar regulares com ressalva as contas de Aécio Flávio Ferreira da Silva e Antônio Carlos da Silva, dando-lhes quitação;

9.2 julgar regulares as contas de Nelson Luiz Gomes Vieira da Rocha e Maurício Aucar Seffair, dando-lhes quitação plena;

9.3 determinar ao Sebrae/AM que:

9.3.1 providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, a dispensa do empregado de CPF ***.908.642-** da função comissionada de chefe do gabinete do Conselho Deliberativo Estadual (CDE);

9.3.2 informe, nos próximos relatórios de gestão, a situação dos alvarás de funcionamento em relação aos doze imóveis dos quais o Sebrae/AM detém a posse e nos quais exerce suas atividades;

9.3.3 adote medidas para impedir que desistências de empresários em participar de futuros eventos promovidos pelo Sebrae, a exemplo da Missão Empresarial China 2012, resultem em prejuízos para a entidade.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3350-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3351/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-032.359/2010-1

2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração

3. Embargante: David Pereira de Carvalho (ex-prefeito, CPF 138.787.513-20)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Parnarama/MA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Eriko José Domingues da Silva Ribeiro (OAB/MA 4.835), Carlos Seabra de Carvalho Coêlho (OAB/MA 4.773), Hugo Leonardo Sousa Soares (OAB/MA 12.478) e outros

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração opostos ao Acórdão nº 4297/2014-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar o embargante.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3351-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3352/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.577/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos (47.573.589/0001-80); Palmyra Benevenuto Zanzini (131.050.148-37).

3.2. Recorrente: Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos (47.573.589/0001-80).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Adelino Morelli (24974/OAB-SP) e outros, representando Palmyra Benevenuto Zanzini.

8.2. Norberto Aparecido Mazziero (108478/OAB-SP) e outros, representando Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos e Carlos César Moreira Mendonça.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pela Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos contra o Acórdão 6.943/2015-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão 6.943/2015-TCU-Primeira Câmara;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3352-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3353/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.812/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos Eduardo Pitta (115.659.308-51); Moris Arditti (034.407.378-53); Genius Instituto de Tecnologia (03.521.618/0001-95).

4. Entidade Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal:

8.1. Representação legal: Amauri Feres Saad (OAB/SP 261.859) e outros, representando Moris Arditti.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos transferidos por força do Convênio 2.831/2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, Carlos Eduardo Pitta (CPF 115.659.308-51), dando-se seguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, *caput*, e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas do Genius Instituto de Tecnologia (CNPJ 03.521.618/0001-95), de Carlos Eduardo Pitta (CPF 115.659.308-51), ex-gerente administrativo e financeiro, e de Moris Arditti (CPF 034.407.378-53), ex-presidente, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Débito:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
744.082,00	22/12/2005

9.3 aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, ao Genius Instituto de Tecnologia, a Carlos Eduardo Pitta e a Moris Arditti, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas de que tratam os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar o pagamento das dívidas dos responsáveis em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se requerido, nos termos do art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma da legislação em vigor;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), aos responsáveis e, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3353-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3354/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.973/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: A.S. Edições e Eventos Ltda - ME (07.316.737/0001-67); José Francisco Pinto Júnior (088.830.718-75); Shivago Mhaohad Antonio Cezar Salomão (380.732.638-31).

3.2. Recorrente: Shivago Mhaohad Antonio Cezar Salomão (380.732.638-31).

4. Órgão: Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal:

8.1. Rodrigo Caram Marcos Garcia (104812/OAB-SP) e outros, representando Shivago Mhaohad Antonio Cezar Salomão.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração visando à reforma do Acórdão 5.994/2014-TCU-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração interposto por Shivago Mhaohad Antonio Cezar Salomão, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos da deliberação recorrida;

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3354-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3355/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.389/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Recorrente: Prefeitura Municipal de Umbaúba/SE (CNPJ 13.099.395/0001-73).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Umbaúba/SE (CNPJ 13.099.395/0001-73).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: Fabiano Freire Feitosa (OAB/SE 3.173), representando a Prefeitura Municipal de Umbaúba/SE.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Município de Umbaúba/SE, contra o Acórdão 2.230/2015-TCU-1ª Câmara, apreciado mediante a Relação 8/2015-1ª Câmara, da Relatoria do Exmo. Ministro Substituto Weder de Oliveira.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, combinados com o art. 282 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 não conhecer do presente pedido de reexame, por ausência de interesse recursal;

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Conselho de Alimentação Escolar de Umbaúba/SE (CAE), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria Geral da União.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3355-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3356/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.135/2013-7.

1.1. Apensos: 020.676/2015-8; 008.400/2015-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: não há.

3.2. Responsável: Ângela Pieruccini Bof (456.187.800-97)

3.3. Recorrente: Ângela Pieruccini Bof (456.187.800-97).

4. Órgão: Ministério da Cultura; Secretaria de Fomento e Incentivo Fomento à Cultura.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal: Guilherme Eduardo Simão Lisbôa (OAB/RS 82.017)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração visando à reforma do Acórdão 371/2015-TCU-1ª Câmara,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração interposto por Ângela Pieruccini Bof, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos da deliberação recorrida;

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3356-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3357/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.004/2012-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (00.461.251/0001-22)

3.2. Responsáveis: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - MEC (05.200.142/0001-16); Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04); Sérgio Cabeça Braz (025.383.502-04)

3.3. Recorrente: Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social (Seteps/PA), atual Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster/PA); Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA), atual Instituto Federal do Pará (IFPA).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal:

8.1. Luiz Carlos dos Anjos Cereja (6977/OAB-PA), representando Sérgio Cabeça Braz.

8.2. Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (28.949/OAB-DF) e outros, representando Suleima Fraiha Pegado.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Suleima Fraiha Pegado, ex-Secretária Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará-Seteps/PA (peça 48), contra o Acórdão 3.452/2015-TCU-Primeira Câmara, corrigido materialmente pelo Acórdão 4.658/2015-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso interposto por Suleima Fraiha Pegado e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. tornar insubsistente, de ofício, o item 9.4 do Acórdão 3.452/2015-TCU-Primeira Câmara;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, aos responsáveis Suleima Fraiha Pegado e Sérgio Cabeça Braz, e ao Ministério do Trabalho e Emprego e à Procuradoria da República em Belém, no estado do Pará.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3357-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3358/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.368/2012-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (00.461.251/0001-22)

3.2. Responsáveis: Associação de Educação, Cultura, Proteção e Defesa do Consumidor, Contribuinte e Meio Ambiente do Brasil (83.370.148/0001-45); José Frutuoso de Castro (083.411.092-04); Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04)

3.3. Embargante: Associação de Educação, Cultura, Proteção e Defesa do Consumidor, Contribuinte e Meio Ambiente do Brasil (83.370.148/0001-45); José Frutuoso de Castro (083.411.092-04).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Pará.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal:

8.1. Laise Araújo Lopes (20848/OAB-PA) e outros, representando José Frutuoso de Castro.

8.2. André Luiz Salgado Pinto (7331/OAB-PA), representando José Frutuoso de Castro e Associação de Educação, Cultura, Proteção e Defesa do Consumidor, Contribuinte e Meio Ambiente do Brasil;

8.3. Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (28.949/OAB-DF) e outros, representando Suleima Fraiha Pegado.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração nos embargos de declaração opostos pela Associação de Educação, Cultura, Proteção e Defesa do Consumidor, Contribuinte e Meio Ambiente do Brasil - Adecam e por seu então presidente, José Frutuoso de Castro (peça 112), em face do Acórdão 1.620/2016-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão 1.620/2016-TCU-Primeira Câmara;

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, aos embargantes.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3358-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3359/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.939/2010-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Pensão Civil).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Alan Daniel dos Santos (051.811.037-07); Alayde Torres Coutinho (036.074.307-21); Amaro Aloisio de Lima (421.635.108-59); Ana Luiza Fontes Rodrigues (257.789.007-91); Avani da Silva Machado (025.340.687-09); Camila Shiabel Bruno (052.378.007-93); Cilene Matos dos Santos (077.757.567-13); Cintya Pimentel de Menezes (131.911.518-77); Claudineia Lucia Rodrigues (062.984.166-76); Claudionor Inácio (142.667.618-21); Conceição Gomes da Costa Reis (019.612.717-37); Cristiana Silva de Brito (051.766.527-14); Cristiane de Oliveira Correa (051.534.057-02); Cristine de Oliveira Correa (052.576.477-10); Dalva da Rocha Fernandes (022.100.947-71); Daniele Cristine de Mattos (046.456.037-36); Edméa de Melo Albuquerque (042.599.827-45); Edna Marcia Severino Jofre (092.036.438-18); Elisiane Diconcili Caetano (581.006.790-53); Esther Vieira Shneider (071.443.897-93); Fernanda Fátima Caniato (946.130.366-15); Fernanda Matos dos Santos (052.974.427-96); Flavia Matos dos Santos (052.974.447-30); Franklin Daniel dos Santos (072.658.347-20); Gisele Conceição Caniato (011.810.996-09); Heljahyr Queiroz da Silva (876.027.177-91); Hilda de Souza da Silva (900.930.977-00); Imaculada Pereira Esteves (008.432.277-29); Inês de Oliveira Correa (460.662.337-34); Irany Jorge Pontes (593.841.907-72); Jaine Lucia Rodrigues Lucio (097.989.216-31); Jeferson Rodrigues Lobato (508.415.052-68); Jorge de Oliveira Junior (070.579.217-05); José Benedito Inácio Júnior (201.863.578-69); Leandro de Oliveira Correa (052.576.487-92); Luzia Silveiro Gomes (003.401.507-85); Manuelita Maria Macedo (070.977.157-66); Maria Aparecida Barbosa Caniato (987.529.876-04); Maria Benedita Siqueira (029.596.336-01); Maria Gomes dos Reis (088.852.557-52); Maria Jaqueline da Silva (052.485.337-16); Maria Leandro da Silva (159.517.838-44); Maria Neide de Carvalho Inacio (072.410.248-50); Maria Regina da Silva (076.358.447-92); Maria Tavares do Nascimento (362.473.327-34); Maria da Conceição da Luz Candido (032.266.697-02); Maria da Conceição de Mattos (041.661.387-07); Maria da Piedade de Oliveira (044.865.647-74); Maria de Lourdes Epifânio da Silva (073.471.517-08); Marilene Daniel dos Santos (042.869.837-90); Marlene Elisa Pimentel Meneses (073.090.948-40); Michel Moraes de Brito (053.717.127-47); Natalia Xavier Brizolara (102.600.077-73); Paula de Souza Bastos Anacleto (795.434.807-53); Paulo Cesar de Lima (213.138.138-77); Regina Celia Xavier Brizolara (010.502.587-97); Reuby Rodrigues de Andrade (109.931.466-60); Rita de Cassia de Souza Brizolara (921.218.887-72); Sebastiana dos Santos Lima (068.841.387-00); Silvio Matos dos Santos (052.974.457-01); Solange Maria Pereira Lameirão (850.991.637-34); Terezinha Rodrigues Lobato (085.292.482-87); Terezinha de Jesus Shiabel Bruno (019.903.408-73); Vera Lucia Rodrigues (060.755.216-66); Vicentina Oliveira de Lima (254.929.218-94); Walda Diconcili Caetano (529.657.590-34)

3.2. Recorrente: Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Comando do Exército.

4. Órgão/Entidade: Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto pela Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. reformar o item 9.1. do Acórdão 7.358/2010 - TCU - Primeira Câmara em relação à Esther Vieira Shneider (071.443.897-93), de modo a considerar legal e promover o registro do ato de pensão civil instituído por Jorge Bonilha Shneider (008.376.607-34), número de controle 1-000337-1-05-2009-000559-5;

9.3. determinar à Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Comando do Exército que notifique a referida interessada acerca da presente deliberação;

9.4. determinar à Sefip que faça as devidas retificações no ato concessório número de controle 1-000337-1-05-2009-000559-5, de sorte a constar o tempo de 23 anos, 8 meses e 18 dias no campo 18 (Tempo de Serviço para Aposentadoria), e não apenas 23 anos;

9.5. dar ciência desta deliberação à Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Comando do Exército.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3359-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3360/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.594/2008-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Benigno Rotta (004.092.600-10); Carlos Eduardo Autran de Freitas (043.647.917-68); Carlos Roberto Foschiera (012.700.520-04); Emidio Carlos de Carvalho (092.648.170-34); Fabiano Sebastiao de Souza (020.167.374-68); Heros Verdolin (034.335.526-49)
3.2. Recorrente: Heros Verdolin (034.335.526-49).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal:
8.1. Izabel Dilohê Piske Silvério (OAB/PR 9.066) e outros, representando Heros Verdolin.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos este pedido de reexame interposto por Heros Verdolin contra o Acórdão 5.779/2015 - TCU - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e aos representantes legais devidamente constituídos nos autos.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3360-17/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3361/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.516/2014-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Admissão).
3. Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
4. Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: Márcio Yoshio Tazaki OAB/DF 37.940 e outros, representando a ECT.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos este pedido de reexame interposto pela ECT contra o Acórdão 1.507/2015-TCU-Primeira Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a excluir o item 9.2.1 da deliberação recorrida;
9.2. dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e aos representantes legais devidamente constituídos nos autos.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3361-17/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3362/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo.TC-007.234/2016-3
2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Luiza Costa Souza, CPF 001.997.881-20.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Luiza Costa de Souza, negando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique a interessada o inteiro teor deste acórdão e, após, faça cessar todos os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. esclareça à interessada que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos não a exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso de negativa de provimento;
9.3.3. oriente a interessada no sentido de que sua aposentadoria poderá prosperar, devendo ser emitido novo ato concessório, livre da irregularidade ora apontada, e encaminhado ao Tribunal para oportuna deliberação;
9.3.4. observe os termos da IN 55/2007;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 e 9.3.4 *supra*;
9.4.2. dê ciência deste acórdão e das demais peças que o fundamentam ao órgão de origem;
9.4.3. cumpridos os termos do acórdão, arquive os autos.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3362-17/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3363/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-011.578/2012-2.
2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
3.2. Responsável: Francisco Rodrigues Torres (040.615.433-34).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Independência/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
8. Representação legal: Antônio Valdônio de Oliveira Brito (OAB/CE 11.993)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs, em desfavor do Sr. Francisco Rodrigues Torres, ex-Prefeito Municipal (gestão 2001-2004), em razão do não cumprimento do objeto do Convênio PGE - 153/2001-Siafi 451604, celebrado entre o Dnocs e a Prefeitura Municipal de Independência/CE que teve por objeto a Construção de Passagem Molhada na localidade de Várzea do Toco, sobre o Riacho Santa Luzia.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, em:
9.1. julgar com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alínea "b" c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, irregulares as contas do Sr. Francisco Rodrigues Torres, CPF 040.615.433-34, e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
41.980,00	6/6/2002

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3363-17/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3364/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-013.359/2014-2.
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (00.461.251/0001-22)
3.2. Responsáveis: José Valter da Silva Piovesan (086.183.118-71); Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos de Duas Rodas do Estado de Goiás - Sindimoto/GO (01.066.691/0001-99).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em desfavor de José Valter da Silva Piovesan, na condição de presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos de Duas Rodas do Estado de Goiás - Sindimoto/GO, em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio 89/2009 (Siafi 728505), firmado entre a SPPE e essa entidade, com interveniência do Codefat,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos de Duas Rodas do Estado de Goiás - Sindimoto/GO (CNPJ 01.066.691/0001-99) e do Sr. José Valter da Silva Piovesan (CPF 086.183.118-71), com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-los, solidariamente, em débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento, aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, das importâncias especificadas na tabela abaixo, devidamente atualizadas e acrescidas dos juros de mora pertinentes, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
223.320,00	17/2/2010
595.520,00	19/4/2010
669.960,00	25/1/2011

9.2. aplicar aos responsáveis José Valter da Silva Piovesan (086.183.118-71) e Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos de Duas Rodas do Estado de Goiás - Sindimoto/GO (01.066.691/0001-99) multa individual de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) com fulcro no art. 57 da Lei 8.666/93, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da respectiva quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autuar autos apartados a fim de que seja apurada a responsabilidade, no âmbito da SPPE/MTE, pela escolha do Sindimoto/GO para firmar o Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 89/2009 (Siafi 728505), sem a observância estrita das regras estabelecidas pela Resolução/Codefat 575/2008 - e normas correlatas-, mormente no que se refere à ausência de vistoria física na sede daquele sindicato;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/92; e

9.5. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado de Goiás, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3364-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3365/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-016.344/2014-6

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Lourival Mendes de Oliveira Neto (CPF 310.702.215-20) e Associação Sergipana de Blocos de Trio (CNPJ 32.884.108/0001-80).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio (CNPJ 32.884.108/0001-80).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, tendo como responsáveis a Associação Sergipana de Blocos de Trio e seu presidente, Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto, em razão da impugnação total das despesas realizadas com os recursos do Convênio 741671/2010 (Siafi 741671; peça 1, p. 43-79), celebrado com essa associação, e que teve por objeto o incentivo ao turismo por meio do apoio ao projeto intitulado "São João do Boninal", realizado no Município de Boninal/BA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, *caput*, e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, julgar irregulares as contas da Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT) (CNPJ 32.884.108/0001-80) e do Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto (CPF 310.702.215-20), presidente da ASBT, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia a de R$ 110.000 (cento e dez mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 30/9/2010 até a data do recolhimento, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do tesouro nacional, na forma prevista na legislação em vigor,

9.2. aplicar ao Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto (CPF 310.702.215-20) e à Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT) (CNPJ 32.884.108/0001-80), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis em face do disposto no art. 12, inciso IV, da Lei 8.443/92 c/c o art. 209, § 6º, *in fine*, do Regimento Interno.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3365-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3366/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.982/2014-8.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) (05.482.692/0001-75).

3.2. Responsáveis: Alexandre Cesa e Silva (385.074.710-72); Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina - Famasc (03.430.110/0001-81); Maria das Graças Silva (507.187.039-87).

4. Entidade: Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina - Famasc.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex-SC).

8. Representação legal : não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura contra Maria das Graças Silva e Alexandre Cesa e Silva decorrente de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por meio do convênio 58/2006, firmado com a Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina (Famasc), com o objetivo de estruturar a Central de Cooperativas de Maricultores de Santa Catarina.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Alexandre Cesa e Silva;

9.2. acolher as alegações de defesa da Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina;

9.3. excluir a responsabilidade neste processo da Sra. Maria das Graças Silva;

9.4. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, III, da mesma Lei, e com arts. 1º, I, e 209, I, do RI/TCU, as contas do Sr. Alexandre Cesa e Silva;

9.5. aplicar ao Sr. Alexandre Cesa e Silva a multa prevista no art. 58, I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3366-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3367/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.341/2014-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura (MinC).

3.2. Responsáveis: Antônio Carlos de Oliveira (185.800.765-87); Centro Cultura em Desenvolvimento (Escologia) (13.323.159/0001-99).

4. Entidade: Centro Cultura em Desenvolvimento (Escologia).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: Sidnei Cerqueira da Silva (029.771.435-05), representando Antônio Carlos de Oliveira (peça 15 - pág. 5).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura (MinC), relativa ao convênio 152/2005, cujo objeto era a implementação do projeto "Centro Cultural Parque Pitaçú".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo espólio do Sr. Antônio Carlos de Oliveira e pelo Centro Cultura em Desenvolvimento;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "c", da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Antônio Carlos de Oliveira, falecido, e condenar o seu espólio, ou, caso a partilha já tenha sido concluída, os seus herdeiros, até o limite do valor do patrimônio transferido (art. 5º, XLV, da Constituição Federal), em solidariedade com o Centro Cultura em Desenvolvimento, ao pagamento das quantias a seguir especificadas (débito), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data da Ocorrência
55.000,00	31/08/2005
30.000,00	13/12/2005
30.000,00	19/04/2007

9.3. aplicar ao Centro Cultura em Desenvolvimento a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde o presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3367-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3368/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.376/2015-4.

1.1. Apenso: 022.783/2015-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (MTur).

3.2. Responsável: José Silveira Guimarães (004.082.985-53).

4. Entidade: município de Umbaúba/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: Fabiano Freire Feitosa (OAB/SE 3.173), representando Jose Silveira Guimarães.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. José Silveira Guimarães, ex-prefeito de Umbaúba/SE, relativa ao convênio 320/2008 (Siafi 629298), cujo objeto foi o apoio à realização do projeto "Festejos Juninos".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. José Silveira Guimarães, ex-prefeito de Umbaúba/SE;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Silveira Guimarães, com fundamento nos arts. 1°, I, e 16, III, "c", da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento da quantia abaixo especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde a respectiva data até o efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, abatendo-se a quantia ressarcida (crédito), na forma da legislação em vigor:

Valor (R$)	Data da Ocorrência
100.000,00 (débito)	15/8/2008
3.000,00 (crédito)	14/11/2008

9.3. aplicar ao Sr. José Silveira Guimarães a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em atenção ao processo de solicitação TC 022.783/2015-6, em apenso.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3368-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3369/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.235/2014-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (Mtur).

3.2. Responsáveis: Agência para a Promoção do Desenvolvimento Sustentado - Prodesul (04.167.583/0001-09); Sebastião Assis Brandão (145.127.935-34).

4. Entidade: Agência para a Promoção do Desenvolvimento Sustentado (Prodesul).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Sebastião Assis Brandão, presidente da Agência para a Promoção do Desenvolvimento Sustentado (Prodesul), relativa ao convênio 702340/2008, destinado à realização da "Festa do Cacau" no município de Itajuípe/BA.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Sebastião Assis Brandão e a Agência para a Promoção do Desenvolvimento Sustentado;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma Lei, e com arts. 1º, I, e 209, II e III, do RI/TCU, as contas do Sr. Sebastião Assis Brandão, e condená-lo, solidariamente com a Agência para a Promoção do Desenvolvimento Sustentado, ao pagamento da quantia de R$ 100.000,80 (cem mil reais e oitenta centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 18/2/2009 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Sebastião Assis Brandão e à Agência para a Promoção do Desenvolvimento Sustentado, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde o presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. em atendimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3369-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3370/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.001/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Prefeitura Municipal de América Dourada - BA (13.891.536/0001-96).

3.2. Responsáveis: Agnaldo Oliveira Lopes (128.397.365-00); Fiel José Cavalcante dos Santos (374.751.695-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de América Dourada - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal:

8.1. Raul Ribeiro de Carvalho (2557/OAB-BA), representando Fiel José Cavalcante dos Santos e Agnaldo Oliveira Lopes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), à conta do Programa de Atenção Básica de Saúde - PAB/PSF.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa dos Srs. Agnaldo Oliveira Lopes e Fiel José Cavalcante dos Santos;

9.2. julgar irregulares as contas Srs. Agnaldo Oliveira Lopes e Fiel José Cavalcante dos Santos, com fundamento nos arts. 1°, I, e 16, III, "b", "c" e § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma Lei, e com arts. 1º, I, 209, II e III, e §5º, 210 e 214, III, do RI/TCU e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, abatendo-se a quantia ressarcida (crédito), na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor	
31/03/2006	48.600,00	D
31/03/2006	15.000,00	D
22/02/2006	2.100,00	D
22/09/2009	2.100,00	C

9.3. aplicar aos Srs. Agnaldo Oliveira Lopes e Fiel José Cavalcante dos Santos, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas.

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3370-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3371/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.365/2013-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (00.399.857/0001-26).

3.2. Responsável: Carlos Alberto dos Santos Rocha (146.308.695-49).

4. Entidade: município de Jiquiriçá/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: Fernando Machado do Couto Filho (OAB/BA 16.117), representando o espólio de Carlos Alberto dos Santos Rocha (peça 33).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) contra o Sr. Carlos Alberto dos Santos Rocha, ex-prefeito de Jiquiriçá/BA, em razão da consecução parcial dos objetivos pactuados no convênio 2.00.99.0039-00, celebrado com o município de Jiquiriçá/BA, tendo por objeto a construção de três barragens com maciço de terra e pedra argamassada nas localidades de Bom Jesus, Riacho Novo e Baixão do Ouro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em encerrar o processo e arquivar os autos, com fundamento nos arts. 6º, II, e 16, III, da IN TCU 71/2012.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3371-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3372/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.407/2011-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Justiça (vinculador).

3.2. Responsáveis: Carlos José Esteves Gondim (028.512.882-53); Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras (83.367.680/0001-03).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Justiça, contra o Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras e o Sr. Carlos José Esteves Gondim, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à conta do Convênio MJ/SDE/FDD 23/2004;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", 19, *caput*, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas do Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras e de Carlos José Esteves Gondim, condenando-os, em regime de solidariedade, ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
81.696,00	29/11/2004
57.105,00	15/12/2004

9.2. aplicar ao Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras e a Carlos José Esteves Gondim, nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, a multa individual de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das multas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente entre a data do presente acórdão e a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, ao responsável, aos interessados e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, para ajuizamento das ações penais e civis que entender cabíveis.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3372-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3373/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.564/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Concessões de Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Abelardo de Almeida Moura (452.069.027-72); Adail da Silva Couto (186.472.357-20); Adail da Silva Couto (186.472.357-20); Adalberto da Silva Rosa (542.468.497-15); Adauto Barreto de Matos (589.040.347-87); Adelina Moreira Santos Cintra (427.316.666-68); Adelson Lopes de Mendonça (462.509.487-91); Adenir Gonçalves de Oliveira (303.679.057-87); Aderildo Braz Costa (491.952.397-15); Adilson dos Anjos Nunes da Cunha (156.944.531-15).

4. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de concessão de aposentadorias dos ex-servidores da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, Srs. Aberlado de Almeida Moura, Adail da Silva Couto, Adalberto da Silva Rosa, Adauto Barreto de Matos, Adelina Moreira Santos Cintra, Adelson Lopes de Mendonça, Adenir Gonçalves de Oliveira, Aderildo Braz Costa e Adilson dos Anjos Nunes da Cunha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legal e conceder o registro do ato de concessão de aposentadoria de Adail da Silva Couto;

9.2. considerar ilegais e recusar o registro dos atos de concessão de aposentadoria dos Srs. Aberlado de Almeida Moura, Adalberto da Silva Rosa, Adauto Barreto de Matos, Adelina Moreira Santos Cintra, Adelson Lopes de Mendonça, Adenir Gonçalves de Oliveira e Aderildo Braz Costa, em razão da contagem ponderada, para fins de aposentadoria, de tempo prestado em condições insalubres, após o advento da Lei 8.112/1990, sem amparo legal;

9.3. considerar prejudicada a análise do ato de concessão de aposentadoria ao Sr. Adilson dos Anjos Nunes da Cunha, por perda de objeto, devido ao seu falecimento em 4/1/2015, nos termos do art. 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.5. determinar à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha que:

9.5.1. cesse, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos artigos 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.5.2. ante a exclusão do tempo insalubre impugnado, promova a avaliação caso a caso para averiguar se os interessados cujos atos foram apreciados pela ilegalidade ainda preenchem os requisitos para se aposentar com base no mesmo fundamento legal ou em outro vigente, com vistas à emissão de novos atos escoimados das irregularidades apontadas ou ao retorno dos servidores à ativa;

9.5.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.5.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia dos comprovantes de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip):

9.6.1. priorize a autuação e a instrução do ato de concessão de pensão à viúva do Sr. Adilson dos Anjos Nunes da Cunha, cujo número de controle é 10345604-05-2015-000104-9, com vistas a verificar, entre outras coisas, se o tempo de serviço laborado pelo instituidor sob condições insalubres após a publicação da Lei 8.112/1990 foi contabilizado de forma ponderada, em desacordo com as normas vigentes;

9.6.2. que realize o monitoramento das medidas exaradas nos subitens do item 9.5 deste acórdão.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3373-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3374/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.920/2010-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Departamento de Extinção e Liquidação - MP (02.792.785/0001-08)

3.2. Responsáveis: João Batista da Costa Neto (042.266.075-20); Prefeitura Municipal de Itagi - BA (14.200.406/0001-22)

3.3. Recorrente: João Batista da Costa Neto (042.266.075-20).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itagi - BA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Representação legal:

8.1. Valéria Bittar Elbel (35733/OAB-DF) e outros, representando João Batista da Costa Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de declaração interpostos por João Batista da Costa Neto contra o Acórdão 4.516/2016-1ª Câmara, que não conheceu de recurso de reconsideração por ele oposto contra o Acórdão 7.915/2014-1ª Câmara, por meio do qual o responsável foi condenado em débito e multa em razão de irregularidades na execução do Convênio 98/96, firmado entre a Prefeitura de Itagi/BA e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, para a reconstrução de revestimento e proteção dos riachos Palmeiras e das Pedras, de redes de esgoto, pontilhões, galerias, margens e pavimentação.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se, em seus exatos termos, o Acórdão 4.516/2016-1ª Câmara;

9.2. declarar que a oposição de novos embargos de declaração contra a presente deliberação, em caráter meramente protelatório, serão conhecidos como petição e não terão efeito suspensivo, nos termos do § 6º do art. 287 do RI/TCU;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, ao embargante, aos interessados e à Prefeitura Municipal de Itagi - BA.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3374-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3375/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.294/2014-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo.

3.2. Responsáveis: Antoniony Juarez Pereira (000.988.531-55); Sindicato dos Servidores Públicos do município de Rialma - GO (07.697.392/0001-39).

3.3. Recorrentes: Antoniony Juarez Pereira (000.988.531-55); Sindicato dos Servidores Públicos do município de Rialma - GO (07.697.392/0001-39).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Rialma - GO.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).

8. Representação legal:

8.1. Mauro Zica Junior (7580/OAB-GO) e outros, representando Antoniony Juarez Pereira e Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Rialma - GO.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de embargos de declaração opostos por Antoniony Juarez Pereira e pelo Sindicato dos Servidores Públicos do município de Rialma/GO, contra o Acórdão 684/2016, da 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Antoniony Juarez Pereira e pelo Sindicato dos Servidores Públicos do município de Rialma/GO para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3375-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3376/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.661/2014-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Ronaldo Jose Gomes (048.368.041-91)

3.2. Recorrente: Ronaldo Jose Gomes (048.368.041-91)

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Ronaldo Jose Gomes contra o Acórdão 3.828/2015 da 1ª Câmara, que considerou ilegal sua aposentadoria, em razão da inexistência de tempo de contribuição suficiente para concessão de aposentadoria integral, nos termos do art. 8º da Emenda Constitucional 20/1998, e da falta de absorção de antecipação salarial, obtida pela via judicial, quando da concessão do reajuste objeto da Medida Provisória 2.169-43/2001;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Ronaldo Jose Gomes, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente e à UFMT.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3376-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3377/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.664/2014-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Tania Mara Leite Nogueira (109.107.271-04)

3.2. Recorrente: Tania Mara Leite Nogueira (109.107.271-04)

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Eleni Alves Pereira (OAB/MT 3012)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Tania Mara Leite Nogueira contra o Acórdão 3.829/2015 da 1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria, em razão do "não preenchimento dos requisitos de idade para aposentadoria nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005" e da "inclusão, na base de cálculo dos proventos, de parcela no percentual de 28,86% alusiva a defasagem de reajuste já estendida aos servidores públicos civis por intermédio da Medida Provisória 1.704/1998, reeditada pela Medida Provisória 2.169-43/2001";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Tania Mara Leite Nogueira, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente e à UFMT.

10. Ata n° 17/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/5/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3377-17/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 48 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Primeira Câmara

Aprovada em 25 de maio de 2016.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 247, de 25 de maio de 2016, publicado no DOU de 30/5/2016, Seção 1, pág. 140, no anexo, onde se lê: RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) 700 . 438 . 648. 000 ,00, leia-se: RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) 700.438.648.000,00

(p/Coejo)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA 960, DE 30 DE MAIO DE 2016

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2016.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre de 2016, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador MARIO MACHADO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.850.651.210,04**	**28.912.398,46**
Pessoal Ativo	1.499.326.025,60	22.392.207,03
Pessoal Inativo e Pensionistas	351.325.184,44	6.520.191,43
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**306.760.283,57**	**1.564.149,91**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	49.432,58	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	439.475,12	1.554.149,91
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	306.271.375,87	10.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.543.890.926,47**	**27.348.248,55**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**700.438.648.000,00**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**1.571.239.175,02**	**0,224322%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**1.926.206.282,00**	**0,275000%**
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**1.829.895.967,90**	**0,261250%**
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**1.733.585.653,80**	**0,247500%**

FONTE: SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 553/2014 e Portaria STN Nº 301/2016, que divulga a Receita Corrente Líquida. Elaboração SERDAD/SUCON/SEOF.
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
2) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156 e 169.
3) Considerando que as despesas não computadas, relativas à decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de maio a dezembro/2015.

Celso de Oliveira e Sousa Neto
Secretário Geral do TJDFT

Cid Moreira
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

João Batista da Silva
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

No ATO Nº 18, DE 18 DE MAIO DE 2016, publicado no D.O.U, Seção 1, em 30/05/2016, páginas 143 e 144, no quadro "Demonstrativo da Despesa com Pessoal, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de maio de 2015 a abril de 2016, o nome correto da Diretora Geral da Administração é DENIZE MOTA, e não como constou."

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 161, DE 30 DE MAIO DE 2016

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, regimentais e tendo em vista o constante no Processo TRT nº 000.08938/2016, resolve:
Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2016, no Diário Administrativo Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e Diário Oficial da União, em cumprimento ao que dispõe o inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Dê-se ciência. Publique-se.

Desembargador UBIRATAN MOREIRA DELGADO

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (NAO)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE COM PESSOAL
MAIO/2015 A ABRIL /2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso i, alínea "a") R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**323.902.033,79**	**1.038.516,29**	**324.940.550,08**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016053100100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pessoal ativo	266.854.324,29	1.031.869,31	267.886.193,60
Pessoal Inativo e Pensionista	57.047.709,50	6.646,98	57.054.356,48
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**52.758.119,60**	**872.097,21**	**53.630.216,81**
Indenizações por Demissões e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	7.429.026,20	0,00	7.429.026,20
Despesas de Exercícios Anteriores	347.300,92	872.097,21	1.219.398,13
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	44.981.792,48	0,00	44.981.792,48
DESPESAS LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**271.143.914,19**	**166.419,08**	**271.310.333,27**

APLICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL 9IV)			**700.438.648.000,00**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (v) = (III c/ IV)*100	**0,038711%**	**0,000024%**	**0,038734%**
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) <%>	**0,067578%**		**473.342.429,55**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRR) - <%>	**0,064199%**		**449.675.308,07**
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,060820%		426.008.186,59

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) As despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), totalizaram R$ 2.933.887,64

3) As despesas com Precatórios, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), totalizaram R$ 2.544.277,51. FONTE SIAFI 2015/2016 - SPF - NCONT - 20/MAI/2016 - ÀS 09:45h

Desembargador UBIRATAN MOREIRA DELGADO
Presidente

ARYOSWALDO JOSÉ BRITO ESPÍNOLA
Diretor-Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 34/2016

Processo Ético Cofen nº 037/2015
Processo Ético Coren-RJ nº 016/2012
Parecer de Relator nº 146/2016
Conselheiro Relator: Dr. Jebson Medeiros de Souza
Denunciante/Recorrente: Organização Social de Saúde Viva Comunidade
Denunciado: Hélio Fernando Dias da Silva

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 037/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. REFORMA DA DECISÃO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reforma da decisão do Coren-RJ. Suspensão 25 (vinte e cinco) dias e multa de 10 (dez) anuidades.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 037/2015, originário do COREN-RJ, Processo Ético Coren-RJ nº 016/2012.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 03ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de maio de 2016, por 06 (seis) votos a favor e 03 (três) contra, em conformidade com a ata, o relatório e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para reformar a Decisão Coren-RJ nº 1923/2014 e aplicar a pena de suspensão de 25 (vinte e cinco) dias e multa de 10 (dez) anuidades ao enfermeiro Hélio Fernando Dias da Silva, Coren-RJ nº 102.700-ENF, por infração aos artigos 5º, 9º, 12, 19, 25, 34, 41, 59, 72, 78 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

Brasília-DF, 24 de maio de 2016.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

JEBSON MEDEIROS DE SOUZA
Conselheiro relator

ACÓRDÃO Nº 35/2016

Processo Ético Cofen nº 038/2015
Processo Ético Coren-SP nº 013/2011
Parecer de Relator nº 145/2016
Conselheiro Relator: Dr. Gilvan Brolini
Denunciante: Coren-SP
Denunciada/Recorrente: Maria Horailma da Silva Santos

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 038/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. MANUTENÇÃO DE DECISÃO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manutenção da decisão do Coren-SP. Censura e multa de 03 (três) anuidades.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 038/2015, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 013/2011.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 03ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de maio de 2016, por 07 (sete) votos a favor, 01 (uma) abstenção e 01 (uma) ausência, em conformidade com a ata, o relatório e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter a Decisão Coren-SP nº 466/2012 e aplicar a pena de censura e multa de 03 (três) anuidades à auxiliar de enfermagem Maria Horailma da Silva Santos, Coren-SP nº 32.698-AUX, por infração aos artigos 5°, 12, 25, 48 e 72 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

Brasília-DF, 24 de maio de 2016.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

GILVAN BROLINI
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 37/2016

Processo Ético Cofen nº 041/2015
Denúncia Coren-SP PRCI nº 103071/2013
Parecer de Relator nº 143/2016
Conselheira Relatora: Dra. Eloíza Sales Correia
Denunciante/Recorrente: Paulo Cesar Ribeiro
Denunciados: Donata Renilde de Anchieta; Elton Rosa Luz e Rutileia Aparecida Rosa Franco

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 041/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer o recurso e negar-lhe provimento. Manutenção da decisão do Coren-SP. Arquivamento.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen n° 041/2015, originário do COREN-SP, Denúncia Coren-SP PRCI nº 103071/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 03ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso e negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-SP nº 678/2013 e arquivar a denúncia contra os enfermeiros Donata Renilde de Anchieta, Coren-SP nº 151645-ENF, Elton Rosa Luz, Coren-SP nº 119835-ENF, e Rutileia Aparecida Rosa Franco, Coren-SP nº 75750-ENF.

Caso seja de interesse, poderá o Denunciante/Recorrente formular e impetrar nova denúncia sobre o mesmo fato, junto ao Coren-SP, observando o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, a contar da data do fato, estabelecido no inciso V, do art. 27, da Resolução Cofen nº 370/2010. Recomenda-se, também, ao Regional, a correção da Decisão Coren-SP nº 678/2013, considerando a fundamentação constante no Parecer de Relator (fls. 33/37) no que se refere ao inciso III, do art.27, e a votação ocorrida na 858ª ROP.

Brasília-DF, 24 de maio de 2016.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

ELOÍZA SALES CORREIA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 39/2016

Processo Ético Cofen nº 044/2015
Processo Administrativo Coren-RJ nº 042/2014
Parecer de Relator nº 142/2016
Conselheira Relatora: Dra. Eloíza Sales Correia
Denunciante/Recorrente: Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ
Denunciadas: Márcia de Andrade Furtado e Marisa Figueiredo Alves

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 044/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. Devolver ao Regional para refazimento de atos a partir da folha 16.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 044/2015, originário do CORENRJ, Processo Administrativo Coren-RJ nº 042/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 03ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por declarar nulos os atos praticados a partir da folha 16 do processo. Esses atos e seus subsequentes devem ser refeitos pelo Regional, nos termos da Resolução Cofen nº 370/2010.

Brasília-DF, 24 de maio de 2016.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

ELOÍZA SALES CORREIA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 40/2016

Processo Ético Cofen nº 047/2015
Processo Administrativo Coren-RJ nº 088/2014
Parecer de Relator nº 147/2016
Conselheira Relatora: Dra. Irene do Carmo Alves Ferreira
Denunciante/Recorrente: João Carlos Augusto Melo Moreira e José Valci dos Santos
Denunciados: Walter de Oliveira Neto; Rosana da Silva Figueiredo; Elisandra de Mesquita Marinho e Sirlei da Silva Mendes Nascimento.

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 047/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. REFORMA DA DECISÃO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-RJ. Desarquivar denúncia. Abrir processo ético.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 047/2015, originário do COREN-RJ, Processo Administrativo Coren-RJ nº 088/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 03ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, dar-lhe provimento, reformar a decisão do Coren-RJ, desarquivar a denúncia e, consequentemente, devolver o processo ao Regional para instauração de processo ético, nos termos da Resolução Cofen nº 370/2010, em desfavor dos profissionais de enfermagem Walter de Oliveira Neto, Coren-RJ nº 179.458-ENF, e Sirlei da Silva Mendes Nascimento, Coren-RJ nº 884.673-TEC, por possível infração aos artigos 12 e 35 da Resolução Cofen nº 311/2007 e Rosana da Silva Figueiredo, Coren-RJ nº 105.825-ENF, e Elisandra de Mesquita Marinho, Coren-RJ nº 894.118-TEC, por possível infração ao artigo 12 da Resolução Cofen nº 311/2007.

Brasília-DF, 25 de maio de 2016.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Conselheira Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 41/2016

Processo Administrativo Cofen nº 055/2016
Parecer de Relator nº 131/2016
Conselheiro Relator: Dr. Antônio José Coutinho de Jesus
Denunciante: Márcio Neres dos Santos
Denunciada: Maurelize da Silva

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 055/2016. Arquivamento do Processo Administrativo Cofen n° 561/2015.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 055/2016.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 03ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por aprovar o arquivamento do Processo Administrativo Cofen nº 055/2016 apresentado contra a profissional de enfermagem Maurelize da Silva, Coren-RS nº 38.716-ENF.

Desta decisão cabe recurso a Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

Brasília-DF, 25 de maio de 2016.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

ANTÔNIO JOSÉ COUTINHO DE JESUS
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 43/2016

Processo Ético Cofen nº 050/2015
Processo Ético Coren-DF nº 268/2013
Parecer de Relator nº 148/2016
Conselheiro Relator: Dr. Luciano da Silva
Denunciante: Coren-DF
Denunciada/ Recorrente: Aline Luiza Aquino dos Santos

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 050/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-DF. Absolvição.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 050/2015, originário do COREN-DF, Processo Ético Coren-DF nº 268/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 03ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-DF nº 282/2015 e absolver a enfermeira Aline Luiza Aquino dos Santos, Coren-DF nº 231.514-ENF.

Brasília-DF, 25 de maio de 2016.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

LUCIANO DA SILVA

Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 44/2016

Processo Ético Cofen nº 045/2015
Processo Administrativo Coren-RJ nº 063/2014
Parecer de Relator nº 144/2016
Conselheiro Relator: Dr. Leocarlos Cartaxo Moreira
Denunciante/Recorrente: Maria Chatarina Luiz
Denunciado: Claudio Leal Monteiro

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 045/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. Devolver ao Regional para refazimento de atos a partir da folha 21.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 045/2015, originário do COREN-RJ, Processo Administrativo Coren-RJ nº 063/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 03ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por declarar nulos os atos praticados a partir da folha 21 do processo. Esses atos e seus subsequentes devem ser refeitos pelo Regional, nos termos da Resolução Cofen nº 370/2010.

Brasília/DF, 25 de maio de 2016.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

LEOCARLOS CARTAXO MOREIRA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO COFEN Nº 45/2016

Processo Ético Cofen nº 046/2015
Denúncia Coren-MG nº 095/2014
Parecer de Relator nº 146/2016
Conselheiro Relator: Dr. Vencelau Jackson da Conceição Pantoja
Denunciante/Recorrente: Rosângela Maria Roberto
Denunciada: Fernanda Dionísio Diniz

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 046/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer o recurso e negar-lhe provimento. Manutenção da decisão do Coren-MG. Arquivamento.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen n° 046/2015, originário do COREN-MG, Denúncia Coren-MG nº 095/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 03ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso e negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-MG nº 172/2015 e arquivar a denúncia contra a enfermeira Fernanda Dionísio Diniz, Coren-MG nº 143019-ENF.

Brasília-DF, 25 de maio de 2016.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

VENCELAU JACKSON DA CONCEIÇÃO PANTOJA
Conselheiro Relator

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.307, DE 30 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a suspensão do recebimento dos requerimentos de registro profissional não graduado para a modalidade de Treinador de Futebol de Campo e no indeferimento dos requerimentos pendentes de análise.

O Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP, no uso de suas atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO o previsto no art. 40, inciso II, V, VI, IX e X de seu Estatuto (Resolução CREF4/SP nº 60/2011);

CONSIDERANDO as decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ quando do julgamento do AREsp 702.306-SP; AREsp 700.269; AREsp 784.709-SP; AREsp 695.495-SP; AREsp 884.625-SP;

CONSIDERANDO que o atual entendimento jurisprudencial acerca da inexistência de relação jurídica entre a atividade profissional dos treinadores de futebol e o Sistema CONFEF/CREFs, tem tornado ineficaz a fiscalização das atividades de treinamento técnico/tático do futebol, sobretudo em razão do que dispõe o art. 3º e incisos, da Lei Federal 8.650/1993;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CREF4/SP, em Reunião Ordinária realizada no dia 21 de maio de 2016;

CONSIDERANDO o deliberado pela Diretoria do CREF4/SP, na data de 23 de maio de 2016; resolve:

Art. 1º - Determinar a suspensão, por prazo indeterminado, de quaisquer procedimentos referentes ao recebimento de requerimentos de registro para profissionais não graduados, destinados à modalidade "Treinador de Futebol de Campo", no âmbito do CREF4/SP.

Parágrafo Único: Os requerimentos de registro para profissionais não graduados, destinados à modalidade "Treinador de Futebol de Campo", que porventura estejam pendentes de análise na data de publicação desta portaria serão indeferidos, sendo os respectivos interessados devidamente informados.

Art. 2º - Ficam suspensos por tempo indeterminado, ainda, os procedimentos de fiscalização do CREF4/SP em relação exclusivamente às atividades de treinamento técnico/tático de futebol de campo.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo não se aplica às atividades de desenvolvimento e preparação física de atletas de futebol de campo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA
3ª TURMA

AUTOS COM VISTA

O processo a seguir relacionado encontra-se com vista ao Recorrido/Interessado para, querendo, apresentar contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando o recurso interposto: RECURSO N. 49.0000.2015.001196-7/SCA-TTU. Recte: A.M.O. (Advs: Ana Paula Cantão OAB/SP 253554 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

Brasília, 30 de maio de 2016.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Turma

ÓRGÃO ESPECIAL

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2012.004509-1/OEP. Recte: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Recdo: Luiz Carlos Rodrigues de Oliveira OAB/TO 3752 (Adv: Fabiano dos Santos Silva OAB/PR 58173). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal José Cândido Bittencourt de Albuquerque (CE). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão (DF). EMENTA N. 030/2016/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Câmara. Mantida a inscrição originária. Recurso improvido. Não havia obrigação inafastável do interessado em informar à Seccional da OAB do Tocantins, quanto a seu possível retorno à atividade policial, porquanto não havia decisão definitiva quanto à reversão de sua aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a Lei Complementar Federal n. 51/85, entretanto, modulou sua decisão lhe dando efeitos "ex nunc", para garantir a eficácia das aposentadorias adquiridas na vigência da lei. Decisão esta que manteve a aposentadoria do interessado. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto divergente do Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão (DF), parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedidos de votar os Representantes da OAB/Paraná e OAB/Tocantins. Brasília, 08 de abril de 2014. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator para o acórdão. RECURSO N. 49.0000.2013.001566-7/OEP. Recte: J.C.F.F.L. (Adv: Jose Carlos Fernandes e Fernandes Lorenzini OAB/RS 80861-A, OAB/SP 61202 e OAB/RJ 1491-A). Recdo: M.M.B (Adv: Rafael de Castro Volkmer OAB/RS 56168). Relator: Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão (DF). EMENTA N. 031/2016/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão da Segunda Câmara. Arquivamento de representação formalizada pelo recorrente, em face do Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, por inépcia. Mera pretensão de reexame de questões fáticas e probatórias. Matérias devidamente apreciadas tanto pela decisão recorrida quanto pela decisão monocrática de arquivamento liminar da representação. Mera irresignação quanto ao arquivamento liminar da representação. Ausência de qualquer fato novo capaz de ensejar a reforma da decisão recorrida. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 19 de agosto de 2014. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.003306-3/OEP. Recte: A.J.M.F. (Advs: Gabriel Henrique da Silva OAB/SC 22400, Leoberto Baggio Caon OAB/SC 3300, Leonardo Pereima de Oliveira Pinto OAB/SC 13001, Priscilla Christiane Nunes OAB/SC 27350). Recdo: Benoni Farias. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 032/2016/OEP. Processo Disciplinar - Decisão recorrida não formalizada - Ausência de acórdão - Nulidade evidente - Matéria de ordem pública - Decretação de ofício - Transcurso de lapso temporal superior a cinco anos entre o ato anulado e o presente julgamento - Prescrição reconhecida e declarada igualmente de ofício. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento parcial ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 19 de agosto de 2014. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Guilherme Octávio Batochio, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.005629-8/OEP. Recte: E.B. (Advs: Gabriel Henrique da Silva OAB/SC 22400, Leoberto Baggio Caon OAB/SC 3300 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão (DF). EMENTA N. 033/2016/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma. Conhecido e negado provimento. Mera pretensão de reapreciação fática e probatória. Impossibilidade. Não conhecimento. 1) Não se permite o recebimento de recurso para modificação de decisão unânime proferida por órgão colegiado, a não ser que tal decisão contrarie lei, decisão do Conselho Federal ou outro Conselho Seccional, ou ainda o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, ou seus Provimentos, o que não é o caso dos autos. 2) O recorrente não apresentou qualquer fato novo passível de analise por este colegiado, simplesmente repisa fatos já apreciados pela instância de origem, não cabendo a esta instância extraordinária a mera revisão das decisões das Câmaras. 3) Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 19 de maio de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.010246-5/OEP - ED. Embgte: Michel Poy Olmi OAB/SC 18347 (Adv.: Eduardo de Mello e Souza OAB/SC 11073 e OAB/RJ 166318). Embgdo: Acórdão de fls. 317/321. Recte: Michel Poy Olmi OAB/SC 18347 (Adv.: Eduardo de Mello e Souza OAB/SC 11073 e OAB/RJ 166318). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão (DF). EMENTA N. 034/2016/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Inscrição

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nos quadros da OAB mediante liminar concedida em mandado de segurança. Posterior denegação da ordem. Inscrição concedida mediante decisão judicial provisória. Teoria do fato consumado. Inaplicabilidade. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e rejeitando os embargos de declaração. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 19 de maio de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2014.011070-2/OEP. Assunto: Consulta. Interrupção da prescrição. Interpretação do art. 43, § 2º, inciso I, da Lei n. 8.906/94. Consulente: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso - Gestão 2013/2015 (Adv: Claudia Alves Siqueira OAB/MT 6217/B e Marcondes Rai Novack OAB/MT 8571/0). Relator: Conselheiro Federal José Lucio Glomb (PR). EMENTA N. 035/2016/OEP. Consulta. Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Interrupção da prescrição. Interpretação do art. 43, § 2º, inciso I, da Lei 8.906/1994. A interrupção do prazo prescricional ocorre tanto pela instauração do processo disciplinar, como pela notificação válida e regular do representado, ou seja, há duplo marco interruptivo. Consulta conhecida e respondida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e respondendo à consulta. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. José Lucio Glomb, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2014.013263-3/OEP. Assunto: Consulta. Ações administrativas e judiciais referidas no artigo 4º, item 23 do Provimento 101/2003. Consulente: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro (Gestão 2013/2015). Relator: Conselheiro Federal Jarbas Vasconcelos do Carmo (PA). EMENTA N. 036/2016/OEP. Consulta. A cobrança através da via administrativa é suficiente para atender ao mandamento contido no artigo 4º, item 23 do Provimento 101/2003. Responde-se afirmativamente à consulta, no sentido de que a cobrança através da via administrativa é suficiente para atender ao mandamento contido no artigo 4º, item 23 do Provimento 101/2003, e, a utilização de medidas judiciais fica a critério de cada Conselho Seccional. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e respondendo à consulta. Brasília, 23 de fevereiro de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Jarbas Vasconcelos do Carmo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.009790-8/OEP - ED. Embgte: C.M. (Adv: Celio Maciel OAB/SP 116612). Embgdo: Acórdão de fls. 658/660. Recte: C.M. (Adv: Celio Maciel OAB/SP 116612). Recdo: R.C.R. (Advs: Maria da Conceição Padilha Soares OAB/SP 115668, Paulo Sergio Fernandes Ventura OAB/SP 131115 e Alexandre Vasconcellos Lopes OAB/SP 188672). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Jarbas Vasconcelos do Carmo (PA). EMENTA N. 037/2016/OEP. Embargos de declaração. Reiteração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Oposição de novos embargos com caráter meramente protelatório. Evidente pretensão de postergar o trânsito em julgado da decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina e início da execução da sanção disciplinar imposta. Manifesto intuito procrastinatório. Conduta processual reiteradamente repelida por este Conselho Federal. Abuso do direito de recorrer. Determinação de baixa dos autos para início do cumprimento da sanção disciplinar imposta, concomitante com a publicação do acórdão. Incidência da norma do art. 138, § 3º e 5º do Regulamento Geral. Determinação de certificação do trânsito em julgado da decisão que julgou os embargos anteriormente opostos, decorrido o prazo legal, a contar de sua publicação. Possibilidade. Abuso do direito de recorrer. Conduta processual que não pode se tornar óbice à efetividade e autoridade das decisões proferidas por este Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Não conhecimento dos embargos de declaração. Determinação de devolução de qualquer manifestação posterior à origem, para que analise sua pertinência, já em sede de execução da sanção disciplinar. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 11 de abril de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Jarbas Vasconcelos do Carmo, Relator. CONFLITO DE COMPETÊNCIA N. 49.0000.2013.005903-4/OEP. Suscitante: Terceira Câmara do Conselho Federal da OAB - Ex Officio. Suscitados: Primeira Câmara do Conselho Federal da OAB e Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Interessados: J.L.M. (Adv: Dalila Loureiro OAB/RJ 34818) e Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Valdetário Andrade Monteiro (CE). EMENTA N. 038/2016/OEP. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PAGAMENTO DE ANUIDADE. INADIMPLÊNCIA. PEDIDO DE ANISTIA. APLICAÇÃO DO PROVIMENTO N. 111/2006. COMPETÊNCIA DA TERCEIRA CÂMARA. 1) O provimento n. 111/2006 permite a redução ou isenção do pagamento de valores destinados a contribuições, anuidades, multas e preços de serviços devidos à OAB, a advogados que preencham os requisitos constantes do art. 2º. 2) Dessa forma, em se tratando de controvérsia relativa a pedido de anistia de anuidades, a competência para processamento e julgamento de recurso que envolva a aplicação do Provimento n. 111/2006, deve ser fixada na Terceira Câmara deste Conselho Federal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, deliberando que compete à Terceira Câmara do Conselho Federal da OAB julgar recursos que discutam a aplicação do Provimento 111/2006. Brasília, 11 de abril de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Valdetário Andrade Monteiro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.008718-3/OEP. Recte: André Luíz Rebelo Tenório OAB/PE 14559 (Advs: Andréa Cristina Carvalheira Guthmann OAB/PE 30864 e José Paulo da Silva OAB/PE 31168). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Roberto Charles de Menezes Dias (MA). EMENTA N. 039/2016/OEP. Denúncia. Ofício proveniente da UNEPPE - UNIÃO DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA DE PERNAMBUCO. Irregularidades. Guarda Municipal exercendo Advocacia. Incompatibilidade. Vedação expressa do art. 84, inciso XII, da Lei n.. 4.215/63. Boa-Fé. Aplicação da Lei do Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. DECADÊNCIA. Recurso conhecido e provido. Reformada a decisão da Primeira Câmara da OAB-PE, para manter a inscrição do recorrente nos quadros do Conselho Seccional da OAB/PE. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 11 de abril de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Roberto Charles de Menezes Dias, Relator. RECURSO N. 49.0000.2011.001781-1/OEP. Recte: R.C.D.F. (Adv: Rui Carlos Diolindo de Farias OAB/MT 4962/B). Recdo: F.M.S.B. (Adv. Assistente: Israel Moreira de Almeida OAB/MT 9789/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correia (AC). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). EMENTA N. 040/2016/OEP. Recurso. Contrato de honorários. Previsão contratual. Compensação de valores. Não comete infração disciplinar o advogado que realiza compensação de valores prevista em contrato de honorários. Recurso conhecido e a que se dá provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto divergente, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Mato Grosso. Abstenção do Conselheiro Federal Pedro Donizete Biazotto (TO). Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Elton José de Assis, Relator para o acórdão. RECURSO N. 49.0000.2011.002133-4/OEP. Recte: M.A.M.F. (Adv: Cristiano de Freitas Fernandes OAB/DF 13455, Cristina Aguiar Ferreira da Silva OAB/DF 37925 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal José Lúcio Glomb (PR). EMENTA N. 041/2016/OEP. Ao Órgão Especial compete deliberar em recurso contra decisões das Câmaras, quando não tenham sido unânimes ou, sendo unânimes, contrariem a Constituição, as leis, o Estatuto, decisões do Conselho Federal, este Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina ou os Provimentos. Não demonstrados esses requisitos, não se conhece do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. José Lúcio Glomb, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.004696-5/OEP. Recte: M.I.G. (Adv: Cristiane Lourenço OAB/SP 180129). Recdo: Acórdão de fls. 392/397, do Órgão Especial. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Lúcio Glomb (PR). EMENTA N. 042/2016/OEP. Não se conhece como recurso petição apresentada após exauridos todos os recursos estabelecidos na Lei n. 8.906/94 e Regulamento Geral do EAOAB. Ausência de previsão legal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não recebendo a petição. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. José Lúcio Glomb, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.005331-4/OEP. Recte: E.M.J. (Advs: Edu Monteiro Junior OAB/SP 98688, Daniel Wagner da Silva OAB/SP 324870 e outro). Recdos: Acórdão de fls. 532/535 do Órgão Especial, e Joacir Herachio Alvarenga. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). EMENTA N. 043/2016/OEP. Recurso interposto contra acórdão do Órgão Especial do Conselho Pleno, em matéria disciplinar. Ausência de previsão legal. Não cabimento. Exaurimento da instância administrativa. O Órgão Especial do Conselho Pleno da OAB é a última instância administrativa. Inteligência do artigo 85, caput, do Regulamento Geral. Irrecorribilidade de suas decisões. Não recebimento do recurso. Baixa dos autos para execução do julgado. 1) O Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB é a última instância administrativa para julgamento de recurso em matéria disciplinar, competindo-lhe deliberar privativamente em caráter irrecorrível sobre recurso contra decisões unânimes das Turmas da Segunda Câmara, nos termos do artigo 85 do Regulamento Geral. 2) Não recebido o recurso, por ausência de previsão legal, com determinação de baixa imediata dos autos para execução do julgado, certificado o trânsito em julgado do acórdão que julgou os embargos de declaração, porquanto exaurida a instância administrativa. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não recebendo o recurso. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Elton José Assis, Relator. CONFLITO DE COMPETÊNCIA N. 49.0000.2012.008023-9/OEP - ED. Embgte: L.A.S.G. (Advs: Luiz Antonio Sampaio Gouveia OAB/SP 48816 e Alberto Zacharias Toron OAB/SP 65371). Embgdo: Acórdão de fls. 225/229. Suscitante: L.A.S.G. (Adv: Luiz Antonio Sampaio Gouveia OAB/SP 48816). Suscitado: Subseção de Londrina do Conselho Seccional da OAB/Paraná. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Paraná, Conselho Seccional da OAB/São Paulo, Luiz Felipe de Silos Ferraz Mayrink Góes, Melissa de Silos Ferraz Mayrink Góes Gardemann e Camila de Silos Ferraz Mayrink Góes (Adv: Luiz Felipe de Silos Ferraz Mayrink Góes OAB/PR 47569). Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). EMENTA N. 044/2016/OEP. Embargos de Declaração. Erro material na decisão embargada. Correção. Conflito de competência. Mera pretensão à análise do mérito da causa por este Órgão Especial, em sede de sucessivos embargos de declaração. Impossibilidade. Supressão de instância. Decisão que se limita a resolver o conflito de competência suscitado. Correção do erro material no acórdão embargado, que julgou os segundos embargos de declaração opostos. Ausência de punição disciplinar imposta ao advogado. Afastamento da determinação de cumprimento de sanção disciplinar, por não se aplicar à espécie. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, apenas neste ponto. Mantido, no mais, os demais fundamentos da decisão embargada quanto à determinação de arquivamento imediato dos autos, a contar da publicação, agora, do presente acórdão, bem como certidão de trânsito em julgado da decisão que respondeu aos primeiros embargos, porquanto não afastado o caráter protelatório dos embargos opostos às fls. 203/219. Embargos conhecidos e parcialmente acolhidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e acolhendo parcialmente os embargos de declaração. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Elton José de Assis, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.010619-1/OEP - ED. Embgte: R.R.O. (Adv: Reinaldo Roessle de Oliveira OAB/SP 129231). Embargado: Acórdão de fls. 268/273. Recte: R.R.O. (Adv: Reinaldo Roessle de Oliveira OAB/SP 129231). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). EMENTA N. 045/2016/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Mera reiteração de matéria já apreciada, sem a impugnação dos fundamentos da decisão embargada. Embargos de declaração não conhecidos, por ausência de seus pressupostos legais para o seu cabimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Elton José Assis, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.012969-2/OEP. Recte: P.S.B. (Adv: Paulo Soares Brandão OAB/SP 151545). Recdo: M.D.P.C.D'A. (Adv: Vera Lúcia Tamiso OAB/SP 69352). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcus Felipe Botelho Pereira (ES). EMENTA N. 046/2016/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Retenção de valor para compensação de honorários advocatícios contratuais. Condenação por locupletamento e ausência de prestação de contas. Fato novo. Apresentação de declaração emitida pelo cliente, com firma reconhecida em cartório, informando expressamente ter autorizado ao advogado compensar os valores anteriormente recebidos com os honorários que lhe eram devidos. Ausência de tipicidade. Improcedência da representação. Recurso provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Marcus Felipe Botelho Pereira, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.002771-0/OEP - ED. Embgte: L.C.S.F. (Adv: Giancarlo Castelan OAB/SC 7082). Embgdo: Acórdão de fls. 322/325. Recte: L.C.S.F. (Adv: Giancarlo Castelan OAB/SC 7082). Recdo: João Dias Alves. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP). EMENTA N. 047/2016/OEP. Embargos de declaração. Reiteração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Oposição de novos embargos com caráter meramente protelatório. Evidente pretensão de postergar o trânsito em julgado da decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina e início da execução da sanção disciplinar imposta. Manifesto intuito procrastinatório. Conduta processual reiteradamente repelida por este Conselho Federal. Abuso do direito de recorrer. Determinação de baixa dos autos para início do cumprimento da sanção disciplinar imposta, concomitante com a publicação do acórdão. Determinação de certificação do trânsito em julgado da decisão que julgou os embargos anteriormente opostos. Possibilidade. Abuso do direito de recorrer. Conduta processual que não pode se tornar óbice à efetividade e autoridade das decisões proferidas por este Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Não conhecimento dos embargos de declaração. Determinação de devolução de qualquer manifestação

MATERIAL DE CIRCULAÇÃO RESTRITA

posterior à origem, para que analise sua pertinência, já em sede de execução da sanção disciplinar. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Impedido de votar o Representante da OAB/Tocantins. Brasília, 16 de maio de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Maurício Silva Pereira. Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.005031-8/OEP - ED. Embgte: G.C. (Advs: João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203670). Embgdo: Acórdão de fls. 1923/1927. Recte: G.C. (Advs: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957, João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203670 e outros). Recdos: Procuradoria da República em São Paulo/SP, Fundação de Proteção e defesa do consumidor - PROCON/SP (Repte legal: Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer), Luciano Francisco Xavier e Pedro Antonio da Costa. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correia (AC). EMENTA N. 048/2016/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Pretensão à nova análise das teses recursais. Não conhecimento. 1) Os embargos de declaração são cabíveis somente nas hipóteses de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão embargado, não se constituindo em instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 2) Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Luiz Saraiva Correia, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.014496-0/OEP - ED. Embgte: J.C.B. (Advs: José do Carmo Badaró OAB/PR 14471). Embgdo: Acórdão de fls. 681/684. Recte: J.C.B. (Advs: José do Carmo Badaró OAB/PR 14471 e outros). Recdo: A.C.S. (Advs: Paulo Roberto Jensen OAB/PR 15676 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). EMENTA N. 049/2016/OEP. Embargos de Declaração. Intempestividade. Não conhecimento. 1) Nos processos regidos pela Lei n. 8.906/94, e de acordo com o artigo 139, § 3º, do Regulamento Geral da OAB, durante o período de recesso os prazos são suspensos, reiniciando-se no primeiro dia útil após o seu término. O período de recesso neste Conselho recai somente no mês de janeiro, sendo que as reuniões dos órgãos colegiados ocorrem nos meses de fevereiro a dezembro. Inteligência do art. 91, § 1º, do mesmo Regulamento. 2) Não atendida a regra contida no artigo 139, § 3º, do Regulamento Geral, os embargos opostos não podem ser conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Elton José Assis, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.001559-5/OEP - ED. Embgte: A.I.G.A. (Adv: Antonio Ivanir Gonçalves de Azevedo OAB/RS 21686). Embgdo: Acórdão de fls. 609/612. Recte: A.I.G.A. (Advs: Antonio Ivanir Gonçalves de Azevedo OAB/RS 21686 e outra). Recdo: J.R.D. (Advs: Perciano de Castilhos Bertolucci OAB/RS 4684 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Duílio Piato Júnior (MT). EMENTA N. 050/2016/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Mera reiteração de matéria já apreciada e afastada, sem a impugnação dos fundamentos da decisão embargada. Embargos de declaração não conhecidos, por ausência de seus pressupostos legais para o seu cabimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Duílio Piato Júnior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.001762-0/OEP. Recte: F.C.A.D. (Adv: Tânia Maiuri OAB/SP 98027). Recdo: J.C. (Advs: Carlos Eduardo Marques OAB/SP 177963 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Maurício Gentil Monteiro (SE). EMENTA N. 051/2016/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Recurso que simplesmente reitera as teses constantes do recurso ao Conselho Federal, as quais restaram devidamente analisadas pelo acórdão recorrido, sem que tenha o recorrente impugnado os seus fundamentos, simplesmente ignorando-os, demonstrando mera tentativa de reapreciação de fatos e provas por esta última instância recursal. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 16 de maio de 2016. Sérgio Eduardo da Costa Freire, Presidente em exercício. Maurício Gentil Monteiro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.002092-2/OEP. Recte: J.R.V. (Adv: Marcel Dimitrow Gracia Pereira OAB/PR 27001). Recdo: C.C.D.R. - CODAL S/A (Repte legal: O.B.F.) (Adv: Deborah Witchmichen Krukoski OAB/PR 35143) e CASSEL - C.M.E. LTDA (Repte legal: José Luiz Maio) (Adv: Deborah Witchmichen Krukoski OAB/PR 35143). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Luís Claudio Alves Pereira (MS). EMENTA N. 052/2016/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Notificação para a sessão de julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina frustrada. Comparecimento espontâneo do advogado à sessão de julgamento e produção oral da defesa. Ausência de prejuízo. Nulidade afastada. Dosimetria. Presença de causas atenuantes e agravantes já consideradas pelo Conselho Seccional, para a redução do prazo de suspensão. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Luís Claudio Alves Pereira, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.010290-4/OEP. Recorrente: Diogo Fernando Goulart OAB/SC 33536 (Adv: Diogo Fernando Goulart OAB/SC 33536). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal José Lúcio Glomb (PR). EMENTA N. 053/2016/OEP. Enquanto durar o exercício no cargo, ao único advogado vinculado ao Município que faz às vezes de procurador geral, incide o impedimento do art. 29 do EAOAB sobre o advogado que exerce assessoria, diretoria, consultoria e representação judicial de ente público, seja ele estadual ou municipal, não relevando, para esse fim, o porte do referido ente ou sua capacidade econômica; nem o nomen iuris da função ou cargo; tampouco as características da estrutura administrativa da advocacia e, sequer, a natureza jurídica do vínculo existente entre o advogado e o respectivo ente. A legitimação para o exercício da advocacia é exclusivamente vinculada à função que exerça, durante o período da investidura. Recurso conhecido e a que se nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 16 de maio de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. José Lúcio Glomb, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.011455-2/OEP. Recte: D.A.S. (Adv: Giancarlo Castelan OAB/SC 7082). Recdo: Marta Aguiar. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves (PE). EMENTA N. 054/2016/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso que simplesmente reitera as mesmas teses já devidamente analisadas pelo acórdão recorrido, sem que tenha o recorrente impugnado os fundamentos ali adotados, simplesmente ignorando-os, demonstrando mera tentativa de reapreciação de fatos e provas por esta última instância recursal. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2014.012947-3/OEP. Assunto: Consulta. Incompatibilidade. Técnico do Seguro Social do INSS. Consulente: Vice-Presidente do Conselho Seccional da OAB/Pará - Gestão 2013/2015. Relator: Conselheiro Federal Roberto Charles de Menezes Dias (MA). EMENTA N. 055/2016/OEP. CONSULTA. INCOMPATIBILIDADE. EXERCÍCIO DO CARGO DE TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL - INSS. COMPETÊNCIA PARA LANÇAMENTO, ARRECADAÇÃO OU FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS E/OU CONTRIBUIÇÕES PARA FISCAIS. VEDAÇÃO. ART. 28, VII, DA LEI FEDERAL Nº 8.906/94. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e respondendo à consulta. Brasília, 16 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Roberto Charles de Menezes Dias, Relator.

Brasília, 30 de maio de 2016.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 30 de maio de 2016

RECURSO N. 49.0000.2014.002091-4/OEP - ED. Embgte: S.A.P. (Adv: Antônio Carlos de Andrade Vianna OAB/PR 7202). Embgdo: Acórdão de fls. 322/325. Recte: Silvana Aparecida Pedroso OAB/PR 26958 (Adv: Antônio Carlos de Andrade Vianna OAB/PR 7202 e Sara Mendes Pierotti OAB/PR 45712). Recdo: J.S.A.A. (Adv.: Reinaldo Ignácio Alves OAB/PR 8499). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: "A advogada S.A.P. opôs embargos de declaração em face do v. acórdão de fls. 322/325, pelo qual este Órgão Especial, por unanimidade de votos, não conheceu do recurso interposto pela ora recorrente, por ausência dos pressupostos de admissibilidade previstos nos artigos 75 da Lei 8.906/94 e 85 do Regulamento Geral da OAB. (...) Ante o exposto, nego seguimento ao recurso interposto e proponho seu indeferimento liminar ao ilustre Presidente deste Órgão Especial, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB, face à intempestividade. Brasília, 16 de maio de 2016, José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator.". DESPACHO: "Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM), às fls. 346/349, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 17 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente.". RECURSO N. 49.0000.2015.008721-6/OEP. Recte: Eveline Guedes Lima - MM. Juíza de Direito da 1ª Vara de Família da Comarca de Natal/RN (Adv: Carlos Kelsen da Silva Santos OAB/RN 3656). Interessados: Conselho Seccional da OAB/RN e Mônica Maria Ramos Guimarães de Oliveira OAB/RN 2762. Relator: Conselheiro Federal Dalton Santos Morais (ES). DESPACHO: "Resta evidenciada a perda superveniente de objeto do recurso sob exame diante da efetivação do desagravo público concedido à advogada Mônica Maria Ramos Guimarães de Oliveira OAB/RN 2762, conforme noticiado pelo Presidente do Conselho Seccional da OAB/RN às fls. 229/234 do volume II do processo cautelar n. 49.0000.2016.000855-8 em apenso ao processo originário. Nesse contexto, determino (i) sejam transladadas as referidas fls. 229/234 do volume II do processo cautelar n. 49.0000.2016.000855-8 em apenso para o presente processo originário e (ii) o arquivamento do presente processo, por perda superveniente do interesse de agir recursal. De Vitória - ES para Brasília - DF, 15 de maio de 2016. Dalton Santos Morais, Relator.". DESPACHO: "Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal Dalton Santos Morais (ES), às fls. 226, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 17 de maio de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente.".

LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES

INTERNET
www.in.gov.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016053100104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.